

Defesa Nacional



JULHO
1949

NÚMER
422

Coronel RENATO BAPTISTA NUNES, Diretor-Presidente
Ten.-Cel. ALBERTO RIBEIRO PAZ, Diretor-Secretário
Ten.-Cel. ENIO DA CUNHA GARCIA, Diretor-Gerente
1º Ten. DIÓGENES VIEIRA SILVA, Auxiliar

RIO DE JANEIRO

BRA

A DEFESA NACIONAL

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Ano XXXVI

BRASIL — RIO DE JANEIRO, JULHO DE 1949

Nº 422

SUMÁRIO

Editorial	3
ASSUNTOS DE CULTURA PROFISSIONAL	
A Artilharia na transposição de cursos d'água — Ten-Cel. Heitor Borges Fortes	5
Um curso de manutenção de blindados — A lição profunda de tais cursos — Ten-Cel. João de Deus Noronha Menna Barreto	11
Esclarecedores e patrulhas em nossos regulamentos e nos americanos — Ten-Cel. José Horácio da Cunha Garcia	17
Serviço de informações em campanha — II — Trad. e adapt. do Ten-Cel. Newton Franklin do Nascimento	23
Perguntas ao Artilheiro — VII (Concl.) — Major José Campos de Aragão — Cap. Propício Alves — Cap. Oswaldo Sá Régio	31
As verminoses no País e no Exército — Cap. Méd. Dr. Mário Moller Meirelles	53
Ano de instrução de 1948 no 13.º B. C. (Cont.) — Cap. Murillo Gomes Ferreira — 2.º Ten. José Arnaldo Teixeira Bollina — 2.º Ten. Henrique Luiz Stephan	55
As marchas na Cavalaria — Cap. Obino Lacerda Alvares	67
Estudo das munições empregadas no obús de 105 mm. da Artilharia de Campanha (Cont.) — Cap. Sylvio Octávio do Espírito Santo	79
As pontes fixas semi-permanentes na Guerra Moderna — II — Trad. e adapt. do Cap. Virgílio Fernandes Távora	85
Noções sobre a foto-informação (Concl.) — 1.º Ten. Waldyr Jansen de Mello	99
ASSUNTOS DE CULTURA GERAL	
O valor físico — Major Álvaro Cardoso	105
Vamos deixar de fazer «ondas» — Cap. Raul Lopes Munhoz	113
ECONOMIA E FINANÇAS — Um pouco de política monetária — Moedas e preços — Cel. J. B. Magalhães	117
TRANSCRIÇÃO: Moeda e crédito	121
GEOGRAFIA E HISTÓRIA MILITAR	
Achegas para a história da disciplina militar — J. B. Magalhães	123
Conceito de fronteira — Major Cesar Neves	133
A tomada de Monte Castello — Cap. Newton C. de Andrade Mello	135
OPINIÕES	
O recrutamento de oficiais de Estado-Maior — Ten-Cel. Aroldo Ramos de Castro	145
Os militares e as funções civis — Ten-Cel. José Horácio da Cunha Garcia	147
Formação de soldados de 1.ª classe — Estágio de instrução — Compressão de despesas — 1.º Sgt. Luiz M. Moreira	149
TRANSCRIÇÃO: Os militares reformados — Roberto de Barros	157
DIVERSOS	
A vitória da vontade — Impressões de um paraquedista — Cap. Newton L. Lemos	159
Manobras da Escola de Estado-Maior	161
Notícias Militares	163
Noticiário & Legislação	165

EDITORIAL

14 de Julho de 1789...

A Bastilha foi o símbolo de um passado, e uma advertência aos porvindouros : — símbolo da opressão da liberdade e dos legítimos direitos e aspirações humanas ; advertência ao despotismo de que a consciência dos homens começava, enfim, a despertar para uma vida nova.

A derrocada daquelas imponentes e tétricas muralhas arrastou consigo a de um trono, e fêz estremecerem outros nos seus fundamentos seculares. Foi um crepúsculo e uma aurora ; encerrava-se uma noite de absolutismo, de sofrimentos e de renúncias, remanescentes do feudalismo escravizante ; ia raiar a alvorada de uma nova era, com a declaração dos direitos do homem.

Entre uma e outra, foi o caos ; o desespero recalcado durante séculos de opressão, mas, passada a tormenta destruidora, de ferro, fogo e sangue, veio a bonança prenhe de esperanças e de realizações, sob o lema da liberdade, da igualdade e da fraternidade.

O espírito da França imortal, tantas vêzes martirizada, mas sempre heróica, ressurgia novamente com a impavidez dos predeterminados, para a sua missão de espargir sobre o mundo inteiro as luzes da civilização redentora.

A força material brutalizante não pode construir obra perene, porque, se invade territórios e subjuga os homens, não encarcera nem domina os espíritos para todo o sempre. Tal como o explosivo comprimido pelas paredes de aço de um projétil, tudo despedaça quando tocado por uma centelha, assim as consciências oprimidas um dia se libertam e rompem tôdas as cadeias que as escravizam, quando tocadas pela fé nos destinos superiores da humanidade.

Mas os exemplos de outrem não corrigem as ambições insensatas dos homens ; somente a experiência própria os vence, quando

já é tarde de mais para a sua salvação. Outras Bastilhas têm sido erguidas pelo desvairamento dos déspotas, mas seus destinos estavam selados e seus destroços esmagaram e sepultaram os carcereiros da dignidade humana.

Não se iludam, pois, outros absolutistas retardatários de todos os matizes que ainda não compreenderam o mundo de nossos dias, porque os seus estão fatalmente contados; a marcha da civilização poderá ser retardada, porém jamais detida no rumo da fraternização universal.

Honra à França! Honra a todas as Nações, e aos que têm sabido lutar gloriosamente pelos sagrados ideais da Humanidade!

GUERRA, MOEDA E PREÇOS

Comentando o programa de despesas militares feito na previsão de uma guerra próxima, que tivessem os Estados Unidos de enfrentar, Edwin G. Nourse, chefe do Conselho Económico da Presidência, diz:

«Os planos feitos pelos militares são muito amplos e contam com a totalidade dos recursos potenciais do país.

O economista procura determinar o mínimo de recursos necessários para alcançar os objetivos definidos por um alto estado de consumo, uma vida cultural livre e rica para toda a população.

Não despreza os interesses militares para obter segurança eficiente, por uma dotação reduzida de homens e materiais.

Ai está um terreno comum, no qual o militar, o economista e o homem de negócios podem e devem se entender.» (Extraído de U. S. New and World Report, de 10 de dezembro de 1948).

Mas, refletimos nós, é preciso que o militar conheça suficientemente as necessidades económicas e a razão de ser de suas exigências. — J. B. M.

Diz Louis Baudin, professor da Escola de Direito de Paris, na 5.^a edição do Manual de Economia Política — 1.^o volume, de 1947:

«Agir sobre a moeda é agir sobre a média dos preços.»

Mas explica que, na ação sobre a moeda, em vista da reação sobre os preços, podem surgir situações incontroláveis, em virtude de efeitos imprevistos, porque:

«O poder público atua sobre a quantidade da moeda e não sobre a velocidade de sua circulação. Nem sempre, quando visa obter certo nível mais alto de preços, por causa das reações do espírito público, consegue logo os resultados almejados. Força, então, as emissões de papel-moeda e desencadeia destarte uma inflação. O público fica temeroso sobre o futuro, a velocidade de circulação do meio circulante aumenta e os preços sobem muito mais do que o desejado». —

J. B. M. — 24-2-49.

A Artilharia na Transposição de Cursos D'agua

Ten.-Cel. HEITOR BORGES FORTES
da E.A.O.

1. GENERALIDADES — Costuma-se estudar a Transposição de cursos d'água sob duas modalidades:

TRANSPosição AGRESSIVA,

IMEDIATA

TRANSPosição PRÉVIAMENTE ORGANIZADA

(ou à viva força)

A primeira tem lugar geralmente na fase da perseguição, quando o inimigo se acha desorganizado e o comando tem justificativa para correr riscos, procurando realizar a **surpresa** e garantir o cumprimento da missão.

A segunda exige um planejamento minucioso e preparação cuidadosa, pois um inimigo bem instalado tem todas as vantagens da defensiva, acrescidas pela presença do obstáculo constituído pela massa d'água do rio — com os fatores que isto envolve: largura, correnteza, profundidade, natureza das margens, acessos, etc.

De ambas as modalidades participa a Artilharia, de campanha e anti-aérea.

Na primeiro caso a descentralização é a regra; no segundo, planos bem coordenados regulam o emprego da Artilharia em proveito da travessia do curso d'água pelos elementos de primeiro escalão — e nas fases sucessivas da operação.

Vejamos, pois, este aspecto do problema.

2. A TRANSPosição PRÉVIAMENTE ORGANIZADA

O Manual C 8-20 (nº 102), segue a orientação preconizada no FM 100-5

para o planejamento da operação — encarando-a decomposta em 3 fases, correspondendo à conquista de **três objetivos**:

1.º — uma posição eliminando o fogo eficaz e direto das armas portáteis e automáticas contra a frente de travessia;

2.º — uma posição que realiza a conquista dos observatórios terrestres que dominam a margem, eliminando assim o fogo observado da artilharia, contra os locais escolhidos para o lançamento das pontes de equipagem;

3.º — uma posição que engloba as posições de bateria do inimigo, acarretando a eliminação do fogo de artilharia adversa e proporcionando o espaço de manobra necessário à força atacante na margem conquistada.

Para realização do apêlo com as possibilidades máximas recomenda-se inicialmente um desdobramento da artilharia bem à frente (posições bem avançadas) e a dispersão por uma larga frente, por forma a servir o mesmo dispositivo, quer às forças empenhadas na ação principal, quer às que, em missão secundária, fazem manobra de diversão nos flancos (A operação é levada a efeito em **larga frente**, finta, demonstrações, lumaça sendo recursos para despistar sobre o local do esforço principal).

Em minúcia os fatos se passam da seguinte forma no quadro da D.I.

3. Primeira Fase — conquista do primeiro objetivo

A Infantaria de primeiro escalão atravessa geralmente em botes de assalto.

travessia e o reagrupamento das Unidades se faça.

O que se deve ter em vista realizar é que à medida que **bocas de fogo** emudeçam na margem amiga, outras tantas passem a atuar na margem conquistada.

Para o artilheiro a conquista de 82 termina com a presença na margem conquistada de toda a Art. de **apôio** direto aos RI.

5. CONQUISTA DO 3.º OBJETIVO

Para a conquista do terceiro objetivo no quadro divisionário, necessário se torna passar o rio com as reservas de RI e Divisionária — com os Grupos de Ação de Conjunto, com as Bias, A. Aé. e com os **carros** de que se dispuser.

Parte desses elementos pode passar em meios descontinuos (portadas), como já foi indicado, sendo mais segura a passagem pela **ponte de EQUIPAGEM**, cuja construção é possível uma vez eliminada a atuação maciça da art. inimiga sobre o rio, por falta de observatórios terrestres.

— Em rios de grande largura a Art. e os carros passarão em embarcações (LCT e LCM).

O ataque ao 3.º objetivo se faz, pois, com o emprego das reservas da D.I. na direção de esforço principal e com o **apôio** de toda a A.D. centralizada, e mais o reforço daquela das escalões C. e Ex. postada na margem amiga que esteja em condições de intervir.

É oportuno lembrar a importância de se ter a cooperação da aviação de combate em proveito das forças de terra, especialmente na fase final.

6. Posteriormente, o afluxo para a ponte de equipagem de elementos de serviço das unidades das Armas e dos serviços divisionários, impõe uma obediência rigorosa às prioridades estabelecidas pelo Comando em seu plano de transposição.

As Bias, de Serviço e Trens das

Sub-unidades do Grupo, conformando-se às ordens superiores, aguardam nos locais indicados a hora que lhes couber para fazer a travessia do rio, realizando-a quando determinado e nas condições impostas pelo elemento regulador (de engenharia) instalado na cabeceira da ponte ou no caminho de acesso.

7. CONDUTA DA TROPA NA TRAVESSIA DE PONTES (2)

ARTILHARIA HIPOMÓVEL — Para as tropas hipomóveis, apesar da evolução dos materiais, na execução da travessia de pontes de equipagem continuam em vigor as prescrições dos regulamentos anteriores à segunda Guerra Mundial.

O pessoal que dispõe de montada individual faz a travessia a pé, puxando o animal pela rédea, e do lado exterior — se se estiver formado por dois.

As viaturas com atrelagem a 2 ou 3 parelhas são conduzidas à ponte com os serventes dispostos ao lado dos animais de mão — estando os condutores guia e médio a pé; apenas o condutor tronco permanece montado, é o principal responsável pela velocidade e direção da viatura na travessia da ponte.

Nas viaturas de boléa o condutor permanece em seu lugar, enquanto outros homens enquadram os animais evitando que se assustem e guinem para um dos lados da ponte.

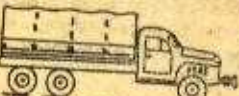
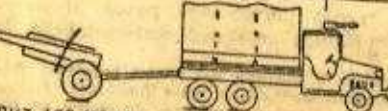
Todos os elementos citados mantêm-se como indicado até uma distância razoável da ponte (200 a 500 m) — só depois disso sendo lícito montar — pois as paradas sobre a ponte dificultam o escoamento regular nesta, de outros elementos em curso de travessia.

8. ARTILHARIA MOTORIZADA — Nas tropas motorizadas, o conhecimento prévio dos pesos brutos dos veículos com seu carregamento, faci-

(2) Vimos na Itália o rigor com que se regulava a travessia nas pontes instaladas sobre o rio Pô, em Pavia e em Piacenza — medidas perfeitamente cabíveis pelas limitações técnicas do material, necessidades logísticas e táticas, de par com as possíveis mudanças do regime do rio.

Jamais esqueceremos que uma ponte de barcos, material italiano, devido a uma súbita enchente do rio Pô, em Piacenza — causada por uma chuva local que não durou 15 minutos, rebentou espetacularmente, depois de estar como um budoque — não havendo felizmente prejuízos pessoais devido às medidas de ordem impostas aos transeuntes.

CARACTERÍSTICAS DAS VIATURAS DO G.O. 105

VIATURAS	PESO EM TONS.	DIMENSÕES (mts)			VÁU (metros)	Nº DE HOMENS TRANSP.	PROFUND. NA COLUNA
		COMPR.	LARG.	ALTURA			
 VIATURA $\frac{1}{4}$ TON. 4x4	1,5	3,35	1,58	1,31	0,45	3	5mts
 VIATURA $\frac{1}{4}$ TON. 4x4 C/REB. 1 T.	2,4	4,80	1,58	1,31	0,45	3	8mts
 VIATURA $\frac{3}{4}$ TON. 4x4	3,5	4,45	2,18	2,10	0,85	8	7mts
 VIATURA CMCO. $\frac{3}{4}$ TON. 4x4	3,4	4,45	1,92	2,07	0,85	4	7mts
 AMBULÂNCIA	3,9	4,93	1,98	2,28	0,85	-	7mts
 VIATURA CARGA 2 $\frac{1}{2}$ TON. 6x6 (CHASSIS LONGO)	8,0	6,74	2,24	2,80	0,45	25	10mts
 CAMIÃO 105 H2A2 - CAMIÃO $\frac{1}{2}$ TON. 6x6 (CHASSIS CURTO)	9,5	8,25	2,25	2,80	0,45	12	14mts

lita o contróle por parte do **regulador**. (3)

Em campanha, as viaturas de carga levam em lugar visível uma pequena chapa circular com 2 números, sob a forma fracionária — o numerador representando o peso da viatura em toneladas (nº redondo) — com a carga completa, e o denominador o peso da viatura somada ao de seu reboque — nas mesmas condições, isto é, com a carga prescrita.

Assim, um jeep com reboque leva a inscrição 2/3 e um trator de peça com o obús 105; 7/10.

Desde logo se conclui que o jeep passa em pontes até 3 ton., quando com reboque; 2 ton. sem este; o trator de peça (caminhão de 2 1/2 ton.) — (7 toneladas) mais o obús 105 (2 1/2 a 3 ton.) nas de 10 ton.

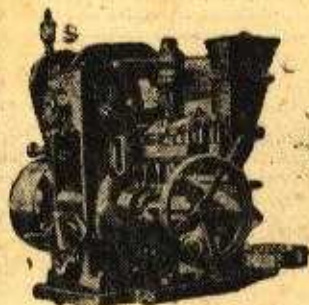
Outra prescrição a observar, mesmo nas pontes de grande tonelagem, é a não passagem simultânea de duas viaturas num mesmo vão ou numa ponte de taboleiro curto, o que se obtém pelo escalonamento das viaturas de uma unidade ou de um comboio — distanciando-as de 50 a 100 metros.

(3) O quadro anexo, organizado para o G.O. 105, indica as características de suas viaturas motorizadas.



Fábrica de Peças, Máquinas e Modelos Mecânicos

MAQUINAS PARA QUAISQUER FINS,
AUTOMATICAS E SEMI-AUTO-
— MATICAS —



J. Vincze

CONSTRUÇÃO E RECONSTRUÇÃO
DE MAQUINAS - FABRICANTES DOS
AQUECEDORES DE IMERSÃO USA-
DOS NOS RANCHOS DOS QUARTÉIS

R. NABOR DO REGO, 637 — RAMOS

Telefone — 30-1654

RIO DE JANEIRO — BRASIL



MATRIZ

Alfaiataria — Civil e Militar

CARIOCA N.º 50

Telefone 22-0001

Annibal Rodrigues & Cia. Ltda.

FILIAL

CAMISARIA
ANDRADAS, 15-17

Telefone 23-0322

RIO DE JANEIRO

TABELA ESPECIAL DE PREÇOS EM ATENÇÃO AOS SENHORES ASPIRANTES A OFICIAL

Túnica de Gabardine cinza (Aurora) Minerva c/botões, platinas e ganchos	1.250,00
Túnica de Gabardine verde oliva (Extra fina) c/botões, platinas e ganchos	1.150,00
Túnica de Tropical verde oliva (côr firme) c/botões, platinas e ganchos	1.100,00
Túnica de Brim verde oliva (Officer) c/botões, platinas e ganchos	500,00
Túnica de Brim branco H. J. Nacional c/platinas	650,00
Túnica de Brim branco 1/2 linho (inglês) c/platinas	1.000,00
Túnica de Brim Linho branco (irlandês) c/platinas	1.300,00
Túnica de Brim Linho branco (Taylor) c/platinas	1.500,00
Blossô de Gabardine Extra fina, verde oliva c/platinas e botões	750,00
Blossô de Brim verde oliva (Officer) c/platinas e botões	400,00
Blossô de Brim verde oliva (Instrução) c/platinas e botões	300,00
Camisa de brim verde oliva c/platinas e botões (Instrução)	180,00
Calça de brim verde oliva para instrução c/4 bolsos de chapa grandes	180,00
Calça de brim verde Officer escuro para serviço interno	200,00
Calça de Gabardine cinza (Aurora) e Minerva Extra	650,00
Calça de Gabardine verde oliva Extra fina	500,00
Calça de tropical verde oliva (extra) regulamentar	450,00
Culote de brim verde oliva Officer escuro para montar como instrução	280,00
Culote de Gabardine Wiph-cord Afestonado Regulamentar de Equitação	550,00
Reforço de Camurça para Culotes de gab. Afestonado do regulamento	50,00
Bonets de gabardine cinza e verde oliva c/emb. de metal	220,00
Bonets de gabardine cinza e verde oliva c/emblema bordado a ouro	280,00
Casquetes de gabardine verde oliva para Asp. a Oficial	55,00
Casquetes de gabardine verde oliva Extra fina c/forro e carneira (Asp.)	80,00
Capote de Gabardine Impermeável regulamentar todo forrado c/platinas	1.500,00
Capa de matéria plástica verde oliva para chuva (regulamentar)	180,00
Protetor de matéria plástica verde oliva para chuva para bonets	15,00
Cinto de gurgurão de seda cinza completo fecho dourado	110,00
Cinto de gabardine verde oliva c/fecho oxidado	60,00
Cinto de gabardine verde oliva completo c/fecho oxidado	100,00
Cinto de lona verde oliva regulamentar para calça c/fecho	30,00
Guia de gab. verde oliva para xiote verde oliva ou cinza	40,00
Luas de pele de cão marrom ou branca de pelica (extra)	80,00
Espadas cromadas c/toda a garantia (Eberline)	650,00
Capas de couro c/fecho Eclair para espadas	110,00
Camisas de schantung kaki c/platinas para Asp. (Estrelas bordadas)	160,00
Camisas de schantung kaki c/platinas	140,00
Camisas de tropical kaki c/platinas para Asp. (Artigo extra fino)	350,00
Gravatas de schantung kaki	25,00
Gravatas de tropical extra fino para Aspirante	40,00
Gravatas de seda preta artigo seda Animal pura (não amarela)	50,00
Fiadores para espada regulamentares (Novo Plano)	20,00
Cordão de seda ou couro para Apito regulamentar	10,00
Apitos para oficial a Cr\$ 10,00. Cr\$ 20,00, etc.	20,00
Coleção de botões dourados cruzeiro 4 mais 6	20,00
Coleção de botões massa pretos 7 mais 6	10,00
Distintivos esmaltados para lapela garantidos (par)	30,00
Distintivos de Cargos de todas as especialidades desde	30,00
Alamares novo plano para ajudantes de Ordem (unif. cinza e branco)	150,00

ATENÇÃO! — Desde já executamos vosso enxoval; é só dar vossas ordens.

Um Curso de Manutenção de Blindados

A LIÇÃO PROFUNDA DE TAES CURSOS

Ten.-Cel. JOÃO DE DEUS NORONHA MENNA BARRETO

Chefe do Serviço de Moto-Mecanização Regional e Diretor do Curso Regional de Manutenção

EXMO. SR. GENERAL COMANDANTE
DA REGIÃO
SENHORES OFICIAIS
MECÂNICOS DA ARMA BLINDADA

1 — O Curso Regional de Manutenção, criado a 29 de janeiro de 1946, tem vencido quase três anos de uma existência útil e proveitosa para as Unidades da 3.ª R. M., por conseguinte para o Exército.

2 — A primeira vista é exagerado classificar de útil e proveitosa uma existência tão pequena. Mas tudo é relativo, não só no tempo como no espaço. No caso, a relatividade quanto ao tempo está fundada no que foi realizado e na confiança do que se há de continuar a fazer.

Realmente, nos quase três anos decorridos, fizemos tudo quanto devíamos fazer: cinco turmas de mecânicos, de diversas especialidades, num total de 204 homens!

E a relatividade quanto ao espaço, decorre do nosso enquadramento: a criação dos elementos motorizados e blindados foi uma progressão, um aperfeiçoamento do nosso Exército, e o exército só foi criado, só é mantido, tão custoso que ele é, e só é aperfeiçoado, porque Exército é instituição útil e proveitosa.

3 — Não existe em nossos dias a

paz universal, que só ela justificaria o desarmamento geral, a extirpação definitiva dos perigos de novas guerras, a permitir a eliminação de forças armadas.

O Brasil, por sua consagrada orientação neste relevante assunto das relações internacionais, dá o esplêndido exemplo de consignar em sua Constituição Política, o princípio de arbitramento para resolver dissídios. Não lhe cabe, porém, a iniciativa que seria loucura, quase suicídio, como nação, de resolver só por si desarmar-se, quando as demais nações, qual em maior escala, se apresentam, no convívio internacional, encorajadas e armadas dos pés à cabeça.

4 — Este é o fato consumado, a realidade contemporânea, indiscutível: **as nações precisam de força armada. A força armada, é implícito, precisa ter eficiência.**

A eficiência depende não só do material, isto é, das armas de toda espécie com que a nação haja de defender-se quando necessário, mas, paralelamente, da aptidão, da competência dos seus soldados, para o devido uso dessas armas.

Esse é, pois, o nosso papel: nos prepararmos para sabermos empregar o nosso material.

(*) Conferência pronunciada no SERVIÇO DE MOTO-MECANIZAÇÃO REGIONAL, pelo Tenente Coronel JOÃO DE DEUS NORONHA MENNA BARRETO, por ocasião da solenidade do encerramento do CURSO REGIONAL DE MANUTENÇÃO, da 3.ª R. M.

5 — A procedência do nosso material moto-mecanizado, uma das resultantes da situação mundial criada pela grande guerra, acarretou o nosso contato mais íntimo com o exército da grande Nação Norte-Americana; daí naturalmente o confronto dos métodos, princípios e técnicas de pedagogia, vistos então de ângulos diversos, com inevitável predomínio do prestígio do vencedor, sempre desembocando na incondicional admiração pelos excelentes resultados dos métodos americanos. A compreensão do dever, provada pelo soldado americano e concretizada pela instrução militar, deve-se o espetáculo, sem precedentes, da mágica transformação de um exército de 250.000 homens na maior máquina militar do mundo hodierno, com o efetivo de 8.500.000 homens.

Este exército formidável foi lançado, através de êxitos incontáveis nas árduas lutas do Pacífico, ao assalto à «Fortaleza da Europa», onde se defrontou com os melhores soldados do mundo, possuidores dos melhores equipamentos, ao mesmo tempo que sua nação abastecia, equipava e muniava outros exércitos que agora lhe pretendem empalidecer glórias!

Mais do que sua capacidade industrial de paz, mais do que seu grande amor à liberdade, mais do que seu vertiginoso progresso científico, os Estados Unidos se impuseram pela compreensão do dever, pelo elevada espírito de sacrifício de sua gente e pelo anseio de corresponder às aspirações de seu povo! O americano, de espírito liberal e até infantil, manifestou uma surpreendente adaptação para chegar à vitória e realizá-la — montar a manobra e conquistar o objetivo.

6 — Se nos estendemos, dessa maneira, na admiração pelos nossos irmãos americanos, entretanto, nada lhes invejamos, porque temos a certeza de participar, como americanos que também somos, das suas grandezas físicas e humanas, e porque sabemos que será mera questão de tempo alcançarmos seu progresso material, sua riqueza, sua autoridade internacional.

E' certo que podemos ter orgulho de nossa mocidade. Não lhe cabe a

culpa nos nossos erros nem no atraso que possa ser constatado, pois com ela traçamos os nossos limites geográficos e é com ela que temos feito as melhores campanhas da nacionalidade.

Mas... assim como as improvisações da mobilização americana não podem constituir norma para as nações que não estejam na idade industrial econômica dos Estados Unidos, também será perigoso pensar que basta traduzir regulamentos de seu exército, para chegarmos à mesma eficiência, sem considerar a diferença de mentalidade, de cultura, de homogeneidade, diferenças do avanço sobre nós de mais de meio século de preparação e, sobretudo, a diferença em fartura e variedade de meios de seu exército.

Copiar simplesmente regulamentos seria, pois, um grande erro. Temos que admirar o exército americano e considerá-lo como ideal, como ponto de convergência dos nossos esforços como objetivo almejado, do qual devemos aproximar cautelosamente. Só isso já é procurar seguir os princípios dos mestres americanos.

Falta ainda o cunho da generosidade, porque recrutamos homens diferentes e seria erro instruí-los igualmente, como se não houvesse diferenças dos dados do problema.

Para os americanos até a tática evoluiu, não só no sentido geral da economia de forças — mas principalmente no sentido da máxima economia de vidas — feita à custa indiscutíveis gastos materiais. E assim argumentam eles: «Um homem forma-se em 21 anos; nesse tempo fazem-se os materiais para muitos exércitos e esquadras; em horas fazem muitas armas que podem evitar a perda de uma vida.»

7 — A riqueza americana não permite vacilações entre uma vida humana e despesas materiais fabulosas.

Para nós, tal doutrina traria prejuízos incalculáveis.

Seria um prognóstico de derrota, constatação de que só as nações ricas, industrializadas e verdadeiramente civilizadas, podem fazer guerras com êxito.

As nações pobres como o Brasil, precisam trabalhar o coração de sua gente, temperar o seu caráter, restringir ao mínimo a exigência de meios de ação, educar para sobriedade e até admitir o empenho de vidas contra material!

Tal o preço de nossa vida como nação independente. Será exagero? Permita Deus que o seja, mas é preciso pensar no pior, porque tudo que vier a mais será novo elemento para a vitória.

Nossa disciplina nesse sentido, em consequência, **precisa ser mais forte** para resistir a maiores embates; **nossa coesão precisa ser mais perfeita**, porque deve sujeitar-se às maiores privações; **nossa energia moral precisa ter raízes mais profundas**, pois sobre ela trabalharão maiores elementos destruidores.

Não devemos pois raciocinar sobre bases falhas e frágeis, nem chegarmos à exaltação, embevecidos, iludidos com os resultados alcançados ou com os meios ainda precários de que dispomos.

Temos que raciocinar e resolver com os nossos poucos recursos e abandonar a idéia de alcançar por imitação — e imitação superficial, sem profundidade — aquilo que os outros conseguiram sob a pressão das necessidades e das desilusões, ao favor de abundantes recursos e possibilidades, e ainda depois de grande aperfeiçoamento.

Precisamos, portanto, multiplicar energias e esforços para manter cuidadosamente o material que adquirimos à custa de sacrifício.

Só assim deixaremos de nos sentir como simples carne de canhão, deixaremos de nos resignar a sermos tangidos para o matadouro. E' preciso tratar de vender caro a pele, se fôr preciso vendê-la. E' necessário que incansavelmente trabalhemos, procurando pôr em prática os conhecimentos adquiridos, levar em conta as injunções iniludíveis da nossa realidade, a fim de nos habilitarmos para lutas eficientes, deveras capazes de desempenhar com competência o posto que nos tocar no combate, assim contribuindo para o bom êxito da luta na defesa da Pátria.

8 — Repito aqui algumas palavras que pronunciei quando assumi a Chefia do Serviço e no início do vosso curso — **O serviço de manutenção é uma necessidade incessante.** O simples funcionamento do material, ainda que se processasse sem acidente, nem incidentes, tem a servidão inseparável de toda máquina, que é sua vida limitada, um número limitado de horas de trabalho com segurança. Assim, **o nosso material motomecanizado está quase todo necessitado de manutenção** e se de repente ficarmos inibidos de fazer o respectivo serviço, por falta de pessoal especializado, está claro que ficaremos sem esse material — pois que apelar para escalões superiores impotentes, não remediaria.

9 — Aqui, neste novo e importante curso do exercício, dentro das diretrizes fixadas e dos correspondentes horários, para a prática das mesmas, com espírito elevado, aprendestes o que foi programado acerca do conhecimento técnico das viaturas em geral, notadamente do **Carro de Combate, essa nova e poderosa arma especializada** que foi fator decisivo nos campos de batalha da última guerra mundial.

Sim, meus camaradas, ninguém pode mais negar a excelência desse material, que, usando e abusando das suas principais características — **movimento e fogo** — penetra através o inimigo, rápida e profundamente, de tal forma, que este não tem tempo para se recompor e empregar reservas capazes de fechar brechas. Seus ataques, neutralizando o conjunto das posições de defesa inimiga até a zona de ação de sua artilharia, auxiliam decisivamente a progressão da infantaria e são muito mais eficazes do que os efetuados pela própria infantaria, auxiliados por forte preparação de apoio e acompanhamento de artilharia.

Outrora, essa característica do movimento era proporcionada pelo cavalo e o meio normal de ação era o combate a cavalo, a arma branca, fôsse de espada em punho, destroçando as alas, fôsse de lança em riste onde «no peito ou na frente dos tiranos, o alange timbravam de afiar.»

O desprendimento e a bravura do cavaleiro constituam o principal fator da vitória; o cavaleiro só apeava quando pôsto fora do combate o seu cavalo ou para nunca mais montar.

Época memorável que deu tradição e glória à cavalaria, e em que o espírito da arma se consolidou e enriqueceu, fazendo de cada cavaleiro um homem franco, leal e sobretudo desarmado e ousado.

A guerra de 1914-1918 ensinou, porém, que o «*fogo*» representa «*potência*» decisiva, em virtude do emprego de armas automáticas de grande rendimento e de tiro preciso; e que a **manobra pelo fogo torna-se indispensável para permitir a manobra pelo movimento.**

A fórmula antiga, da combinação do fogo e do movimento, é sempre verdadeira, mas os dois termos, conquanto inseparáveis, mudaram de valor relativo.

A ação do fogo é preponderante, é ela que permite o movimento.

Em consequência, para satisfazer as condições da guerra moderna, a cavalaria foi dotada de engenhos de fogo — armas automáticas — e a sua tática consiste em **combater a pé pelo fogo e manobrar a cavalo.**

Operando dentro do quadro de suas missões normais ela continuará prestando os melhores serviços ao Exército e como bem disse o Sr. Gen. Castello Branco, em seu Boletim de assunção de comando: «*A Cavalaria é ainda uma «Arma» definida por missões tradicionais e imutáveis e não pelos processos empregados no momento, ditados pela evolução da técnica.*»

Na última guerra, porém, os meios e processos de combate evoluíram consideravelmente, aumentando ainda mais o seu valor. Este acréscimo se processou aceleradamente em poucos dias, caracterizado em dois aspectos que se apresentam concomitantes e dão a ilusão de terem evoluído simultâneos, mas que tiveram seu lógico aparecimento, sucessivo, com brevíssimo intervalo.

O primeiro aspecto diz com a característica tradicional da arma, a mobilidade — **motorização:**

O segundo aspecto diz com uma importantíssima verdade nova ca-

racterística, a da invulnerabilidade — graças ao **encouraçamento.**

Realmente, o **consórcio do motor com a couraça, criou verdadeiramente uma nova arma**, beneficiando as possibilidades decorrentes das características da cavalaria, constituindo uma cavalaria quase ideal, porque dispõe de **elevada mobilidade**, isto é, **maior velocidade e maior raio de ação** — graças à auto-propulsão; **reduzida vulnerabilidade** — graças à sua couraça; **maior capacidade de choque** — graças ao seu considerável peso e à velocidade que pode desenvolver; e **maior potência de fogo** — graças às metralhadoras e canhões de bordo.

A todas essas vantagens devemos acrescentar a possibilidade de realizar com menor risco o **corpo a corpo**, sem abrir mão da aplicação do fogo (fogo à queima-roupa) e desembaraçada do grosso. Seu grande poder ofensivo e a possibilidade de irrupção por surpresa, permitem realizar as melhores ações em profundidade, intensificando e acelerando a dissolução do inimigo. Convém, portanto, considerar essa superioridade, que nos permite liderar o combate, lembrando-nos sempre dos sacrifícios que devemos evitar às outras armas terrestres, fazendo o grosso do trabalho e aliviando a ação da Infantaria. Mas também temos limitações, conhecemos o nosso calcanhar de Achilles. Estamos inapelavelmente expostos ao malôgro, se nos lançarmos em más condições, sobretudo em terreno difícil, onde podemos ficar imobilizados, condenados à destruição pela carência de elementos de resistência. Retiro-me aos campos de minas, aos obstáculos naturais e artificiais; às zonas montanhosas, pantanosas e de florestas densas; às más condições climáticas; e carência de suprimentos de toda espécie, como combustíveis, lubrificantes, munições, etc.

Portanto, constituindo as Unidades de Carros arma fundamentalmente ofensiva, devemos empregá-las em massa, de surpresa, em terreno favorável, com reservas suficientes de suprimentos, com cobertura aérea (reconhecimentos) e ausência ou neutralização de elementos anti-carros.

Só assim tiraremos partido de suas

qualidades em qualquer ação de caráter decisivo.

Dêste confronto de excelências e servidões, resulta que, particularmente, no caso brasileiro, de exército ainda pobre em carros couraçados, pobre de meios para recuperá-los ou reforçá-los, **precisamos ter a constante preocupação da manutenção e recuperação desse material** e de tomar, em todas as cautelas para que seu emprego se faça com todas as possibilidades de eficiência e o menor desgaste possível do material.

A arma blindada, e é este o caso da divisão blindada, diz o Major Paul C. Raborg, do Exército americano, em seu recente livro — *Fôrça Mecanizada*:

«E' UMA COMBINAÇÃO INTRINCASSÍSSIMA DE TODOS OS ARMAMENTOS, DESDE A INFANTARIA ATÉ A ARTILHARIA, CONJUGADOS NUMA TERRÍVEL ARMA BÉLICA, ESPECIALIZADA E CUIDADOSAMENTE COORDENADA. PRATICAMENTE, CADA COMPONENTE DE UMA TAL ORGANIZAÇÃO, DESDE A PRAÇA MAIS MODESTA ATÉ O GENERAL COMANDANTE E' E DEVE SER UM ESPECIALISTA ALTAMENTE TREINADO.» Faço esta citação para recordar, incidentemente, as responsabilidades que nos pesam.

Seja como for, a conclusão que se impõe é que — o motor aplicado a um engenho capaz de levar rapidamente a metralhadora e o canhão às regiões de combate, onde a vida seria impossível, sem a proteção da couraça, não deve faltar em um núcleo de fôrça que realmente se prepara para a guerra ou pretenda fazê-la.

Eis aí, em linhas gerais e o mais

reduzido possível, o que me foi imposto dizer pela consciência profissional e pela minha posição de Chefe do Serviço de Moto-Mecanização e Diretor dêste Curso.

Será para mim grande satisfação o ter recordado algo de útil, já que não poderia propôr-me a coordenar ensinamentos novos ou dar a esta palestra atrativos literários pouco vulgares entre os do nosso officio.

Meus jovens camaradas, eu vos concito ao fiel cumprimento do dever militar, ao sentimento de amor pela pátria, ao espírito de corporação, à disciplina raciocinada, que nada mais é do que o sentimento mútuo de confiança, de estima e de respeito, que deve existir entre comandantes e comandados, pois a subordinação nada tem que ver com o servilismo. Colaborar no cumprimento do dever comum, empregar suas fôrças ao serviço do exército, é conduta que não humilha o militar, pelo contrário, o caracteriza — ao pé da letra — lhe exige e lhe consolida o caráter, pois «o soldado não é um escravo, mas um homem ao serviço do dever.»

Ao finalizar esta oração desejo que, nas Unidades onde ides servir, nunca falte a convergência da vossa **união**, e da vossa **lealdade** para com os superiores, do vosso **devotamento** e da vossa **dedicação profissional**, porque esses sentimentos fazem a melhor das disciplinas e esta só existe para que possamos servir ao Exército com o máximo de eficiência; e concluo com um brado que, repetido por todos nós aqui presentes, ecoe em todos os recantos do nosso vasto território, para que lá longe, muito longe mesmo, ainda se ouça — **VIVA O BRASIL!**

TRANSCREVEMOS, ABAIXO, ALGUNS AFORISMOS PARA SEREM COLOCADOS NAS GARAGES, OFICINAS, PARQUES E DEPÓSITOS DAS UNIDADES BLINDADAS

1 — «A **manutenção preventiva** é a mais importante de todas as classes de manutenção. Prevenir é sempre muito melhor que remediar.»

2 — «**Manutenção preventiva contínua** é a única maneira de manter o material em forma.»

3 — «Para **vitória final** é necessário que tenhamos consciência do valor da **manutenção preventiva**; por isso habituemo-nos a proceder à **manutenção** o mais rapidamente possível.»

4 — «O **Exército Moto-Mecanizado** de hoje depende inteiramente do es-

tado de **conservação** de seu equipamento. Quanto mais **antigo** for o material, maior será a necessidade de uma boa **manutenção preventiva**.

5 — «O motor é o principal objeto de preocupação e cuidado».

6 — «A **lubrificação**, a **ignição**, o **estriamento** e a **bateria** são os pontos, que maior atenção necessitam, do motor».

7 — «Um Carro de Combate é quase tão sensível e requer tanto cuidado como um cavalo de carne e osso».

— **constante vigilância e cuidado** é o único meio de mantê-lo em bom estado de serviço».

8 — «Os cavalos-motor, como acontece com os de carne e osso, requerem cuidados e atenção para poderem prestar os melhores serviços».

9 — «As máquinas e não os cavalos, são agora a força propulsora dos exércitos, mas exigem para **manutenção** ainda mais cuidadosa atenção».

10 — «Na guerra mecanizada só o perfeito funcionamento das máquinas bélicas, ganha batalhas; e o descuido na **manutenção** implica o funcio-

namento imperfeito, que perde as batalhas».

11 — «A **disciplina da manutenção** é tão importante como a disciplina do pessoal. O soldado ineficiente põe em perigo a vida dos camaradas. A **manutenção insuficiente** põe em perigo a vida dos exércitos por causar o desarranjo do material, não raras vezes quando dele mais se precisa».

12 — «Não há desculpa para o mau trato do material».

As quatro causas principais do mau trato são:

- 1) **emprego** ou **manejo** impróprio, com imperícia ou negligência;
- 2) **Falta de lubrificação**;
- 3) **Falta de inspeção**;
- 4) **Adiamento de manutenção**.

13 — «Soldado — cuida o material automóvel. Ele é caríssimo e sua recuperação é difícil. Uma **viatura indisponível** é uma nau de menos na batalha».

14 — «Da **coragem**, da **ousadia** e da **força de decisão** do chefe do Carro de Combate depende, afinal, o destino do Carro e o de sua guarnição».

INDUSTRIAS CAMA PATENTE — L. LISCIO S. A.

A MAIOR FABRICA DE CAMAS DA AMERICA DO SUL



Matriz : SÃO PAULO — RUA RODOLFO MIRANDA, 97

Filiais : RIO DE JANEIRO — PORTO ALEGRE — BELO HORIZONTE — BAHIA E RECIFE

ESCLARECEDORES E PATRULHAS

em nossos regulamentos e nos americanos

Ten.-Cel. J. H. DA CUNHA GARCIA
Chefe A2/DA

O manual americano FM 21.75 já traduzido pela D.A. mas ainda não publicado, trata dos detalhes do que nós chamavamos antigamente «instrução preparatória para o S.C. e o Cb. e instrução propriamente dita de S.C. do soldado e da patrulha», nomes com os quais já estávamos habituados e que para a cavalaria o Cmt. Colla tinha muito bem tratado em um de seus volumes aqui publicado.

Pretendemos neste artigo mostrar o que este manual traz de novo para nós e o que é saliente de importância que nós não o fazíamos.

De início surge uma idéia importante com referência ao esclarecedor que a nossa cavalaria chama de explorador. O manual citado diz que o esclarecedor é um soldado especialmente escolhido, enquanto entre nós a instrução de esclarecedor ou explorador é dada a todos os soldados do pelotão. Acrescenta que o esclarecedor além de ser de confiança, inteligente, perseverante e fisicamente forte, deve ter visão e audição perfeitas, coragem, iniciativa, deve saber ler, escrever e nadar, deve ainda ser bom atirador e hábil combatente; não deve sofrer de cegueira noturna, febres, tosse e outras afecções do aparelho respiratório, bem como não deve ter fraca sensibilidade olfativa.

Nós temos os nossos «esclarecedores de escol», mas nem os nossos regulamentos, nem nós, nunca exigimos tantas coisas deles. Tratando de sua instrução, diz ainda que eles devem saber ler carta perfeitamente, empregar a bússola, bem como confeccionar esboços.

Conclusão — A função de esclarecedor ou de explorador sempre foi uma missão arriacada. Na escolha do pessoal para constituir uma patrulha de ponta, de reconhecimento ou uma patrulha com uma missão especial, os chefes tinham o máximo cuidado. Agora com o aperfeiçoamento dos meios de observação e das armas, esta missão tornou-se mais difícil; ela culmina no trabalho da patrulha de combate, no qual são exigidas perfeitas qualidades de combatente.

Há então necessidade de dedicar o maior cuidado possível à formação dos esclarecedores em geral e particularmente na seleção dos esclarecedores ou exploradores de escol.

Embora todas as unidades de qualquer arma necessitem de seus esclarecedores, as unidades de cavalaria, por suas missões, devem mais que todas as outras, dedicarem-se cuidadosamente na sua formação e aperfeiçoamento.

Sobre a instrução do esclarecedor — há um ponto interessante, embora de detalhe, que os nossos regulamentos não chamam a atenção. Diz o manual, ao **aparecimento de um avião** o esclarecedor deve deixar-se de bruyos e ficar imóvel, ocultando as mãos e não olhando para cima. É para este ponto que desejo chamar a atenção dos instrutores e monitores.

Outro ponto interessante é o referente aos cuidados que o esclarecedor deve ter com o **disfarce de seu rosto** (emprego de tintas, folhas de árvores amassadas, etc.).

Esta prescrição se impõe em todas as partes onde os americanos combateram e eles não a relachavam nos

seus menores detalhes. Ela faz parte, está, implicitamente, no nosso «ver sem ser visto».

As operações aproximadas ante a precisão do fogo e a rapidez de tiro das armas modernas, exigem os maiores cuidados no disfarce.

Esta passagem nos faz lembrar uma notícia publicada em jornais aqui na capital sobre a habilidade com que os índios, se não me falha a memória os Chavantes, seguiam sem serem pressentidos, por dias a fio, as caravanas em demanda de seus territórios, confundindo-se com a folhagem, com a terra, etc.

«Ter todo o cuidado **quando cansado**, pois a fadiga leva a cometer descuidos» — eis outro detalhe a incluir nos instruendos, o qual não tem sinal algum de novo, mas que muito tem de prático e não consta de nossos documentos de detalhe sobre a instrução individual.

O **disfarce** nunca foi praticado por nós como está sendo ultimamente; aqueles que participaram desta última guerra sabem lhe dar o verdadeiro valor. Tanto não sentimos necessidade que, é muito comum, acharem graça de um companheiro que com folhagens procura disfarçar seu capacete. É necessário despertar no homem o interesse pelo disfarce.

Devemos tratar a sério do disfarce, seja qual for o exercício, uma arma, uma posição assinalada, é uma arma ou uma posição destruída.

Sobre a **progressão do esclarecedor** o manual recomenda que «não faça movimentos bruscos e desordenados mas sim movimente-se vagarosamente», procurando seguir o ritmo das coisas que o rodeiam.

O esclarecedor, quando pelo seu movimento faz voarem aves ou movimentarem-se animais, deve imobilizar-se porque o inimigo está atento a esses indícios. Não há quem não tenha visto a atenção com que o gado no campo olha na direção de uma pessoa que se movimenta a pé e este olhar indica a direção do esclarecedor.

Um avião que aparece, uma rajada de metralhadora, sempre chamam a atenção do observador inimigo e é

o momento que o esclarecedor deve aproveitar para seu lance.

Em uma praia, o esclarecedor deve caminhar bem próximo da linha d'água, só assim suas pisadas serão lavadas pela água.

Em terreno coberto de macega, plantado de trigo ou aveia, o esclarecedor deve aproveitar os momentos em que o vento muda o ritmo do conjunto para deslocar-se e não deve fazê-lo em linha reta porque facilita a observação do inimigo.

Manda o esclarecedor **escolher o itinerário** em uma carta ou fotografia aérea, o que para nós seria feito não com muita facilidade por um sargento comandante de patrulha; depois, nós consideramos o esclarecedor sempre em um conjunto, patrulha, portanto recebendo indicações de seu chefe; não há necessidade do esclarecedor utilizar uma carta ou fotografia.

Para reconhecer uma casa o esclarecedor procura se aproximar dela o mais rápido possível antes que o inimigo o perceba. Se forem vários esclarecedores, dois se aproximam e entram na casa, enquanto os outros dois ficam fora, a uma certa distância.

Em um bosque os esclarecedores devem ter os mesmos cuidados que acima e uma vez no seu interior devem às vezes parar para escutar, pois no mato em geral se ouvem primeiro os ruídos do inimigo, depois é que se o descobre.

Reconhecimento à noite — Os esclarecedores antes de partirem para uma missão noturna devem ficar no escuro pelo menos uma hora e quando tiverem que olhar para uma luz, devem fazê-lo apenas com um olho ou utilizando óculos vermelhos.

A noite muda a aparência das coisas. O esclarecedor deve estar habituado ao trabalho noturno, só assim terá facilidade de identificar o que vê.

A noite vê-se melhor com os ouvidos. O esclarecedor deve parar de quando em vez e escutar.

Um hábito que se deve dar a um esclarecedor é o de, visto o clarão de um disparo, começar a contar até 3, por exemplo, quer dizer que o atirador está mais ou menos a 300 metros.

O **olfato** pode dar indicações sobre fogos acesos, cozinhas, parques de automóveis, motores a gasolina e óleo, etc.

Chama atenção para como o esclarecedor deve andar durante a **noite** para não ser pressentido: põe o corpo sobre a perna de trás, leva a outra vagarosamente para a frente de modo a tocar o solo levemente.

Manda ter **cuidado com a tosse**, com o espirro, manda expelir o ar dos pulmões quando tiver que falar para não sibilar.

Quando não se distingue um objeto é conveniente fechar os olhos por alguns minutos, depois abri-los vagarosamente.

Ao **encontrar alguém**, o esclarecedor deve abaixar-se para ver melhor e ser menos visto.

Todas as patrulhas e indivíduos que o esclarecedor encontra deve considerar inimigos até que seja verificado o contrário.

Deve atirar só para evitar ser prêso.

A noite deve desviar-se dos bosques, sangas, barrancos e matagais.

Perto de armados o esclarecedor deve ter cuidado com minas e armadilhas.

Deve evitar os obstáculos que em geral são vigiados.

Ensina como passar uma **cerca de arame** e como cortá-la.

O manual passa, a seguir, a tratar do **observador** e dos **indícios**.

Sobre estes diz:

— a extensão de uma zona de estacionamento indica o valor da tropa;

— as marcas das rodas das viaturas indicam a natureza da tropa, os veículos que possui e a direção de marcha;

— o estado da zona de estacionamento dá uma idéia das condições do inimigo;

— um homem quando corre enterra a ponta do pé, ao passo a pisada é uniforme;

— rastros de cavalo aos pares, sobrepostos ou muito juntos, indicam trote; separados de um metro mais ou menos indicam galope;

— animais que pucham viatura deixam marcas muito juntas com as patas da frente e muito mais pronunciadas que as de trás;

— as rodas de viatura muito carregada derrapam na descida quando se fazem funcionar os freios;

— as patas dos muars são estreitas e compridas;

— o estado dos excrementos dos animais, indica quando a tropa passou;

passando depois a enumerar outros indícios.

Diz que o **uniforme de lá** é preferível ao de brim porque faz menos barulho ao ser rasgado e que o sapato mais adequado para uma operação noturna é o de tênis. Quando o soldado está de cinturão deve virar a fivela para o lado, a fim de não fazer barulho de encontro ao solo pedregoso.

A seguir, passa o manual a tratar da **instrução do esclarecedor**: primeiramente de dia, onde nada encontramos de novidade; são os mesmos processos que empregamos.

Na **instrução noturna** encontramos um processo prático: o instrutor cobre os olhos de um instruendo e manda que a turma, partindo de uma distância de uns 50 m, dê-se aproxime, sem fazer ruídos; cada um que é assinalado é desclassificado.

Manda o manual procurar desenvolver o mais possível o **espírito de observação** dos homens. Esta parte nos faz recordar as lições do livro francês «Voir et écouter», o qual indica os meios de desenvolver a acuidade auditiva, visual, etc.

Quanto à **preparação dos exercícios noturnos**, lembra que os homens precisam no mínimo uma hora de escuridão para ficarem em condições de iniciar esta instrução.

Patrulhas — O manual considera duas espécies de patrulhas: de **reconhecimento** e de **combate**.

Caracteriza as primeiras por terem como missão principal a busca de informes e por não terem obrigação de ficar ligadas à tropa que as destaca; as segundas, porque suas missões para serem cumpridas pode ser necessário o emprêgo da força, sendo a busca de informes uma parte secundária de sua missão.

Dentro desta classificação geral, as patrulhas recebem nomes conforme suas missões.

Uma patrulha de combate pode receber missão de incursão em uma determinada zona ou sobre um P. C., recebendo, então, o nome de patrulha de incursão; é uma missão, no cumprimento da qual por força haverá combate, haverá emprego de força. Pode ainda receber missão de fazer prisioneiros, destruir ou capturar material, executar golpe de mão, infiltrar-se nas linhas inimigas, eliminar grupos inimigos de determinadas zonas, impedir o trabalho de elementos de reconhecimento, eliminar grupos de infiltração. Podem tomar nomes particulares, de patrulha de incursão, de infiltração, de assalto, de demonstração e de limpeza do terreno. Ainda podem receber as missões seguintes nitidamente ofensivas, como impedir a ocupação de determinados pontos, atacar tropas aero-terrestres, efetuar a busca de atrilhões emboscados, como missões de segurança, proteger o flanco de uma tropa desenvolvida, preceder ou seguir tropas em marcha, manter o contacto com outras unidades.

Em situações defensivas as patrulhas atuam na frente e nos intervalos dos PA e das localidades defendidas.

As patrulhas de reconhecimento recebem missões de colher informes, manter contacto com o inimigo ou observar uma determinada região (vias de comunicação, curso d'água, obstáculos, acidentes do terreno); reconhecer redes de arame amigas e inimigas, zonas gasadas e campos minados.

Estas patrulhas somente combatem pelo fogo, quando necessário para o cumprimento da missão ou para sua proteção.

Desta introdução ao estudo das patrulhas, conclui-se que sempre que a missão recebida pela patrulha possa levá-la ao combate, isto é, ao emprego da força para conseguir o seu objetivo, ela pode ser enquadrada entre as patrulhas de combate.

Por exemplo, há nítida diferença entre uma patrulha que vai repelir um grupo inimigo de um determinado ponto e outra que marcha pelo flanco de uma tropa pronta para protegê-la de incursões do inimigo: a 1ª é de

combate e a segunda de reconhecimento.

Uma patrulha é mandada sobre uma determinada localidade a fim de informar se ela está ou não ocupada pelo inimigo.

Onde enquadrar a patrulha de ligação?

Um esquadrão ou uma companhia, marchando na direção do inimigo como vanguarda, destacará seu escalão de reconhecimento composto de um conjunto de patrulhas. Estas patrulhas são controladas pelo elemento que as destaca e com ele devem manter-se em ligação, pelo itinerário que lhes foi determinado, pelo objetivo ou por um horário dentro do qual devem informar, portanto estas patrulhas não podem, pelas suas características, ser enquadradas na chave geral. A missão é de **segurança**, embora as referidas patrulhas **reconhecem** e possam ter necessidade de **combater**.

Qual é a nossa situação com referência a esse assunto — classificação de patrulhas?

Temos as patrulhas destacadas por uma unidade da vanguarda, retaguarda ou flancoguarda, temos as patrulhas destacadas por um D.D. para a sua própria segurança e patrulhas lançadas em busca de informes, temos os reconhecimentos lançados em situações especiais pelo comando que destacou os D.D. ou pelo próprio D.D., temos as patrulhas de ponta, temos os elementos de segurança afastada que não são mais que patrulhas, temos as patrulhas de ligação e as patrulhas de combate.

Nós sempre demos mais importância às patrulhas de segurança, deixando em um plano secundário as de combate, justamente ao contrário do que os americanos fazem hoje.

Então, uma primeira conclusão — mais cuidado no estudo e no preparo de nossas patrulhas de combate.

Mas para a cavalaria continuam as patrulhas de segurança e de reconhecimento as mais importantes, embora seja necessário maior desenvolvimento do trabalho a pé, fora das viaturas ou descidas dos cavalos.

No estudo da patrulha quase nada

importante encontramos diferente das nossas prescrições.

Sobre a relação do esclarecedor com a patrulha, diz o manual «como componente de uma patrulha, entretanto deve considerar-se membro de um grupo maior, o que requer um treinamento complementar, além do que é exigido para um bom esclarecedor».

Há aqui um ponto interessante: nós preparamos o esclarecedor ou o explorador no quadro da própria patrulha; a situação vivida é a de uma patrulha, o comandante desta é quem treina os esclarecedores; fora deste quadro damos apenas a instrução preparatória no início. Parece que o nosso processo é mais prático.

O «homem da carta» é um indivíduo que conduz a carta da região e que é o auxiliar do comandante em tudo que diz respeito a direção da marcha, itinerário, objetivo, sem contudo diminuir a responsabilidade do comandante. Esta foi uma novidade que encontramos, embora esse homem seja empregado apenas em patrulhas fortes.

Outro ponto interessante que nós aplicamos, mas nunca mencionamos, é a questão da ordem **preparatória à patrulha**, na qual o comandante dá as instruções ao pessoal e, após o que, todos vão se preparar.

Material a ser conduzido — O equipamento deve ser aliviado, sem entretanto deixar-se de levar o necessário. A bússola deve ser levada pelo chefe ou seu substituto; todos os homens devem levar binóculo. Eis aqui um ponto importante para nós — de duas patrulhas inimigas que marcham uma ao encontro da outra em determinada região, aquela cujos componentes levam binóculo tem muito mais possibilidades de descobrir a outra primeiro e daí as consequências naturais dessa situação. Entre nós, praticamente o chefe, às vezes, leva binóculo, pelo menos na instrução, não sei como foi na F.E.B.

As rações a levar dependem da duração da missão; entretanto, é preciso não esquecer as pastilhas para a água de beber.

Sobre o armamento salientam a importância da metralhadora de mão,

de granada e da lança-rojão, dizendo que o morteiro 60 pode ser necessário conforme a natureza da missão.

Fala nas armas silenciosas, como a baioneta, os cassiêtes, as facas, as soqueiras, as machadinhas, os facões de mato, etc.

As formações — Entre nós um dispositivo comum é, na frente os esclarecedores, em geral em grupos de dois, mais atrás o comandante seguido de um ou dois mensageiros ou estaleiros e mais atrás o substituto com o resto da patrulha; neste eram designados os homens que vigiavam os flancos, a retaguarda e o ar.

O americano divide a patrulha em quatro grupos: um na ponta onde vai o comandante e os outros distribuídos em losango em relação ao da frente.

Eles gostam muito da formação em losango e justificam dizendo que quando atacada, uma patrulha deve sofrer o mínimo de baixas, podendo mudar de direção sem mudar de formação; entretanto, dizem que a escolha da formação depende da missão, do terreno, da visibilidade, da atividade do inimigo, da facilidade de comando, do efetivo da patrulha e da velocidade em que deverá marchar.

Quando a visibilidade é pouca, pode tomar a formação em coluna por um. Em terrenos descobertos é necessário aumentar as distâncias.

Contrôle à noite — Além de sinais acústicos, pios de aves, é usada uma corda ligando os componentes, o que facilita o comando.

Uma medida interessante é a do **uso do telefone** para a ligação com as patrulhas e destas entre si; para nós isto não era de acreditar, mas eles fazem, com certeza, nas patrulhas de combate, e nós vamos um dia experimentar.

As prescrições com referência às patrulhas de combate, são muito semelhantes às que tínhamos para os nossos reconhecimentos longínquos na cavalaria, desde antes da guerra de 14, quando esses reconhecimentos penetrando no território inimigo, lá ficaram dias e semanas.

Todo o comandante de patrulha ao regressar deve apresentar seu relatório, escrito ou oral e além disto res-

ponder uma série de 12 quesitos, inclusive mostrar na carta o itinerário percorrido e o ponto onde tenha ido.

Um ponto de que o manual trata repetidamente é o da necessidade de **treinamento da patrulha** na missão em terreno amigo, semelhante à que terá de executar em terreno inimigo. É claro que esta medida é tomada para os casos de patrulha de combate com missões especiais, por exemplo, a destruição de uma ponte em tal região e dentro de tal situação.

Chama também muita atenção para os exercícios de aplicação dos **sinais** de toda ordem que vão ter que empregar durante a missão.

Lembra a necessidade de cuidados especiais quando a patrulha encontra **obstáculos** organizados pelo inimigo; em geral, não só são vigiados como aí se encontram minas e armadilhas.

Diz o manual que os barrancos, as ravinas, as valas, os desfiladeiros e vales estreitos se prestam às emboscadas; em qualquer caso é necessário que um ou dois homens se adiantem de uns 150 metros e verifiquem a situação.

Trata a seguir da travessia de um **curso d'água** por uma patrulha e desce aos detalhes de sua execução, escolha do local de passagem, modo de passagem, bem como os pontos que devem ser observados em cada curso d'água.

Documentos inimigos — Toda documentação encontrada deve ser reunida, anotadas as circunstâncias em que foi encontrada (hora, local, nome do soldado inimigo, unidade a que pertence, etc.). Os códigos, cifras e material criptográfico devem ser remetidos ao comando superior imediatamente.

O **rádio** é útil a uma patrulha mas muito perigoso, embora utilizando código; transmitida uma mensagem, a patrulha deve imediatamente mudar de posição.

Instrução das patrulhas — nada encontramos de novo nas prescrições sob este título, mas podemos concluir que o nosso treinamento em missões de patrulha de combate deve ser **levado mais a sério**; é necessário que todo sargento seja capaz de comandar bem uma patrulha de combate.

PROPAC

Companhia de Propaganda, Administrativa e Comércio, (PROPAC)

AVENIDA RIO BRANCO, 85 — 14.º Andar

End. Tel. «PROPAC» — Rio de Janeiro — TEL. 23-2101

Representante e distribuidora dos produtos de fabricação da

ATLAS POWDER COMPANY

Wilmington, 99 — Delaware, U.S.A.

DINAMITE — ESTUPIM

Espoletas simples e elétricas, para entrega imediata

VENDAS: RUA 1.º DE MARÇO, 37-A — 8.º andar

Telefones: 43-4831 — 43-1025

Membro da Associação Comercial do Rio de Janeiro

Serviço de Informações em Campanha

II

Pelo Ten. Cel.

MANOEL CHAMORRO MARTINEZ

Extrato do Boletim n° 333, do
Círculo Militar, pelo Ten. Cel.
Newton Franklin do Nascimento

(Continuação)

II — CARACTERÍSTICAS PRINCIPAIS DO SERVIÇO

A atividade informativa é contínua e não se detém jamais, mesmo quando se paralisa a ação operativa. Pelo contrário, essas ocasiões devem ser aproveitadas, para intensificar e aprofundar mais sua ação e esta não pode considerar-se terminada, pela consecução de um objetivo pré-estabelecido, pois, as situações de guerra sofrem variações mui rápidas, obrigando a que os acontecimentos sejam seguidos passo a passo, para que não causem surpresas.

O Serviço de Informações deve ser eminentemente agressivo, pondo em jogo todos os meios disponíveis, para buscar e encontrar a notícia, ou o informe necessário.

Contentar-se passivamente com que a notícia chegue ao Serviço, é prova evidente de incapacidade, já que conduz a suportar os acontecimentos, em lugar de preveni-los, com atitude ofensiva.

A rapidez de desenvolvimento da ação informativa é condição indispensável, para um rendimento eficaz do Serviço. Informação que chegue com atraso, ou que tenha sido provocada pelos acontecimentos, perde todo seu interesse e importância e, às vezes, chega a causar danos, por prestar-se a fomentar a incerteza.

O estudo, confronto e interpretação das informações não deve constituir, em nenhum caso, motivo de atraso na oportuna comunicação das informações aos órgãos, ou comandos, que devam utilizá-las. Mais do que a precisão das informações, deve-se dar preferência, sobretudo nas pequenas unidades, à rapidez de sua comunicação, a fim de que o Chefe, a quem possam interessar, disponha do tempo indispensável para tomar suas primeiras disposições, com conhecimento, ainda que seja aproximado, da situação do inimigo.

A natureza do Serviço exige grande liberdade de ação, ampla autonomia e máxima responsabilidade, levando em conta o caráter artístico e individual do trabalho a desenvolver por seus componentes. É necessário que, organização e funcionamento, não estejam jamais vinculados a prescrições de caráter restritivo e, que sua atividade, siga uma única norma de conduta, verdadeiramente taxativa: alcançar a todo custo o objetivo designado.

O Serviço de Informações é anônimo. O trabalho de cada um de seus componentes deve ser desprovido de egoísmos inadmissíveis e de qualquer classe de personalismos.

Cada meio atua de modo independente, segundo as diretivas do órgão a que pertence; mas, para que o Serviço desenvolva um trabalho comum e obtenha resultados positivos e proveitosos, é necessário um espírito de cooperação e colaboração, não só dos elementos pertencentes ao Serviço, mas também dos estranhos a ele, começando pelo corpo de oficiais e terminando pela população civil que, de modo algum, pode abster-se de facilitar e concorrer para o desenvolvimento da ação informativa.

Esta colaboração estará sempre em razão direta com o grau de preparação obtido por todos. E pressupõe a formação de uma consciência informativa, a qual, além de aguçar o sentido informativo, estimula o espírito de busca de informações, facilitando sua reunião e o trabalho a desenvolver pelos órgãos especializados. A falta desta consciência informativa limitaria o rendimento do serviço, mesmo que se obtivesse deste a mais perfeita organização, acabando por transformá-lo em um organismo burocrático, de funcionamento mecânico e aspirações mui limitadas.

A falta de conhecimento do serviço contribui para criar, especialmente em tempo de guerra, um ambiente de desconfiança, de paixão e de receio, que o faz aparecer como um órgão que o aproxima da aventura e intriga, não isenta de certo caráter folhetinesco, com reflexos de cinematográfico.

Na guerra, o Serviço tem por missão a coleta, classificação e utilização dos dados relativos à situação do adversário. Na paz, tem os mesmos objetivos, mas orientados para o conhecimento da situação militar dos Estados que, presumidamente, possam ser os inimigos de amanhã.

Essencialmente artístico em sua organização e procedendo com um método lógico e indutivo, o Serviço vem a ser uma das mais preciosas e potentes instituições, que a inteligência e o trabalho do homem criaram, para servir ao drama apaixonado da guerra e, em cuja organização, se põem em evidência as virtudes viris dos homens e dos povos.

O Serviço de Informações tem um

aspecto eminentemente centralizador, com necessidades e características variáveis: na paz, visa conhecer até onde chega a preparação militar dos prováveis inimigos, e, na guerra, a ação desenvolvida pelas forças adversas.

A centralização da atividade informativa é um fator indispensável que, sabiamente empregado, dá indiscutíveis resultados. Se, na paz, cada elemento informativo se liga quase diretamente ao órgão central, na guerra, forma-se uma espécie de cadeia hierárquica de centrais, afetas aos Comandos de Grandes Unidades, com o fim de assegurar, em cada uma destas, o funcionamento do Serviço.

A razão disso é muito clara. Na paz, as componentes do Exército (comandos e unidades), é bastante possível uma visão de conjunto das atividades principais que ocorrem no estrangeiro, em matéria de preparação militar, como sejam certos dados relativos ao armamento, técnica de combate, organização, etc.

Só ao comando superior (Ministério da Guerra e Estado Maior) e a algum comando de grau muito elevado (de Exército, por exemplo), interessa conhecer a totalidade do quadro informativo, como fator preeminente do problema político militar.

Na guerra, o caso é mui diverso: cada chefe, de Pequena ou Grande Unidade, tem interesse especial em saber a situação detalhada do inimigo, que tem em frente. Se nas Pequenas Unidades, até Batalhão inclusive, o estudo da situação do adversário é realizada pelo próprio Comandante, pelo exame das informações colhidas do contato direto com o inimigo e das que lhe proporcionam os escalões superiores, nas unidades mais elevadas do que o Batalhão, torna-se necessária a existência de um órgão informativo especializado, de importância adequada aos Comandos, com os quais tenha que atuar, e às missões que esse órgão deva desenvolver.

Em tempo de guerra, mesmo que se respeite e observe em suas linhas gerais, o princípio de centralização do Serviço (sobretudo para evitar a dispersão da informação e o atraso de

sua transmissão). é evidente que a organização informativa não se apresenta com um esquema tão rígido, como em tempo de paz, uma vez que existe a intervenção de órgãos perifericos e superiores e o respeito à escala hierárquica dos Comandos, chegando sua ascensão até ao órgão central do Serviço.

III — Sistemas de organização tipo

Em geral, os Serviços de Informações, de quase todas as nações, repartem sua atividade informativa em três grandes ramos:

— um ramo ofensivo, que cogita da busca de informações com meios conhecidos, ou ocultos, e que desenvolve sua atividade, especialmente, no estrangeiro;

— um ramo de situação, que recolhe as informações obtidas pelas várias fontes e, confrontando-as, extrai os dados que interessam e redige os documentos de caráter vário, que distribui às autoridades, cujo conhecimento possa interessar;

— um ramo defensivo, que tem por objetivo defender a própria organização militar e estatal da ação informativa que, sobre ela, desenvolvem os demais países. É o ramo que se ocupa, especialmente, da contra-espionagem e das atividades afins: polícia militar, circulação e vigilância de estrangeiros.

Esta repartição, de missões e atividades, tem apenas efeitos doutrinários e de divisão de trabalho, pois, na realidade, os três ramos devem viver e funcionar em estreita ligação, especialmente os dois primeiros — ofensivo e de situação — os quais, praticamente, se confundem e funcionam em íntima ligação.

Em geral, é o ramo situação que estabelece os questionários mais ou menos complexos, a que devem responder os órgãos do ramo ofensivo. Trata-se, em definitivo, de um conjunto de dados, sobre os quais se constrói um trabalho consciencioso e metódico, o «Grande mosaico da situação» de um determinado país.

O ramo ofensivo deve estar sempre na «casa» de tudo o que traga utilidade, com o fim de passá-lo rápida-

mente ao ramo situação, que é encarregado de tirar as conclusões.

Em resumo, cada Ministério Militar organiza seu Serviço de Informações, repartindo suas atividades nos três grandes ramos a que se fez alusão. Se, em algumas nações, a ação informativa de cada Ministério é autónoma e independente, em outras, pelo contrário, existe um Serviço único, que centraliza e coordena a atividade informativa no terreno político, económico, comercial, financeiro, etc., conforme ver-se-á a seguir:

Inglaterra

Seu sistema distingue-se pelo caráter universal dos objetivos a atingir e das dilatadas zonas de ação em que se desenvolve, consequência natural das necessidades do Império.

A extensão dos interesses britânicos e o caráter eminentemente económico das atividades imperiais, fizeram com que uma notícia qualquer, fora da Inglaterra, tenha, em tempo de paz, o mesmo valor de que a adoção de uma nova arma de guerra, para certos países beligerantes.

Por isso, o sistema informativo inglês não tem caráter exclusivamente militar. É mais amplo, conquanto a questão militar represente um ramo relativamente limitado da capacidade informativa total.

O Serviço de Informações britânico é um dos elementos capitais da existência e do poderio britânicos. É conhecido no estrangeiro pelo nome de «Intelligence Service», mas, na realidade, sua verdadeira denominação é «Secret Service», ou S. S., abreviadamente.

Ele constitui um órgão «inter-imperial», com vastas e extensas raízes em todo o mundo. A Central radica-se em Londres, no seio do próprio Governo, cabendo a suprema direção a uma Comissão de Ministros, presidida pelo 1º Ministro, como se viu na última Grande Guerra, quando Churchill assumiu este elevado cargo.

Para dizer-se a verdade, nada é conhecido exatamente sobre a complicada máquina informativa inglesa. Sua organização remonta a Cromwell e, durante vários séculos, vem constituindo o principal instrumento da

expansão imperialista inglesa e o seu verdadeiro tutor de seu governo.

Quanto à estrutura orgânica, o Serviço Secreto inglês conta com um Chefe do Serviço, um Sub-Chefe, três delegados (um no Ministério do Exterior, outro no Ministério dos Domínios e um terceiro no do Interior), cinco grandes Seções de Informações (Exército, Marinha, Aeronáutica, Diplomática e Econômica), o «Especial Intelligence Departments», o «Colonial Service» e o «Indian Department».

Referindo-se ao Ministério da Guerra, em particular, que é o que nos interessa, o S. S. recebe o nome de «Military Intelligence», com funções análogas às dos Serviços de Informações Militares dos Exércitos das demais nações.

O «Military Intelligence» compreende cinco grandes repartições, com as seguintes missões:

- M.I.1: coleta de informações;
- M.I.2: estudo e interpretação das informações e da situação referente à Europa;
- M.I.3: idem quanto aos demais países;
- M.I.4: contra espionagem;
- M.I.5: Instituto Geográfico Militar.

Como se vê, o primeiro se incumbem do ramo ofensivo do Serviço; o segundo, terceiro e quinto, se incumbem do ramo situação, e o quarto, do ramo defensivo.

Nos demais Ministérios Militares (Marinha e Aeronáutica) e no das Colônias, existem organizações análogas à indicada para o Exército. O Ministério dos Domínios, em particular, assegura a ligação com os demais ramos do S. S. destacados nos outros Estados membros do **Commonwealth britânico**.

Os meios financeiros do S. S. são elevadíssimos, para não chamá-los de ilimitados. Além da dotação normal de duzentos e cinquenta milhões de libras anuais e da administração de fundos secretos governativos, o S. S. dispõe de fundos e notáveis riquezas. Ademais, valendo-se da prioridade no conhecimento de informes financeiros, pode obter altos lucros nas transações de Bolsa dos diferentes mercados do mundo.

Naturalmente, uma força tão extraordinária não pode recair nas mãos de um só homem. O S. S. não conta com um só Chefe, mas com um «Quadrunvirato» de dirigentes, convenientemente escolhidos entre os elementos proeminentes das forças armadas, da diplomacia e das finanças, periodicamente substituídos.

Os centros periféricos do Serviço (dos que formam parte os informadores) são, em primeiro lugar, os representantes diplomáticos e consulares no estrangeiro e, em segundo lugar, os numerosos Institutos comerciais, culturais e geográficos, repartidos por todo o mundo.

E' sabido que em cada posto, em cada nó ferroviário importante, em cada ponto de passagem obrigatória, em cada centro comercial ou industrial do mundo, existe uma célula britânica, e sua presença está perfeitamente justificada por interesses legítimos. Entre estas células, merecem citar-se a agência «Cook Imperial Airways», a «British Council» e as Companhias comerciais do tipo da «Shell», «British Producers Export Company» e outras, em muitas das quais o S. S. está, também, interessado financeiramente.

Sistema Soviético

O sistema soviético baseia-se em princípios completamente diferentes dos indicados para o sistema inglês.

Aham os russos mais útil e econômico, para recolher informações de caráter militar, empregar a mesma rede que utilizam, para difundir no mundo, a idéia comunista. A ação informativa militar desenvolve-se paralelamente à ação da propaganda bolchevista.

As centrais e células comunistas dos vários países vêm a ser outras tantas centrais e células de espionagem, as quais utilizam indivíduos pertencentes a camadas sociais inferiores, que se infiltram por tôdas as partes. E sabemos que, se não forem enérgicamente perseguidos pelas autoridades, podem constituir um sério perigo e acarretar danos incalculáveis.

A evolução política do Império dos Soviéticos determinou certa diminuição

na intensidade da ação do «Komin-tern»; no entanto, é conveniente expor os processos adotados pelos comunistas, para combatê-los em sua origem.

O sistema soviético é um sistema central, orientado pela Embaixada russa, nos países em que possui esta representação, ou por Delegações, geralmente em caráter comercial, onde não conta com aquele órgão diplomático. Paralelamente às embaixadas, trabalha o partido comunista local, fiel executor das diretivas do «Komin-tern», que, com suas células e seus homens, penetra e solapa profundamente as organizações do país visado. É formado, em geral, por indivíduos desprovidos de vontade, por se prestarem melhor a esta atividade destruidora da sociedade. Gente que se contenta com pouco e que, sem avaliar o malefício de seus atos, realiza maquinalmente as ordens recebidas dos órgãos superiores.

O «Komin-tern», por sua parte, tem estudado a fundo (sobre a base da experiência proporcionada pelos movimentos revolucionários desencadeados, em diversos países), o melhor modo de utilizar esta gente e chegou até a organizar cursos para os dirigentes comunistas de várias nações, no sentido de obter unidade de doutrina e de direção.

A esse respeito, vamos transcrever alguns dados colhidos na Espanha, durante a guerra civil que ensanguentou esse país:

«Para realizar a revolução em um Estado, é preciso, antes de tudo, paralisar suas forças armadas, que são o instrumento, de que se vale a burguesia, para impedir a reivindicação dos direitos, que correspondem ao proletariado. O melhor modo, para conseguir a paralisação das forças armadas, consiste em atrair para nossa causa seus elementos essenciais. Para tanto, é preciso conhecer, a fundo, a composição, a situação, a importância dessas forças, como e por quem são comandadas e enquadradas, material da guerra que empregam, onde estão os depósitos e arsenais, qual é o espírito do comando e dos quadros, como se ligam as diferentes autoridades, etc.

Este trabalho analítico se realiza através dos soldados, durante o serviço militar, pois, é axiomático que, todo bom comunista deve procurar, por todos os meios a seu alcance, conhecer os maiores segredos possíveis, captando a confiança de seus superiores, com o fim de serem admitidos nas fábricas, estados maiores, centrais telefônicas, etc.»

«São muito mais úteis, aos fins comunistas, os indivíduos de atitude submissa e subordinada, do que aqueles de caráter rebelde e independente.»

«Da força armada, a parte mais importante é a de oficiais. Mas, entre estes, é difícil encontrar indivíduos que, por convicção própria, se convertam ao comunismo. Os Sub-oficiais são facilmente abordáveis, quando se lhes faz ver que não recebem o trato e atenção que merecem, à vista dos relevantes serviços que prestam.»

«Os soldados, que mais interessam, são os pertencentes às unidades escolares, ou de formação de especialistas.»

«A artilharia interessa pouco, por não se prestar à luta em centros urbanos. A artilharia anti-carros pode ser útil, no combate contra forças blindadas.»

«A infantaria é a arma que melhor se adapta à luta comunista, por causa de suas armas automáticas.»

«A cavalaria, só esporadicamente, contar-se-á com ela, conquanto constitua excelente meio para repressão das massas.»

«Os movimentos esporádicos são mais danosos do que úteis e devem ser evitados. Por isso, a ação deve ser oportuna, violenta e orientada pelo «Komin-tern». Convém iniciá-los ao clarear do dia, ou pouco antes, por ser a melhor hora para desencadear a surpresa». (sic)

São estes, em resumo, os ensinamentos preconizados pelos órgãos do Serviço de Informações bolchevista, que tão tristes recordações têm trazido a países que não se previnem contra eles.

Sistema Germânico

De modo geral, o Serviço de Informações germânico, como o do resto

das nações europeias (França, Itália, Países Balcânicos, Países Ibéricos, etc.), tem um caráter **profundamente militar**, que o destaca das demais atividades informativas internacionais, em contraste com os sistemas britânico e soviético. Isso resulta do fato de que todos os países europeus confinam com um número determinado de Estados, grandes ou pequenos, dos quais é possível esperar, sempre ou quase sempre, qualquer surpresa, ante a reciprocidade de aspirações e reivindicações que os vinculam.

Isso tudo, aliado às contínuas flutuações políticas, tornam necessária, por parte dos países vizinhos, a adoção de medidas extremas de vigilância e segurança.

Foi a que aconteceu após a guerra de 1914-18, e poderá acontecer agora, depois da morte do nacional socialismo, se os países ocupantes da Alemanha, mormente a Inglaterra e a América do Norte, não tomarem medidas capazes de evitar um novo surto de pan-germanismo e de suas nefastas concepções sobre a geopolítica alemã.

Hitler criou a «Gestapo», baseando-se numa fórmula muito simples: «cortar a espionagem estrangeira no interior e intensificar a própria no exterior.» Para isso reconstruiu o «Nachrichten Bureau», ou «Escritório de Informações», que passou a chamar-se o «III B».

A «Gestapo» (Geheime Staats Polizei), ou «Polícia Secreta do Estado», ficou sob a direção de Himmler. Constituiu, como se sabe, um poderoso instrumento de Polícia do Estado, com a missão precípua de lutar contra os indivíduos que, — como mandatários dos inimigos do povo alemão — pretendessem destruir a unidade nacional socialista, aniquilando a potência do Reich.

No exterior, a missão da «Gestapo» era variada e complexa, não era militar, nem tão pouco, unicamente política. Não se limitava somente à propaganda, nem em combater os inimigos do nacional socialismo.

Compunham a «Gestapo», em 1941, um corpo de cerca de 20.000 homens uniformizados (os Schutz — Staffeln,

ou Tropa de Segurança) e de uns 25.000 agentes.

O «III B» era o órgão informativo do Estado Maior Geral. Compunha-se de duas seções: a primeira que desenvolvia o ramo da situação e subdividida em vários Grupos, dos quais os mais importantes eram: o Grupo de Este (Polônia, Rússia e resto da Europa Oriental) e o Grupo de Oeste (França, Bélgica, Holanda e Inglaterra).

A segunda seção era a da espionagem, com ramificações no exterior e foi a que desenvolveu a atividade ofensiva do Serviço.

A parte defensiva (contra-espionagem) era acionada, tanto no interior como no estrangeiro, pela «Gestapo», intimamente ligada ao «III B». Por disposição expressa de Hitler, o chefe da «Gestapo» e o do «III B», deviam entrevistar-se ao menos uma vez por semana, recebendo ambos, instruções diretas do chefe do Estado Maior Geral.

O Serviço de Informações alemão não se comparava ao britânico. Mas o jogo entre os três ramos (ofensivo, defensivo e de situação) era perfeito e harmônico, sendo todos acionados por um só órgão nos três Ministérios militares (Guerra, Marinha e Aeronáutica).

Sistema Francês

Na França não existia, antes de 1939, um Serviço informativo único. Pelo contrário, ali funcionavam vários Serviços de Informações, tantos quantos os Ministérios Militares, aos quais se juntaram o «Quai d'Orsay», o Ministério das Colônias e o Serviço Especial de Segurança Nacional, ao todo seis serviços distintos, que veremos a seguir.

Na primeira Seção do Segundo Bureau do Ministério da Guerra era registrado, e catalogado, tudo o que se publicava no mundo sobre questões militares: diários, revistas, mapas, planos, catálogos das fábricas de armas e munições, etc.; em uma palavra, tudo quanto podia interessar dos exércitos dos demais países. Tudo era examinado, confrontado e interpretado, chegando por esta Seção a serem estudados, assentados e provados, os truques para descobrir os

segredos do inimigo e defender os próprios.

Esta era a Secção que poderíamos chamar de **luminosa** e que acionava o ramo da situação, sendo dirigida por um coronel. Separada desta e instalada num lugar oculto do quadrilátero dos Inválidos, funcionava a segunda Secção do Serviço Secreto, onde eram recebidos os agentes secretos, integrando ambas cerca de trinta oficiais.

O Segundo Bureau do Ministério da Marinha e o da Aeronáutica, se achavam organizados e funcionavam de forma análoga à indicada para o da Guerra.

Para atender à segurança do Império Colonial, a França criou, faz aproximadamente meio século, um segundo Bureau, ou Serviço Especial das Colónias, subdividido em cinco Secções: Ásia, África, Madagascar e Somália Francesa, América e Oceania.

A missão deste Serviço era a de recolher e centralizar todas as informações de ordem militar, ou marítima, que interessavam às Colónias e as de ordem política, que pudessem repercutir na organização e vida das mesmas: possíveis insurreições, movimentos nacionalistas ou comunistas, etc.

O Serviço Especial do «Quai d'Orsay» tinha a missão de controlar os informadores das Embaixadas e Consulados. Dependia do Sub-Diretor de Assuntos Políticos e subdividia-se em várias Secções, coincidentes com as diversas Secções em que se achava organizado o Ministério de Assuntos Exteriores: assuntos da África e assuntos da América. Cada Secção compreendia três Negociados: tradução da imprensa estrangeira, tradução de rádio difusão estrangeira, serviço de cifra e de decifração.

O Serviço Especial de Segurança Nacional era o encarregado da contra-espionagem: perseguir e deter os espiões e impedir a divulgação de planos e projetos relativos à defesa nacional, constituía a missão principal deste Serviço.

A contra-espionagem estava afeta ao Ministério do Interior. Tratava-se dum organismo burocrático e esque-

lético, onde escrevia mais do que investigava, um certo número de comissários e inspetores de Polícia. Falto de recursos e com um pessoal velho e escasso e uma falta constante de informações estrangeiras, tornava-se difícil e pesada a vida deste organismo e muito limitada a sua atividade.

Segundo expressões de certa imprensa francesa, todos os Serviços de Informações que temos indicado, exceção feita do «Quai d'Orsay», dispunham de recursos insignificantes. Ao Ministério da Guerra eram consignados 10 milhões de francos; ao da Marinha, 2.135.000 francos; ao da Aeronáutica, 1.904.000 francos, isso tudo em 1936. É possível que, nos anos sucessivos, estas verbas tenham aumentado.

Não existia, no Serviço Militar de Informações francês, um organismo central que recolhesse, coordenasse e repartisse o trabalho a efetuar por tantos Serviços distintos. Principalmente, o de contra-espionagem vivia e vegetava em seu esplêndido isolamento. Nem tão pouco, os demais Serviços se preocupavam em assinalar os numerosos espiões estrangeiros que, providos de documentos legais e em ordem, atravessavam as fronteiras, para se transportarem e trabalharem tranquilamente na França. Por que os demais Serviços não cooperavam reciprocamente? A resposta é simples e de ordem puramente psicológica. Com ciúmes uns dos outros, não trocavam informações, nem as solicitavam. Assim, por uma rivalidade mal entendida e por questões políticas, os diferentes Serviços Secretos franceses chegavam até a bloquear-se reciprocamente.

Com a criação do Ministério da Defesa Nacional, em março de 1938, tais inconvenientes foram eliminados, em parte. Mas o defeito de origem — falta de um organismo central diretor — não desapareceu.

E foi, precisamente por isso, que o Serviço de Informações francês se apresentou, em estado de marcante inferioridade, em relação ao alemão e ao inglês, quando estalou o último conflito mundial.

(CONTINUA)

Perguntas ao Artilheiro

VII

(Cont.)

Major JOSÉ CAMPOS ARAGÃO
Capitão PROPÍCIO ALVES
Capitão OSWALDO SA RÊGO

DEVERES E PROCEDIMENTO DO SOLDADO

CAPÍTULO I

SERVIÇOS GERAIS

1) **Alvorada:** O toque de alvorada indica o despertar do Corpo. Todos os soldados abandonam os leitos e imediatamente dão começo aos cuidados de asseio pessoal, preparando-se para o rancho e outros trabalhos diários.

No quartel ninguém deve permanecer deitado após o toque de alvorada.

2) **Rancho:** Será distribuída à tropa a alimentação regulamentar. Para isso, devem entrar em forma, uniformizadas, todas as praças arranchadas. As praças arranchadas que por motivos estranhos ao serviço deixarem de comparecer ao rancho à hora, perderão o direito à refeição.

3) **Fachinas:** A denominação de fachina compreende todos os trabalhos braçais como sejam limpezas, arrumações, transporte de carga e descarga de material, etc.

4) **Parada:** Realiza-se diariamente uma parada interna, a que comparecem todas as praças escaladas para os diferentes serviços.

5) **Visita médica:** Diariamente é feita revista médica na Formação Sanitária para todas as praças que apresentarem sintomas de doenças.

As praças que desejem comparecer à visita médica dão o número ao sgt. de dia; após o toque de revista mé-

dica o cabo de dia conduz as praças à F. S.

6) **Boletim:** É o órgão oficial da Unidade onde são publicadas todas as ordens e medidas de interesse do Corpo.

O Boletim é diariamente lido para o pessoal das Bias.

7) **Instrução:** Funciona normalmente nos dias úteis; os diferentes ramos da instrução da tropa, abrangem dois tempos, um pela manhã e outro à tarde.

8) **Revista:** Pode ser do pessoal (diariamente há a revista de recolher às 21 horas); revista de material (passada pelo cmt. da Unidade ou sub-unidade); revista de animais, passada por determinada autoridade, havendo, também, diariamente, uma visita veterinária passada pelo veterinário da Unidade.

9) **Silêncio:** Normalmente é feito às 22 horas o toque de silêncio, após o que as praças que não estiverem de serviço deverão se recolher às camas e na Unidade deverá reinar absoluto silêncio.

10) **Expediente:** É a fase da jornada destinada à execução dos trabalhos normais à administração do corpo, e ao funcionamento das repartições internas. O expediente começa simultaneamente com o 1º tempo de instrução e termina com a leitura do boletim do dia, havendo uma inter-

rupção, fixada no horário do Corpo, para a releição.

SERVIÇOS DO REGIMENTO

11) **Serviços normalmente escalados no Regimento (3º R.A.M.):** Guarda do quartel — Guarda da Fábrica de Curitiba — Plantões — Cavalariças — Patrulha — Fachina — Dia do telefone — Ordem ao Regimento — Dia à enfermaria — Dia à enfermaria veterinária.

12) **Corpo da Guarda:** Dependências onde normalmente se encontram os alojamentos do pessoal da guarda e as prisões.

13) **Comandante da Guarda:** Normalmente, um sargento tendo um cabo como auxiliar.

14) **Soldados da Guarda:** Os soldados da guarda destinam-se ao serviço de sentinelas, competindo-lhes a observância rigorosa de todas as ordens gerais e, especialmente, o fiel cumprimento das ordens particulares aos respectivos postos.

15) **Como permanecem os soldados da guarda?** — Uniformizados, equipados e armados, durante o serviço, prontos a entrar rapidamente em forma e atender a qualquer eventualidade; só se afastarão do corpo da guarda com ordem ou permissão do comandante da mesma.

16) **Sentinela:** A sentinela é respeitável e inviolável, sendo por lei punido severamente, quem atentar contra a sua autoridade.

Assim, o soldado investido de tão nobre função, deve portar-se com zelo, serenidade e energia, própria à autoridade que lhe foi atribuída.

17) **Particularmente incumbe à sentinela:** Estar sempre alerta e vigilante, em condições de bem cumprir a sua missão.

Não abandonar sua arma e manter-se pronto a empregá-la, de acordo com as ordens particulares que tenha recebido.

— Não conversar nem fumar durante o serviço.

— Evitar explicações e esclarecimentos a pessoas estranhas ao serviço, chamando, para isso, o cabo da guarda, sempre que se tornar necessário.

— Não admitir ajuntamento nas proximidades de seu posto.

— Não consentir que praças ou civis saiam do quartel sobraçando embulhos quaisquer, sem permissão do cabo ou comandante da guarda.

— Só permitir a entrada de civis, mediante autorização superior.

— Guardar silêncio sobre as ordens particulares recebidas.

— Só consentir a saída de praças que estejam corretamente uniformizadas e limpas.

— Fazer parar qualquer pessoa, força ou veículo, que pretenda entrar no quartel, à noite, e chamar o cabo da guarda para a necessária identificação.

— Prestar as continências regulamentares.

— Anotar, na ausência do cabo da guarda, e participar a este, todas as praças que se recolherem ao quartel após a revista de recolher.

— Dar sinal de alarma:

1) toda vez que, na circunvizinhança do seu posto, notar qualquer ajuntamento suspeito;

2) Quando qualquer indivíduo insistir em penetrar no quartel, antes de ser identificado;

3) na tentativa de arrombamento e fuga de presos;

4) na ameaça de desrespeito à sua autoridade e às ordens relativas ao posto;

5) na verificação de qualquer anormalidade de caráter alarmante;

6) por ordem do cabo, do comandante da guarda ou do oficial de dia.

18) **Em situação em que exija maior segurança, incumbe à sentinela:**

— 1) Fazer passar ao largo de seu posto todos os transeuntes e veículos; (para o cumprimento dessa disposição a sentinela deverá: comandar «Passe ao largo»; no caso de não ser imediatamente obedecido, repete o comando; se mesmo assim não for atendido, intimará a terceira vez, dá o sinal de alarma e prepara-se para agir pela força.

2) Dar sinal de aproximação de qualquer força, logo que a perceba.

3) Fazer parar pessoas, veículos ou forças que pretendam entrar no quartel, à distância que permita o reconhecimento respectivo. (Para o

cumprimento dessas disposições, perguntará à distância conveniente: — «Quem vem lá?», se a resposta for «amigo», de «paz», «Oficial» ou «ron-da», deixará prosseguir se pessoalmente o reconhecer como tal; em caso contrário, ou na falta de resposta, comandará «Faça alto» e providenciará para o reconhecimento pelo cabo da guarda; não sendo obedecido ao comando «Faça alto» dá o sinal de alarma e prepara-se para agir pela força).

19) **A sentinela do portão principal denomina-se:** Sentinela das armas, e as demais denominam-se sentinelas cobertas:

20) **Como permanece a sentinela das armas?** — A sentinela das armas manter-se-á, durante o dia, parada no seu posto e, normalmente, na posição regulamentar de «descansar», devendo tomar a posição de «sentido», nos casos de passagem de serviço, de ser interpelada por qualquer pessoa, militar ou civil, e nos demais casos previstos pelo Regulamento de Continência.

Depois de fechado o portão do quartel a sentinela poderá movimentar-se no exterior, num raio de cinco metros do seu posto fixo, fazendo-o neste caso, em «ombro arma» e sempre em atitude marcial.

Nos postes em que haja guarita, as sentinelas poderão na mesma abrigar-se do sol ou da chuva, ficando sempre, porém, em condições de bem cumprir as suas atribuições.

21) **Sinal de alarme:** Pode ser dado por meio de campainha existente no posto, ou a viva voz «As armas».

22) **Refôrço:** Sempre que a situação o exigir, as guardas serão aumentadas, geralmente para o serviço à noite, com o estabelecimento de novos postos de sentinelas; a êsse aumento é que se chama REFÔRÇO.

CABO DA GUARDA

23) **Deveres do Cabo da Guarda:** Estorçar-se para que nenhuma falta ocorra no serviço, corrigindo imediatamente as que verificar, e solicitando a intervenção do Comandante da guarda, quando necessário.

Dar ciência ao Comandante da guarda, de todas as ocorrências que chegarem ao seu conhecimento e interessarem ao serviço.

Conduzir, em forma e em atitude marcial as praças que devem render quartos de sentinelas e exigir destas a transmissão clara e fiel das ordens recebidas, fazendo-as verificar o perfeito funcionamento da campainha elétrica que liga o posto ao corpo da guarda.

— Secundar o Comandante da guarda na vigilância de tudo o que se relacionar com o serviço, por iniciativa própria ou por determinação daquele.

— Atender, com a máxima presteza, ao chamado das sentinelas e dirigir-se aos respectivos postos logo que tenha conhecimento de alguma anormalidade.

— Fazer atestar previamente, para transmissão das ordens particulares das sentinelas, nos respectivos postos, todas as pessoas estranhas ao serviço.

— Não se afastar do Corpo da guarda sem ordem ou licença do respectivo Comandante, salvo motivo de serviço, deixando sempre uma praça como seu substituto eventual.

— Assegurar-se constantemente de que as sentinelas se acham bem inteiradas das ordens de serviço recebidas.

— Conduzir ao rancho, ao toque respectivo, as praças arranchadas da guarda, deixando pelo menos duas no corpo da guarda, para atenderem imediatamente às sentinelas e levarem a seu conhecimento qualquer ocorrência de caráter urgente.

— Reconhecer pessoas, veículos ou forças que pretendam entrar no quartel.

24) **Guarda da Bateria:** A guarda da sub-unidade é constituída pelo cabo de dia (comandante da guarda) e pelos soldados plantões.

25) **O serviço de guarda à sub-unidade tem por fim:** Manter a ordem, disciplina e o aseo no alojamento e demais dependências.

— Vigiar as praças detidas no alojamento.

— Não consentir jogos de azar, disputa ou algazarra.

— Não permitir a saída de objetos sem autorização dos respectivos donos ou responsáveis.

— Cumprir e fazer cumprir todas as determinações das autoridades competentes.

26) Como se mantém a guarda do alojamento? — As praças da guarda permanecerão durante todo o serviço, no quartel, o cabo de dia e o plantão da hora conservar-se-ão com equipamento de guarnição, desarmados.

27) Quando entrar um oficial no alojamento, como procede o plantão da hora? — Comandar a «alojamento sentido»; se for o Cmt. do Regimento dirá alto «Comandante do Regimento»; se o do Grupo, «Comandante do Grupo»; se o da Bta., «Comandante da Bta.».

28) Como procedem as demais praças. — Após ouvirem dizer «Comandante da Bateria» entram em forma de frente dos seus respectivos armários. Nos outros casos, permanecem na posição de sentido onde se encontrarem.

29) Deveres do cabo de dia: O cabo de dia é o principal responsável pela ordem e exatidão do serviço de guarda da sub-unidade.

Ao cabo de dia compete:

— Verificar com o seu antecessor, na ocasião de receber o serviço, se todas as dependências estão em ordem e limpas, e se as praças detidas encontram-se nos lugares determinados.

— Transmitir aos plantões as ordens gerais e particulares relativas ao serviço e velar pela sua fiel observância.

— Assistir à substituição dos plantões, verificando se as ordens são transmitidas com exatidão.

— Apresentar-se, logo depois da parada, ao seu comandante de sub-unidade, ao 1.º sargento e aos sargentos de dia à sub-unidade.

— Dirigir a limpeza das dependências da Bateria sob a jurisdição da guarda, feita pelos plantões, logo em seguida ao café da manhã.

— Providenciar para que as praças da sub-unidade entrem rapidamente

em forma, para todas as formaturas normais ou extraordinárias.

— Apresentar ao 1.º Sargento ou ao sargento de dia à sub-unidade, na ausência daquele, as praças que deviam comparecer à visita médica, e acompanhá-las à presença do médico.

— Apresentar ao 1.º sargento ou ao sargento de dia à sub-unidade, na ausência do primeiro, as irregularidades ocorridas na sub-unidade, mesmo as que tenham exigido providência imediata.

— Distribuir os quartos de serviço pelos plantões de modo que cada um não permaneça em serviço, por mais de duas horas consecutivas.

— Apresentar-se a todos os oficiais que entrarem no alojamento, e, aos da sub-unidade, à primeira vez que ali penetrarem.

— Zelar para que as camas se conservem sempre arrumadas pelos seus donos, e os armários fechados.

— Fazer levantar as praças, ao indicar o toque de alvorada, salvo ordem em contrário.

— Não consentir a presença de civis no alojamento, sem que estejam convenientemente autorizados e acompanhados.

— Verificar e relacionar as praças que, ao toque de silêncio, não se encontram em suas camas, para que conste da parte do sargento de dia e possa informar sobre o destino de cada uma delas.

— Apresentar ao sargento de dia, por ocasião das formaturas para o rancho, a nota das praças arranchadas que, por motivo de serviço, não possam comparecer ao rancho, na hora regulamentar.

— Verificar, por ocasião da formatura para o rancho, se todas as praças em forma são arranchadas.

30) Ao plantão da hora compete: Estar atento a tudo o que ocorrer no alojamento e comunicar imediatamente ao cabo de dia qualquer alteração que verificar.

— Avisar a entrada de qualquer oficial no alojamento, como estabelece o Regulamento de Continência.

— Apresentar-se aos oficiais que entrarem no alojamento, quando ausente o cabo de dia.

— Não permitir que as praças de tidas no alojamento, dele se afastem, sem ser por motivo de serviço e com ordem do cabo de dia.

— Não consentir que seja prejudicado, por qualquer meio, o asseio do alojamento e dependências que lhe caiba guardar.

— Zelar para que as camas se conservem arrumadas.

— Impedir, durante o expediente, a entrada de praças na dependência destinada a dormitório, sempre que haja vestiário separado e outro local apropriado à permanência das mesmas nas horas de folga.

— Fazer levantar as praças, ao findar o terceiro toque de alvorada, quando ausente o cabo de dia.

— Não consentir a entrada de civis no alojamento sem que estejam devidamente acompanhados e sem ordem do cabo de dia.

— Examinar todos os volumes que tenham de sair do alojamento, conduzidos por praças, que não tenham sido verificados pelo sargento ou cabo de dia, impedindo a saída dos que não estejam devidamente autorizados.

— Impedir a saída de qualquer objeto, sem autorização do dono ou responsável e sem ordem do sargento ou cabo de dia.

— Não consentir que qualquer praça se utilize ou apodere de objetos pertencentes a outrem, sem autorização do dono ou responsável.

— Impedir a entrada de praças de outras sub-unidades, depois da revista do recolher.

— Não permitir conversa em voz alta, nem outra qualquer perturbação de silêncio, depois do respectivo toque.

— Ancorar todas as praças que se recolherem ao alojamento depois do toque de silêncio, e dar conhecimento ao cabo de dia, no momento oportuno.

— Dar o sinal de «silêncio», por meio de um silvo de apito ou sinal de campainha, imediatamente após a última nota do respectivo toque.

31) Observações importantes para os plantões: O posto de plantão da hora é, normalmente, na entrada do alojamento.

— Os plantões farão, sob a direção

do cabo de dia, a limpeza do alojamento e dependências a cargo da guarda.

— Os plantões são rendidos, ordinariamente, às mesmas horas que as sentinelas da guarda do quartel.

32) Obrigações dos cavaleiros: — As praças da guarda das cavaleiras compete: Conservar em completo estado de asseio as bacias de que tenham sido incumbidas.

— Examinar cuidadosa e frequentemente os animais a seu cargo, e velar para que os mesmos sejam bem tratados.

— Não permitir que sejam retirados das cavaleiras os objetos ou utensílios que lhes tenham sido confiados ou que se encontrarem em uso.

— Preparar a forragem, assim como a água, e distribuí-las sob a direção do comandante das cavaleiras.

— Não consentir que alguém lance mão de montada que não seja a sua, salvo se tenha ordem.

— Comunicar ao comandante das cavaleiras as irregularidades que não possa corrigir.

— À noite, o serviço das cavaleiras será transformado em serviço de vigilância das cavaleiras, e os homens serão distribuídos por quartos competindo então às praças durante o respectivo quarto.

— Impedir a saída de animais das bacias.

— Atender qualquer acidente que se der com os animais.

33) Deveres do Comandante das cavaleiras: O comandante das cavaleiras é o responsável pela fiel execução do serviço a cargo da guarda e compete-lhe:

— Verificar, em companhia do seu antecessor ao entrar de serviço, se as cavaleiras estão em ordem, os animais limpos e cuidados e se os objetos da carga conferem e estão em condições de uso.

— Distribuir os soldados por grupos de bacias e dar-lhes as instruções precisas para o serviço.

— Designar os homens para os quartos de serviço durante a noite, obedecendo o critério de antiguidade.

— Receber a forragem destinada ao consumo das 24 horas de seu serviço.

— Dirigir a distribuição de forragem e água, nas horas regulamentares.

— Assistir à rendição do serviço dos plantões, prestando atenção para que as ordens sejam fielmente cumpridas e transmitidas.

— Corrigir as irregularidades verificadas no serviço ou pedir a intervenção do respectivo sargento de dia à Bateria, quando não forem de sua alçada.

— Comunicar ao sargento de dia à Bateria, todas as ocorrências que se tenham dado e providências que houver tomado.

— Dirigir e fiscalizar o serviço de limpeza das báias.

34) Obrigações do soldado quando investido das funções de Ordenança:

Ao Ordenança incumbe:

— Cumprir com a máxima dedicação as ordens recebidas do oficial a quem serve.

— Tratar da montada e cuidar do arreamento, equipamento, armamento e fardamento do oficial.

— Executar o serviço de ordens e de correspondência particular do oficial durante o expediente do corpo, ou da repartição em que serve o mesmo.

CAPITULO II

PROCEDIMENTO DO SOLDADO

1) Como deve proceder o soldado no quartel?

— Deve mostrar respeito e obediência aos superiores, e tudo fazer para bem cumprir os seus deveres.

2) Como deve o soldado proceder na instrução?

— Deve mostrar interesse e estorçar-se para aprender tudo o que fôr ensinado.

3) De que forma deve o soldado se conduzir na rua?

— Deve andar sempre bem uniformizado; não frequentar lugares de baixo conceito; portar-se com educação em todos os lugares em que se achar.

4) Como deve proceder o soldado nos hotéis, cinemas, restaurantes, cafés, etc. ?

— Deve lembrar-se de que a farda chama muita atenção, precisando assim manter-se com educação.

5) Em viagem como deve proceder o soldado?

— Deve ter em seu poder a guia de licença ou outro documento que legalize a sua ausência da Unidade. Deve obedecer a todas as regras a que forem obrigados os passageiros.

6) Como deve proceder o soldado quando não compreende algum assunto da instrução?

— Pedir esclarecimentos ao instrutor, confessando que não compre-

deu o assunto que está sendo ensinado.

7) Qual deve ser a conduta do soldado ao toque de alvorada?

— Levantar-se e arrumar sua cama, tratando logo em seguida do seu aseo corporal.

8) Quais são os cuidados que deve ter o soldado com a cama e o armário?

— Mantê-los sempre limpos e bem arrumados.

9) No rancho como deve proceder o soldado?

— Falar em voz baixa se fôr necessário e se precisar alguma coisa pedir ao sargento ou ao cabo de dia.

10) Como tem conhecimento o soldado de que está escalado para serviço?

— Consultando diariamente a escala de serviço.

11) Como deve formar na parada?

— Bem uniformizado e limpo.

12) Ao toque de revista como deve proceder o soldado?

— Entrar em forma uniformizado e permanecer atento à chamada.

13) Cuidados para as formaturas:

— Estar pronto 10 minutos antes da hora, no uniforme marcado, limpo e barbeado.

14) Ao toque de ordem:

— Ouvir a leitura do boletim regimental com atenção.

15) Como deve proceder o soldado quando de licença?

— Ao chegar ao lugar para onde se dirige, se houver guarnição militar, se apresenta ao Cmte. Se não houver, se apresenta à maior autoridade civil.

16) No caso de ser suspensa a licença?

— Apresenta-se logo ao ter conhecimento da suspensão.

17) No caso de saber que o Regimento entrou de prontidão ou de sobre-aviso?

— Apresenta-se imediatamente.

18) Onde deve permanecer o soldado quando a unidade está de sobre-aviso?

— No quartel, podendo sair apenas quando o Cmte. do Regimento permitir e por tempo fixado.

19) E quando houver ordem de prontidão?

— Todas as praças permanecerão, uniformizadas e equipadas, em suas sub-unidades.

20) Como deve proceder o soldado em caso de doença?

— Se estiver no quartel, deve dar o número ao cabo de dia da via, para ir à visita médica.

— Se adoecer em casa, virá imediatamente para o quartel, ou, caso não possa, por motivo de doença, mandará logo comunicar ao seu comandante de bateria.

CAPITULO III

INSTRUÇÃO DISCIPLINAR

1) Que é a disciplina militar?

E' o sentimento de espontânea obediência às leis e regulamentos militares.

2) Quais são as manifestações essenciais da disciplina militar?

— A obediência pronta às ordens do chefe.

— A rigorosa observância às prescrições dos regulamentos.

— O emprego de todas as energias em benefício do serviço.

— A correção de atitudes.

— A colaboração espontânea à disciplina coletiva e à eficiência da instituição.

3) Como encarar as ordens?

As ordens devem ser prontamente executadas, cabendo inteira responsabilidade à autoridade que as determinar.

4) E' de grande importância a disciplina no Exército?

E' Ela constitui a força principal dos Exércitos.

5) Como deve proceder o soldado que recebe uma ordem?

Repetir a ordem e ir cumpri-la prontamente.

6) Pode o soldado pedir explicação no caso de não ter entendido a ordem?

Sim. Deve sempre pedir explicação quando não compreender.

7) Que faz o soldado após ter cumprido a ordem?

Volta ao superior e comunica que a ordem foi cumprida.

8) Pode o soldado deixar de cumprir uma ordem alegando não ter encontrado o destinatário?

Não. Na impossibilidade absoluta de encontrar o destinatário, volta e comunica ao superior.

9) Que é transgressão disciplinar?

Transgressão disciplinar é toda violação do dever militar na sua manifestação elementar e simples.

10) Como distinguir a transgressão do crime militar?

E' que o crime consiste numa ofensa ao dever militar. Todo crime é previsto pelo Código Penal Militar.

11) Como procede o militar quando encontra um subordinado na prática de ato irregular?

E' obrigado a adverti-lo, quando esse ato não chegue a constituir transgressão.

12) No caso de uma transgressão?

O fato deve ser levado ao conhecimento da autoridade competente, para os efeitos regulamentares.

13) Qual é o regulamento que trata das transgressões disciplinares?

É o R. D. E. (Regulamento Disciplinar do Exército).

14) Exemplos de transgressões disciplinares:

- Faltar à verdade.
- Concorrer para a discórdia ou desarmonia entre os camaradas.
- Vagar ou perambular pelas ruas ou logradouros públicos em horas de instrução e depois das 22 horas, sem permissão escrita do Comandante da subunidade.
- Deixar de comunicar ao superior a execução da ordem dele recebida.
- Retardar, sem motivo justo, a execução de qualquer ordem.
- Não cumprir a ordem recebida, por negligência.
- Simular doença para esquivar-se ao cumprimento de qualquer dever militar.
- Trabalhar mal, intencionalmente, ou por falta de atenção, em qualquer serviço ou instrução.
- Chegar atrasado a qualquer ato do serviço.
- Deixar de fazer o serviço para o qual foi escalado.
- Abandonar o serviço para que tenha sido designado.
- Tomar parte em jogos proibidos ou jogar a dinheiro dentro do quartel.
- Introduzir material inflamável ou explosivo no quartel, sem ser em obediência a ordem de serviço.
- Embriagar-se com bebida alcoólica ou entorpecente.
- Não ter o devido zelo com objetos e animais da Fazenda Nacional, estejam ou não sob sua responsabilidade.

15) Influem no julgamento das transgressões:

Causas de justificação:

- 1 — Ignorância plenamente comprovada, quando não atente contra os sentimentos normais de patriotismo, humanidade e probidade.
- 2 — Motivo de força maior, plenamente comprovado e justificado.

3 — Ter sido cometida a transgressão na prática de ação meritória, no interesse do serviço, da ordem ou do sossego público.

4 — Ter sido cometida a transgressão em legítima defesa própria ou de outrem.

5 — Ter sido cometida a transgressão em obediência a ordem superior.

6 — Uso imperativo de meios violentos a fim de cumprir o subordinado a cumprir rigorosamente o seu dever, no caso de perigo, necessidade urgente, calamidade pública, manutenção da ordem e da disciplina.

Circunstâncias atenuantes:

- 1 — Bom comportamento.
- 2 — Relevância de serviços prestados.
- 3 — Falta de prática do serviço.
- 4 — Ter sido cometida a transgressão em defesa própria de seus direitos ou dos de outrem.
- 5 — Ter sido cometida a transgressão para evitar mal maior.

Circunstâncias agravantes:

- 1 — Mau comportamento.
- 2 — Prática simultânea ou conexão de duas ou mais transgressões.
- 3 — Reincidência (repetição de falta já punida).
- 4 — Conluio de duas ou mais pessoas.
- 5 — Ser praticada a transgressão durante a execução de serviço.
- 6 — Ser cometida a falta em presença de subordinado.
- 7 — Ter abusado o transgressor de sua autoridade hierárquica ou funcional.
- 8 — Ter sido praticada a transgressão com premeditação.
- 9 — Ter sido praticada a transgressão em presença de tropa ou em público.

16) Quais são as penas disciplinares para graduados?

- Repreensão.
- Detenção até 30 dias.
- Prisão até 30 dias.
- Rebaixamento de posto até 30 dias.
- Exclusão disciplinar.
- Expulsão.

17) Quais são as penas disciplinares para soldados?

- Repreensão.
- Detenção até 30 dias.
- Prisão até 30 dias.
- Prisão em separado até 15 dias.
- Exclusão disciplinar.
- Expulsão.

18) Quais são as penas disciplinares para os alunos do C.P.O.R.?

- Repreensão.
- Suspensão por 1 ano (ano de instrução).
- Exclusão disciplinar.
- Expulsão.

19) Quais as penas disciplinares para os candidatos a reservistas pelos T. G., E. I. M. e M. G.?

- Repreensão.
- Suspensão por 1 ano (ano de instrução).
- Exclusão disciplinar.
- Expulsão.

20) Classificação do comportamento militar:

a) De excepcional comportamento, quando, no período de nove anos de efetivo serviço, não haja sofrido qualquer punição.

b) De ótimo comportamento, quando, no período de cinco anos consecutivos, não tenha sofrido qualquer punição.

c) De bom comportamento, quando, no período de dois anos, haja sido punida até o limite de duas prisões.

d) De insuficiente comportamento, quando, no período de um ano, tenha sofrido até duas prisões.

e) De mau comportamento, quando, no período de um ano, tenha sofrido mais de duas prisões.

21) Qual o comportamento ao ingressar o cidadão no Exército?

Ao verificar praça, todo indivíduo ingressará no comportamento bom.

22) Como é levado ao mau comportamento?

Uma punição com prisão em separado bastará para que seja o transgressor incluído na categoria de mau comportamento.

23) Documentos importantes em que figura a classificação disciplinar:

A classificação disciplinar de comportamento, que deve acompanhar a nota de punição, constará da caderneta militar ou certificado equivalente.

24) Recompensa:

a) Elogio.

b) Dispensa total do serviço (que isenta de todos os trabalhos do quartel, inclusive da instrução).

c) Dispensa parcial do serviço (quando somente isenta de alguns trabalhos, que, por isso mesmo, devem ser especificados na concessão).

d) Dispensa da revista do recolher (para as praças).

e) Dispensa de pernoitar no quartel (para as praças).

f) Cancelamento de punição.

CRIMES MILITARES

25) Crimes militares:

São todos os atos que o militar pratica e que estão prescritos no Código Penal Militar, como crimes.

26) Exemplo de crimes militares:

Deserção — Insubmissão — A revolta e a insubordinação — Abandono de posto — Soltura ilegal de preso — Traição e covardia.

27) Penas para os crimes:

Prisões com trabalho e em tempo de guerra, conforme o crime, pode até ser imposta a pena de morte.

28) Quando deve o cidadão ser considerado insubmisso?

Quando sorteado para o serviço mi-

litar, deixar de se apresentar no prazo marcado pela lei.

29) Punições para os insubmissos:

Prisão com trabalho de 4 meses até um ano.

30) Quando se diz que o soldado passou a ausente?

Quando faltar ao quartel durante 24 horas, contadas de revista a revista.

31) Quando deve o militar ser considerado desertor?

Quando faltar ao quartel pelo prazo de 8 dias ou deixar de se apresentar dentro do prazo de 8 dias, uma vez cassada a licença.

32) Punição para os desertores:

Prisão com trabalho de 6 meses a 2 anos.

4) A categoria dos oficiais como está dividida?

Oficiais	Generais	{ Marechal (em tempo de guerra)
		{ General de Exército
		{ General de divisão
		{ General de brigada
	Superiores	{ Coronel
		{ Tenente-Coronel
		{ Major
	Intermédios	{ Capitão
	Subalternos	{ 1.º Tenente
		{ 2.º Tenente

5) A categoria das praças como está dividida?

Praças	Especiais	{ Aspirante a oficial
		{ Cadete
		{ Sub-Tenente
	Sargentos	{ 1.º Sargento
		{ 2.º Sargento
		{ 3.º Sargento
	Graduado	{ Cabo
	Simples	{ Soldados

CAPÍTULO II

HIERARQUIA MILITAR

1) Que entende o soldado por hierarquia militar?

Hierarquia Militar é a ordem dos postos existentes no Exército, na Armada e na Aeronáutica.

2) Qual a ordem dos postos no Exército?

Soldado, cabo, 3.º sargento, 2.º sargento, 1.º sargento, sub-tenente, aspirante a oficial, 2.º tenente, 1.º tenente, capitão, major, tenente-coronel, coronel, general de brigada, general de divisão, general de Exército e marechal (em tempo de guerra).

3) Quais as duas grandes categorias em que estão divididos os militares?

— Oficiais e praças

6) Que se entende por círculo militar?

— É o meio onde há uma convivência mais íntima entre os militares de uma mesma categoria. Tem por finalidade o desenvolvimento do espírito da camaradagem num ambiente de estima e confiança sem prejuízo do respeito aos princípios disciplinares.

7) Quais são os círculos militares?

— Os círculos militares são os seguintes:

— De oficiais generais: general de brigada, general de divisão e marechal.

— De oficiais superiores: major, tenente-coronel e coronel.

— De capitães, oficiais subalternos e aspirantes a oficial.

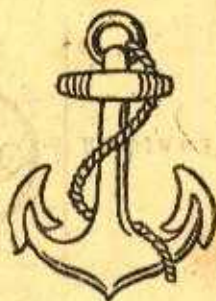
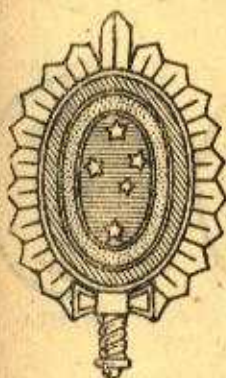
— De sub-tenentes e sargentos.

— De cabos e soldados.



DISTINTIVOS DAS FORÇAS ARMADAS NACIONAIS

(Exército, Marinha e Aeronáutica)



EXÉRCITO:

ARMAS



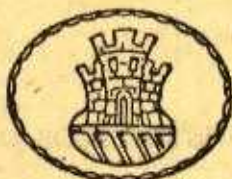
INFANTARIA



CAVALARIA



ARTILHARIA



ENGENHARIA

SERVIÇOS



INTENDÊNCIA



MÉDICO



DENTISTA



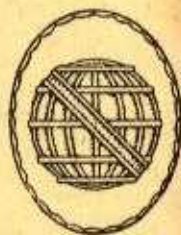
FARMACEÚTICO



VETERINÁRIO



MÚSICO



PROFESSOR



CAPELÃO
CATÓLICO

S. A. R.



CAPELÃO
PROTESTANTE

DISTINTIVOS DE PRAÇAS:



BATALHÃO DE
CAÇADORES



BATALHÃO DE
CARROS DE
COMBATE



REGIMENTO DE
CAVALARIA
DIVISIONÁRIA



REGIMENTO DE
CAVALARIA
DE GUARDAS



REGIMENTO DE
ARTILHARIA
MONTADA



REGIMENTO DE
OBUZES 75



REGIMENTO
ESCOLA DE
ARTILHARIA



BATALHÃO DE
ENGENHARIA



BATALHÃO DE
TRANSPORTE



BATALHÃO DE
SAÚDE

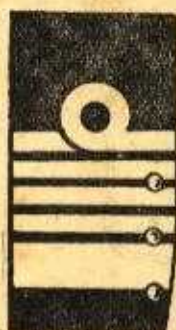


CONTINGENTE

Exército e Marinha:



MARECHAL

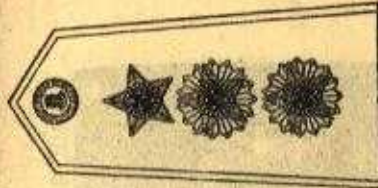
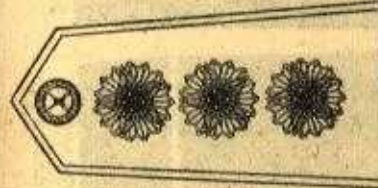
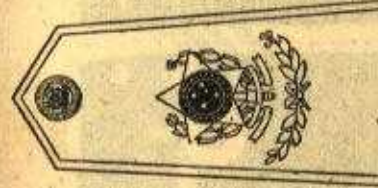
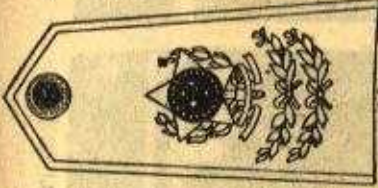
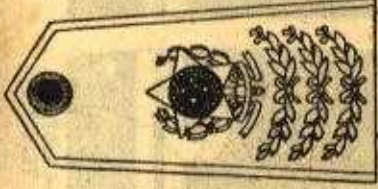
GENERAL DE
EXÉRCITOGENERAL DE
DIVISÃO

ALMIRANTE

ATUAIS INSIG-
NIAS DOS OPL
CIAIS GENERAIS

GENERAL DE
BRIGADA

Nota — Na MARINHA os Oficiais usam em certos uniformes suas insignias nos punhos, somente. Em outros uniformes somente nas platinas aparecem as insignias que têm os mesmos desenhos aqui mostrados. Os Sargentos, Cabos e Marinheiros usam as insignias nas mangas da túnica.

	MAJOR		CAPITÃO DE CORVETA
	TENENTE-CORONEL		CAPITÃO DE FRAGATA
	CORONEL		CAPITÃO DE MAR E GUERRA
	GENERAL DE BRIGADA		CONTRA-ALMIRANTE
	GENERAL DE DIVISÃO		VICE-ALMIRANTE
	MARECHAL		ALMIRANTE

ANTIGAS INSIGNIAS DOS
OFICIAIS GERAIS

ATUAL



SUB-TENENTE

ANTIGO



SUB-TENENTE



ASPIRANTE



2.º TENENTE



1.º TENENTE



CAPITÃO

Nota - No EXERCÍCIO os Oficiais e Sub-Tenentes usam as insígnias do posto nas ombreiras e os Sargentos e Cabos nas mangas da túnica.



SUB-OFFICIAL



GUARDA-MARINHA



2.º TENENTE

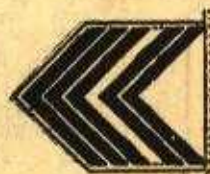


1.º TENENTE



CAPITÃO TENENTE

GRADUADOS
DO EXERCITO



1.º SARGENTO



2.º SARGENTO



3.º SARGENTO



CABO

GRADUADOS
DA MARINHA



SARGENTO-AJUDANTE



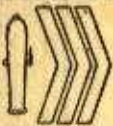
1.º SARGENTO



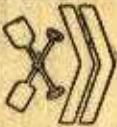
2.º SARGENTO



3.º SARGENTO



CABO



MARINHEIRO DE 1.ª CLASSE



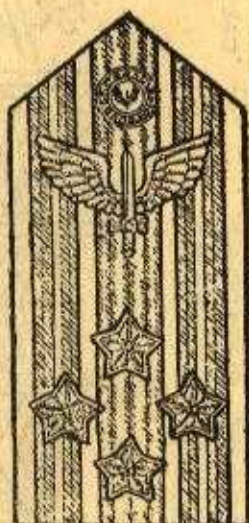
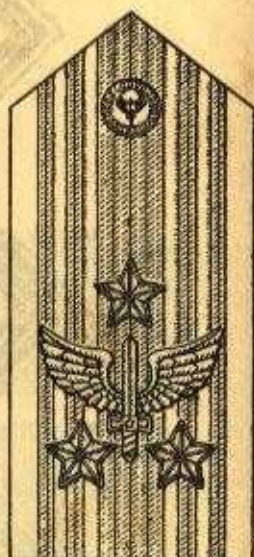
MARINHEIRO DE 2.ª CLASSE

NA ARMADA EXISTE MAIS UM POSTO: MARINHEIRO DE 3.ª CLASSE - QUE, COMO O SOLDADO DO EXERCITO, NAO TEM INSIGNIA

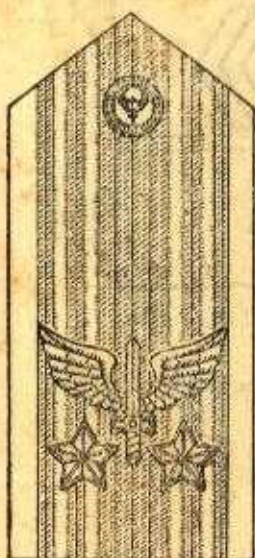
AERONÁUTICA



MARECHAL DO AR

TENENTE
BRIGADEIRO

MAJOR BRIGADEIRO



BRIGADEIRO DO AR



CORONEL AVIADOR

TENENTE-CORONEL
AVIADOR



MAJOR AVIADOR



CAPITÃO AVIADOR



1º TEN. AVIADOR



2º TEN. AVIADOR



SUB-OFICIAL

Uniformes de Gala



MARECHAL DO AR



MAJOR BRIGADEIRO



BRIGADEIRO DO AR



OFICIAL SUPERIOR



OFICIAL SUBALTERNO

Nas mangas da Túnica:



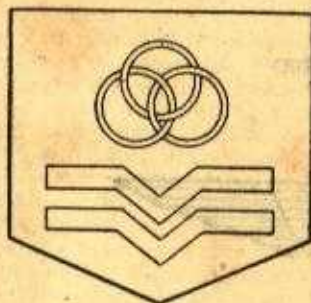
1.º SARGENTO



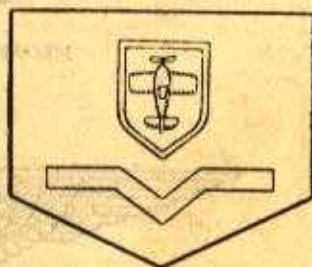
2.º SARGENTO



3.º SARGENTO



CABO



SOLDADO 1.ª CLASSE

Distintivos de Especialidades



FOTÓGRAFO



MECÂNICO DE AVIAO



MECÂNICO DE ARMAMENTO



MECÂNICO DE RADIO



PILOTO

As Vermínoses no País e no Exército

Cap. Dr. MARIO MOLLER MEIRELLES
Cap. Médico

Diz-se no plano Salte, capítulo II, suplemento do Diário do Congresso de 27-5-1948 que «quanto às doenças parasitárias, embora sem relêvo no obituario, devem ser localizadas a esquistossomose e a ancilostomose, que muito difundidas entre nós, dominam e exauram o nosso homem rural, principalmente a representar um verdadeiro flagelo para a nossa economia» e logo adiante citam-se as estatísticas da Fundação Rockefeller já antigas e refere-se «Resultados ainda não publicados, de um inquérito que a propósito da incidência da amebíase está a D.O.S. realizando nas capitais dos Estados revelam até agora, quanto à verminose em geral (que representam cerca de 80% de ancilostomose) os índices seguintes: Belém, 82%; São Luiz, 82,2%; Terezina, 77,7%; Fortaleza, 81%; Natal, 83,7%; João Pessoa, 80%; Recife, 84,6%; Macaé, 86,6%; Aracaju, 96,5%; Salvador, 80,1%; Vitória, 81,2% e Porto Alegre, 40,5%.

Sendo tal a extensão das doenças nas capitais é fácil imaginar-se o quadro do interior, onde não são raros os índices de 100%, como os de José de Figueiredo, em Itapirica, na Bahia e os do Professor Samuel Pessoa em fazendas das zonas da Mogiana e Araraquarense, em São Paulo.

Essa a palavra oficial, aliás no mesmo plano Salte capítulo VI volta-se a dizer: «o Brasil, hoje considerado o maior foco mundial dessa endemia» referindo-se à esquistossomose ou doença de Manson — Pirajá da Silva e adiante no mesmo capítulo: «entre as verminoses figura com excepcional relêvo o ancilostomose pela espoliação que provoca no organismo infestado e a incidência elevada no

nosso meio rural. Doença que se traduz clinicamente por uma anemia de caráter progressivo, por depressão, física e mental, com perda da iniciativa e inaptidão para o trabalho, a ancilostomose compromete de modo sensível o rendimento dos indivíduos acometidos.»

As transcrições feitas retratam a situação do país, no particular das verminoses, na palavra insuspeita de um documento oficial.

No Exército são escassos os estudos referentes às helmintíases.

Tivemos conhecimento dos seguintes: Vasconcelos e Barreto estudam a «Incidência de helmintos no Hospital Militar do Recife» (Revista de Medicina Militar n° 2 do ano de 1948) e encontram um alto percentual de infestações.

Paulo Faes de Oliveira investiga as verminoses num Corpo de Tropa do Exército situado no Espírito Santo encontrando quase 100% de infestação por vermes intestinais (o Hospital, n° de Dezembro de 1945 e n° de Dezembro de 1948).

O mesmo autor, estudando a Es-trongiloidose em soldados do Exército no Espírito Santo, encontra 27,4 como percentagem de infestação.

Pessoalmente tivemos oportunidade de realizar algumas pesquisas sobre helmintíases intestinais em praças da Guarnição do Rio de Janeiro encontrando uma incidência de 90,5 e 84,5%. (Arquivos do Instituto de Biologia do Exército n° 8, ano de 1947 e trabalho apresentado ao 7.º Congresso Brasileiro de Higiene em 1948).

Há outros estudos publicados sobre helmintíases no Exército, mas que se não referem especificamente à incidência dos parasitos. Tais sejam as

Estatísticas Sanitárias do Exército dos anos de 1938 e 1939 de Gilberto David (Revista de Medicina Militar números de Janeiro de 1941 e Janeiro de 1942) e mais recentemente o trabalho de Falcão Neto: «Hospitalização por helmintoses no Exército Brasileiro» (apresentado ao 7º Congresso Brasileiro de Higiene de 1948).

Da leitura do que acima citamos resulta a impressão de que no meio militar a situação é tão grave quanto no meio civil.

Aliás os problemas sanitários que o Serviço de Saúde do Exército tem de enfrentar são os mesmos que pre-

ocupam o Departamento Nacional de Saúde.

Compreende-se pois a conveniência de uma ação coordenada, especialmente agora quando se espera que o plano Salte seja executado, atacando-se o problema com maiores recursos financeiros.

A questão das verminoses intestinais deve interessar a todos os oficiais por ser um problema nacional e especialmente aos oficiais da Tropa porque a depressão física e mental acarretada pelos parasitas torna o homem menos eficiente, prejudicando muito o rendimento da instrução.



Organização BERZADA

Jóias e relógios das mais afamadas fábricas da Suíça
— para cavalheiros e senhoras —

Bijouterias e modas em geral, para senhoras

ESTABELECIMENTO COMERCIAL DE MATERIAL
DE INTENDENCIA
«RIEX»

ESQUADRIAS "PADRÃO" S. A.

SERRARIA E FABRICA DE ESQUADRIAS

Portas Compensadas — Madeiras em geral para Construções

SERRARIA SINPA

Em ROLANDIA

Norte do Paraná

AV. TIRADENTES, 1110
Caixa Postal 5.556

Telefones: 4-5010 e 4-5000
SAO PAULO

Ano de Instrução de 1948 no 13º. B.C.

III

ARNALDO TEIXEIRA

Cap. MURILO GOMES FERREIRA

2.º Ten. JOSÉ BOLLINA

2.º Ten. HENRIQUE LUIZ STEPHAN

(CONTINUAÇÃO)

Ficha n. 12

COMO INFORMAR UMA OBSERVAÇÃO

Finalidade: — Para que uma observação se transforme em boa informação é preciso ser feita de modo a responder às cinco perguntas seguintes:

1) **DE ONDE?** — Isto é de que ponto foi feita a observação.

2) **QUE?** — Relatar a natureza e espécie do que foi visto, mencionando detalhes úteis, tais como o número de pessoas vistas, cor e forma de objectos assinalados etc.

3) **ONDE?** — Isto é, qual o local, em que direcção exata se passou o facto observado.

4) **QUANDO?** — Isto é, hora exata em que foi feita a observação.

5) **COMO?** — Isto é, qual a atitude, posição e o que faziam as coisas ou pessoas observadas.

EXEMPLO: — «Da encosta sul do MORRO ALTO (de onde) observei TRES PAISANOS (que), às 15,30 horas (quando), deslocando-se na crista do MORRO BERRETA (onde): eles se dirigiram para o MORRO CRISTAL (como).»

PRESCRIÇÕES: — 1) Ao dar uma informação procure ser CLARO, PRECISO, e CONCISO.

2) Use termos adequados e evite expressões vagas, tais como «ao amanhecer», «ao cair da noite».

3) Não faça divagações, diga apenas o que viu realmente.

4) Use palavras simples e procure informar com clareza a OBSERVAÇÃO feita.



Ficha n. 13

NOÇÕES SOBRE PROJÉTIS DE ARTILHARIA

Finalidade: — Dar ao soldado ligeiras idéias sobre a Artilharia e perigos a que o infante se submete quando atravessa zonas batidas pela Artilharia.

I — CONSTITUIÇÃO DAS GRANADAS:

De um modo geral compreendem um envólucro de aço ou ferro fundido o qual encerra uma carga de explosivo

(EXPLOSIVA), uma carga de explosivo e balins (SCHRAPNEL) ou uma carga de explosivo e uma substância especial (ESPECIAIS).

II — EFEITOS DAS GRANADAS:

A) Explosivas: — Agem de três modos:

1) Por seus ESTILHAÇOS — Fragmentos em forma de lâminas e pedaços do envólucro são atirados a grandes distâncias. Esses fragmentos são mortíferos num raio de 30 a 300 metros, conforme o calibre da Artilharia.

2) Pelo seu SÓPRO — Que destrói obstáculos, derruba muros e paredes pelo efeito do deslocamento do ar.

3) Pelo EFEITO MORAL — Impressionam pelo ruído do arrebrandamento, abalam o soldado.

B) SCHRAPNEL

A explosão da carga é insuficiente para fragmentar o envólucro, porém projeta para a frente uma chuva de balins (pequenos pedaços ou bolinhas de chumbo ou aço).

O feixe de balin é lançado ligeiramente inclinado para baixo e é, portanto, perigoso para o soldado não abrigado.

Os balins têm fraca penetração e podem ser detidos por uma chapa de ferro.

C) ESPECIAIS: — 1) Fumígenas: Lançam nuvens de fumaça.

2) Incendiárias: Produzem incên-

dios, lançando chamas a altas temperaturas.

3) Iluminativas: Lançadas durante a noite, iluminam o campo de batalha, para a localização de objetivos.

4) Tóxicas: Lançam substâncias que são gases venenosos.

UTILIZAÇÃO E APROVEITAMENTO INDIVIDUAL DO TERRENO CONTRA AS GRANADAS

A) Terreno descoberto: — Utilização imediata: 1) Deitar rapidamente no menor buraco ao ouvir o sibilo da granada. 2) Utilizar a mochila e peças do equipamento como escudo para proteção contra balins e estilhaços.

Aproveitamento rápido: Cavar um abrigo para a posição deitada.

Aproveitamento completo: Construir o abrigo para a posição em pé. (Fox-hole).

B) Aproveitamento de taludes: — Utilização imediata: Colar o corpo ao talude ou barranco.

Aproveitamento: Cavar um buraco, semelhante ao abrigo individual, na base do talude e o mais baixo possível.

Muros: — Utiliza-se construindo atrás um abrigo idêntico ao do talude.

Casas: — Colocar-se nos compartimentos do fundo, no porão (subterrâneo), ou atrás da casa.

Valetas e crateras de granadas: — Utiliza-se fazendo o melhoramento dessas posições até transformá-las em abrigos individuais.



Ficha n. 14

COMO ATRAVESSAR UMA BARRAGEM?

1 — Que é uma BARRAGEM?

É uma zona de arrebrandamentos que a artilharia estabelece para deter um ataque ou uma zona que ela desloca à frente da infantaria para protegê-la, durante um ataque (barragem rolante).

2 — Como se apresenta uma barragem?

a) Sua espessura:

Uma barragem não é uma barreira continua e de espessura densa, como um muro.

Ela é uma faixa de 150 metros a 200 metros de profundidade na qual os tiros não se distribuem igualmente. Os tiros são mais cerrados no centro da faixa e espaçados nas extremidades.

Procure observá-la para aproveitar as zonas menos batidas e as lacunas.

b. Sua duração:

Uma barragem não pode durar muito tempo por motivo do consumo de munição e desgaste da arma.

Ela compreende:

→ um período de fogo intenso (de 2 a 5 minutos).

→ um período de fogo lento de duração variável.

Mas as barragens podem ser repetidas de espaço a espaço.

Procure então aproveitar os intervalos entre uma barragem e outra.

Esteja atento e progrida assim que cessar a barragem.

COMO ATRAVESSAR UMA BARRAGEM?

1.ª Regra: — Deter-se sob uma barragem é fazer o jogo do inimigo e arriscar-se a morrer.

Portanto: Procure abandonar o mais rapidamente possível esta zona.

2.ª Regra: — As barragens lançam a desordem nas unidades e prejudicam a coesão.

Portanto: Siga o seu chefe, reuna-se a ele o mais cedo possível.

CONDUTA GERAL:

A) Barragem esparsa: Atravessar rapidamente, entre os arrebetamentos, por lanços coletivos ou individuais.

B) Barragem caindo na frente: —

Abrigar-se, esperar a diminuição da intensidade do fogo para progredir.

C) Barragem caindo na retaguarda:

→ Afastar-se rapidamente, por lanços.

D) Debaixo da barragem: a) Em terreno cheio de abrigos — Progredir o mais rapidamente possível através a barragem por lanços individuais.

b) Em terreno com poucos abrigos — Lançar-se no primeiro abrigo e observar os arrebetamentos; procurar progredir entre um arrebetamento e outro.

c) Em terreno limpo — Procurar abandonar a zona de arrebetamento o mais rapidamente possível, por lanços individuais curtos e rápidos.

De tudo isto, o principal é que você saiba distinguir o sibilar do projétil, que comumente o soldado chama de chiado.

Quando ouvir o sibilo ou chiado, deite-se imediatamente; se puder deitar num abrigo será muito melhor, caso contrário cole-se o mais possível ao solo.

Quando o projétil rebentar (explosão) procure progredir o mais rapidamente possível.

Conserva os ouvidos atentos, eles são a melhor arma para a defesa contra os projéteis de artilharia e de morteiros.

NUNCA ANDE COLADO AO SEU COMPANHEIRO. ISTO PODE CUSTAR DUAS VIDAS AO EXERCÍCIO.



Ficha n. 15

MENSAGEIRO

Definição: → É um agente de transmissão que se caracteriza por não necessitar de nenhum meio de transporte.

Locomove-se por si, constituindo assim um meio de transmissão simples e seguro.

Vantagens: — Meio simples e seguro. Possibilidade de emprego em todas as fases do combate.

A cadeia de mensageiro organizada

ao longo de um circuito telefônico fiscaliza a linha e repara defeitos.

Inconvenientes: — Desfalca as unidades do pessoal de escol. Expõe este pessoal a graves perdas.

Emprego: — Empregado em todas as circunstâncias do combate, levando-se em conta que em períodos críticos só se deve empregá-lo quando falham todos os demais meios de transmissão.

DEVERES GERAIS:

A) Ao receber a mensagem:

1 — Pedir ao expedidor que a repita até ter compreendido.

2 — Repeti-la para mostrar que entendeu.

3 — Proceder do mesmo modo no caso da **ordem escrita**, salvo se o assunto for secreto.

4 — Saber o local onde se encontra o destinatário.

5 — Pedir esclarecimento sobre o itinerário a seguir, procurando se orientar — Escolha pontos de referência para não se perder.

6 — Pedir a velocidade de transmissão.

B) Durante o trajeto:

1 — Procure seguir sempre um itinerário coberto das vistas e se possível dos fogos do inimigo.

2 — Observe tudo aquilo que vir de anormal durante o percurso.

3 — Se necessário, peça informações a qualquer tropa que encontre no caminho, sobre o paradeiro da autoridade ou comando a quem a mensagem é dirigida.

4 — Não se atraze: isto pode significar a derrota ou a captura da sua unidade.

5 — Utilize caminhos diferentes para entrar e sair dos Postos de Comando ou Posições. Isto evita que o inimigo localize as nossas posições.

6 — Se atrasar-se ou perder-se mostre a mensagem a um oficial e peça-lhe conselho.

C) Ao transmitir a mensagem:

1 — Faça-o com clareza e precisão.

2 — Não modifique a mensagem — transmita-a integralmente.

3 — Relate qualquer informação de importância que tenha ouvido durante o trajeto.

4 — Explique à autoridade o que

viu e ouviu e além disso, o que ouviu dizer.

5 — Peça o recibo, resposta ou ciência da mensagem ao entregá-la ao destinatário.

6 — Caso não encontre o destinatário entregue a quem o estiver substituindo, porém não se esqueça do recibo.

D) — Ao regressar:

1 — Escolha sempre um itinerário para entrar no Posto ou posição diferente daquele por onde você saiu.

2 — Comunique ao expedidor o resultado, por meio do recibo, resposta ou parte (dada a ordem).

3 — Participe se o destinatário foi ou não encontrado.

4 — Proceda do mesmo modo, apresentando todas as informações sobre o que viu e ouviu, durante o percurso.

E) Em caso de encontro com o inimigo:

1 — Impedir que a mensagem caia em mãos do inimigo. (Enguli-la se for o caso).

2 — Nada dizer caso caia Prisioneiro.

3 — O Prisioneiro só é obrigado a dizer o seu NOME, POSTO e NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO.

F) Em caso de parada no trajeto:

1 — Nada deve deter o mensageiro no trajeto.

2 — Exigir que a autoridade que o detiver no percurso declare na margem da mensagem a ocorrência (no caso de mensagem verbal pedir uma parte escrita).

G) Em caso de ser ferido ou sentir-se doente:

1 — Deve transmitir a ordem ao cmt. da tropa que estiver mais perto (que lhe dará recibo e providenciará a respeito).

2 — Apelar para outro combatente a fim de ser cumprida a missão.



Ficha n. 16

NOÇÃO SOBRE SEGURANÇA EM ESTACIONAMENTO

Toda tropa importante estacionada nas proximidades do inimigo se cobre pelos **POSTOS AVANÇADOS**.

Postos Avançados:

Escalão de VIGILANCIA

Escalão de RESISTENCIA

ESCALAO DE RESISTENCIA:

Tem por finalidade deter o inimigo e permitir que o grosso tome o dispositivo de combate.

ESCALAO DE VIGILANCIA: Tem por finalidade cobrir o escalão de resistência assinalando a aproximação do inimigo.

É constituído de POSTOS que por sua vez são constituídos de Grupos de Combate ou fração (segundo a importância da posição e o isolamento do posto).

Toda fração de tropa situada nas proximidades do inimigo, os **Postos** em particular, têm a sua segurança garantida por soldados, os **VIGIAS**.

As patrulhas completam o dispositivo de segurança.

Não confundir:

A SENTINELA: — é o soldado que monta guarda em tempo de paz ou nos acantonamentos da retaguarda. Elas se guiam pelo R.I.S.G.

O VIGIA: — é o soldado que monta guarda em presença do inimigo (quer seja num abrigo ou no campo).

Ele se guia pelas regras do combate e serviço em campanha.

DEVERES DOS VIGIAS:

- 1 — Observação permanente (olhos e ouvidos).
- 2 — Estar sempre atento.
- 3 — Não dormir, não fumar, não conversar (crime militar).
- 4 — Não se distrair com os soldados de folga.
- 5 — Não prestar continência.
- 6 — Não embrulhar a cabeça ou tapar os ouvidos.
- 7 — Não comer durante o serviço.
- 8 — Evitar que a posição seja localizada.
- 9 — Estar sempre pronto para usar sua arma.
- 10 — Durante a noite conservar a baioneta armada.
- 11 — Ter sempre granada de mão.
- 12 — Evitar atirar (salvo para dar o alarme ou se defender).
- 13 — Observar e informar tudo que vir ou ouvir.

DEVERES PARCICULARES

1.º — O Vigia deve conhecer

A frente: { Direção do inimigo
Setor de observação

A esquerda e à direita: { Quais os
Postos.

A Retaguarda: { Local do Posto
Itinerário para retirar-se.

2.º — Qual o sinal de reconhecimento:

Senha...

Contra senha...

3.º — Deter todos os indivíduos que tentem cruzar as linhas.

4.º — Hora de saída de patrulhas.

COMO SE COMPORTAR NOS SEGUINTE CASOS:

1.º) Com indivíduos isolados, grupos de civis ou militares desarmados.

Detê-los. O chefe do posto fará o reconhecimento. Não deixar que eles se aproximem do posto.

2.º) Desertores:

Mantê-los distantes. Fazer sinal para que eles joguem fora as armas ou para descer do cavalo ou veículo.

Fazer fogo à menor tentativa de resistência ou fuga.

3.º) Com tropa:

Mandar fazer alto. Deixar somente que o comandante se aproxime. Manter a tropa à distância enquanto o chefe não for reconhecido.

COMO OS VIGIAS DEVEM DETER

Regra: De dia ou de noite, deter todos os indivíduos isolados ou grupos que tentem cruzar as linhas num ou noutro sentido.

1.º) Quando ele se aproxima:

Fazer sinal para o graduado da hora e gritar: **ALTO!**

2.º) Se ele não se detém:

Repetir o sinal e gritar novamente: **ALTO!**

3.º) Se o indivíduo se detém ao primeiro ou ao segundo sinal de **ALTO**.

Prevenir o cmt. do Pôsto que fará o reconhecimento.

4.º) Se não se detém:

FAZER FOGO

CONDUTA EM CASO DE APARECIMENTO DO INIMIGO:

Regra Geral: A regra geral de vigilância é antes de tudo observar e nunca atirar. O tiro previne o inimigo e impede, em muitos casos, a surpresa. Ele revela comumente o local do vigia (clarão do tiro).

Que fazer em caso do aparecimento do inimigo?

Responder à pergunta: — O inimigo está ameaçando?

Se não: — Redobrar as precauções. Continuar a observar — Prevenir o Pôsto.

Se está: — Atirar para dar o alarme ou defesa pessoal.



Ficha n. 17

COMO INSTALAR UM POSTO EM CAMPANHA

I) Quais as ordens que deve receber ou perguntar o cmt. do Posto antes de sua instalação?

São as mesmas que os deveres particulares do vigia: Direção do inimigo — Setor a observar — Local dos Postos vizinhos — Local do Pôsto (indicado aproximadamente).

A Conduta a ter em caso de Ataque é geralmente:

— Manter o local frente a uma patrulha ou esclarecedores.

— Retrair-se, assinalando a aproximação do inimigo, diante de um assalto nitidamente superior em número. O chefe do posto comunica estas ordens a sua tropa.

II) Como se deslocar para a Posição?

— A fração designada para constituir o posto se desloca como patrulha para o local a ocupar.

III) Como proceder à Instalação do Pôsto?

1.º) Instalar provisoriamente o Pôsto. Deter a patrulha nas proximidades do local, os esclarecedores observando em todas as direções.

2.º) Efetuar o reconhecimento das posições.

a) Do Pôsto

b) Dos Vigias

Procurar assegurar a observação com um só vigia, mas examinar todavia, se é necessário destacar vigias para observar uma parte do terreno que escape às vistas do Pôsto.

3.º) Instalar definitivamente o Pôsto.

Colocar o posto no seu local definitivo. Colocar os vigias e lhes dar as ordens. Organizar defensivamente o Pôsto (fixar os locais de combate e fazer proceder os trabalhos de organização defensiva).

Organizar o Serviço.

IV) Como escolher o local do Posto e dos Vigias?

De Dia — Escolher um local que permita:

Estar dissimulado, abrigado e se possível, coberto. Comunicar-se com a retaguarda sem ser visto.

De Noite — Os Postos são colocados nas proximidades dos caminhos e das linhas do terreno (orlas) que o inimigo seja obrigado a seguir para se orientar.

COMO É ORGANIZADO O SERVIÇO DOS POSTOS

De Dia: — O serviço de vigilância será mantido de preferência com um único vigia, que será substituído por escala.

Permanência de vistas.

Além deste vigia deverá existir um

homem em condições de usar a arma automática. Permanência de fogo.

Haverá ainda, sempre que possível, um graduado de quarto. Permanência de comando.

Os homens que sobram continuam equipados e conservam suas armas à mão, prontos a ocuparem as posições de combate.

De Noite: — O serviço de vigilância será mantido sempre com metade do efetivo. Os homens permanecem nas posições de combate. (Fox-holes para dois homens), devendo um estar vigiando e o outro descansando.

Deve-se evitar todo e qualquer ruído.

Não é permitido sair da posição.

Todo e qualquer movimento à noite será considerado inimigo e, portanto, recebido a bala, salvo se o cmt. do Posto foi avisado tratar-se de patrulha amiga, o que deverá reconhecer e identificar.



Ficha n. 18

ESCLARECEDOR

A) NOÇÃO SOBRE SEGURANÇA EM MARCHA

B) COMO OBSERVAR EM MARCHA

C) SINAIS

D) CONDUTA DOS ESCLARECEDORES.

A) NOÇÃO SOBRE SEGURANÇA EM MARCHA

I — Generalidades: SEGURANÇA

A maioria das pessoas que você conhece em sua vida civil provavelmente se esforçam, uma vez ou outra, por economizar dinheiro.

Elas podem fazer isto de vários modos, como, por exemplo, colocar o dinheiro no banco, invertê-lo em ações ou propriedades, ou empregá-lo na compra de diferentes espécies de apólices de seguro. Com dinheiro no banco, ou apólices de seguro contra acidentes, fogo ou morte, elas estão li-

vres de preocupações quanto ao que poderá acontecer a si mesmas ou às suas famílias, no caso de perderem os seus empregos ou sofrerem outros azares.

As suas economias, capital empregado ou apólices de seguro, são a sua proteção contra as incertezas do futuro.

Você está também familiarizado com as delegacias de polícia e Corpo de Bombeiros, existentes na sua Metrópole ou cidade.

Eles tem a função de proteger você e seus concidadãos contra os perigos do fogo ou ações de pessoas desonestas.

Em muitos lares ou fazendas, situadas fora dos limites das cidades, usam-se cães de guarda para esse mesmo fim.

Todas essas cousas dão a você, à sua família e seus amigos um sentimento de segurança.

Elas o livram da ansiedade ou preocupação e fazem com que você se sinta seguro, sabendo que a desgraça não o apanhará de surpresa, pois você se acha preparado para enfrentá-la.

A segurança, no Exército, é exatamente a mesma coisa, excepto em que, em vez de proteção contra o fogo, roubo ou perda de um emprego, nós militares nos protegemos contra as ações do inimigo. Cada soldado e cada unidade tomam medidas para evitar serem surpreendidos pelo inimigo.

Por mais completas que pareçam estas medidas, nenhum individuo ou unidade pode abandonar por completo a possibilidade de uma ação imprevista por parte do inimigo. Entretanto, se as medidas de segurança tiverem sido

previstas com o maior cuidado possível, ficaremos aliviados de grande parte da nossa ansiedade e preocupação.

Sentimo-nos confiantes de que seremos avisados em tempo suficiente, para podermos enfrentar ou melhor empreender a ação necessária, antes do inimigo estar em condições de nos causar danos sérios ou de interferir nos nossos movimentos.

Deste modo, podemos nos dedicar a nossa missão principal.

Quando procuramos agir assim estamos garantindo a nossa «LIBERDADE DE AÇÃO».

II — Segurança em Marcha:

Toda tropa importante se deslocando nas proximidades do inimigo se cobre por elementos de segurança:



A importância de cada um destes elementos varia segundo eles estão ou não, diretamente expostos a se chocar com o inimigo. Toda tropa pouco importante se cobre por pequenos elementos móveis:

- as Patrulhas (que são o equivalente dos postos) que se cobrem pelos
- Esclarecedores (que são os equivalentes dos vigias).

B) COMO OBSERVAR EM MARCHA

I — De Dia:

Deter-se de espaço a espaço, em pontos favoráveis para observar o terreno. É quando os olhos estão fixos e não quando se movem, (em marcha) que a visão é precisa.

a) quando uma nova região, coberta até então aos nossos olhos aparece; deter-se a coberto para observar, antes de se engajar.

b) Fazer as paradas tanto mais

próximas, quanto mais próximo estiver o inimigo.

c) Examinar os indícios deixados pela passagem ou estacionamento do inimigo.

2.º) Utilizar o terreno para escapar às vistas e aos tiros possíveis do inimigo.

O soldado deve procurar ver o inimigo e não ser visto.

a) Escolher um itinerário desafiado (abrigado).

b) Avançar de abrigo em abrigo ou de coberta em coberta, deslocando-se em marche-marche, se for o caso.

II) De Noite:

1.º) Deter-se de espaço a espaço para escutar e também para ver.

a) Espreitar os ruídos que podem ser indícios da presença do inimigo; ruído de passos, de armas, quebra de ramos, etc.

b) Deitar-se durante as paradas para melhor distinguir as silhuetas que se destacam contra o céu.

2.º) Utilizar o terreno de modo a reduzir a visibilidade e o ruído.

a) Evitar o solo duro (calçado) ou o mato alto (que se quebra).

c) Marchar sem produzir ruídos.

Chão duro: marchar sobre a ponta dos pés.

Chão frouxo, mato: elevar os pés verticalmente e assentá-lo lentamente com a sola em cheio. Ter o cuidado de, ao assentar o pé sobre o solo, ter o péso do corpo ainda sobre a perna de trás.

d) Evitar o ruído de armas.

C) SINAIS

Avançar — Em frente — Elevar o braço na vertical e baixá-lo na direção de marcha.

Apressar o passo — Punho cerrado a altura do ombro, erquê-lo e abaixá-lo verticalmente.

Passo lento — Movimento lento repetido, para cima e para baixo, do braço estendido horizontalmente.

Observar nesta direção — Apontar com a arma para determinada direção.

Inimigo à vista — Arma elevada na horizontal por cima da cabeça.

D) CONDUTA DOS ESCLARECEDORES

I — Generalidades: — O menor destacamento de segurança é o **ESCLARECEDOR**. O esclarecedor é um soldado com a missão de ver o que o inimigo está fazendo, sem ser visto, e ouvir o inimigo sem ser ouvido.

Deve ser inteligente, ter um físico desenvolvido, grande resistência, boa visão, ouvido acurado e uma memória excelente.

Como esclarecedor o seu cmt. pode usá-lo em todas as espécies de operações de combate.

Quando a sua unidade está estacionada, os Postos-Avançados, lançam esclarecedores, para obter informações sobre o inimigo, para evitar que os esclarecedores do mesmo consigam informações sobre a unidade que cobrem, ou ambas as coisas.

Quando a sua unidade está marchando os esclarecedores executam serviços importantes na vanguarda, nas flanco-guardas ou na retaguarda, assinalando a presença de tropas inimigas e transmitindo rapidamente esta informação a fim de que o seu cmt. não seja surpreendido. Nos deslocamentos à noite, ou em matas densas, os esclarecedores servem de guias.

II — CONDUTA GERAL:

1) Como esclarecedor, você deve aproveitar o terreno como foi ensinado, mas como está agindo isolado, terá uma maior liberdade de movimentos.

2) Os esclarecedores trabalham normalmente aos pares, cada um depositando, por sua vez, a máxima confiança na habilidade do companheiro.

3) Exercite-se com o seu companheiro e torne-o seu camarada, a fim de que cada um saiba o que o outro irá fazer em qualquer circunstância.

4) A missão normal do esclarecedor é obrigar os fuzileiros e metralhadores inimigos a abrir fogo, e, conseqüentemente, revelar suas posições.

5) Como esclarecedor, à frente de sua unidade em marcha, procure determinar as posições prováveis, onde possam estar ocultas metralhadoras ou grupo de volveadores inimigos.

6) Se a posição estiver desocupada, faça sinal à sua unidade, que avançará por lanços até ela, e você, então deve avançar e prosseguir no seu reconhecimento.

7) A distância a que você marcha da sua unidade depende do terreno e da localização do inimigo.

8) Ao se aproximar de casas, bosques, e vilas, um esclarecedor de cada par, fica em posição para proteger o reconhecimento do outro.

9) Quando o inimigo atirar sobre você, pare, trate de abrigar-se e determine de onde vem o fogo.

10) Os esclarecedores atiram com munição traçante para indicar ao seu cmt. a localização do inimigo.

11) Quando descobrir, intervalos ou brechas na linha inimiga, penetre por eles e se coloque em uma posição de

onde possa executar um tiro de flanco sobre a posição inimiga; a seguir você, ou seu companheiro, deve informar ao seu comandante.

12) Você não deve perder de vista o motivo pelo qual o seu comandante o destacou e o que ele quer que você faça. Essa é a sua missão.

13) O cumprimento da missão, exigirá, às vezes, muita coragem e você pode ter de experimentar vários caminhos diferentes para poder cumpri-la até que um deles dê resultado.

14) Você se encontrará isolado e, frequentemente em situações que nem você, nem seu comandante poderiam prever. Mas se nesses momentos difíceis, você se lembrar da missão que lhe foi dada e da informação que seu cmt. espera ansiosamente obter, pode ficar certo de que será bem sucedido.

15) Com o Pelotão dentro do mato, os esclarecedores atingem um terreno limpo e vêem uma casa em frente. Fazem o sinal de alto, significando que o Pel. não deve ultrapassar este ponto. O reconhecimento demonstra que a casa está desocupada, os esclarecedores fazem o sinal de «Em frente» e lançam-se para a frente.

16) Ao atravessar um terreno limpo o esclarecedor vê a posição de onde uma metralhadora pode bater esta região. Ele faz o sinal de «Apressar o passo» e aponta para a direção perigosa; significando que a zona é perigosa. O Pelotão atravessa o espaço limpo de um lance.

17) Ao reconhecer um bosque ou capão, o esclarecedor reconhece uma pequena faixa no seu interior, verificando que a orla está desocupada; um dos esclarecedores volta até a orla e faz o sinal de «Em frente». Depois ambos entram no bosque e esperam o Pelotão se aproximar.

18) Ao atingir uma crista, um dos esclarecedores vai até um ponto coberto sobre a linha de cista e observa de-

talhadamente o terreno. Quando ele sinalizar «Avançar» o caminho está livre e o restante da tropa avança.

19) Devem evitar, se possível, cercas e vilas. Se for necessário passar por dentro de vilas ou vasculhá-las, grande cuidado deve ser tomado, pois cada casa ou porão pode ocultar o inimigo.

20) Vigie cuidadosamente as janelas, portas e telhados das casas. Avance com precaução e vagarosamente. Não se esqueça nunca das armadilhas e minas; o menor descuido será fatal.

21) Ao transpor um riacho ou ao reconhecer uma casa, o seu companheiro deve ficar em posição, pronto para o proteger.

22) Assinale imediatamente a presença do inimigo, de seus elementos motorizados ou mecanizados.

23) Não se esqueça dos civis, eles devem ser detidos e enviados para a retaguarda, pois normalmente são agentes do inimigo.

24) Os esclarecedores devem estar prevenidos contra inimigos emboscados. Árvores e outros acidentes semelhantes podem ocultar atiradores inimigos.

25) Ao desembocar de um bosque ou mato, o esclarecedor ao atingir a orla posterior, para e, coberto, observa o terreno em frente, enquanto aguarda ordens, ou sinal, do cmt. para avançar.

26) Ao reconhecer pontes ou pontilhões, verificar se existem sinais de trabalho recente. Eles podem indicar a preparação de uma destruição. Fazer sinal de «Alto» para a tropa e se for necessário pedir reforço a fim de reconhecer detalhadamente. Examinar os vigamentos, pilares, encontros. Nunca esquecer os perigos das minas e armadilhas.

(F. M. 21-100 — FM 7-10 — GT 20-1,* e 2,* partes. Le Livre du Soldat — Laffargue).

Ficha n. 19

DESLOCAMENTOS A NOITE

A noite o soldado deve ser capaz de se aproximar das posições inimigas e de passar por entre os seus Postos Avançados.

Estas missões requerem processos de deslocamentos diferentes dos usados durante o dia.

ESCOLHA DO ITINERÁRIO:

1) Antes de partir para uma missão noturna, o soldado deve estudar o terreno, de um posto de observação, durante o dia, se possível.

2) Escolher pontos de referência bem nítidos e cuja silhueta seja bem visível durante a noite.

3) Os comandantes de fração devem anotar os azimutes.

4) O itinerário deve ser escolhido pelas partes baixas do terreno evitando os lugares onde a silhueta do homem possa aparecer.

5) A noite ajuda o soldado a se ocultar, por isso, a menos que o luar esteja muito claro, devemos aproveitar o terreno limpo, não passando através de bosques, valas, ravinas e macegas porque o ruído dos movimentos feitos no interior dos mesmos servirá para denunciar a nossa presença.

6) Evite sempre regressar pelo mesmo itinerário que partiu: lembre-se que o inimigo poderá estar lhe esperando no regresso.

7) Cuidado com o capacete, ele produz um ruído característico ao roçar nos galhos e arbustos. Será preferível não usá-lo ou então cobri-lo com uma rede.

8) Cuidado com a lama e terrenos alagadiços; eles denunciam a marcha durante a noite.

DIREÇÃO:

1) Para agir à noite o soldado deve saber como usar a bússola luminosa. Ela será de grande importância no seguimento de itinerários escolhidos.

2) Os meios usuais para manter a direção sem bússola são: o sentido dos cursos d'água, cercas, estradas, orlas de bosques, pontos de refeência no terreno.

DESLOCAMENTOS:

1) Para cumprir uma missão à noite o soldado deve saber rastejar e andar sem produzir o menor barulho.

2) A menos que a noite esteja muito clara ou sejam lançados muitos artificios de iluminação, o homem pode aproximar-se andando agachado e rastejando, até uns 100 metros da posição inimiga. Além deste ponto deve avançar rastejando vagarosamente até cerca de 15 a 20 metros da linha inimiga; depois disso, o movimento só é possível por uma combinação de um movimento silencioso palmo a palmo, com períodos de escuta, em imobilidade.

3) O soldado deve ter sempre em mente que à noite e perto do inimigo sua segurança depende de movimentos silenciosos.

COMO CAMINHAR A NOITE:

1) Em terreno fôfo (mole): assenta-se primeiro o calcanhar e depois a planta do pé no terreno, lenta e silenciosamente.

2) Em chão muito duro, abaixar lentamente o calcanhar.

3) Se o chão é coberto de capim, erguer bem o pé, passando-o por cima da vegetação e, ao abaixá-lo, assentar primeiro o calcanhar, como em terreno fôfo.

4) Nestes deslocamentos em silêncio, mantenha todo o peso do corpo sobre a perna que está atrás, até que o pé que avançou esteja firmemente assentado.

MARCHA RASTEJANTE:

A marcha rastejante, à noite é feita do mesmo modo que durante o dia, exceto que antes de cada movimento,

o homem deve sentir o terreno em frente, a fim de verificar que nada virá impedir sua passagem nem fará barulho, capaz de revelar sua presença.

CONSELHOS SOBRE AS OPERAÇÕES NOTURNAS

Os seguintes pontos são de grande importância no cumprimento de u'a missão à noite, quer como esclarecedor, quer como observador.

1) Certificar-se de que não conduz nenhum objeto desnecessário que possa fazer barulho ou que brilhe à luz dos artificios.

2) As chaves e moedas devem ser retiradas dos bolsos.

3) Não conduzir canivete e balsa no mesmo bolso.

4) Não usar capacete de aço, nas missões noturnas, porque ele produz um ruído característico ao tocar em arames ou num corpo duro; ele apresenta uma silhueta inconfundível e impede que o homem rasteje com o rosto colado ao chão.

5) Ao ouvir o som de partida de um foguete atirar-se no chão antes do arrebrandamento.

Sendo colhido pelo arrebrandamento de um foguete atirar-se ao chão ou permanecer imóvel até o clarão se extinguir.

6) Não olhar nunca para o foco da luz; abaixar os olhos ou proteger a vista até o desaparecimento do clarão.

7) O melhor momento para se deslocar é logo depois que a claridade desaparecer.

8) Se o inimigo está empregando muitos artificios de iluminação, ele provavelmente tem poucas patrulhas agindo; quando ele não está lançando foguetes, suas patrulhas são numerosas.

9) Pode-se, muitas vezes, cortar uma ameaça de tósse apertando o pomo de Adão, e uma ameaça de es-

pirro, apertando para cima os dedos contra as narinas.

10) Bocejando-se pode-se, muitas vezes, fazer cessar um ruído dentro da cabeça que prejudica a audição.

11) Não forçar a vista concentrando-a demasiadamente sobre um objeto. Se os objetos ficam indistintos, deve-se fechar vagarosamente os olhos, conservá-los cerrados por alguns segundos e depois abri-los lentamente.

12) Para escutar o ruído produzido por homem andando, encosta-se a orelha no solo.

13) Aproveitar todos os ruídos, tais como zumbidos do vento, ou tiro-teio distante para avançar. Deslocar-se vivamente enquanto durar o tiro-teio.

14) Sendo necessário cochichar com um companheiro, primeiro expelir uma grande quantidade de ar dos pulmões, para evitar sibilos.

15) O soldado deve considerar inimigas tôdas as patrulhas ou pessoas que encontrar até que fique provado serem amigas.

16) Ao encontrar alguém o homem abaixa-se para obter a silhueta da pessoa projetada contra o céu e ao mesmo tempo constituir, ele próprio um alvo indistinto.

17) Sendo alvejado, estando perto das linhas inimigas, não responder ao fogo, exceto para evitar o aprisionamento.

18) Uma faca, a baioneta, ou um cacetete são de maior valor que um fuzil ou uma pistola, nas ações noturnas.

19) Ser tão cuidadoso na volta quanto se foi na ida, de maneira a evitar as patrulhas inimigas e que seja alvejado pelos nossos vigias.

20) Ao partir, certifique-se de que não leva nenhum papel ou documento que possa servir de informação ao inimigo.

Não se esqueça de retirar os distintivos ou sinais de identificação da sua unidade.

(CONTINUA)

As Marchas na Cavalaria

Cap. OBINO LACERDA ALVARES

Dedicamos este ensaio ao cadete de cavalaria da Escola Militar, espirito jovem, sem preconceitos e de quem muito esperamos nós, os profissionais de espirito confuso, com os ouvidos ainda cheios dos ecos da segunda guerra mundial.

I — INTRODUÇÃO

A segunda guerra mundial desenvolveu-se com tais características mecânicas que não poderiam ter ocorrido ao espirito dos militares mais prevenidos. O transporte motorizado na manobra do Marne, os blindados utilizados pelos ingleses em 1916 e os aviões que saíram do conflito de 1918 não nos forneceram, nem de longe, uma idéia precisa do que seria um conflito, vinte anos depois.

A motorização em grande escala, as avalanches blindadas em plena ação nas planícies do centro europeu e o povoamento dos céus por verdadeiros exércitos aéreos, trouxeram à segunda guerra mundial uma fisionomia não esperada e surpreenderam os exércitos que aguardavam batalhas do antigo estilo.

Sempre foi assim. Vive no pensamento militar uma espécie de parasita resistente às idéias avançadas, um temor ao heterodoxo, que põe em desvantagem inicial um exército de tímidos, enfrentado por um outro que tudo ousou e experimentou.

As perspectivas sobre a guerra do futuro, uma guerra cem vezes mais técnica que a recém-terminada, com o esperado avião super-sônico, os projetos atômicos e tele-comandados, além de outros instrumentos tão terríveis como esses, parecem ter liberado o profissional de hoje da reação parasita, já que se dispõe hoje de uma liberdade de conceber e criar como nunca no passado.

E' para essa espécie de conflito que todos os Exércitos desejam estar preparados.

Também nós, enfileiramo-nos no grupo de nações que se esforçam para a posse de um equipamento cem por cento eficaz e atualizado, capaz de decidir as batalhas com a velocidade da desintegração nuclear. Entretanto, é necessário avaliar a que distância estará nosso desejo, da verdadeira realidade. Haverá um dia em que nosso país venha acionar poderosas massas blindadas, possa cobri-las com potente aviação de combate e realizar o emprêgo de novos engenhos de destruição. Todavia, a aparente ausência de matérias-primas básicas, a falta de técnica industrial, um fruto de experiência secular, e o pequeno volume da indústria de nosso país, não nos autorizam esperar para breve a possibilidade de utilizar esses recursos, em quantidade e qualidade à altura dos nossos desejos.

De outro lado, ao examinarmos as possibilidades de choques armados na América do Sul, considerando as características geo-econômicas do Continente e a natureza de seus vários teatros, somos levados a admitir que nossos conflitos, num futuro próximo, não apresentarão a fisionomia de uma guerra atômica. Muito ao contrário, devemos esperar a utilização das armas terrestres atuais, com certas restrições quanto à blindados, um largo emprêgo da Infantaria e da Cavalaria, tal qual aconteceu na 1ª grande guerra.

Essa possibilidade não invalida, sequer por um instante, a idéia de tentarmos, mesmo realizando milagres, a industrialização e desenvolvimento técnico, capazes de preencherem a

perigosa lacuna entre as realidades existentes e os nossos anelos. Esse será o papel a desempenhar pelo espírito criador dos compatriotas, trabalhando e desenvolvendo nossa estrutura econômica com o aproveitamento dos recursos que a natureza reservou para nós.

Nosso papel consiste em tratar os problemas da defesa nacional com os recursos postos à disposição das forças armadas, quaisquer que eles sejam, encarando com fria objetividade as possibilidades de cada um deles, procurando exercitá-los tática e tecnicamente, de modo a obter, no momento preciso, o melhor rendimento.

Essas considerações devem constituir o pano de fundo das nossas preocupações. Devemos projetar sobre elas o estado dos nossos instrumentos de combate, a fim de que possamos corrigir os erros de apreciação e de execução.

Particularmente dirigido aos oficiais das armas montadas, ao cavalaria no sobretudo, o presente artigo tratará das marchas da Cavalaria, na tentativa de esboçar um catecismo do cavaleiro, um «breviário» que bem poderia tomar o nome de «Disciplina de Marchas», como contribuição modesta ao estudo de um dos numerosos problemas com que se defrontam as nossas forças terrestres.

II — O PROBLEMA DAS MARCHAS

Nosso R. E. C. C., em sua 3ª Parte, estabelece que as Unidades e G. U. hipomóveis devem estar em condições de realizar etapas médias de 40 km durante muitos dias e etapas fortes consecutivas, com a condição de entremear um dia de descanso para cada três ou quatro dias de marcha.

Se imaginarmos que, muitas vezes, essas marchas ofensivas ou defensivas, são pontilhadas de operações de toda amplitude, no desempenho das missões clássicas de cobertura e exploração, teremos bem a idéia do extraordinário esforço a solicitar aos animais e cavaleiros.

A aeronáutica inimiga, por sua vez, concorrerá com suas atividades de reconhecimento e ataque, para

acrescer mais uma parcela de fadiga à tropa, obrigando o deslocamento noturno como regra geral. As noções de marcha longe e marcha perto do inimigo perderam um pouco de sua importância, em face das ameaças do ar e do inimigo blindado. As medidas de segurança imediata, qualquer que seja o lugar da Unidade na coluna, trarão ao conjunto da tropa que se desloca um constante estado de tensão para somar-se ao cansaço físico.

Além disso, a natureza das missões da Cavalaria obriga-la a atuar nos espaços vazios entre os exércitos, onde as condições de suprimento são precárias, onde pouco se pode obter da exploração dos recursos locais. As reduzidas rações de reserva não poderão, por muito tempo, sustentar o desgaste fisiológico da tropa, quando a luta assume esse aspecto.

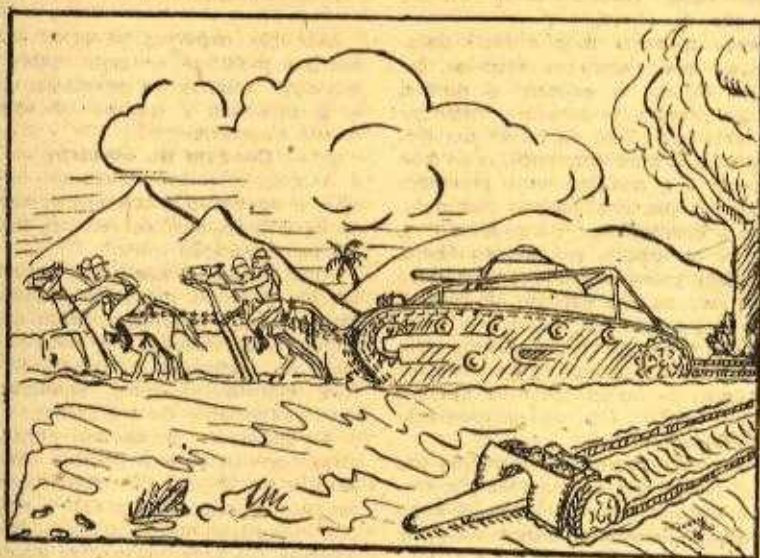
Enquanto contamos, entre os soldados, com o fator moral, capaz de compensar em parte essa fadiga extraordinária, já entre os animais nada podemos esperar deles, além do esforço sempre proporcional aos cuidados com eles despendidos.

Tôdas essas idéias permitem-nos imaginar a sobrecarga do esforço posta sobre os ombros do cavaleiro, no cuidado constante com sua montada, em cuja integridade reside sua condição de ser de combatente. Depois de dez ou doze horas de marcha, ei-lo às voltas com seu cavalo, a dar-lhe de comer ou de beber, a limpá-lo, a revisá-lo, a conservá-lo, enfim.

Sômente uma alta formação moral será capaz de suplantiar as ordens do instinto e levar o cavaleiro a superar-se, apesar do extremo cansaço, e tratar de sua pessoa após haver tratado sua montada de modo conveniente.

III — A REMONTA E A INSTRUÇÃO

A remonta periódica dos nossos Corpos montados ainda não conseguiu fixar para o mercado fornecedor um tipo de cavalo aceitável para as nossas necessidades militares. Devemos, contudo, estar em condições de aproveitar ao máximo esses exem.



plares que nos são oferecidos, o que será obtido somente através de uma adaptação sistemática, pela educação, treinamento, escolha cuidadosa do arreio e, sobretudo, pela correta formação equestre do cavaleiro.

O animal corrente nas Unidades é anguloso, com saliências ósseas inconvenientes para o arreio militar. Além disso, ele deve adaptar-se às condições de alimentação e regime de trabalho especiais. Com efeito: marchar enquadrado, nas diversas andaduras, entrar e sair de forma com franqueza, prestar-se ao emprego das armas, saltar pequenos obstáculos e familiarizar-se com as travessias de cursos d'água, são exigências mínimas a fazer para a obtenção de um bom cavalo militar.

De todas essas servidões ressaltam como essenciais duas idéias:

- necessidade de possuir nosso cavalo, um temperamento calmo ou, no mínimo, uma formação militar que o tenha acalmado suficientemente por modo a evitar seu desgaste prematuro em campanha;
- dificuldade, senão impossibilidade, de remontar-se a tropa com o aproveitamento dos recursos locais.

O cavalo mestiço de corrida, de temperamento árdego, virá, pois, exigir o melhor assento e a mais delicada das ajudas.

Dai, a importância fundamental da instrução equestre. Nosso R.E.C., em seu 2º volume da 1ª parte, trata detalhadamente da formação do cavaleiro. Entretanto, em face da conduta geralmente observada pela tropa, parece que seus preceitos têm sido fartamente esquecidos.

Não é incomum ver-se, desde a Escola de Rezende até ao mais longínquo Corpo de Tropa, um primeiro exercício com o nôvel cavaleiro, feito com equitação «rasgada» como se diz na gíria, sob o pretexto de desenvolver a audácia. Um «exterior» sobre obstáculos, antes da aquisição da confiança e sobretudo antes de adquirir-se um bom assento, terá um efeito exatamente contrário daquele esperado. Os acidentes perigosos, às vezes, mesmo fatais, são a origem do temor e de contrações que perduram por toda a vida do cavaleiro militar. Se a ocorrência se der em cursos de formação dos instrutores, então o exemplo mau frutificará e todas as classes de recrutas trabalhadas por

alguns dêles ressentir-se-ão da má formação do oficial.

Parece mentira, mas é fácil constatar-se que, entre os recrutas, há sempre alguns a encarar o animal que lhe servirá de montada como se fosse uma fera. Tem de haver um trabalho inicial para convencê-lo de que o cavalo é o auxiliar mais prestimoso, dócil à sua voz, ao seu comando, amigo e companheiro de desdita.

Somos obrigados, em consequência, a ampliar processos adequados para incutir isso no seu espírito. Principalmente o instrutor no âmbito do pelotão deve procurar a assimilação desses processos e empregá-los sistematicamente, de acordo com as prescrições do R.E.C.C. ou regulamento equivalente.

A boa execução das marchas impõe a preliminar de uma sólida instrução equestre, para que se obtenha a **condição essencial** exposta no número 200, da 3ª Parte, do R.E.C.C.:
 "... que a Unidade chegue ao combate em condições de desempenhar a missão, isto é, na posse de seus elementos morais, físicos e materiais..."

IV — DISCIPLINA DE MARCHA

A íria letra do regulamento, como síntese de uma experiência obtida, precisa ser comentada, exemplificada com casos vividos, de cores fortes, para chegar a fundir-se em convicções no espírito do comandante e instrutor.

Essa é a razão por que tentamos sistematizar os conselhos sobre a disciplina nas marchas, às vezes tão esparsos no R.9, ilustrando-os em certas oportunidades, com exemplos históricos.

Considerada boa a formação equestre de uma Unidade, o êxito de seus deslocamentos estará fundamentado nos cuidados e preocupações existentes no consenso dos executantes, quer antes de iniciá-los, quer durante e após sua realização.

Dai entendermos que há medidas de disciplina a tomar:

- antes da marcha
- durante sua execução
- após a marcha.

A) — Disciplina antes da marcha —

Sob três aspectos devemos examinar as medidas e tomar antes das marchas: quanto ao cavaleiro, quanto à montada e quanto ao equipamento e armamento.

1) — **Conduta do cavaleiro** — Não é demais relembrar que, em campanha, o cavaleiro procederá exatamente de acordo com os reflexos fixados na sua formação inicial.

Além disso, a assistência constante de todos os comandos dentro da Unidade, um aperfeiçoamento do ensino a cada instante por meio de sessões de instrução e conselhos, tudo isso contribuirá para obtermos um bom rendimento de marcha.

A condição primordial para marchar corretamente é possuir um bom estado de saúde. É, pois, necessário que a tropa esteja sob a vigilância cuidadosa dos oficiais e que os exames médicos frequentes eliminem os cavaleiros enfermos, das marchas a cavalo. Muitas vezes um soldado brioso, que tenha um alto «espírito de Corpo», é levado a encobrir sua falta de saúde para não abandonar seus companheiros de arma. Devemos, pois, fazê-lo compreender que, apesar do alto valor moral do gesto, sua atitude traz-nos graves inconvenientes. As marchas com esfoladuras, ferimentos e certas moléstias do cavaleiro podem ocasionar ferimentos no dorso de sua montada, em virtude da posição defeituosa tomada por ele, para livrar-se do incômodo da dor.

Também o trato do uniforme deve merecer-nos a atenção. Quando há um remendo mal feito no calção, a aresta do tecido, endurecida no lugar da costura, pode vir a produzir, durante o deslocamento, certas assaduras nas nádegas e ocasionar uma posição defeituosa do cavaleiro sobre a sela, com os riscos já citados.

2) — Cuidados com o cavalo

Os cuidados que o cavalo exige, antes da marcha, dizem respeito à limpeza, à alimentação, ao ensilhar e ao exame das ferraduras.

A falta de limpeza pode ocasionar, junto com o ambiente e condições cli-

matérias desfavoráveis, certas moléstias, como a sarna, a tinha e outras, que podem tornar o cavalo indisponível por muito tempo e, às vezes, em caráter definitivo.

Tais moléstias e seus efeitos devem ser do pleno conhecimento do soldado e exigem uma atividade e exame constante em sua montada.

Duas vezes por dia, no mínimo, deve proceder-se à limpeza dos animais: uma, após a marcha, bastante demorada e tão completa quanto possível; a outra, antes de ensilhar, visando principalmente o dorso e os membros.

— O assunto alimentação é de importância primordial. O cavaleiro deve possuir uma noção bem nítida a respeito do apetite e dos fenômenos da digestão de seu cavalo. Um animal cansado tem pouco apetite. A distribuição da forragem deve apropriar-se ao cansado.

Para que a digestão se processe nas melhores condições é necessário que nosso animal esteja em repouso durante as duas horas que seguem ao forrageamento. Se, por razões imperiosas, devemos marchar antes de expirado esse prazo, convém limitarmos a andar ao passo e, se possível, a pé, cavalo conduzido à mão.

A água deve ser fornecida sempre antes, e nunca imediatamente após a alimentação.

— O arreamento é material da particular alçada de um capitão previdente. Se necessário, poderão ser solicitadas visitas do veterinário do Corpo, com o fim explícito de assentar em definitivo a distribuição da sela para cada animal.

A conformação óssea deve servir de base para essa distribuição, pois animais de garrote alto, exigem selas com armação apropriada.

Se o arreamento estiver adaptado e for procedida a limpeza inicial, haverá duas prescrições a obedecer, antes de ensilhar: pesquisar se lombo e rins estão doloridos, busca que deve ser do conhecimento de todos os cavaleiros e cuidados no ensilhar propriamente dito.

Por mais cuidado dispendido com a manta, é frequente encontrarem-se nela pequenas partículas de madeira, gravetos quase invisíveis, devido às

sua constante ida ao solo. Essas partículas, sujeitas ao atrito na ocasião do deslocamento, virão produzir as escoriações do lombo, mal tão temido pelo verdadeiro soldado de cavalaria. Do mesmo modo, a manta mal dobrada, apresentando rugas, pode produzir os mesmos efeitos desastrosos.

A conservação cuidadosa das demais peças do arreamento, buçais, cabeçadas, barrigueiras, etc. muito concorrerão para o bom êxito dos movimentos duradouros.

— Em último lugar, e talvez um dos mais importantes cuidados a manter antes da marcha, diz respeito às ferraduras.

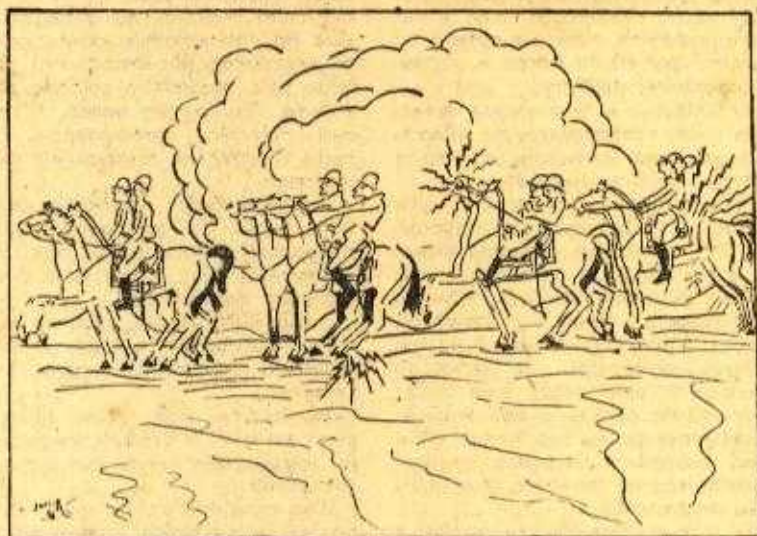
Trataremos, pois, delas nesse espaço em que, a Unidade estacionada, há tempo para cuidar dos cascos da cavilhada.

Uma cavalaria vale o que valem os pés de seus cavalos. Jamais devemos admitir a idéia de que não houve tempo para substituir ou repor uma ferradura.

Na história dos Corpos Connau e Sordet encontramos trechos como este: «... a questão das ferraduras tornou-se cada dia mais crítica. As estradas de leito pedregoso e as marchas contínuas gastam rapidamente as ferraduras que, por falta de tempo, não podem ser substituídas».

Essa questão exige um duplo cuidado. O tempo útil de duração de um jogo de ferros, não deve ir além de 30 a 40 dias. Ultrapassado esse prazo, o crescimento natural do casco é forçado pelo molde de ferro, resultando daí o «encastelamento», e, em consequência, a alteração do aprumo e andaduras do cavalo, com graves riscos de ferimentos e manqueiras.

É de toda a conveniência que os comandantes de cavalaria aconselhem seus chefes, encarregados de acioná-la, a pausas periódicas nas operações, destinadas à ferração, mesmo que isto traga prejuízos às operações em curso. Esse é um incidente da vida em campanha, em tudo semelhante, por exemplo, à parada por falta de remuniamento, quando é rompido o sistema de comunicações. Somente em momentos de grandes crises, são desculpados os abusos a respeito.



A reposição de uma ferradura, por sua vez, é assunto que deve merecer atenção. Se compararmos o tempo necessário para fixar um cravo frouxo, com o gasto na reposição da ferradura completa, devemos concluir que, se a ferração é recente, torna-se muito mais vantajoso surpreender a perda de um cravo e substituí-lo imediatamente, do que aguardar que caiam todos, um a um, e por fim se perca a ferradura.

A ferradura deve ser adaptada ao pé e não o contrário; daí a importância da ferradura de reserva.

O Cel. Abbadir, do Exército francês, comentou certa vez: «A ferradura francesa conduziu-se como a melhor do exército do oriente, mas os 18 cravos da bolsa de ferradura foram sempre insuficientes». É uma experiência a levar em conta na formação das dotações de reserva.

O Gen. Sordet, em 10 de agosto, cinco dias após haver iniciado uma campanha, solicitava o aproveitamento de quinze mil ferraduras. Positivamente, este pedido é de surpreender, em virtude do pequeno prazo decorrido.

A assistência constante aos pés de nossa cavalaria aconselha, senão impõe, o conhecimento do assunto por todos os homens do pelotão, desde o tenente, até seu último homem. Seria de toda conveniência que houvesse um soldado por G. C. capaz de repregar um cravo, além do ferrador, adestrado no ferrar a frio.

3) — Precauções com o equipamento e armamento —

O exame desse parágrafo deve ser feito tendo em vista que um soldado, com arreamento, equipamento e armamento completos, constitui um peso aproximado de 130 ks., em equilíbrio instável sobre o dorso de sua montada.

A carga do cavaleiro é absolutamente necessária ao serviço em campanha e ao combate. Alimentar a idéia de que parte dela pode ser transportada por meios automóbiles é iludir-nos com o número disponível de caminhões, em caso de conflito. Também o seu transporte por viaturas hipomóbiles, constitui uma solução inconveniente, dado que um aumento volumoso dessas viaturas poderia vir afetar a própria mobilidade da Arma.

Devemos partir da idéia que o cavaleiro tem de conduzir consigo toda a carga, de tal maneira disposta que não venha sobrecarregar um lado em relação ao outro. A andadura ritmada do passo, por exemplo, poderá, em caso de desequilíbrio de peso, originar pisaduras no dorso e nos flancos do cavalo.

É obrigatório banir da carga, todo o material que não seja regulamentar. Deve estar na consciência dos comandantes de pelotões, a descarga parcial que sofre o arreio, com o consumo da meia ração e de certos materiais de utilização eventual, conduzidos no equilíbrio. A volta ao equilíbrio, com o emprego de lastros, deve ser procurada.

A condução da armamento, sobretudo a do mosquetão e da espada, também deve merecer acurada atenção.

A arma a tiro, quando o cavaleiro estiver ao trote, se não estiver bem ajustada, produzirá ferimentos nas costas do soldado que, forçado pelas circunstâncias, tomará posição defeituosa na sela, com o risco iminente de esfoladuras no dorso de sua montada, em virtude do desequilíbrio do peso da carga.

Da mesma maneira, a espada pode causar os mesmos efeitos, por ocasião do trote elevado; o cavaleiro, para furtar-se às fricções do cabo da espada sobre sua coxa, torcerá o corpo e destará o equilíbrio da carga.

Dessa ligeira análise, podemos avaliar os trabalhos e preocupações dos comandantes das armas montadas, antes do início da marcha, para alcançarem o fim da etapa, em condições de prosseguir no dia seguinte. Uma revista cuidadosa, com lanterna nos casos de movimentos noturnos, interrogatórios, experimentações, intensa atividade dos quadros, eis o que se deve exigir, na reunião inicial que precede o deslocamento.

B) Disciplina durante a marcha

As providências aconselhadas para antes dos deslocamentos são, por si, ineficazes se os executantes não redobram seus cuidados por ocasião do movimento.

O Gen. Sordet dirigiu aos seus comandantes de divisões a nota seguinte: «O eletivo de animais do Corpo de Cavalaria foi quase totalmente renovado. Entre as causas que produziram a ruína do anterior, devemos citar em primeira mão, as consideráveis fadigas impostas pelas circunstâncias. Todavia, o General Comandante do Corpo pôde verificar quase diariamente, o criminoso descuido de que deram provas, tanto os soldados e graduados como os oficiais, que faltaram com seu dever mais elementar, deixando desaproveitadas todas as ocasiões para diminuir a fadiga de seus cavalos.»

Em «A Cavalaria na Lituânia e na Curlândia» encontramos: «O êxito é devido à excelente atividade de marcha das tropas.»

Esses dois exemplos, extraídos das memórias dos mais eficientes exércitos do primeiro conflito europeu, foram selecionados para servirem de amostra do que pode produzir o esforço conjugado de uma tropa hipomóvel, que tem a missão a cumprir e a glória para conquistar.

— O fator *missão* influirá preponderantemente na observância dos princípios de disciplina de marcha.

Enquanto os deslocamentos se realizam sem ameaça imediata do inimigo, é possível aos quadros e executantes praticarem todos os seus preceitos. A tropa poderá marchar por várias estradas e mesmo através do campo. A articulação dentro da coluna pode permitir uma relativa liberdade de andaduras até o escalão sub-unidade, desde que as distâncias entre elas sejam apreciáveis. A marcha com fileiras abertas pode ser executada, tendo em vista fugir ao pó e obter melhor ventilação. A regulação das andaduras pode ser levada a rigor prescrevendo-se, inclusive, tempos de marchas a pé.

Já nas proximidades imediatas do adversário, ou nos momentos de crise, as circunstâncias mudam. As colunas de todas as armas, vão ocasionar as flutuações de andaduras, devido às diferenças de velocidade. Os caminhos são os impostos pela situação ou pela urgência. Não há oportunidade para a dosagem cuidadosa das an-

daduras, quando se trata de chegar no menor tempo possível.

O Cmt. do V Exército francês, informava ao G. Q. G., em agosto: «as circunstâncias não permitiram conceder às divisões do Corpo Sordet um repouso **indispensável** (grifa nosso), pois se essa tropa bem cumpriu suas missões, custou-nos o esforço, o limite máximo de fadiga dos homens e animais.»

Dai decorre a responsabilidade do Comando no atribuir missões à sua cavalaria.

O pessoal e os animais, adestrados para cumprirem um conjunto típico de missões, que só a arma montada pode cumprir, sofrem um desgoste prematuro, de difícil recuperação, à menor imprudência no preparo das missões. Muitas vezes, os EE. MM., ao distribuírem o papel às Unidades montadas, no conjunto das operações, valem-se de distâncias... medidas na carta. O oficial de cavalaria sabe que o curvímeter é auxiliar perigoso no preparo de sua missão, pois as distâncias realmente percorridas alcançam os 10 e os 15% a mais, conforme a escala, sobre a distância fornecida pela carta. Imposta a hora de chegada, a tropa ou chegará atrasada ou deverá alterar o ritmo das andaduras previstas, com sérios riscos para o esforço da cavalaria.

Faz-se necessário a todos, desde o comandante de Unidade até ao estafeta, encarar as missões com tranquilidade, sem deixar-se empolgar pelo contato com o inimigo. No caso, o fator meios, principalmente o cavalo, deve estar presente no espírito do cavaleiro, pois a missão que ele executa, não pode nem deve ser a última.

Jamais devemos, por outro lado, admitir que possamos contar com um novo cavalo no decurso das operações, no caso em que o nosso fique impossibilitado de marchar.

— Além da missão, durante os deslocamentos devemos ponderar principalmente, a conduta do homem e os cuidados com os animais.

1) Conduta do cavaleiro

Como acentuamos antes, a disciplina de marcha é fruto colhido dos re-

flejos que o instrutor conseguiu imprimir no cérebro dos executantes.

Na realização dos deslocamentos, a atividade do cavaleiro deve ser pressa constante do movimento.

Logo após o início da marcha, o arreiaamento e certas partes do equipamento podem sofrer desajustamentos perniciosos para a soldado e, sobretudo, para sua montada. E' por essa razão que o R. E. C. C. preconiza uma primeira parada, após 10 ou 15 minutos de marcha.

Durante esse alto se procede a uma revista minuciosa na nossa montada. Se necessário, o soldado afrouxa a barrigueira e retifica a colocação da manta. Qualquer dobra dessa última peça, produzida pelo arreiaamento frouxo, pode ocasionar estoladuras no dorso do cavalo.

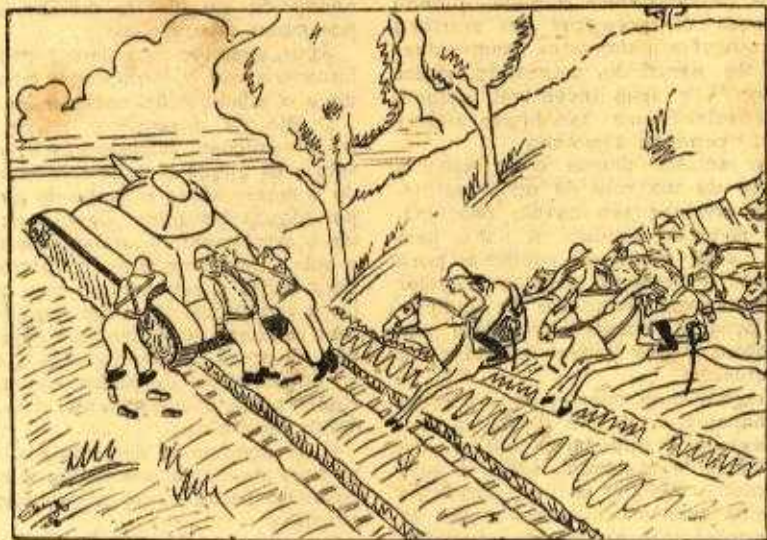
E' aconselhável instruir a tropa, com o costume de aplicar os preceitos de uma boa disciplina, no que poderíamos denominar «disciplina a dois». Com o auxílio de um companheiro, o soldado melhor poderá suspender a sela para ajustar a manta, desensilhar e tornar a ensilhar, calvalgar para o reinício da marcha, etc.

Quanto ao cavalgar, ao ser dado o comando respectivo, o cavaleiro suspende-se por instantes sobre o estribo, forçando a sela, o desajustamento da manta e causando certas alterações com o equipamento que podem perturbar o conjunto da formação. Habituação com a disciplina a dois e capacitado a montar pelos dois lados, todo o cavaleiro poderá contar com o auxílio do companheiro mesmo que este esteja montado, com uma simples pressão sobre o estribo oposto.

Reiniciado o movimento, há que cuidar-se da colocação correta sobre a sela, da conservação das distâncias, do controle da andadura, etc.

Na primeira parte da etapa, quando os espíritos estão alertas, todos os cuidados são levados em conta. Entretanto, quando a fadiga toma conta dos homens, depois de várias horas de marcha, há tendência para relaxar todas as precauções.

E', principalmente, nessas ocasiões em que os oficiais e graduados devem conservar constante atenção à



tropa. O R.E.C.C. aconselha, na fiscalização do movimento, a distribuição dos diversos comandos ao longo da coluna.

O Capitão não tem lugar fixo. Ele terá conveniência de assistir, durante o deslocamento, por várias vezes, o escoamento de seu esquadrão, para observar a conduta da marcha e ajustar as minúcias da disciplina.

Na testa, um subalterno, o mais antigo, para responder pelo capitão, será encarregado de regular a andadura. O rendimento do passo e do trote é proporcional à estatura do cavalo. Se a montada do guia for um grande animal e não se cuidar disto, ele aumentará, rapidamente, a distância prescrita. Os cavaleiros que o seguem, com a preocupação de manter a distância, tomarão a andadura superior e toda a formação aumentará. Já também. Recuperada a distância, volta à testa à andadura inicial e a cauda, surpreendida, refreia bruscamente, ocasionando flutuações incômodas, um verdadeiro movimento de sanfona, com o risco de pisaduras e ferimentos nos posteriores da cavallada.

Outros comandantes de pelotões, ao longo da coluna, de um e outro lado,

velarão pela manutenção das distâncias, pela correção das andaduras, fiscalizando a conduta do cavaleiro na observância de todas as prescrições particulares impostas.

Um oficial ou sargento, na cauda do esquadrão, vigiará a conservação da andadura e evitará os atrasos. Quando for absolutamente necessário deixar algum cavaleiro atrasar-se, seu comandante de esquadra deve permanecer com ele, com instruções precisas sobre a andadura e a reintegração na coluna.

O regime das andaduras deve ser calculado judiciosamente. Alternar o passo e o trote, deve ser a regra. O galope deve ser banido como andadura de marcha; somente em circunstâncias especiais, os isolados ou pequenas formações hipomóveis poderão utilizá-lo.

Se a tropa for instruída e tiver o arreio ajustado, poder-se-ão preconizar longos tempos de trote elevado, sem inconveniente algum.

As frequentes marchas a pé são aconselháveis tanto para o cavaleiro como para os animais. Entretanto, devemos atentar que longos tempos a pé fazem cair, acentuadamente, o rendimento da marcha.

Os deslocamentos à noite, quando a todos os precauções das marchas diurnas vêm juntar-se as inconvenientes da escuridão, monotonia, maior fadiga e o sono inevitável, exigem do cavaleiro um redobrado esforço para apegar-se à marcha.

Na marcha diurna cada soldado, dentro de um raio de ação restrito, pode conduzir seu cavalo pela melhor pista da estrada. À noite, nem com essa vantagem contamos para poupar a montada. O pino irregular e as mínimas flutuações da andadura poderão causar ferimentos nos membros e que podem redundar em manqueiras.

Marchar atentamente, de dia como de noite; conservar a distância conveniente e a andadura; conservar-se corretamente assentado sobre a sela e vigiar e informar as irregularidades havidas com o companheiro, são as obrigações primordiais do cavaleiro, para que o movimento seja rendoso e seu cavalo possa realizar toda a campanha.

2) Cuidados com a montada

É sobretudo durante os altos horários e grandes altos que se espera o maior desvêlo do soldado para com sua montada.

Seria interessante criar-se a sequência das ações a executar pelo cavaleiro, de modo a automatizá-las numa espécie de normas de ação, onde as operações, sempre as mesmas, se repetissem numa ordem pré-determinada.

Cerrada a coluna sobre a direita da estrada, homens a pé, proceder-se-á conforme as ordens:

- o afrouxar a barrigueira e desapre-silhar a barbeta;
- o ajustar a manta e outras peças do arreiaamento, quando for o caso;
- a limpeza das rânilhas e o exame dos cravos.

Se houver necessidade de fixar alguns destes últimos, o soldado habilitado do G. C. porá mãos à obra.

A partir daí o cavaleiro tratará de seus cuidados pessoais, inclusive o ajustamento do equipamento.

No grande alto pode haver ordem para desensilhar, prescrição sempre

obedecida em fim de marcha, salvo nos casos excepcionais.

Após, segundo as ordens recebidas, fornecer-se-ão a forragem à cavalaria e a alimentação aos homens.

O ato de desensilhar impõe certas precauções. Inicialmente retirar a sela e os outros materiais, conservando a manta sobre o lombo do cavalo, por alguns instantes. Depois, depositar o arreiaamento e armamento sobre o solo, conservando-os corretamente, para evitar o seu contato com a terra, a vegetação, etc.. Em seguida retirar a manta, procedendo a uma fricção no dorso do cavalo, com a escova ou um maço de palha, expondo a manta sobre o arreiaamento, com sua doura para cima.

O forrageamento dos animais, quer se trate de ração conduzida, quer do pastoreio local, exige assistência do cavaleiro.

Quando a ração é fornecida no estabulho, pode-se proceder à limpeza dos cavalos, nesse intervalo.

Se devemos soltar a cavalaria no pastoreio, convém fazer realizar pelo veterinário um prévio exame da pastagem, para cientificar-nos da possível existência de vegetais tóxicos, como o mio-mio, o matacavaio e outros. Essas vegetais, quando ingeridos, podem causar intoxicações violentas e, algumas vezes, a morte de certos cavalos. Será comum a utilização dessa espécie de recursos locais. Para confirmar essa possibilidade apelamos para a ocorrência abaixo transcrita, na vida da cavalaria alemã, que teve brilhante desempenho na 1.ª guerra européia: «... já não se encontra leno na zona de requisição e o estado da cavalaria, alimentada com 5 e 6 kg de aveia, é lamentável; em um só dia morreram de fome 4 cavalos de uma unidade.» (Diário da Cavalaria Bávara).

O fornecimento da água deve ser o mais frequente e abundante. Mesmo cansado, o cavalo pode ser posto a beber sem inconveniente. Faz-se necessário, entretanto, realizar o estudo prévio das aguadas, para velar que o líquido seja fresco e limpo.

C) — Disciplina após a marcha

Em fim de marcha, com o acampamento ou bivaque à vista, há uma

preocupação fundamental no pensamento do soldado: descansar. Tenderá, em virtude da fadiga, a entregar-se ao repouso, sem mais preliminares.

Unicamente a boa formação moral, a instrução e o exemplo dos oficiais e sargentos, conseguirão obter dêle mais uma hora de trabalho em benefício do seu cavalo e do material.

Não é demais assinalar que os 15 ou 20 minutos finais da marcha, feitos ao passo ou com o cavalo pela rédea, contribuirão para que o suor dos animais se evapore e os homens desentumescam as pernas.

Chegados ao local do estacionamento, os cavaleiros terão repartidas as atividades, entre as cuidados com a cavallhada, com o material e consigo mesmos.

Nessa ordem devemos orientar os trabalhos de modo que:

- no trato do cavalo:
- proceda-se ao desensilhar como foi prescrito para o grande alto;
- após a retirada da manta, realize-se uma massagem sobre o dorso e flanco dos animais;
- proceda-se a uma primeira inspeção para verificar o estado das ferraduras e os ferimentos e determinar as providências;
- faça-se uma limpeza geral da cavallhada, enquanto esta descansa para o forrageamento;
- no trato do material, depois dos cuidados iniciais, logo que a cavallhada é recolhida ao local de contenção, o cavaleiro deverá:
- conduzir o armamento e arreamento para o lugar de estacionamento;
- proceder a uma limpeza externa do armamento;
- providenciar no preparo do estacionamento.

Por último, há lugar para as medidas de conforto pessoal, o tão ansiado «à vontade».

V — CONCLUSÃO

O conjunto das idéias esboçadas pode resumir-se em certas necessidades imperiosas:

- de conservarmos adestradas e ampliarmos, talvez, a nossa cavalaria;
- de tratarmos com particular carinho da formação equestre do cavaleiro, sobretudo no que diz respeito a instrutores e comandantes;
- de criarmos no espírito do cavaleiro a firme convicção de que o soldado jamais terá oportunidade de remontar-se no decorrer de uma campanha;
- da obediência a uma severa disciplina de marcha;
- da cuidadosa seleção e preparo das missões às Unidades hipomóveis.

É comum encontrar-se nas memórias dos grandes conflitos o lamentar de um comandante de exército, a quem faltou, no momento oportuno, um instrumento próprio para coroar a manobra em plena realização, o acabamento da batalha, o aproveitamento do êxito, enfim.

Nessa hora, uma força bastante rápida e flexível, capaz de lançar-se pela brecha obtida e ir longe, tamponar as saídas do campo de batalha, evitando que o inimigo derrotado se refaça alhures, vale todo o conjunto de esforço e sacrifício, necessárias a uma outra batalha de ruptura.

Em teatros da natureza das nossas, com os nossos adversários possíveis, a Cavalaria é o elemento próprio para essas missões.

Entretanto, quando chegou a oportunidade, ela esteve sempre empenhada ou, no máximo, se relazendo das agruras dos combates anteriores, com efetivos e dotações extremamente desalçados, incapaz de esforço duradouro e profundo.

Esta é a lição da História.

É da competência de um comandante providente, planejar as operações e reservar suas G. U. de cavalaria para realizar o estritamente necessário, sobretudo no final da batalha ou nos seus preliminares.

Por outro lado, o cavaleiro é um combatente de pequeno valor relativo, mas preciso no cumprimento das missões que só ele pode levar a cabo. Cuidado, pois, com seu emprego.

Caixa Economica Federal do Rio de Janeiro

DEPÓSITOS ATÉ 500.000 CRUZEIROS MOVIMEN- TADOS COM CADERNETAS

As CONTAS COMERCIAIS poderão ser abertas em tô-
das as agências da Caixa, em nome de pessoas físicas ou
jurídicas.

As CONTAS COMERCIAIS serão movimentadas por
meio de CADERNETAS ou CHEQUES, estes nas agên-
cias de cheques e aquelas nas agências comuns.

Os DEPÓSITOS COMERCIAIS rendem juros de 4%,
anuais, capitalizados semestralmente.

O depósito inicial em CADERNETAS COMERCIAIS será
no mínimo de 10.000 cruzeiros e os subseqüentes sempre
superiores a 500 cruzeiros.

As CONTAS COMERCIAIS não são privativas dos co-
merciantes, podendo ser abertas por qualquer pessoa.

E' permitido ao depositante abrir CONTA COMERCIAL,
apezar de possuir «CADERNETA POPULAR».

**OS DEPÓSITOS NA CAIXA ECONÔMICA SÃO GA-
RANTIDOS PELO GOVERNO FEDERAL**

Estudo das Munições Empregadas no Obus de 105 mm da Artilharia de Campanha

Cap. SYLVIO OCTÁVIO DO ESPÍRITO SANTO

2.ª PARTE

ESTUDO DETALHADO DOS ELEMENTOS DE UM CARTUCHO

1 — PROJÉTIL

O projétil de um modo geral se divide em:

Ogiva

Corpo

Culote

Carga de arrebenamento

a) **Local das espoletas** — A não ser os projéteis anti-carro que levam a espoleta no culote, os demais projéteis têm sua espoleta encaixada na ogiva.

b) **Ogiva** — A porção curva e afilada que vai da ponta à cinta de turgência chama-se OGIVA.

c) **Corpo** — É a porção do projétil compreendida entre as cintas de turgência e de forçamento, inclusive.

A cinta de turgência que é de aço tem por finalidade centrar o projétil na alma da peça guindando-o através do tubo da mesma.

A cinta de forçamento que é de cobre tem por finalidade dar ao projétil o movimento de rotação, pois, ela é engrasada nas raíais do tubo da peça e na sua viagem através da mesma, o passo das raíais agindo na cinta de forçamento faz com que o projétil tome um movimento de rotação.

O corpo do projétil tem paredes de aço e seu interior é ôco (câmara), destinado a receber a carga que o caracteriza,

d) **Culote** — Os projéteis contendo alto-explosivo são providos com um culote que consta da parte final do projétil, de paredes de aço mais grossas, e que protege a carga de arrebenamento dos projéteis das gases quentes da carga de projeção em contato com o projétil.

Nos projéteis anti-carro, é no culote que vemos o local destinado à espoleta.

e) **Carga de arrebenamento** — O alto explosivo da carga de arrebenamento enche toda a câmara do projétil com exceção do local do detonador-reforçador e da espoleta.

No caso das granadas químicas a carga de arrebenamento é de trotil e está contida em um estreito tubo de arrebenamento, canal de arrebenamento, colocado no centro do projétil.

Esta quantidade de explosivo rompe as paredes do corpo do projétil, permitindo que a carga química escape sem excesso de dispersão. O restante da câmara é cheio com a carga química.

As granadas fumígenas não se fragmentam, soltam sua carga pelo culote. Sua carga de arrebenamento está logo abaixo da espoleta na ogiva e é de pólvora negra. Ao se inflamar, passa através do canal central, que é furado em vários pontos, comunicando sua chama à carga de ignição

que por sua vez comunica às cargas e fumaça. A carga de arrebatamento agindo no final do canal central, arrebatando o fundo do projétil e por aí a fumaça é expelida.

As percentagens de explosivo nos diferentes projéteis varia com o tipo, e geralmente, são aproximadamente as seguintes:

Granadas explosivas — 7,50 a 18,00%
Granadas químicas — 0,34 a 0,55%

As figuras ns. 4 e 5 ilustram quanto ao projétil e à carga de arrebatamento, respectivamente.

2 — ESTÔJO

O estôjo é um cilindro de latão uniforme, isto é, de igual espessura destinado a receber as diferentes cargas de projeção.

Como todo estôjo da munição de artilharia de campanha, possui uma alçóva, no seu final, destinada a ser empolgada pela garra do extrator para haver a extração.

No centro de sua base se acha o local em que se introduz a estopilha. No estôjo de fabricação nacional o local de colocar a estopilha tem o mesmo diâmetro que o do estôjo destinado à munição de 75 m/m, permitindo desta maneira que a estopilha para estas munições seja comum.

O estôjo padrão a toda espécie de munição do obus de 105 m/m é feito de latão e o modelo e tipo de fabricação americana é o M14. Seu substituto padrão, ou melhor, outro tipo usado é o de modelo M14B1 que é de aço pesando aproximadamente 0,5 libras, ou 226,8 grs., menos do que o M14 devido a possuir um gargalo e a estopilha usada ser menos pesada.

Uma das vantagens do estôjo de fabricação nacional sobre o de fabricação americana é quanto à estopi-

lha, pois, neste a estopilha se encontra fixada ao estôjo enquanto que, naquele, ela é atarrachada na ocasião do tiro. No caso de falha de estopilha é só retirá-la e substituí-la por outra, enquanto que no de fabricação americana é necessário se rejeitar todo o conjunto estôjo, carga de projeção e estopilha.

A Figura nº 4 ilustra quanto ao estôjo.

3 — CARGA DE PROJEÇÃO

A carga de projeção para o obus 105 m/m Howitzer, com exceção da

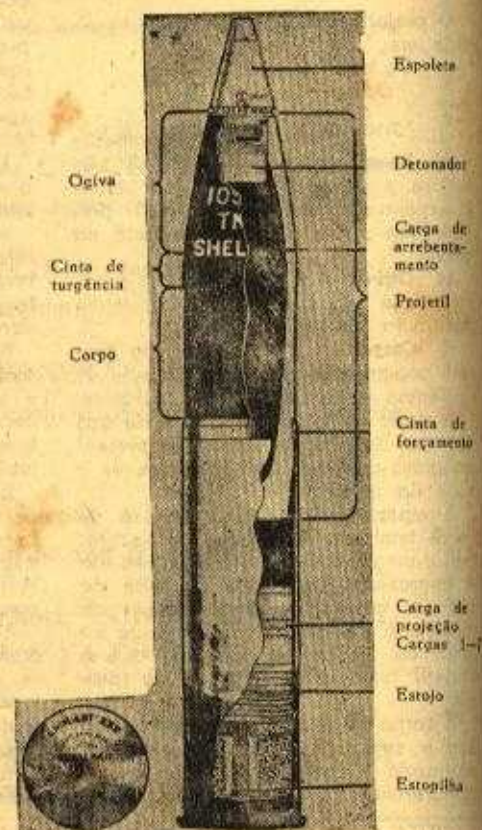


Fig. 4

EXPLOSIVA M 1



Espeleta

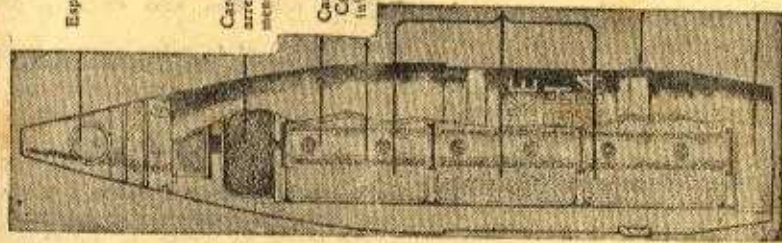
Detonador

Carga de
arrebenta-
mento

Cinta de
forzamento

Fundo

FUMIGENA M 84



Espeleta

Carga de
arrebenta-
mento

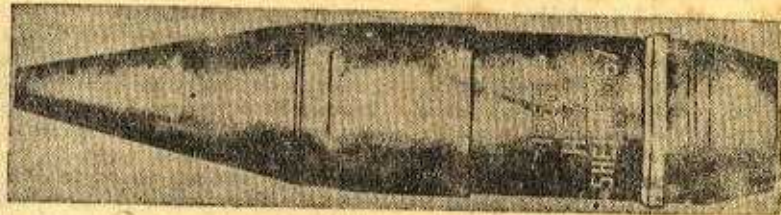
Canal central
Carga de
inflamación

Cargas de
Fumaça

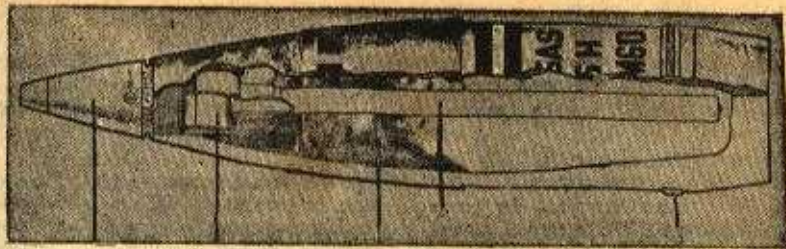
Cinta de
forzamento

Fundo

EXPLOSIVA ANTI-
TANQUE M67



GAS M 60



Espeleta

Detonador

Camara

Canal de
arrebenta-
mento

Cinta de
forzamento

munição explosiva anti-carro, que tem carga fixa, está dividida em partes de acordo com os alcances a se atirar.

A carga integral consiste de sete incrementos ou cargas, possibilitando assim 7 alcances ou zonas de tiro.

A pólvora de cada carga é envolvida em saquites de tela, sobre os quais estão marcados o número de cada, o lote da pólvora e o calibre e tipo da boca de fogo em que é empregada.

Na fabricação americana a carga básica ou carga 1 é solidária ao fundo do estôjo e é atravessada pela estopilha, já na de fabricação nacional tal não acontece. É solidária ao fundo do estôjo por um disco, disco este que com o tiro muitas vezes se desprende do estôjo ficando na alma do obus. Daí se ter sempre a precaução de olhar a alma da peça, a fim de se certificar de que ela está limpa do tal disco, pois, o mesmo pode causar grave incidente de tiro.

A carga ou incremento 2 é unida à carga 1 por um longo cordel. As outras cargas em ordem numérica são atadas umas às outras por um curto cordel.

Isto permite a retirada de todos os incrementos com exceção do básico, para o preparo da carga, retirando-se as cargas desnecessárias para um alcance particular intermediário em que se vá atirar, pelo corte do cordel. Os saquites que vão ser usados são colocados rapidamente no estôjo em ordem numérica ficando por cima o saquite cujo número corresponde à zona ou carga de tiro desejada.

Assim, para se usar a carga «TRÊS», prepara-se a carga de projeção deixando o saquite ou carga básica «UM» e os saquites «DOIS» e «TRÊS» nesta ordem, cortando-se na borda do estôjo o cordel que liga o «TRÊS» aos demais.

Sendo os saquites de pesos diferentes, eles não podem ser substituídos uns pelos outros. Todos são necessários desde o básico até a carga que se deseja atirar.

Na fabricação nacional das cargas de projeção elas não são unidas entre si, daí a ausência do cordel.

Para a granada explosiva anti-carro é usada uma carga fixa.

A pólvora sem fumaça usada como carga de projeção é a FNH, que é granulada.

Ajustando a carga de projeção existe o opérculo que é um disco preto de fibra e de fabricação nacional, sentindo-se sua ausência na fabricação americana.

Após a ajustagem da carga de projeção é ele colocado no interior do estôjo e com o soquete é impulsionado para baixo, a fim de que se comprimam os saquites.

As vezes a queima dos saquites não é total saindo pela boca da peça pedaços de carga de projeção, isto quando se atira sem o uso do opérculo; com o uso do mesmo tal incidente não acontece.

OBS.: A queima da carga de projeção deixa na alma do obus muito resíduo e às vezes o disco de latão que segura a carga básica ao estôjo. Com o tiro continuado é necessário, sempre que possível, olhar o interior do tubo para ver em que estado se encontra e passar o escovão, preservação esta que está prevista para o C2.

A Figura nº 4 ilustra quanto à carga de projeção.

4 — ESTOPILHA

A estopilha de percussão é a parte do cartucho destinada a provocar a inflamação da carga de projeção.

Ela consiste essencialmente em uma pequena carga de um explosivo muito sensível ao choque, detonador, e de uma carga de pólvora negra encerrada em um recipiente de metal.

A estopilha de fabricação nacional é a nossa conhecida M1 das munições dos calibres de 75 m/m e que nos excusamos de entrar em detalhes.

A estopilha da munição americana é composta de um tubo que está preso ao culote do estôjo e atravessa toda a carga básica ou incremento número «UM». Ela é de forma cilíndrica com diversos furos ao longo do seu eixo maior.

A quantidade de pólvora negra é suficiente para iniciar a inflamação

da pólvora sem fumaça da carga de projeção.

Ela funciona por ação da ponta do percussor da peça que fere o detonador que se encontra na cabeça da estopilha.

A FIGURA n° 4 ilustra quanto ao formato e posição da estopilha.

As estopilhas usadas na munição do obus de 105 m/m são:

A estopilha de percussão M1 de fabricação nacional;

A estopilha de percussão M1B1A2 — 100 grãos;

A estopilha de percussão M28A2 — 300 grãos.

a) **Estopilha de percussão M1B1A2 — 100 grãos** — Este tipo de estopilha é usada para as diferentes espécies de munições do 105 com exceção da munição anti-carro, onde é usada a estopilha de percussão M28A2 de 300 grãos.

Ela consiste em um tubo cilíndrico de latão no qual está aparafusada na extremidade inferior a cápsula detonadora da estopilha. A outra extremidade, a superior, termina em uma tampa que também é aparafusada ao tubo por dentro.

O corpo do tubo de latão possui uma quantidade de pequenos furos ou eventos, os quais são fechados por uma tela fina que não permite a saída

da pólvora negra de dentro do corpo da estopilha.

A carga de pólvora negra enche totalmente o corpo da estopilha e inflama a carga de projeção através dos eventos existentes.

O comprimento total da estopilha é de 9,42 cm. e o diâmetro do tubo é: na cabeça — 1,57 cm.; no corpo — 1,38 cm.; sendo seu peso total de cerca de 450 g.

A Figura n° 6 ilustra quanto à estopilha M1B1A2.

Um outro tipo de estopilha de percussão é a M1A2 de 100 grãos que varia da M1B1A2 no formato do tubo de latão.

b) **Estopilha de percussão M28A2 — 300 grãos** — É a estopilha usada para a munição anti-carro do obus de 105 m/m.

Ela é de construção semelhante à estopilha de percussão M1B1A2 de 100 grãos exceto quanto ao comprimento do tubo.

Contém em sua carga maior quantidade de pólvora negra.

O comprimento total desta estopilha é de 28,06 cm. e o diâmetro do tubo é: na cabeça — 1,57 cm.; no corpo — 1,38 cm.; sendo seu peso total de cerca de 1,158 kg.

A Figura n° 6 ilustra quanto à estopilha M28A2.



5 — ESPOLETA

a) **Definição** — A espoleta é um dispositivo mecânico usado no projétil para fazê-lo explodir em tempo, ou em percussão ou nas condições desejadas.

b) **Classificação** — As espoletas de artilharia de campanha podem ser classificadas de dois modos:

1.º modo — Mais geral, conforme a sua colocação no projétil em:

espoletas de ogiva — se colocada na ogiva do projétil;

espoletas de culote — se colocadas na base ou culote do projétil.

2.º modo — Mais clássico e detalhado, é quanto ao seu modo de funcionamento e que pode ser:

em tempo

em percussão

ou ainda a combinação dos dois de cima, isto é, de duplo-efeito.

As espoletas de tempo contêm um regulador de tempo, em forma de rastilho ou misto comprimido de pólvora negra, ou um mecanismo de relojoaria, que é regulado para funcionar no ar alguns segundos após o tiro.

As espoletas de percussão funcionam quando o projétil incide num obstáculo resistente no seu ponto de impacto.

Estas ainda se subdividem conforme a rapidez de seu funcionamento em:

Instantâneas

Sem retardo

Com retardo.

Mais adiante faremos o estudo separado de cada espoleta usada nas munições de 105 m/m da artilharia de campanha.

6 — DETONADOR-REFORÇADOR

Quando a carga de arrebrandamento de alto-explosivo das granadas é relativamente insensível à ação da espoleta, caso do troil, um complemento à carga detonante da espoleta é necessário se colocar, a fim de reforçar a ação que irá atuar na carga de arrebrandamento das granadas.

A este complemento que possui uma carga maior de um sensível explosivo chama-se DETONADOR-REFORÇADOR e nas munições de origem americana já vem atarrachado à espoleta e colocado no seu lugar no projétil.

Os tipos usados na munição de obus de 105 m/m M2, M2A1 e M4 são designados por:

M1 — de fabricação nacional e já nosso conhecido das munições de 75 m/m.

M20A1 e M22 — de fabricação americana, sendo que este último só se emprega com a espoleta M57 nas granadas químicas.

Mais adiante estudaremos estes dois tipos de detonadores.

(CONTINUA)



TERMOMETRO DE MORALIDADE POLITICA

Diz J. Pires do Rio, em «A Moeda Brasileira»:

«No julgamento dos interesses em jogo, relativos à política monetária, empenha-se a fundo a moralidade dos homens de governo, responsáveis pelo controle da moeda, assim no seu câmbio externo, como em seu poder de compra interno.

Julgar interesses de classes, grupos ou pessoas, em face do interesse geral da nacionalidade, é o encargo da autoridade monetária.

Defender a estabilização da moeda, no exterior e no interior, é sem dúvida o rumo acertado de uma sadia política monetária; fácil de definir-se, mas difícil de realizar-se, porque o problema da moeda fiduciária é de natureza fundamentalmente moral». — J. B. M.

Diz o professor Rostov, da Universidade de Yale:

«O maior obstáculo, para um eficiente manejo dos negócios econômicos, não está nas instituições políticas, mas nas idéias dos que as dirigem. A economia democrática é perfeitamente capaz de bons resultados, e até melhores que as economias dirigidas.» — J. B. M.

As Pontes Fixas Semi-Permanentes na Guerra Moderna

Cap. VIRGILIO FERNANDES TAVORA

A — CASOS VIVIDOS: (*)

II

UM PROJETO PARA PONTE

FRANCIS X PURCELL S R

(Coronel do Corpo de Engenharia)

Tradução pelo CAP. TAVORA

O desenrolar dos acontecimentos não se deu de acordo com o plano, mas esse se enquadrou naqueles. Isso pode ser dito de toda a operação de travessia do Reno e talvez a ponte de Oppenheim seja o caso típico da maneira com que alguém se desliga do calendário e mede o tempo por milhas. Várias semanas depois, o plano alcançou e ascendeu aos acontecimentos imprevistos.

Engajamo-nos no plano em setembro de 1944 quando o Terceiro Exército nos deu a missão de apresentar um projeto para uma ponte classe — 70 sobre o Reno, que permitisse outras a navegação de barcas e rebocadores. O fato de haver sido imposto Oppenheim como local para estudo deve hoje ser encarado seja como uma manifestação de gênio seja como um notável exemplo de sorte.

Por ocasião de lhe ser atribuída essa missão, o 1301 Regimento de Engenharia de Serviços Gerais, estava empenhado na remoção de lama das superlotadas estradas entre o Meuse e o Moselle. De lá, a travessia do Reno se nos afigurava como uma grande aventura e colocamos

tudo nosso talento a serviço desse projeto.

O PLANO ORIGINAL

A Tarefa: Recebemos do Terceiro Exército alguns mapas, mais propriamente esboços, informações gerais hidrográficas e geológicas, fotografias de rebocadores com gabaritos correspondentes e um plano alemão para uma ponte de pontões em Oppenheim. Fomos informados que o rio possuía uma largura de 1.200 a 2.000 pés (360 a 600 m. aproximadamente), uma profundidade de 15 a 25 pés (4,5 a 7,5 m.) e uma velocidade de correnteza de 3 a 6 pés por segundo (0,9 a 1,8 m), que seu leito era de areia, saibro e argila firme e que as principais cheias provenientes do degelo das neves alpinas se davam em maio e junho. Como segurança contra as cheias, a superestrutura devia ficar 2 pés (60 cm. apr.) acima do nível máximo da água já registrado e para navegação deveria existir um passo navegável de 90 pés (27 m), 10 pés (3 m) acima do nível máximo já citado.

Tivemos que planejar carregar todo equipamento e material conosco e



Fig. 1 — Guindaste levantando um caveleiro

portanto limitar nosso projeto às possibilidades do que era exequível rebocar por estradas nas condições de guerra.

O plano: Devido à incerteza do equipamento e material disponíveis, consideramos dois esquemas: um para bate-estacas sobre lagartas e lances curtos, o outro para equipamento flutuante e lances longos. Inclinávamos-nos pelo último devido à maior velocidade resultante graças a um menor número de estacas por cravar e a não haver interferência entre a cravação das estacas e a construção do tabuleiro.

Cada plano comportou não só o desenho estrutural como também o plano completo do local de trabalho, incluindo a planta principal, o depósito de estacas e carta de circulação, isso era apresentado em um desenho perspectivo com notas explicativas.

Esses projetos e outros foram estudados e debatidos no Terceiro Exército e mais altos escalões, enquanto os órgãos de suprimento pesquisavam os material e equipamento necessários. Gradualmente o plano foi tomando corpo. Bate estacas flutuantes seriam fornecidos. Os lances seriam de 90 pés (27 m apr.), exceto

um lance de 90 pés (27 m apr.) no passo navegável. Pilares duplos de 12 estacas seriam utilizados. A via da ponte deveria ser de 26 pés (7,8 m). O material deveria ser estocado em certos depósitos e transportado para a frente por ferrovia.

Uma conferência se efetuou no QG do Exército e o plano do conjunto da operação de transposição foi delineado. As primeiras Tropas transportariam em botes e em uma variedade de outros meios. Após seriam lançadas as pontes flutuantes (via única) que permitiriam a passagem da Artilharia e suprimentos para as Divisões em ofensiva. Porém, somente com a utilização de pontes de duas vias suportando tráfego pesado a grande velocidade, poderia a massa de tropas e suprimentos necessários para a batalha da Europa Central passar o Reno. Para sua construção o programa creditava quarenta dias a partir do momento em que o material começasse a chegar ao canteiro. Enquanto isso a guerra prosseguia. O golpe através do inundado Mosela transformou-se em um penoso avanço passo a passo, através da lama, de minas e destróios.

O Regimento manteve o dique de Pont à Monsson, reparou a ponte em Vandières, conservou a estrada inundada em Caternom, suportou bombardeio em Fard Driant, em Amaville e lançou pontes sobre o Seille e o Niel. Então veio a travessia do Saar e nossos operadores de motores de popa fizeram a travessia de Infanteria próximo a Saarlud enquanto o resto tornava transitáveis as estradas de Thionville e Metz. Nos meados de dezembro o tempo melhorou um pouco e parecia que enfim poderíamos desfechar o golpe. Mas os alemães nos impediam de tal com a contra ofensiva das Ardenas. Pela primeira vez, passamos à defensiva. O plano do Reno ficou quase esquecido.

O ensaio — Mas o planejamento pelo 3º Exército continuou e em janeiro veio ordem de construir uma ponte sobre o Mosela em Uckange com especificações similares às da ponte do Reno. Era o ensaio.

Em um dia frio de inverno, iniciamos a transportar as peças da barcaça N L («Navy landing») e preparamo-nos para montá-las. A barcaça nos foi entregue sob a forma de 48 flutuadores metálicos de 6 pés x 6 pés x 5 pés (1,8 m x 1,8 m x 1,5 m apr.) pesando pouco mais de uma tonelada, cada, e as necessárias barras, tirantes e fixadores para solidificar umas às outras.

A primeira coisa a fazer foi construir uma plataforma, a qual foi feita colocando peças de madeira em um «truck» de ferrovia. Sobre essas empilhamos 12 flutuadores formando um conjunto de 72 pés de comprimento, 6 de largura e 5 de altura (21,6m x 1,8m x 1,5m apr.). A forma dos conjuntos era mantida por quatro cantoneiras em L que se estendiam ao longo dos mesmos e prendiam rigidamente os cantos dos flutuadores. Cada cantoneira constava de duas seções de 36 pés as quais tinham que ser aparafusadas antes de serem montadas com os flutuadores.

Parecia muito simples, mas as tolerâncias seriam pequenas e perdemos muito tempo devido a encaixes tortos enferrujados e gelados e pequenos defeitos em nossa plataforma. (Nosso conselheiro naval nos havia avisado acerca desses últimos). Após haver-mos dispensado algum tempo removendo gelo e ferrugem, corrigindo as partes deformadas e concertando a plataforma, o trabalho correu melhor, mas dois dias inteiros foram necessários para completar o primeiro conjunto. O lançamento náqua foi feito muito facilmente pela ação de um bulldozer. Os outros três conjuntos o foram mais rapidamente e a ligação de todos os quatro no rio só teve como obstáculo o trabalho de mãos nuas na água gelada.

Ao todo, a montagem levou uma semana aproximadamente.

Por essa época as diferentes peças do bate estacas (sapatas, vigas em A, e guias, a caldeira, o guincho e o maço a vapor) chegaram e com elas, instrutores do Exército para montagem e operação. Ainda uma vez as

peças não se casavam bem obrigando a várias modificações e adaptações. No fim da segunda semana, entretanto, tínhamos completo, pronto para ação, um bate estaca a vapor Vulcan n° 1, ação simples, trabalhando a 150 libras de pressão com guias de 65 pés (19,5m).

Na construção da ponte Uckange experimentamos muitas das dificuldades que teríamos que encontrar após estacas se partindo, estacas escorregando pela flutuação na correnteza rápida, encontro de rocha a 3 pés e consequente adoção de estacas de aço. O rio inundou e um aprendiz de operador deixou cair o maço em 20 pés (6m apr.) de água em uma correnteza de 5 pés por segundo (1,5m/s). Esse último incidente teria sido muito sério na operação do Reno já que bem equipados mergulhadores lutaram três dias com a correnteza antes que pudessem prender um cabo ao maço. Um melhoramento no mecanismo de garra do bate-estaca e melhor treinamento dos operadores, impediram a repetição do incidente.

Quando o trabalho foi concluído, consideramos o problema do posterior transporte da barcaça para o Reno. O plano inicial era desmontá-la e devolvê-la ao depósito com a idéia de movê-la para frente sobre trilhos quando a situação tática o permitisse. Lembrando-nos das dificuldades encontradas na montagem da barcaça e do bate estacas, achamos que seria muito mais prudente conservar o equipamento sob nosso controle e não correr o risco de novamente perder



Fig. 2 — Detalhe de pilas

identificação de suas peças. Estamos também um pouco céticos a respeito do projetado transporte por via férrea. Assim pedimos e obtivemos autorização para conservar o conjunto conosco, ficando seu posterior transporte a nosso cargo.

Mas o problema era: Como entrar em ação no Reno o mais rapidamente possível. Teoricamente de três formas podia o conjunto ser transportado: completamente montado, completamente desmontado e parcialmente desmontado. Desde que não havia um sistema de canais entre o Mosella e o Reno, o primeiro era impossível. O segundo pecava pelo enorme atrito que acarretaria; não somente requeceria todas as viaturas basculantes orgânicas, como também exigiria quatro dias para a montagem no Reno.

O problema era, pois, até que ponto desmontar o conjunto e como transportar as diferentes partes.

Devido às cantoneiras que solidarizavam 12 flutuadores uns aos outros, não havia partes intermediárias entre os flutuadores simples e os conjuntos de 72 pés (21,6m apr.) pesando cerca de 20 t, exceto por corte e solda. Esses conjuntos de 72 pés eram uma peça bem grande para transitar em estrada

das do tipo das existentes entre o Mosela e o Reno, mas no interesse da velocidade decidimos arriscar.

O único transporte que possuíamos capaz de suportar tal carga era a viatura de 6 toneladas com um reboque de leito baixo de 20 toneladas com 28 pés de comprimento (8,4m).

O que necessitávamos, porém, era um reboque com lança («pole-type»). Assim retiramos o jogo dianteiro dos reboques e os modificamos de modo a transformá-los em tipo de lança. Ao mesmo tempo transformamos o reboque propriamente dito, em reboque «pole-type» e colocamos armações especiais nas viaturas tratoras. Ficou nos faltando um reboque para os 4 conjuntos de 72 pés, mas poderíamos em caso extremo cortar um deles, carregá-lo nos reboques de estrada baixo e soldá-los no Reno.

Quanto ao bate estacas (caldeira inclusive) não havia problemas. Teria que ser completamente desmontado; apenas algumas ligações da caldeira deveriam ficar assentes. Nesse estado — o bate estacas desarmado em suas maiores peças transportáveis e a barcaça em conjuntos de flutuadores de 72 pés, deixamos esse equipamento nas margens do Mosela enquanto avançávamos para construir pontes sobre o Saar.

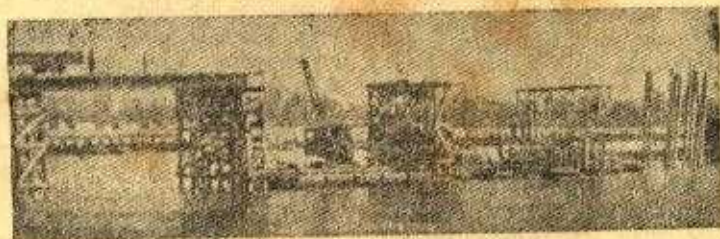


Fig. 2 B — A ponte Oppenheim em construção

Morte do PLANO: A guerra tomou um ritmo galopante. O Terceiro Exército golpeou em todas as direções e nem os alemães nem nós sabíamos onde iríamos novamente nos enganar. Parecia que os limites entre os Exércitos seriam mudados para o Norte, de modo que ao invés de lançar pontes sobre o rio nas vizinhanças de Oppenheim, lá-lo-jamos na seção

estrangulada dessa, perto de THE LORELEI (próximo S E GOAR) onde a água, com extraordinária rapidez, apresentava profundidades da ordem de 100 pés (30m apr.). Passamos a cuidar em pontes penséis e pontes sobre barcas e mais uma vez quase esquecemos nosso plano.

Então, em uma manhã, logo após a tomada da ponte de Ramagen, sou-

bemos que todo o calendário havia sido inutilizado. Não fomos esperar para articular nossas forças na margem W do Reno; o Terceiro Exército estava cruzando o rio em uma frente estreita.

A travessia se estendia desde THE LORELEI até acima de Oppenheim, mas era ainda incerto onde a ponte permanente seria construída. Era inútil trazer algum material ou equipamento para a frente, porque em um raio de 100 milhas (160 km apr.) não se sabia onde apanhá-lo e ainda mais porque as rodovias e ferrovias estavam tão engorgitadas que qualquer desnecessária adição a seu tráfego, viria interferir na ação de nossas tropas que avançavam. Nem podíamos desperdiçar viaturas da construção de pontes urgentemente necessárias mais a W e no lançamento de redes protetoras através do Reno.

O ataque foi lançado, maciamente, no S e fortemente ao N

Mais uma vez os limites estavam para ser mudados. A D+6 foi definitivamente anunciado que o Terceiro Exército não construiria uma ponte permanente em Oppenheim. O plano cuidadoso, o equipamento montado e o ensaio estavam inutilizados. O plano estava morto.

Resurreição: A D+7 porém, resuscitou ele, outra vez; a mudança de limites não seria tão drástica como havia sido antecipado. O plano regional seria seguido com duas pequenas exceções:

— a ponte seria necessária muito antes do prazo de 40 dias consignado no plano.

— O material nos depósitos não nos chegaria às mãos no tempo previsto.

— Quanto tempo seria necessário para construção nessas condições?

Tomamos uma respiração e dissemos: quinze dias.

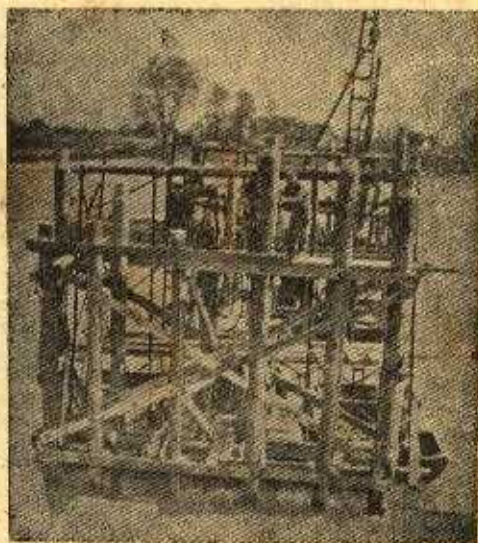


Fig. 1B — Construção de um pilar

TRABALHO PRELIMINAR

Materiais e Equipamento — Iniciamos então a estocar material. O Regimento estava espalhado por 10.000

milhas quadradas na Alemanha em doze tarefas distintas, algumas das quais tinham prioridade mais elevada que a própria ponte. Nosso equipamento de cravação (barcaça e bate

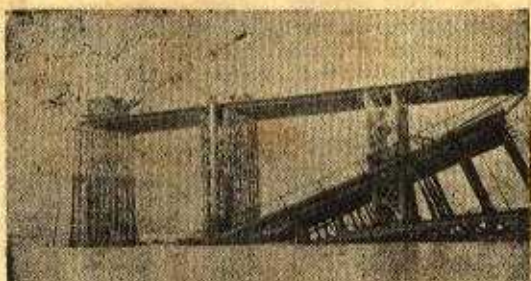


Fig. 1 — Seção da Ponte sobre as destroças da antiga

estacas) jazia 170 milhas à retaguarda, nas alastadas barrancas do Mosela. Tínhamos que estocar 400 estacas de 55 a 80 pés (16,5 a 24m apr.) de comprimento, 200 vigas de aço I perfil 24 com 52 pés (15,6m) de comprimento, 400.000 pés de pranchões e toneladas de ferragens. Ao todo em realidade totalizou o transporte de 110.000 toneladas-milhas (180.000 toneladas-quilômetros apr.). Não possuíamos prioridade nas ferrovias e as estradas estavam abarrotadas.

O primeiro equipamento a pôr-se em marcha foi o bate-estaca (incluindo barçaça). Os reboques especiais foram carregados com os conjuntos de flutuadores de 72 pés (21,6m) e ligados às viaturas adaptadas. Iniciaram êles a viagem de 170 milhas (270 km apr.) através estradas estreitas repletas de carros de combate e pranchas transportes de carros de combate, por entre cidades medievais com vielas tortuosas, algumas vezes patinando pelos campos e vãos, outras vezes abrindo caminho por dentro de edifícios que não haviam podido ser contornados. Dois dias após, três dos conjuntos eram lançados na água na rampa em Oppenheim. O quarto, que havia sido cortado em dois, chegou no dia seguinte.

Na montagem da barçaça, primeiro lançamos à água e unimos os três conjuntos de 72 pés (21,6m apr.). Quando foram unidos, as cantoneiras em L superiores foram soldadas. Então o lado da barçaça foi levantado com um guindaste e a cantoneira externa do fundo foi soldada. A quarta

cantoneira sendo inacessível, continuou seccionada.

A barçaça estava então pronta para ser empregada mas as sapatas do bate-estacas haviam se atrasado na viagem e tudo mais teve que esperar. Apesar da demora o conjunto ficou montado quatro dias após havermos iniciado a transportá-lo do Mosela.

As crianças alemãs de Oppenheim, que haviam observado atentamente sua montagem, aplaudiram quando o rebocamos rio abaixo.

O bate-estacas constituiu a chegada mais espetacular. Um guindaste de $1\frac{1}{2}$ jardas cúbica e outro de 2 jardas, foram trazidas em pranchas transporte de carro de combate.

Uma escavadeira de $\frac{3}{4}$ jardas e quatro de $\frac{1}{2}$ jardas vieram em seus próprios reboques e dois guindastes sobre viaturas deslocaram-se rodando. Sessenta viaturas basculantes trouxeram o pessoal e o equipamento de todas as direções. Quando o bate-estaca ficou pronto, o grosso do regimento, uma companhia de viaturas basculantes, uma companhia de equipamento leve e uma mescla estranha de voluntários franceses, russos e poloneses estavam em ação.

Nesse meio tempo nossos reconhecimento haviam pesquisado a Renânia à cata de material. Estacas tinham sido assinaladas próximo a Bingen, vigas de aço em Hanau e pranchões em vários locais.

Um cabo americano de origem alemã fez funcionar uma serra no que havia sido sua cidade natal e requi-

sitou seus antigos concidadãos como chbreiros.

Geradores, projetores, maçaricos, alandéis e outros equipamentos retirados de instalações capturadas foram trazidos para Oppenheim.

O local: A própria seleção final do local da ponte foi feita durante esse período de quatro dias. Originalmente havia três em cogitações: um no antigo «ferry-boat» em Oppenheim, um em Neirstein e outro na ponte demolida, a meio caminho entre os dois primeiros.

O primeiro reconhecimento excluiu a hipótese de Neirstein, porque as margens eram muito baixas, e a do local da antiga ponte, devido aos destroços atrapalharem a construção. O local do «ferry-boat» era por si mesmo bom, mas os acessos muito estreitos para um tráfego em dois sentidos e, além disso, era o local ideal para a Bailey flutuante (uma via) que deveria atender ao tráfego nesse interim.

Um local 100 jardas a montante do «ferry» dava-nos um acesso direto à única boa estrada na margem leste e espaço amplo para alcançar a estrada na margem oeste. Os topógrafos fizeram levantamento do local, da ilha d'água, das estruturas existentes.

Segundo o eixo final da ponte, as margens encaixavam o rio em um canal de 920 pés (276m apr.) de largura e de 20 a 25 pés (6 a 7,5m apr.) de profundidade com uma corrente de 4 a 5 pés por segundo (1,20 a 1,50 m).

A ponte deveria ter 1060 pés (318 m apr.) de comprimento. O fundo, como havia sido previsto, em qualquer lugar, era muito difícil de penetração além de 13 pés (3,9 m). Havia também o problema de saber onde situar o passo navegável, mas os engenheiros locais afirmaram nos ser isso uma questão de somenos importância devido à uniformidade do fundo e da correnteza. Situámo-lo um pouco a W centro da ponte, para o lado de fora da curva do rio. A esse local adaptamos a planta fornecida pelo Terceiro Exército.

O projeto final teve um grave senão, resultado de um trabalho muito rápido e de ser seguida a norma Standard muito fielmente. A ponte

devia ficar 2 pés (50 cm apr.) acima da maior cheia nos encontros e 10 pés (3m apr.) no passo navegável. Isso ocasionou ficar o encontro oeste cerca de 4 pés (1,20m apr.) abaixo do «grade» da estrada existente e resultou em uma descida da estrada para a ponte e após uma rampa ascendente para o centro da ponte.

Caso a ponte tivesse no encontro oeste a cota que possuía no passo navegável, o acesso à ponte haveria sido melhor e a estrada da margem teria sido preservada. No entanto, a ponte teria levado mais tempo a construir devido ao peso adicional dos pilares.

Caso houvésssemos cravado estacas de prova de acordo com o plano, teríamos sabido que no quarto cavalete nossas estacas de 58 pés (17,4m) seriam 14 pés mais (4,2m apr.) curtas. Mas essas estacas eram as maiores que haviam sido encontradas de modo que de pouco nos valeria tal saber. Assim, simplesmente colocamos um acréscimo às estacas.

A omissão dessas estacas de prova economizou dois dias de construção.

Expedientes: O que nos parecia, em nossa ansiedade por velocidade, a maior lacuna era a falta de equipamento adequado. O plano previa construção simultânea de ambas as margens do rio com um equipamento completo em cada lado, mas apenas um bate estaca a vapor havia sido fornecido para nossa operação; um outro poderia ser fornecido mas levaria dez ou mais dias para transportar e montar. Lá estava nosso guindaste de 1/2 jarda cúbica com uma câbrea de 25 pés (7,5m apr.), guias de 22 pés (6,6m apr.) e maço de 1.800 libras (820 kg. apr.) esse equipamento não poderia fazer muito com estacas de 58 a 80 pés (17,4 a 24m) de comprimento, requerendo cravação para suportar 50 toneladas. Assim acrescentamos-lhe extensões para termos câbrea de 45 pés (13,5m apr.) e guias de 33 pés (9,9m apr.).

Para aumentar o peso do maço, ligamos um bloco extra de cabeça para baixo no topo daquele, atingindo o peso total de 2.575 libras (1.180 kg apr.) O conjunto foi então mon-

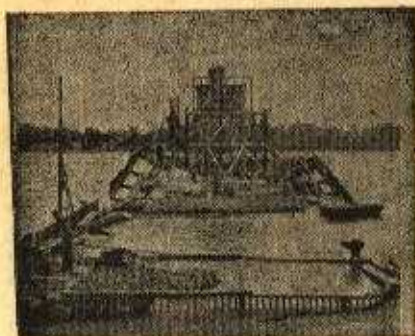


Fig. 4 — Enchendo um berço para fundação

tado em uma portada de cinco pontões, a parte inferior das guias havendo sido aparafusadas na portada.

Para sustentar a portada foi lançado um cabo guia de 1 polegada (2,5 cm apr.) e uma brida ligando esse àquela. Ancoras lançadas dos quatro cantos da mesma, mantinham-na na posição desejada.

Esse expediente, evidentemente, sofria limitações. Apesar do aumento de peso do maço, as tabelas causaram uma pequena fraqueza na capacidade de suporte das estacas cravadas. Uma limitação bem mais séria fazia no comprimento da estaca suscetível de ser utilizada: uma estaca de 58 pés (17,4m apr.) mal podia ser colocada entre as guias. Felizmente o lado leste do rio tinha um fundo firme e plano, de modo que as estacas de 58 pés (17,4m apr.) serviam para metade da ponte.

Não previmos que o bate estaca assim constituído fosse tão rápido na cravação quanto o grande. O que perdia em tempo, porém, na cravação de estaca, ganhava nas manobras muito mais fáceis; e, de fato, ele era, vou aproximadamente metade das estacas da ponte.

Assim o equipamento chave estava providenciado. O problema agora era engrenar o resto do plano com os bate estacas de modo que todo o trabalho pudesse caminhar com a mesma velocidade.

Sabíamos por experiência que o gargalo se dava na colocação dos

chapéus e dos contraventos. Na ponte de Uckange essas operações haviam sido muito mais demoradas que a cravação e a instalação da super-estrutura.

Para dar maior velocidade a essa operação improvisamos quatro oficinas flutuantes (em portadas) com andaime de 18 pés (5,4m) de altura em uma extremidade e um compressor de ar no centro. Foram elas também dotadas com forja e equipamento de solda bem como uma miscelânea de ferramentas.

Uma quinta portada levava um guindaste de $\frac{1}{2}$ jarda cúbica para a manobra com os chapéus. Assim havia duas oficinas flutuantes para cada extremidade da ponte e um guindaste flutuante para atender ambas as extremidades.

Com todo esse equipamento flutuante, nenhum dos quais auto-propulsado, houve uma tremenda procura de embarcações propulsoras. Havíamos sido de antemão avisados que as lanchas de força seriam escassas, e portanto planejado usar L C V P's e L C M's, gentilmente oferecidos pela Marinha. Entretanto, após ver essas embarcações em ação, e levando em conta o labirinto de cabos e amarras e a proximidade da ponte flutuante a jusante, concluímos que elas eram muito grandes e de maneio embarçoso. Assim mais uma vez improvisamos.

Uma companhia havia dragado uma lancha de força do Saar e a havia trazido às pressas. Uma outra companhia encontrou uma que parecia uma colcha de remendo tão cheia de buracos estava, mas que funcionou parte do tempo da construção.

Uma terceira Companhia descobriu um bote alemão do mesmo tamanho aproximadamente, com casco de alumínio e um motor muito potente. Produzia um belo ruído e brilhava ostensivamente ao luar, mas em dois dias se inutilizou.

O Terceiro Exército forneceu-nos uma lancha de força e dois botes de assalto com motor de popa que eram úteis apenas para transporte de pessoal e cargas leves. Em resumo, tivemos um máximo de duas embarca-

ções propulsoras funcionando todo o tempo.

OPERAÇÕES DE PONTAGEM

Luz. Quando dificuldades após dificuldades foram se amontoando, tornou-se mais e mais evidente haver-mos sido muito ousados em nossa estimativa de quinze dias para realização da obra. Vimos que na realidade queríamos dizer quinze dias e quinze noites. O plano não previa isso, pois havia sido pressuposto que o trabalho à noite seria taticamente impossível. Realmente, quando iniciamos o trabalho, aviões alemães voavam sobre nós dia e noite. Em tarefas anteriores mais ainda à retaguarda das linhas de combate, o Terceiro Exército havia proibido luzes nos trabalhos de pontagem à noite. Dessa vez decidiu aquela G. U. arriscar e o equipamento adequado foi posto à nossa disposição. Um projetor foi colocado em um penhasco dominando a margem W do rio. Focalizando o meio do rio e daí se difundindo, uma unidade de 800.000.000 de velas iluminava toda a obra.

Da estrada da margem para o rio, a ponte à noite era uma sinfonia de luz e sons: o cone azulado do projetor através dum céu de anil, uma centena de pontas de alfinetes amarelos, uns parados outros adejando como pirilâmpas, silhuetas de guindastes e tratores eretas à noite e as guias do bate estacas dominando tudo.

Dentro da quietude destacava-se o pulsar dos motores e o «tch.bum! tch.bum!» do grande maço.

Organização: Beleza porém não era bastante; trabalhar a prazo certo, exige organização. Constituímos uma agência de campanha em um prédio de pedra na extremidade oeste da ponte com um «bureau» para suprimento, um para operações e um para supervisão. Cada secção possuía um homem de serviço, 24 horas ao dia capaz de resolver as questões que surgissem. Apesar do vigoroso impulso produzido por sãdia emulação e por um trabalho de 22 horas, a ponte não haveria sido terminada a tempo sem uma sequência de fases de cons-

trução cuidadosamente planejada e suprida de ferramentas. O desenvolvimento de tal sequência havia sido nossa principal preocupação durante o ensaio em Uckange e havia continuado na ponte de estacas em Kontz Karthaus no Saar. Na ponte do Reno o sistema se aproximou do ideal em que jamais nenhuma fase do trabalho ficava seriamente atrasada por causa de outra e o equipamento era praticamente empregado todo o tempo. Cada extremidade de ponte, independentemente da outra, progrediu em cinco fases: cravação, contraventamento, colocação dos chapéus, colocação das vigotas e assentamento do piso. Cada uma era desempenhada por uma turma distinta com equipamento próprio e todas se movendo com a mesma rapidez com uma defasagem de cerca de dois dias da frente para a retaguarda.

A turma do bate estaca dava o ritmo da operação e as demais deviam acompanhá-lo.

As estacas eram rebocadas até a barcaça por lanchas de força e ligadas a seu costado até serem utilizadas. Esse processo era retardado ocasionalmente por falta de estacas e às vezes de lancha, mas dia após dia permaneceu a cravação bem à frente do contraventamento. No fim, os bate estacas puderam cravar as sessenta estacas dos parachoques («quebragelos») e as oitenta e quatro estacas de proteção do passo navegável enquanto eram feitos os últimos retoques na superestrutura.

Nossa cravação estava longe de

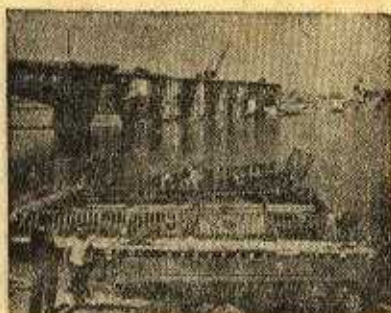


Fig. 5 — Vista geral da construção

ser perfeita, em parte devido à dificuldade de obter estacas de dimensões apropriadas e em parte devido à pouca exatidão no manobrar a barça. Poderíamos, é claro, ter executado obra mais perfeita, seguindo a operação um ritmo mais lento, mas o calendário não nã-lo permitia. A parte que poderia ter sido corrigida era a da ancoragem.

As próprias âncoras eram painéis de ponte Bailey com cantoneiras de ferro soldadas a 45 graus, à guisa de pata. Comumente elas agarravam bem, mas algumas vezes desliscavam. A barça era ligada a elas por cabos de âncoras que eram tesados e seguros à «cabeça de negro» no motor a vapor. Havia desliscamentos consideráveis nas cabeças de negro e alguns soltavam os cabos.

Melhores resultados poderiam ter sido obtidos sem nenhuma perda de tempo se houvessemos usado âncoras mais pesadas, com cabos de aço e guinchos de mão para colocar a barça.

Essa falta de precisão de nossa travação tornou o contraventamento dos pilares mais difícil porque era necessário colocar as estacas alinhadas, com talhas e usar calços e outros expedientes para permitir a colocação desse contraventamento.

Fôra tendo em vista tais dificuldades, entretanto, que havíamos construído nossas oficinas flutuantes com aparelhagem de ar comprimido e an-

dalme. Logo que o bate-estaca liberava um pilar, a oficina flutuante navegava e iniciava seu trabalho. Estacas eram puxadas e colocadas em posição, buracos eram feitos com ferramenta pneumática, contraventamento aparafusado e a extremidade superior das estacas cortadas com serra pneumática. Tudo sem contacto com a margem ou com a parte já existente da ponte.

Quando o cavalete estava contraventado era ocasião do guindaste abordar e colocar o chapéu. A portada do guindaste não tinha outra função, permanecia portanto inativa grande parte do tempo, mas isso economizava bastante horas por ficar ela sempre à mão para colocar o chapéu, tão cedo o cavalete estivesse em condições, evitando demora nas operações subsequentes.

O sucesso de nossa missão dependeu grandemente dessas sete peças flutuantes: os dois bate estacas, as quatro oficinas flutuantes com andaime e ferramentas pneumáticas e o guindaste; mas esses diferentes flutuantes dependiam das embarcações de força.

Quando um guindaste tinha que se mover, lanchas eram solicitadas para lançamento de novas âncoras e mudança dos cabos de uma para outra. Quando as oficinas ou guindaste tinham que se mover, lanchas de força tinham que os impulsionar. Lanchas eram necessárias constantemente para

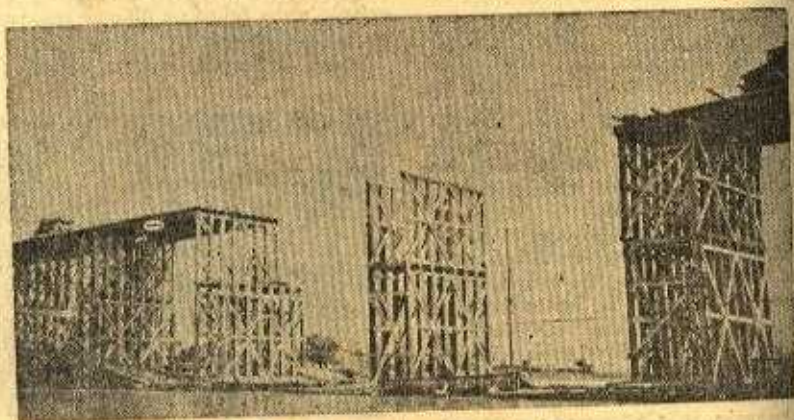


Fig. 6 — Ponte quase concluída

rebocar estacas para o bate estacas. Eram todos trabalhos pesados, requerendo potência e confiança em correnteza de 4 milhas. E era fácil, à noite, ir de encontro a um cabo e tê-lo enrolado em torno da hélice do barco ou ser lançado de costado contra a ponte flutuante a jusante. Devíamos ter tido seis ou oito embarcações de força de confiança ao invés de três ferros velhos.

A colocação das vigas foi mais simples porque o equipamento era justamente o planejado. Uma via de bitola estreita era colocada ao longo da parte construída da ponte. Quando chegavam as vigas, o guindaste de 2 jardas carregava-as em "trailers" que eram empurrados à mão até o fim do tabuleiro. O guindaste então entrava na ponte e lançava-as através dos lances. Carpinteiros pregavam-nas imediatamente aos chapéus (os parafusos especiais de rosca soberba nunca chegaram) e os soldadores acrescentavam as ligações necessárias. O piso era então carregado no local. Serras e martelos pneumáticos e uma reserva entusiástica de mão de obra civil fizeram que essa parte devido aos operadores, nunca estivesse em atraso.

Embarcações: Foi aqui, entretanto, que sofremos nosso único retrocesso devido a material. Por volta do quinto dia pareceu-nos que nosso problema de piso estava resolvido. Hávamos aberto ao tráfego a ferrovia de Nainz a Oppenheim e tínhamos a promessa de vários carros de pranchões e um de ferragem dos depósitos. Nesse meio tempo localizáramos um estoque

de pranchões julgado suficiente para terminar o trabalho. Assim sendo, diminuímos a produção na serraria e paramos o transporte noturno a fim de economizar mão de obra. Então recebemos dois golpes ao mesmo tempo: durante a noite outra organização tomou praticamente quase todo o estoque com que contávamos, e o Terceiro Exército disse-nos definitivamente que nenhum material seria transportado por ferrovia.

Isso tomou-nos uma semana para alcançar a produção necessária e somente no último momento recebemos um pequeno carregamento de pranchas por trem.

A incerteza de material foi uma de nossas maiores dores de cabeça durante todo o tempo — não apenas quando o tínhamos, mas o que tínhamos. Enquanto nossas vigas Standard ficavam em depósito 200 milhas (330 km apr.) à relaguarda, tínhamos que vasculhar nas cercanias e encontrar perfis substitutos que variavam em comprimento, altura e peso, quase que em cada lance. Cada vez que havia mudança na altura dos chapéus ou vigas ou mesmo na espessura do piso, resultava uma mudança da altura em que as estacas deveriam ser cortadas.

Cada mudança no comprimento das vigas, significava mudança na posição e altura de um pilar e talvez no projeto completo da ponte. Desde que obtínhamos o material muito em cima do lago e não éramos os únicos a mexer a panela, era impossível antecipar mais que o estudo de um ou dois lances de cada vez. Isso trazia todas as sobrealtas, o projetista, os



Fig. 5B — Um carro de combate sobre a ponte concluída

carpinteiros e quase todas as topógrafos.

O levantamento topográfico era difícil à noite, particularmente no lado de frente ao projetor. Tentamos organizar o trabalho de modo que as medidas mais exatas tal como o corte das estacas pudessem ser feitas de dia.

Quando o trabalho noturno era necessário, na ausência de instrumentos especiais fazíamos o que podíamos com uma lanterna em uma estaca e outra em uma cruzeta; mas a turma perdeu muitas horas intermináveis e muitas noites sem sossego em alinhamentos e «grades» que vacilavam em uma névoa azul.

Havia outros homens que trabalhavam longas e extenuantes horas. Estávamos lidando com mais máquinas que as previstas em nossos quadros de organização e geralmente tínhamos apenas dois operadores por máquina; soldadores eram racionados e tinham que trabalhar quando tinham trabalho a executar.

Para manter o ritmo de trabalho, o «Café Tio Roger» garantia um serviço de alimentação durante as 24 horas na margem W e o «Lanche Quente de Tony» na margem L fornecia inumeráveis reforços à ração. Cinema e banho quente ajudavam os homens a se refazer nas horas de folga.

O passo navegável: Gastamos dias e horas, mas rapidamente a brecha ia diminuindo até que tivemos que enfrentar o lance crítico do passo navegável.

Aqui se nos deparou o problema de colocação de cinco vigas de 93 pés (27,9m apr.) pesando cada uma mais de 10 t, disposta de nada mais que um guindaste com 50 pés (15 m) de cábreia. Isso foi resolvido pelo princípio simples do balanço. A viga podia ser levada facilmente até quase seu ponto de equilíbrio sem nenhum apoio em sua extremidade do largo. Isso era feito por um bulldozer e um guindaste no lado da brecha da primeira margem.

Quando a viga tivesse avançado 5 pés (1,550m apr.) além do ponto de equilíbrio o guindaste no trecho da segunda margem deveria suportar 5 pés da viga ou 1.000 libras (450 kg

apr.) em um raio de 50 pés (15 m apr.). Isso era possível de acordo com a tabela. A proporção que a viga desviava para o largo, a carga aumentava, mas o raio diminuía em tal proporção que a capacidade do guindaste nunca era excedida.

O ponto essencial era que a viga devia estar sempre apoiada, não na extremidade do trecho da primeira margem, mas no ponto em que transpunha o chapéu sobre o qual devia repousar. Na prática, o método funcionou perfeitamente: a primeira viga foi colocada em cerca de meia hora e as outras em apenas alguns minutos, cada.

Vias de acesso: Enquanto a ponte era construída, outra parte, às vezes negligenciada, estava sendo cuidadosamente preparada; as vias de acesso. Muitas vezes a capacidade de uma boa ponte militar é limitada pela velocidade máxima admissível através 100 pés (30 m apr.) de lama ou pedra solta ou um atêrro novo constantemente em reparação. Para evitar isso, as vias de acesso foram atacadas ao mesmo tempo que a ponte e fiscalizadas com igual atenção. A via de acesso de oeste requereu pouco movimento de terra, mas devido ao fato de correr a estrada que lá a ponte, em direção perpendicular à mesma, curvas bem abertas foram necessárias. Fizemos curvas de raios bem grandes e pavimentamos toda a área com 12 polegadas (30 cm apr.) de arenito.

Nossa intenção era cobrir isso com uma mistura de asfalto concreto, mas o material encontrado não era satisfatório.

Como substituto usamos 3 polegadas (7,5 cm apr.) de uma mistura seca de areia e cimento e ligamos essa com alcatrão.

Na margem leste fizemos um atêrro de 5 pés (1,5m apr.) de altura. Para sua melhor estabilidade era ele constituído de cascalho, tendo uma superestrutura como na margem oeste.

A não ser pela intercessão com a estrada existente, em uso durante a construção, as vias de acesso estavam completas e em condições de suportar tráfego de grande veloci-

dade quando a ponte ficou terminada.

Final: A abertura da ponte ao tráfego se deu a D + 24, dezessete dias após a ordem ser expedida e treze dias após o início da construção. O General de Brigada John F. Conklin, Cmt. da Engenharia do Terceiro Exército e uma banda de infantaria abrilhantaram o acontecimento.

Mas não houve uma imediata corrida de veículos sobre a ponte; perguntávamo-nos se nosso esforço havia sido em vão.

Qual o efeito que a estratégia, a mudança de limites e o progresso da guerra teriam sobre o uso da ponte de Oppenheim? Cedo tivemos a resposta. Os limites foram deslocados para o Sul, ao invés de para o Norte; outras pontes com que se contava para dar vazão ao intenso tráfego ficavam assim indisponíveis. No

lim, todas as cargas pesadas do Terceiro Exército, quando esse se lançou para o golpe final, passaram por sobre a ponte Oppenheim. Não é ainda tudo: Pouco antes da partida da Europa do autor deste artigo, soube ele que, devido à sua adaptabilidade ao tráfego fluvial e sua proteção contra as inundações, era ela a única ponte militar no Reno que atenderia às necessidades de paz.

Assim, a visão dos engenheiros do Terceiro Exército e mais altos escalões e o trabalho árduo e a engenhosidade dos homens do Regimento, haviam produzido frutos e os meses de projetos, a reunião de material que nunca seria empregado, o ensaio, as mudanças e contra mudanças e todas as dores de cabeça e contratempos da construção, se somaram para produzir um sucesso em matéria de construção de pontes militares.

INDUSTRIAIS

IMPORTADORES E EXPORTADORES

ATACADO E VAREJO

Louças — Cristais — Vidros — Metais — Ferragens — Aparelhos para jantar, chá e café — Baterias de alumínio — Sortimento completo para Hotéis, Colégios, Botequins e famílias.

Fornecedores do Exército, Aeronáutica, Marinha e todas as repartições do Governo.

Rodrigues d'Almeida Comércio e Indústria S. A.

RUA CAMERINO, 97 a 107

FILIAIS — Rua Tupinambás, 643 — Sobrelaja — Belo Horizonte — Minas Gerais

Rua do Seminário, 41 — 3.º Andar — São Paulo

Telegramas: RODACO

Códigos: «Ribeiro e Mascote»

TELEFONES: 43-4542 — 43-6037 — 23-1238

— RIO DE JANEIRO —

Noções sobre a Foto-Informação

1º Ten. WALDYR JANSEN DE MELLO

(CONTINUAÇÃO)

CAPÍTULO XXXV

Segredo das informações militares

178 — **Importância:** Qualquer informação militar que caia nas mãos do inimigo poderá auxiliá-lo por revelar nossas intenções e prevent-lo contra nossas ações de combate; para isso precisamos ensinar a disciplina do segredo.

179 — **Disciplina do segredo:** Cuidado e precauções contra rede de espionagem bem organizada que o inimigo dispõe. As pessoas faladoras e inconscientes, as que procuram impressionar os outros com a quantidade de informações que possuem e as que sentem necessidade de se expandir com a família e amigos e sobre tudo o que sabem, podem se tornar perigosas ao nosso país, em vista da ameaça à vida de nossos irmãos de armas. Não falar em presença de estranho ou estrangeiro, quer este seja militar ou civil, sobre ordens militares, planos, operações, deslocamentos, nem falar sobre a organização e localização de tropas, baixas, moral, equipamento militar ou aprovisionamentos, efeito de ação das bombas de ataques aéreos ou bombardeios e de sabotagens ou comentar qualquer outra informação de caráter militar. É imprudência revelar assuntos, considerados de menor importância, porque, reunindo a informação assim obtida com outras que já possui, o inimigo pode vir a conhecer fatos de grande valor. Se alguém perceber uma pessoa discutindo em público assuntos militares, deve ad-

vertir-la e caso não seja atendido, deve apresentar o imprudente ao Cmt. ou Oficial de Informações, assim também fazendo quando notar qualquer pessoa cujos atos ou conversas despertem suspeitas.

180 — **Segredo das transmissões:** Deve-se observar o máximo segredo na transmissão de informações. Não discutir assuntos secretos ou confidenciais falando de telefone público, pois a telefonista pode ser agente inimigo.

O inimigo pode usar os processos seguintes para tomar conhecimento das nossas informações: a interceptação das transmissões rádio-telegráficas; interceptação das comunicações com fio, por meio de escutas nos circuitos telegráficos e telefônicos, por processos diretos ou de indução; captura de agentes de transmissão conduzindo informações, códigos, cifras ou chaves, atividade dos espões nos centros de mensagens ou em outros lugares por onde devem transitar as informações; interceptação de sinais pela observação de luzes, bandeirinhas, painéis e artifícios; captura de códigos, cifras e chaves num Q. G.; a morte de pombos correios e a apreensão das mensagens que eles transportam; traição.

181 — **Precauções a tomar por uma tropa:** (evitará deixar informações para o inimigo): antes de deslocar: não deixar documentos, sinais, cartas ou equipamentos; restringir ao mínimo, os movimentos de civis e do pessoal militar. Não deixar marcar caminhos, carros ou bagagens, com o

nome da Unidade, ponto de destino, com a data de partida e nome do navio, se for o caso. Nada dizer ou escrever durante o deslocamento que revele o nome da Unidade ou ponto de destino.

182 — Censura militar: Durante a guerra a censura nos cartões postais, cartas, encomendas, cabogramas, telegramas ou radiogramas, a fim de evitar fornecer informações valiosas ao inimigo. A correspondência com prisioneiros de guerra é proibida.

183 — Segurança das informações militares: Compreendem as medidas tomadas para evitar que uma informação militar de importância vital caia nas mãos de prováveis inimigos de nossa pátria. Os documentos que contenham informações militares são classificados em secretos, confidenciais e reservados, dependendo da natureza de seus textos. Quem achar um documento classificado deve entregá-lo ao seu comandante. Quando duvidar da autoridade de uma pessoa que deseja examinar um documento classificado, não o mostre sem permissão de seu comandante.

184 — Antes da entrada no combate: Remover ou distorcer emblemas, insígnias (de divisão, regimentos e sub-unidades) dos veículos, dos uniformes e dos equipamentos dos homens. Revistar os bolsos em procura de cartas, memorandos, ordens, etc., que poderão denunciar a sua unidade; estes documentos, junto aos diários pessoais e fotografias são recolhidos pela unidade e remetidos para a retaguarda; ninguém deve levá-los para a zona de combate, pois, caso sejam apreendidos pelo inimigo, poderão fornecer informações importantes. É uma das partes de que se compõe a execução do comando **Preparar para o combate**.

185 — Como agir no caso de cair prisioneiro: Sabemos que os prisioneiros de guerra constituem uma das melhores fontes de informação. Um soldado mal instruído, se capturado, pode prestar informações importan-

tes ao inimigo, por meio de respostas dadas a perguntas aparentemente inocentes. O inimigo não se limitará a interrogatórios, mas colocará agentes vestidos com o uniforme dos prisioneiros pelas celas e colocará microfones para registrar as conversas. No caso de ser capturado, o prisioneiro de guerra deve dar corretamente o seu nome, graduação e número (Lei Internacional), mantendo absoluto silêncio sobre quaisquer outras perguntas. Não deve dar respostas mentirosas ou confusas, porque poderá ser punido por estar mentindo, mas nunca por ter recusado a responder perguntas não autorizadas. Enquanto for prisioneiro de guerra não deve discutir qualquer assunto referente às forças armadas do país.

186 — Direitos dos prisioneiros de guerra: Deverão ser tratados com humanidade, respeitados e protegidos contra violência, injúrias e curiosidade pública. É proibida a represália aos prisioneiros. Todos os objetos pessoais de uso pessoal (menos armas, cavalos, equipamento militar e documentos militares) como capacetes, máscara contra gases, relógio, jóias, dinheiro, placas de identificação, cotões, insígnias de graduações, condecorações e objetos de valor devem permanecer com os prisioneiros. Tão logo seja possível, deve-se permitir ao prisioneiro escrever à sua família.

187 — Objetivo da propaganda inimiga: O único objetivo é abater o moral de nosso Exército e de nossa população, a fim de conseguir a derrota de nossas Forças Armadas. Precisamos reagir contra qualquer notícia tendenciosa, e todos os soldados devem, por sua própria vontade e patriotismo, ter confiança no voto do seu povo, para manter os ideais de nosso Governo e do Brasil contra qualquer potência estrangeira.

CAPÍTULO XXXVI

A foto informação em campanha

188 — Generalidades: O emprego da fotografia aérea como fonte de

formações militares é muito antigo, anterior mesmo aos aviões. Já na guerra franco-prussiana de 1870 foi a fotografia utilizada, sendo tomada de bordo de balões cativos. Na guerra de 1914-1918, com o aparecimento do avião, a fotografia já teve um emprego considerável. E, no entanto, a 2ª guerra mundial que vem provar o valor surpreendente da fotografia, sob vários aspectos e, por excelência, como fonte de informações.

Quando essa guerra atingiu o seu término, a Aero-Foto-Informação tinha alcançado um desenvolvimento que a todos surpreende. O estudo dos órgãos que procuravam e difundiam aquelas informações dar-nos-á uma idéia desse desenvolvimento.

Vamos dar abaixo uma organização, do tipo que existiu, na 2ª guerra mundial, com o 5º Exército em operações na Itália, ao fim da campanha. É feita com uma dupla finalidade: mostrar a importância e a precisão da Foto-Informação e o aperfeiçoamento atingido pelos órgãos de busca.

189 — **A foto informação no Exército:** No Exército estava situada a mais completa Unidade: o Centro de Foto-Informação; era subordinado ao G 2 e trabalhava intimamente ligado aos Grupos de Reconhecimento Foto-gráfico postos à disposição do Exército.

Essas unidades diariamente, desde que as condições atmosféricas permitiam, levantavam vôo para fotografar o território em mãos do inimigo.

As fotografias podiam ser de interesse tático ou estratégico; ou visavam o estudo das linhas de frente (centro de resistência, campos minados, posições de artilharia, etc.) ou a descoberta de novas linhas defensivas, e, ainda, as instalações militares e industriais da zona interior do território inimigo. Ao regressarem os aviões de suas missões, eram retirados das câmaras os depósitos contendo os negativos utilizados, os quais ou eram revelados no próprio campo de pouso ou remetidos para o C.F.I. (Centro de Foto Informação) para os trabalhos de revelação e cópia.

Analisemos a constituição do **Centro de Foto Informação do Exército:**

A) **Exército (Q. G.):** a) G 1, G 2 e G 3; b) esquadrão de reconhecimento fotográfico aéreo e esquadrão de combate aéreo.

B) **O Esquadrão de Reconhecimento Fotográfico,** após tirar as fotografias aéreas, aterrissa ou lança por paraquedas o filme ou chapas para terra, a fim de ser enviado o filme para o Centro de Foto Informações do Exército.

C) **O Centro de Foto-Informação do Exército (C. F. I.)** tem as seguintes Seções: 1) Seção de Revelação e Cópia; 2) Seção Tática; 3) Seção de Contra Bateria; 4) Seção de Informações; 5) Seção Estratégica; 6) Seção de Engenharia; 7) Seção de Objetivos; 8) Seção de Locação e Registro das Informações; 9) Seção de Mosaicos; 10) Seção de Arquivos.

Este C. F. I. está ligado ao G 2 diretamente. Todas essas seções funcionavam no interior de viaturas de 2 1/2 toneladas, adaptadas para esse fim.

Vejam os fim a que se destina cada uma dessas seções:

1) **Seção de Revelação e Cópia:** O negativo, revelado ou não, quando chegava ao C. F. I., era inicialmente entregue a esta Seção. Dispunha ela de um aparelho automático de revelação, o qual executava sucessiva e rapidamente as operações de revelação, lavagem, fixação e secagem do filme. Dispunha de outro aparelho, o **copiador automático**, no qual, colocado o rôlo do negativo revelado e um rôlo de papel fotográfico após a passagem pelo seu interior, obtinham-se as cópias secas e prontas para emprego. Esse trabalho era feito com tal rapidez que, cerca de 2 horas após a aterrissagem do avião, obtinham-se 5 exemplares de um reconhecimento ou recobrimento fotográfico de 400 a 500 exposições. Algumas cópias, assim obtidas, eram então entregues às diversas Seções do Centro e outras, enviadas por estafetistas em «jeeps» ou avião de ligação, ao Corpo e Divisão interessados.

2) **Seção tática:** Começava o seu trabalho imediatamente após o recebimento das cópias. Esta Seção, constituída por uma média de 8 a 10 ofi-

ciais intérpretes, tinha por função interpretar as fotografias de caráter tático, isto é, as vôos ou recobrimentos feitos sobre a zona inimiga mais próxima da linha de frente. Procurava estudar as posições inimigas, localizar os seus elementos como trincheiras, espaldões, de metralhadoras, redes de arame, campos de minas ant-carro, posições de morteiros, abrigos, depósitos de munição e suprimentos em geral, baterias de artilharia, casas ocupadas pelo inimigo, estradas mais intensamente utilizadas pelo inimigo, etc.. O seu trabalho era concretizado pela remessa das informações aos Estados Maiores e tropa do Exército, Corpo e Divisões, por telefone, rádio, estateta, etc., e normalmente pelo Boletim de Informações do Centro.

3) **Seção de Contra-Bateria:** Trabalhava em íntima ligação com a Seção anterior. Era constituída de um oficial e um sargento auxiliar por Corpo de Exército. Esses dois elementos tinham por função exclusiva manter uma observação constante sobre a artilharia inimiga desdobrada à frente do Corpo respectivo. Diariamente, desde que se dispusesse de fotografias, eram todas as baterias já localizadas estudadas para se verificarem as modificações ocorridas. Esta seção verificava, também, todas as informações providas das Unidades de localização pelo som e clarão. Estatísticas realizadas pelo Corpo Expedicionário Francês na Itália, revelaram que cerca de 80% das posições inimigas foram localizadas pela Seção de Contra-Bateria que trabalhava para aquela Grande Unidade. Revela esta Seção, desse modo, pelo desdobramento da artilharia inimiga, qual seja a intenção do comando adverso: defensiva, ofensiva ou retirada. Era indiscutivelmente quem fornecia às 2as Seções os principais elementos para o estudo das intenções inimigas. Leiam-se os Boletins dos Corpos e dos Exércitos em operações e se terá essa prova.

4) **Seção Estratégica:** O trabalho era aí executado com horário mais regular. Não havia a premência de tempo que se notava na Seção Tática.

Constava de cerca de 5 oficiais. Tinha como principal objetivo a procura de novas linhas defensivas inimigas, o estudo de instalações militares e industriais da retaguarda, etc. Assim é que, quando a tropa brasileira estava frente a Monte Castelo, nos Apeninos, já se dispunha de cartas com foto-informações mostrando a linha defensiva que os alemães estavam construindo no Vale do Pó e que a impetuosidade da ofensiva aliada, na primavera de 1945, impediu que a utilizassem.

5) **Seção de Engenharia:** Esta seção executava um trabalho importantíssimo, qual seja o de fornecer ao Comando informações sobre o terreno em posse do inimigo quanto a: redes de estradas, cursos d'água, permeabilidade para as viaturas militares, pontes de suprimentos d'água, etc. No que diz respeito a redes de estradas, o seu estudo não se restringia a dizer qual o tipo das estradas, largura, piso, etc.; informava, também, quais os pontos em que o inimigo preparara demolições ou onde essas seriam prováveis, avaliando, nesse caso, qual o tempo e material necessários para a construção de um «by pass» ou outras obras de emergência. Com esses elementos, as Unidades de Engenharia podiam organizar, com grande segurança e previamente, o seu plano de operações.

6) **Seção de Verificação de Informações:** Constituída de 2 a 3 intérpretes, sua função era verificar as informações fornecidas por outras fontes e que interessassem ao escalão Exército. Assim é que, quando na Itália começaram a circular informações de que os alemães estavam construindo plataformas de bombas voadoras na região de Spezia, foi essa Seção que se incumbiu de verificar se essas informações procediam ou não, no que, aliás, foi auxiliada por outras seções. As conclusões foram negativas e os alemães parece não terem usado essa arma naquele Teatro de Operações.

7) **Seção de Objetivos:** Procurava objetivos para a aviação. Recebia das Seções de Foto-Informações dos Corpos e Divisões os objetivos que interessavam a essas Unidades e sele-

cionava os mais importantes para de-
terminadas operações. No fim da
guerra, na Divisão, a seleção de ob-
jetivos para a aviação já era feita
por um oficial da 3ª Seção, o qual so-
licitava a colaboração da Sub-Seção
de Foto-Informação. Os objetivos
eram assinalados em fotografias.

8) **Seção de Locação e Registro das Informações:** Tinha por função regis-
trar o local e as informações obtidas
pelas diversas Seções, organizando
cartas de defesas inimigas (overprint)
para distribuição periódica à tropa.
Essas cartas não assinalavam apenas
as informações providas da fotogra-
fia aérea, mas também as de outras
fontes. É a Seção que faz a carta;
ela dispõe de um batalhão de topó-
grafos.

9) **Seção de Mosaicos:** Tinha por
função a confecção de mosaicos para
a distribuição à tropa, com informa-
ções anexas.

10) **Seção de Arquivo:** Tinha por
função arquivar as fotografias que
não estivessem em uso no momento.

190) — **A Foto-Informação no Corpo de Exército:** No Corpo do Exército ha-
via, na 2ª Seção do E. M., uma Sub-
Seção de Foto-Informação, constitu-
ída de 3 oficiais intérpretes e alguns
auxiliares. O seu trabalho era a in-
terpretação que interessasse mais de
perto ao escalão Corpo. Quando era
previsto um ataque em dada direção,
essa Seção realizava o estudo das re-
giões sobre as quais se esperava vies-
sem a se desenvolver as operações
subsequentes. O seu trabalho e or-
ganização muito se assemelhavam
aos da Sub-Seção de Foto-Informa-
ção da Divisão, que passaremos a ex-
por adiante. Antes é interessante ob-
servar que os órgãos de Foto-Informa-
ção mantinham-se ligados direta-
mente, isto é, os pedidos normais de fo-
tografias ou permuta de informações
eram realizados diretamente do Cen-
tro de Foto-Informação do Exército,
por intermédio da S. S. F. I. do Cor-
po à S. S. F. I. da Divisão e vice-
versa. Naturalmente que os chefes
das 2as. Seções tomavam conheci-
mento de tudo, mas dada a nature-
za especializada do assunto e o seu

vulto material, era mais conveniente
para o serviço que assim se proce-
desse. Está ligado ao G 2.

191) **A Foto-Informação na Divisão:**
Na 2ª Seção do E. M. da Divisão ha-
via uma Sub-Seção de Foto-Informa-
ção constituída de 1 capitão chefe e
2 tenentes intérpretes, 1 sargento, 1
cabo e 2 soldados motoristas. Dispu-
nham de um caminhão de 2 1/2 to-
neladas, adaptado para o trabalho de
3 homens, dispondo de mesas, supor-
tes de cartas, escaninhos para foto-
grafias, luz, etc. Possuía também um
«jeep» para ligação. O seu trabalho
consistia, em última análise, em in-
terpretar as fotografias que vinham do
Exército e informar, fôsse ao Chefe
da 2ª Seção, ou, por sua ordem, à tro-
pa da Divisão e ao escalão superior
(Corpo). Como norma geral de ação,
diariamente, desde que fizesse bom
tempo, eram tiradas fotografias da
frente inimiga interessando direta-
mente à Divisão. Os recebimentos fei-
tos continham, por vêzes, até 300 fo-
tografias, as quais deveriam ser in-
terpretadas completamente e o mais
rapidamente possível. Em consequên-
cia, a maior parte do trabalho era
realizado à noite.

Os seguintes tipos de informações
eram colhidos:

a) **Defesas menores inimigas:** trin-
cheiras; posições de morteiros; defesas
acessórias (redes de arame, abatizes,
etc.); obstáculos contra carros (cam-
pos de minas, fossos, muros, etc.);
pontos fortes.

b) **Artilharia:** anti-aérea; campa-
nha, etc.

c) **Informações para a Engenharia:**
Condições de tráfego de estradas;
pontes destruídas; pontes preparadas
para demolição, etc.

d) **Outras informações:** casas ocupa-
das pelo inimigo; P. C.; P. O.

A S. S. F. I. selecionava e distri-
bua o recobrimento básico para a
Divisão, em cada região. Recobrimen-
to básico é o recobrimento vertical
que se distribuía a todas as Unida-
des da Divisão para os seus estudos
de terreno, objetivos e referência de
pontos. O recobrimento básico vem

resolver o difícil problema dos pedidos de tiro de Infantaria ou outras armas à Artilharia, mormente nas regiões onde a carta é antiquada ou inexistente. Referência pode ser feita utilizando-se o «telacode» (template M 2) ou outra quadriculação de referência qualquer.

O **Q. G. da Divisão** compreende: G1, G2, G3 e G4. A 2ª Seção (G2) se subdivide em: Chefia, Serviço de Contra-Informações, Interrogatório de prisioneiros e S. S. F. I. (sub-seção de foto-informação).

Esta **S. S. F. I.** dispõe de 1 «jeep» e dois G.M.C. e se subdivide em: 1 boletim de informações do dia; verificação da informação (tipo Plot inglês); telefone; fotografias anotadas e ampliadas; dar objetivos para artilharia; estudo do terreno; recobrimento básico; mosaicos; calco (às vezes acompanhados de pequenos mosaicos, com mais tempo fará 1 croquis das defesas inimigas).

Esses mosaicos podem ser feitos com fotografias pares ou com fotografias ímpares, separadas em 2 mosaicos distintos. Também podem juntar os 2 tipos, como é comum.

192 — **Trabalho da S. S. F. I.**: (sub-seção de foto-informação): o seu trabalho é a interpretação de fotografias, locação de objetivos na carta, difusão dos informes e verificação de informações; estudo do terreno, objetivos para artilharia e calcos sobre os objetivos na carta.

193 — **CONCLUSÃO**: A análise dos órgãos de Foto-informação e seus tra-

balhos permite-nos concluir que mister se faz uma divulgação bastante intensa do emprêgo da fotografia aérea. O Exército Brasileiro, neste particular, deixa bastante a desejar. É necessário que se vulgarize esse emprêgo ao máximo.

A fotografia aérea não é elemento de emprêgo unicamente pelos Estados Maiores. Se para esses ela representa mais de 80% de todas as informações que se possam obter sobre o inimigo, para eles e para a tropa é ela elemento valiosíssimo para o estudo do terreno e do inimigo em suas íntimas relações e reações. Muitos farão questão de reafirmar que o uso de fotografias aéreas é bastante antigo e conhecido... Falarão em «assemblage», nome francês do mosaico, e em outros detalhes históricos.

É bom que o façam, mas o que é imprescindível é o emprêgo objetivo da fotografia aérea como carta ou como fonte de informações, para que não se venha encontrar, num novo conflito que por vezes parece bem próximo, esse «assemblage» em PP. CC., «emoldurando» as salas dos SS e GG, como testemunhas mudas e desnecessárias de uma 3ª grande guerra.

REFERÊNCIAS:

F M 30 — 10; 30 — 21; 21 — 45;
5 — 20A; 21 — 30.
C 30 — 21; 30 — 5; 5 — 20
NOTAS sobre a foto-informação —
(E.I.E.).

Noções de fotografia aérea.

Notas de aula.

Observações do autor.

FABRICA DE CALÇADOS PETRONIO F. GALLO & CIA.

SUCESORES

RUA DR. SATAMINI, 164

— Edifício próprio

End. Tel.: «PETRONIO» — Telefone 28-0318

— RIO DE JANEIRO —

O VALOR FÍSICO

Major ALVARO CARDOSO

Procuraremos ressaltar, em rápidas palavras, o interesse que tem caracterizado a formação do valor físico, seu aperfeiçoamento e a necessidade de sua orientação. De início, apreciaremos a influência desse valor como complemento da educação ideal, justa e equilibrada. Realçaremos seus resultados na melhoria dos agrupamentos; no caso particular, possibilidades para a formação do nosso tipo definido; como tem sido aceito e evoluído. Após ligeiras reminiscências, analisaremos o Trabalho Físico como fator indispensável à vida, sua necessidade e, de modo mais próprio, as causas naturais que impuseram uma orientação. De duas clássicas orientações, destacaremos a Escola Francesa, entre nós implantada, com suas características especiais. Terminaremos procurando deixar assentado de modo lógico: ser necessário realizar muito em favor do aperfeiçoamento de nosso valor físico, apesar de muito já ter sido realizado; ser indispensável sua cultura dada o papel importante que desempenha na apresentação de nosso povo.

VIVER E' LUTAR.
A VIDA E' COMBATE.
QUE OS FRACOS ABATE.
QUE OS FORTES, OS BRAVOS,
SÓ PODE EXALTAR.

Exalta a Canção Tamoia o valor da raça! Força, saúde, vigor enquadram e sustentam a cultura e a moral das raças eleitas. Sob o triplice aspecto, moral, intelectual e físico, síntese ideal, é um povo motivo para a História. A conquista do ideal sempre norteou a aspiração e os afortunados que a conseguem despertam no por-

vir a emulação mais justa e apreciada. Sempre que com o orgulho do mérito responde à chamada na História, escudado na síntese daquelas apreciações, pode um povo ser julgado: — Desfrutou uma quadra feliz, teve dias de prosperidade, viveu! O ideal seria então ter assegurado a continuidade da fase gloriosa! O conjunto harmonioso e natural mostra o alcance magnífico do supremo objetivo, entretanto nem sempre é possível o equilíbrio das qualidades naqueles aspectos: moral, intelectual e físico. Muitas vezes é salientada a preponderância alternada; nas fases áureas ficaram marcadas as formas clássicas: filósofos, sábios e guerreiros. São caracterizadas épocas, idades, civilizações; as gerações e as eras firmam o direito à evocação. Um povo merece destaque no retrospecto, o da legendária Grécia, que de maneira inconfundível expõe à posteridade os méritos integrais da harmoniosa apresentação. O agrupamento releite o indivíduo; se de fato tivesse existido o homem integral, o homem ideal, o homem padrão, teria por certo cabido àquela gente, naquela época, mereço de impecável formação moral, apreciável preparação intelectual e formidável apresentação física. Em contraposição à exaltação da moral, ao surgir o Cristianismo, e à preponderância intelectual, característica da Renascença, aparece a orientação de uma educação no sentido do justo equilíbrio; os grandes mestres e pensadores de nossos dias pregam a desenvoltura integral do indivíduo, através a orientação equilibrada. O objetivo sintetiza o racional mais justo e adequado à formação do indivíduo, muito embora seja perfeitamente aceitável o possível na perseguição do ideal. Interessa de

mais perto, pelo motivo, a formação do valor físico. Constitui padrão de uma raça, definindo tipos e características. Seu aperfeiçoamento e desenvolvimento cria preocupações permanentes nos agrupamentos que desejam perpetuar a existência. Em raça definida fica assinalada a apresentação, se não uniforme, pelo menos semelhante dos seus constituintes. Assenta base numa orientação educativa racionalmente metodizada pela aplicação de princípios e processos que vêm variando de modo bastante exagerado. De tudo fica evidente, o aprimoramento e a conservação do valor físico conseguem os melhores resultados obedecendo a princípios pré estabelecidos e convenientemente metodizados.

De mais perto, o Brasil não constitui povo com raça definida. De formação étnica essencialmente heterogênea, vivendo condições de clima e ambiente extraordinariamente variáveis, a eleição de um tipo definido como genuinamente brasileiro fica para os acontecimentos futuros. A principal tarefa terá por mérito conseguir um mínimo desse objetivo, isto é, provocar a predisposição e orientar as aptidões para o surgir do indivíduo tipo. Será um grande esforço e talvez não seja mesmo possível realizá-lo totalmente, levando-se em conta a circunstância extrema, cem por cento desfavorável a esse desideratum, a formação mais apropriada dos tipos regionais. De fato, vivendo extensões avultadas, condições de ordem geográficas oferecem contrastes e confrontos chocantes, acentuados por condições de ordem econômica de ponderosos efeitos materiais e psíquicos, favorecendo as características mais localizadas. Nas Nações de grandes superfícies é inicialmente acontecimento lógico. De qualquer modo, o trabalho imediato, especializado e de importância fundamental na formação e aperfeiçoamento do tipo brasileiro tem na finalidade a única garantia de amparo dos governantes e do entusiasmo e cooperação de todos nós. Já se fez tarefa valiosa, muitos de nós pertenceram à infância que tinha como inimigo o astro rei. Evitar a exposição do corpo ao

sol constituiu por longa data cuidados maternos. A educação física era restrita quase aos de influência estrangeira, as casas de instrução e ensino não a usavam ou faziam-na por iniciativa própria, muitas vezes imprópria. Ainda não eram lembrados praças para a prática de jogos e exercícios, ao elemento feminino era apontada como extremamente inadequada, e não está longe o início da prática do desporto mais popular do País. Evoluímos no sentido educacional; hoje a transformação é digna de registro: obrigatoriedade em todos os educandários, orientação por métodos sancionados, de resultados plenamente satisfatórios; praças de desportos e instrução física disseminada por todo o território; criação de escolas e centros especializados para a formação de orientadores capazes. Cabe aqui um justo realce ao principal núcleo de orientação existente em nossos dias — a Escola de Educação Física do Exército. Dali saíram os elementos que provocaram o mais renovador movimento desse ramo educacional; verdadeiros criadores da obrigatoriedade na idade escolar; dali foram irradiados para todos os pontos do Brasil, por oficiais e sargentos do Exército e das Forças Públicas Estaduais e por um entusiasmado pugilo de civis, a base, os fundamentos das atividades físicas atualmente praticadas em todos os recantos brasileiros. Com a mesma finalidade e rendimento surgiram, nela modelados, outros núcleos que, localizados em pontos diversos, têm igualmente sabido cumprir suas finalidades. Entre nós, no Exército: dos exercícios de baloneira, dos falados movimentos rígidos do método sueco, quase sempre executados com indumentária inadequada, da ocasião em que ao Foot-Ball era quase reduzida a cultura do valor físico; da preponderância do funambulismo e do abuso da ginástica de cavaleiro, que fez época pelas apresentações tão enérgicas e sensacionais quão perigosas, passamos à prática da cultura física sob moldes de orientação tão científica quanto fisiológica e estética. Movimentos adequados às diferentes condições dos executantes, verificações e controles

evitando os maus resultados, preocupação de atração pelo prazer e pela emulação despertada, enfim, uma orientação própria às condições fisiológicas do soldado. Lembremos na pessoa do então Major Outubroino Pinto Nogueira a feliz realização. Em 1924 coadjuvado pelos então Tenentes Inácio Rolim e Jair Dantas, procedeu na renomada E.S.I., antiga Escola de Sargentos de Infantaria, a primeira tentativa de introdução e adaptação ao nosso meio, da orientação assentada na Escola Francesa. Excederam os resultados à expectativa, em pouco tempo a aceitação do método se fazia oficial e, daí para cá, com a criação do Centro de Educação Física do Exército, passando mais tarde à Escola de Educação Física do Exército, vimos em notável evolução.

Do valeroso trabalho iniciado com enorme entusiasmo e tenacidade temos o resultado em nossos dias. Em quase todos os quartéis: campos e pistas; competições periódicas regulando o aproveitamento; elevação do padrão físico do soldado pela prática constante e utilitária; desenvolvimento de qualidades próprias ao combate e, em última análise, a devolução do indivíduo ao meio civil, pelo menos, flexionado e desembaraçado de movimentos originariamente acañados e rígidos, tanto mais, quanto de longe da cidade vinham. Na preparação do soldado para a guerra chega-se à formação do homem para a paz, fica reservada ao Exército uma grande parcela de responsabilidade na educação do valor físico de nossos homens. Fonte preparadora por excelência, tem nesse sentido, pelos resultados a apresentar, especial importância na formação característica do tipo nacional: conserva e amplia qualidades onde as encontra, provoca-as em caso contrário, sempre cooperando para que a apresentação do nosso povo progrida de cada vez mais um pouco.

Os efeitos de tal progresso fazendo-se presentes nas gerações subsequentes farão traçar na previsão, aumentados em percepção, os sinais mais próprios, mais definidos, de uma raça que precisa ser delineada. À semelhança das atividades físico-desporti-

vas em nossos dias pode ser aquarelada pela participação e interesse que sabem despertar no ânimo da grande parte de brasileiros. É indispensável o interesse e a ajuda moral dos não praticantes; como incentivo esse amparo subjetivo cria ambiente favorável à prática tanto mais generalizada quanto mais para diante aponta o futuro. Assim será necessário, pois que somente por meio de uma sólida orientação baseada em eficientes princípios, poderá pelo aprimoramento físico um povo ter definida sua raça.

Não teve sua cultura, no correr dos tempos, as mesmas características de proveito e aceitação. Das civilizações antigas veio aos nossos dias atravessando facilidades e dificuldades, incentivos e descréditos. De apresentação variada cooperou para a lembrança e mesmo imortalização de raças e povos. Em rápida passagem: no Egito, de cunho religioso e guerreiro, simbolizada pelo sacerdote e dançarino em cerimônias religiosas. Vemo-la, na Grécia, guerreira e esportiva no mais elevado grau, pelos jogos olímpicos e pelo stadium, caracterizou-se o atleta; na Roma pagã e devassa, casinalamo-la guerreira e altamente bárbara, marcada nas arenas pelo gladiador; quase desaparece com o Cristianismo, no advento do misticismo restringe a pregação sua prática; adquire com a recreação, característica original na idade média, não obstante o padrão guerreiro e combativo do cavaleiro, cavalgadas, torneios e lições; o esgrimista, a espada, o punhal, as salas d'armas e os jogos de pelota e pella fazem-na desportiva a partir da Reforma; para os nossos dias veio ganhando sempre mais uma característica utilitária, desportiva ao extremo e bastante recreativa, baseou sua aplicação em princípios científicos e fica simbolizada pela figura do desportista moderno.

Diz Ruy Barbosa: «As nações viris não se conseguem formar senão pela cultura, paralela e recíproca, do corpo e do espírito, que não se podem desquitar senão para gerar anomalias e monstros». Dessa asserção têm dado prova os povos mais avançados; qualquer que tenha sido a época, a cultura do valor físico constituiu sempre

um alto cabedal nas qualidades de sua civilização. Na evolução histórica das grandes há sempre uma sequência clássica regendo as fases mais interessantes do desenvolvimento. Diz-se que «a História se repete». Tudo mostra as mesmas causas determinantes de saliência quando passam os povos do alheamento para a atenção positiva em prováveis concorrentes ou antagonistas; os mesmos fenômenos transformando uma existência passiva em ativa; idênticos motivos para a fase subsequente, qual seja a da imposição de opinião valorizada por argumentos mais sensíveis: o mesmo espírito de força e dominação no tempo em que, somente pela força das armas são decididas as pendências; a mesma comodidade e o mesmo exagêro na dominação; iguais defeitos e erros provocando descaso pelo espírito forte e firme, preponderando a apatia; os mesmos resultados desastrosos, da derradeira fase, de vencedores a conquistados! Assim ocorreu: Egípcios, Assírios, Caldeus, Persas, Fenícios, Cretenses, Gregos e Romanos. Como uma curva de dois ramos, vemos fases positivas na ascendência e negativas na descendência. Para se formar, manter e impor, teve o valor físico grande realce, despertando sempre interesse máximo e, a relegação dessa qualidade para problema secundário acompanha de perto os períodos negativos da vida dos povos. Na lembrança feita, não fica apreciado o moral da melhor ou pior aplicação do aprimoramento físico, isso constitui aspecto de análise para outras considerações. O que fica particularmente assinalado, o que é espontaneamente percebido, é que a cultura do valor físico, o aperfeiçoamento desse valor, constituiu pesado motivo de sucesso nos momentos positivos das civilizações e dos povos; que, sempre o descaso por tal interesse se faz presente nas ocasiões em que uma supremacia desaparece. Aceito no seu justo lugar, adquire contornos de larga repercussão na formação dos agrupamentos de vez que a compreensão de complemento à preparação moral e intelectual se faz sentir. Sempre que a educação integral, justa e equilibrada

passou a constituir objetivo toma a cultura física impulso digno de registro. Por exagêro poucas vezes a vemos incoerente. Completando valores especiais como o moral e o intelectual, não deve sua prática incidir no grave erro a fim de não ser motivo para detrimento de qualidades primordiais ao bom viver do indivíduo e das coletividades ante os semelhantes. Apesar de avaliado em alta conta não é o valor físico absoluto, nunca o foi e nas vezes em que nesse aspecto pretendeu ser acobertado, a falência não se fez esperar. Do exagêro ao desastre o caminho não é longo. Da antiga Esparta tiramos o ensinamento; os cuidados de eugenia foram levados ao extremo. Pretendendo a apuração da raça no sentido exclusivo da inclinação guerreira pela absurda eliminação dos incapazes para o fim, deram mais importância aos princípios negativos que aos preventivos e positivos, sendo a má orientação desse sentido, uma das causas de decadência. Os povos como os indivíduos, antes de fortes, necessitam ser sábios e justos, para poderem aplicar de modo ideal suas qualidades e, para esse fim cooperam, em nossos dias, os mais sábios princípios.

A atividade física é imposta ao corpo animado; desde o aparecimento é básica ao desenvolvimento, manutenção e conservação da espécie. Aquela que eficientemente não a exerceu ou não a exerce não viu ou não verá a descendência escrever nas páginas do futuro o atestado da sobrevivência ao meio hostil. Trabalha o verme para satísfazer o apetite, o pequenino peixe que ao maior se furta, a ave que do rapace se esconde, o corredor que da velocidade se vale, o forte que a força impõe. O primeiro homem sempre quis assegurar sua presença na Terra, e valendo-se de qualidades que aos concorrentes faltaram, de início fixou a permanência no mundo ingrato. Aliando à facilidade de pensar com justeza, a ação mais adequada no momento mais oportuno, orientou sem perda de tempo as atividades para objetivo essencialmente utilitário; tudo a realizar era de útil e imediata aplicação.

de ser, não comportava a mentalidade de problemas de soluções, quando muito, uma caça a coberta para o outro dia. Era presente, somente em mais tarde o estádio surge a noção de

Do primitivo limite, o horizonte irradiou, aproveitando a desordem, modos de vida e ação que lentamente evoluindo, teriam força de chegar ao fim lógico — execução com menor esforço, e comparando esforços, e movimentos, pôde o homem precisamente balancear resultados e compreender o benefício de se

A necessidade de manter o ânimo, provocou a percepção de uma melhor maneira para cada atividade deveria ser encontrada; de que, a execução teria rendimento desde que o movimento e a prática pudessem ganhar sua aplicação. Foi racional e o compreender da atividade orientada no sentido do maior rendimento. Foi por consequência razoável e criterioso que a execução dessas atividades, quotidianamente exercidas para a garantia do modo de viver e manter-se, elevasse a mais alto grau de preocupação o único desses motivos — o coramano sob o ponto de vista físico-mecânico, como elemento essencialmente adequado à produção de movimento e trabalho. Aprimorar qualidades e aproveitar aptidões tornou-se para a raça humana interesse iminente, principalmente no sentido de sobrevivência, entretanto a idéia de ser completada quando a noção de futuro se positivou, no esforço serem mantidas reservas de energia para o viver dos dias subsequentes.

Para o corpo humano, com maior movimento e menor esforço, exercer a capacidade física nas melhores condições surgem meios, modos, processos mais variadas idéias e cogitações. Diferentes épocas ficam caracterizadas. Até onde nos levam as lições do passado, nos dias de hoje, a coisa, somente uma coisa vem indicando a necessidade de orientação das possibilidades físicas do homem. É a realização do Trabalho

Físico. Não importa o modo, a forma, o processo ou a variedade; um Trabalho Físico realizado sob qualquer orientação, caracteriza uma Educação; o benefício é avaliado ao máximo dentro dos princípios: aplicação útil, aproveitamento integral, preservação das boas condições de execução.

Duas orientações, desde remotas épocas, definiram escolas; uma pugnando pelo movimento convencional, outra pelo movimento natural. Vantajosos e enormes os efeitos de ambas; o resultado fica na dependência do trabalho realizado. Por movimento convencional fica entendido o que não cabe nas ações reflexas; movimento natural aquêle que pode ter lugar mesmo sem a vontade intervir. A representação clássica da aplicação dos movimentos convencionais tem no sistema Sueco sua mais alta expressão.

Ling, oficial sueco, o criou no início do século XIX; ferido numa batalha contra ingleses, recorreu à ginástica de recuperação, dedicou-se com interesse ao estudo dos exercícios, ampliou pouco a pouco o quadro da ginástica médica, chegando a edificar um método de cultura física. É científico, fisiológico e estético. Desenvolve a saúde, assegura o bom funcionamento dos órgãos e afasta as posições que podem prejudicar a beleza das formas. Já o movimento natural tem no método Francês campo livre para execução. Ali o objetivo ficou orientado para o utilitarismo e os meios, adaptados ao temperamento francês, controlados por processos técnicos da ciência moderna. Fim nitido e meios precisos. Foi estabelecido por Demyen implantando o sistema de Hebert. Demyen, grande estudioso do assunto, de início se apoiou no sistema sueco de Ling; transformando suas apreciações deu base científica aos princípios de Hebert criando definitivamente a Escola Francesa. Hebert, oficial de marinha, preconizou observações próprias, feitas em suas inúmeras viagens aos mais variados lugares de civilização rudimentar. Concluiu que a perfeição da forma e da saúde é o coroamento dos indivíduos que vivem

no estado primitivo. Inspirou-se nessas observações para a criação do método que assenta bases de execução na conhecida classificação de movimentos, nas chamadas sete famílias naturais: Marchar, Trepár, Saltar, Levantar e Transportar, Correr, Lançar e Atacar e Defender-se, constituindo a Natação uma aplicação à parte. Na Escola Francesa se baseou integralmente o nosso Regulamento de Educação Física, cuja terceira parte, relativa à Educação Física Militar, está hoje ligeiramente modificada pelo novo Manual de Educação Física Militar, recém-elaborado pela nossa Escola de Educação Física do Exército.

Esta é a orientação, entre nós mais difundida; a cultura física vivida no país obedece no entanto em algumas nuances, orientação diferente da Escola Francesa e isso é perfeitamente admissível, sendo aceite como lógico terem em nossos dias todos os métodos seus processos de instrução apoiados em sólidos princípios científicos. Significa igualmente não haver uma orientação absoluta, indicando como consequência mais um passo na evolução da cultura física, pela obediência a uma orientação que represente no final a síntese das melhores postas em prática. No sentido do gigantesco trabalho de formação e aperfeiçoamento de nosso valor, terá ainda por muito tempo a Escola Francesa a primazia de apontar o caminho. Já foi salientado o sentido positivo de nossa evolução; os resultados percebidos nem de leve mostram os efeitos maravilhosos das gerações por virem. Na formação infantil, principalmente, são preparados; as crianças de hoje, na primeira idade se vêem solicitadas por exercícios e movimentos adequados; a mulher brasileira adquire como qualidade inerente ao seu desenvolvimento a noção arraigada da necessidade e de maneira bastante especial, do prazer que traz a prática da cultura física. Tanto em meio particular como publicamente desportivo, sua presença tem atestado os bons efeitos da aceitação de um progresso acentuado. Grupos escolares, colégios e ginásios femininos têm, já não

mais por força de regulamentação, mas exclusivamente por constituir uma necessidade, assimilada à realidade da cultura física como trabalho dos mais agradáveis. Em todos os setores de atividade da vida nacional, existe atualmente, sempre ativa, no mínimo pequena parcela de atenção voltada para essa direção, sob qualquer apresentação, já faz parte integrante de nosso apêlo.

Essa a parte mais importante, a principal do nosso evoluir; essa a revolução propriamente dita, que temos assistido em nosso desenvolvimento educacional.

O padrão físico tem melhorado, graças também ao amparo que, paulatinamente, persistente e subjetivamente, foi conquistando a difusão de uma cultura bem orientada; há de melhorar mais, é consequência forçada desse trabalho. Ao mesmo tempo que essa realização vem se processando, vêm igualmente tomando vulto, por força de imposição, por força do reflexo, as preocupações de ordem administrativa a elas relativas. Pelo peso de seu valor, dos seus resultados, pela aceitação em nosso ambiente, tornaram-se problemas para as administrações; autoridades e legisladores já as incluem em suas obrigações de bons serviços ao Brasil. Disso tudo os dias futuros mostrarão os efeitos. Desejamos, como elementos que somos de uma instituição essencialmente educadora, concorrer para trabalho de grande valia, e esse desejo vem de encontro a uma grande obrigação, um grande dever. Transforma-se o homem em soldado, o cidadão em combatente, mas o retorno é imposto e o meio civil deve contar com esse elemento aprimorado nos variados aspectos de sua educação, e, dentre eles, um valor físico mais lúcido, bem mais apreciável dando-lhe garantia de uma vida produtiva na coletividade. Igualmente pesados encargos recaem sobre o meio civil, a preparação física desde cedo facilitará sobremaneira nossa tarefa; recebendo elementos já trabalhados poderemos mais facilmente transferir males em combatentes.

«O valor de um Exército depende do valor individual dos que o com-

em. O valor individual dum combate compreende: o moral, o físico, técnico. Os três são indispensáveis, e sem o valor físico, os outros diminuem rapidamente e mesmo se esgotam. Um homem fisicamente insuportante é suscetível apenas de um esforço limitado que o esgotará; porém, sob boas condições físicas, fornecerá a fadiga um esforço normal, que poderá repetir quase em seguida. O exercício da função de soldado exige um mínimo de faculdades físicas. É uma necessidade absoluta para o soldado poder, em combate, satisfazer às muitas frequentes provas físicas impostas pela prática da guerra, isto é, portar peso superior à carga normal, mover-se em terrenos difíceis, extrair-se apto a uma sucessão rápida de esforços, demonstrar resistência, etc. A esta última condição cum-berá ligar especial importância. São palavras do nosso Manual; encerram preciosas e oportunas lembranças à nossa principal missão de preparação do soldado eficiente nos campos de batalha e do cidadão útil à coletividade nos dias de paz. Trabalho árduo, terá larga recompensa: dará tranquilidade nos dias de bonança, confiança nos tempos de borrasca, ga-

rantia para o futuro. Servirá para a conquista de mais uma etapa da formação física de nosso povo; vencerá mais um passo na caminhada trabalhosa para a formação de um tipo físico de características nacionais. Até lá, entretanto, nada impede que a saúde, a graça, o valor físico adquiram linhas definidas na nossa criança, na nossa mulher, no nosso homem e, dentro de nosso ambiente produzindo os frutos mais apetecidos, constituam, com o nosso povo, penhor seguro de uma Pátria feliz e duradoura. Cheios de entusiasmo; peito erguido; olhar avante; com a certeza dos que querem viver vida útil; guiados por um coração bondoso, fruto de sadia moral; iluminados pela cultura que acompanha nosso progresso, faremos ecoar para os que vêm:

«E, POIS QUE ÉS MEU FILHO,
MEUS BRIOS REVESTE,
TAMÓIO NASCESTE,
VALENTE SERÁS.
SÉ DURO GUERREIRO,
ROBUSTO, FAGUEIRO,
BRASÃO DOS TAMÓIOS
NA GUERRA E NA PAZ.»

AOS SRS. MILITARES

A fim de facilitar à classe militar, lançamos o seguinte plano que tem repercussão favoravelmente

EIS AS VANTAGENS DO NOSSO SISTEMA

- 1.º VENDEMOS EM 10 PRESTAÇÕES
- 2.º NÃO EXIGIMOS ENTRADA NEM FIADOR
- 3.º ENTREGAMOS IMEDIATAMENTE O ARTIGO

São os seguintes os nossos artigos:

Bicicletas, Ventiladores, Rádios, Rádio Pilha, Aspiradores de Pó,
Enceradeiras Elétricas, Rádio-Vitrola Automática,
Máquinas de Costura, Máquinas Fotográficas, Relógios.

Facilitamos, para demonstração, no trabalho ou na residência de V. S.

CASA NENO

RUA DO NÚNCIO, 7

Telefone 22-7586

Filial: Rua Buenos Aires, 151, 1.º andar — Telefone 43-7778

— RIO DE JANEIRO —

Vamos Deixar de Fazer «Ondas»

Cap. RAUL LOPES MUNHÔZ

Em 1947, instrutor do Curso de Cavalaria da E.A.O., quando estudava os meios de Transmissões Rádio, e suas características, para chegar à conclusão de que, para utilizar as ondas electromagnéticas na transmissão de mensagens, necessitaríamos de um aparelho "transmissor", e de outro "receptor", iniciava a palestra dizendo: "que todas as manifestações físicas são ondas ou vibrações, e que todos os nossos conceitos de fenômenos físicos, nada mais são que interpretações dessas ondas pelos nossos sentidos". Após outras considerações gerais, comparando as ondas electromagnéticas com as ondas sonoras e luminosas, perceptíveis aos nossos sentidos, concluía afirmando: "que uma onda de rádio constituía uma modalidade de vibração tal, que o corpo humano não dispunha de órgãos capazes de produzi-la, e nem de sentidos para percebê-la diretamente, motivo porque necessitávamos de um aparelho para produzir tais vibrações, e de outro para interpretá-las em forma de luz ou som, perceptíveis aos nossos sentidos".

Apesar do "intróito" acima ter resumido apenas 5 minutos da palestra, no fim da sessão tive o prazer de verificar que, de tudo, o que mais havia impressionado alguns dos companheiros, foram os conceitos emitidos sobre as vibrações, e, que tiveram o mérito, não de motivá-los para o assunto, mas ao contrário, de desviar suas atenções do mesmo. Intimamente, dei-lhes porém, carreadas de razão pois que, o assunto apenas vislumbrado era bem mais interessante que todas as características de rádios reunidas. E, estimulado pelo interesse então despertado, volto ao assunto, a fim de generalizar um pouco mais aquelas idéias, idéias que, faço questão de frisar, não são minhas, e nem poderiam ser, dada a complexidade de tais assuntos, porém são tão verdadeiras que não posso me furtar de transmiti-las aos companheiros para que deixem de fazer "ondas" a respeito de minhas "fantasias" sobre as "vibrações".

(Nota do Autor)

A «matéria», nada mais é que um revestimento externo, emprestado pelos nossos sentidos às coisas físicas. E, no entanto, eles não percebem quase nada... Não recebemos impressão senão de uma insignificante parte das realidades que nos cercam... Percebemos apenas o que é exageradamente lento, só nos impressionam as coisas gigantescas e desproporcionais. A maioria das substâncias escapam à nossa visão pelas suas dimensões **relativamente** pequenas, como o átomo, a molécula, o micróbio, que já constituem verdadeiros mundos organizados; outras, não são percebidas em virtude de sua constituição físico-química ou transparência não permitirem a refração da luz, e mesmo assim as matérias densas e espessas só são percebidas dentro de uma limitadíssima faixa vibratória da onda de luz. Ondas sonoras audíveis para o ouvido de um cão (20.000 ciclos por segun-

do), não são nem ao menos sensíveis para o ouvido humano, que não percebe ondas sonoras além de 16.000 ciclos. E, a maioria das vibrações que nos cercam, e que nem sequer percebemos, são bem mais concretas que as coisas físicas que lerem os nossos sentidos, e, a quem emprestamos uma forma, um corpo, um nome, ignorando porém tudo sobre elas.

E' incontestável que todas as substâncias físicas em seus estados sólido, líquido ou gasoso, compreendem uma certa quantidade de substâncias iguais, que, por sua vez, podem ser divididas em outras cada vez menores, até chegarmos à menor partícula da substância: a MOLÉCULA, ainda com todas as propriedades que caracterizavam a substância inicial. A partir daí, se dividirmos essa menor partícula, não mais teremos aquela substância, e sim os elementos constitutivos da molécula: o ATOMO.

As moléculas podem ser constituídas de uma só qualidade de átomo, a exemplo do cobre e do chumbo, como podem ser constituídas pelo agrupamento de átomos diferentes, como a água, por exemplo, cuja molécula é constituída por 2 átomos de hidrogênio e 1 de oxigênio.

Os átomos, elementos básicos na constituição das moléculas de todos os corpos, não são substâncias simples: cada átomo é constituído por elementos de 2 naturezas: os ELETRONS, e os PRÓTONS — os Prótons constituindo um núcleo interior, e, os Eletrons girando em redor desse núcleo.

Apesar da força centrífuga desanvolvida pelos Eletrons no seu movimento giratório, o núcleo central garante a unidade do átomo pela sua força de atração, mantendo os eletrons dentro da órbita do átomo. Os átomos se diferenciam uns dos outros pelo número de eletrons de que são constituídos, e, pela natureza do núcleo central que mantém a unidade do átomo. Assim, o átomo constituído de um só eletron girando ao redor do núcleo central denomina-se Hidrogênio, um átomo de Oxigênio compreende 8 eletrons girando em torno de um núcleo central, um átomo de Ferro é constituído por 26 eletrons, o de Chumbo por 82, e assim por diante, conhecendo-se até bem pouco tempo cerca de 92 átomos diferentes, desde o Hidrogênio até o Urânio, havendo-se descoberto mais alguns com as experiências de física nuclear relativas ao aperfeiçoamento da bomba atômica.

Protons e Eletrons, elementos constitutivos de qualquer átomo, não têm forma «material» no sentido lato da palavra, **são apenas feixes de energia**, separados por distâncias relativamente grandes. Assim sendo, e, se uma substância física qualquer é constituída por moléculas, as moléculas por átomos, e esses nada mais sendo que feixes de energia, a matéria em última análise nada mais é que energia, energia física condensada e concentrada, e, na sua formação o princípio regente é a vibração, o movimento, movimento giratório no qual o corpúsculo atômico, girando

vertiginosamente, ocupa todos os enormes espaços vazios das moléculas constituídas da substância, nada sendo as 3 dimensões (comprimento, largura e espessura), e os estados físicos (sólido, líquido e gasoso) sem este movimento giratório dos eletrons em torno dos protons. Assim, teoricamente, se introduzissemos uma barra de ferro num ambiente onde reinasse o frio absoluto (o que não é possível, pois ele ainda seria relativo), a barra de ferro desapareceria instantaneamente, porquanto o frio absoluto determinaria a paralisação do movimento atômico, e, os átomos reduzidos a simples núcleos sem movimentos seriam invisíveis e imponderáveis como o misterioso éter.

Concluímos assim, que todas as coisas físicas nada mais são que ilusões morfológicas, criadas pelo processo de aglomeração de unidades cada vez menores, e que, a única e verdadeira substância no mundo físico é a ENERGIA. Sim, porque qualquer substância visível e concreta constitui em última análise ENERGIA, energia em potencial, condensada, concentrada, estática, podendo no entanto entrar a qualquer momento em estado dinâmico, produzindo electricidade, raio X, calor, luz, energia atômica, etc. Isto porque, sendo ela uma onda aprisionada, uma vibração repetida, continuada, em virtude da constituição dos átomos, e estes, em toda a sua escala, desde o Hidrogênio até o Urânio e o Plutânio podem transformar esse movimento rotativo, verticoso, para o sistema vibratório e ondulatório, bastando para isso que seja alterado o seu estado de equilíbrio: tirando ou adicionando eletrons, ou modificando a carga do núcleo central. Assim, temos a electricidade baseada no desequilíbrio obtido pela alteração do número de eletrons, nada mais sendo que uma corrente de eletrons que abandonou o seu movimento rotativo em torno do núcleo central, pelo movimento expansivo, ondulatório, captado pelos condutores. A própria luz nada mais é que um aglomerado de corpúsculos que, abandonando o movimento vibratório circular, passa a percorrer o espaço com uma velocidade de cerca

de 30.000 quilômetros por segundo. A bomba atômica, esta maravilha (?) do século XX, tem a técnica de sua fabricação baseada no bombardeamento e desintegração sucessiva do núcleo central (Protons) dos átomos com o aproveitamento da energia contida nesse núcleo, e, note-se que para esse fim escolheram-se átomos cujos núcleos já se apresentassem relativamente isentos de energia expansiva (como o Urânio) e no entanto apesar desses núcleos serem tão incrivelmente pequenos (para nós) que alguns quatrilhões deles caberiam perfeitamente na ponta de uma agulha, contém ainda tanta energia, tanta força

acumulada que, sua expansão violenta se faz sentir num raio de ação de quilômetros.

E, assim, repito, a Energia é a única verdadeira substância no universo físico, onde só existem, na realidade, ondas, vibrações e movimentos, modalidades de energia, e... o próprio HOMEM que se compõe de energias diversas, em diversos estados, vivendo cercado e influenciado por energias de toda a natureza, nada mais é que uma confusão de ondas, vibrações e movimento, e... afinal de contas, o movimento é um mero estado no tempo e no espaço — **não é nada.**

Instrução de Morteiros

(Mrt. 60mm — M2 e Mrt 81mm — M1)

Major EURO LOBO MARTINS

AVISO

Apareceu, finalmente, a edição por cooperação da Separata do artigo «INSTRUÇÃO DE MORTEIROS» de autoria do Major EURO LOBO MARTINS.

Os Camaradas, residentes nesta Capital, e que se inscreveram para a respectiva aquisição, são convidados a comparecerem na nossa Redação a fim de receberem o exemplar que lhes foi reservado.

Pedidos de Livros

Escreva o título da obra e o nome de seu autor — Quantos volumes deseja e o seu nome e endereço — Os pedidos via rádio devem ser feitos pelos companheiros que servirão em guarnições longínquas — «A Defesa Nacional» adquire e remete pelo sistema reembolsável qualquer livro — das livrarias desta capital —

Aos Colaboradores

Mais um apêlo.

Apesar dos esforços e boa vontade de todos no sentido de vencer as dificuldades que se nos deparam para a expedição em dia dos números da Revista, apartadas outras muitas da Administração, o atraso se vem tornando já sistemático, o que muito preocupa a Redação, impossibilitada, por motivos superiores, de removê-las tôdas.

Dentre outros sobrelêva o das oficinas de impressão, assoberbadas com o vulto dos assuntos programados.

Mas, não obstante, cabe-nos uma parcela de responsabilidade nessas dificuldades e que está em nós corrigir para atenuá-las.

Os trabalhos a publicar que comportam clichês para serem impressos reclamam o concurso de duas repartições diferentes: a dos linotipistas e a dos desenhistas para a confecção dos clichês; daí a necessidade de serem elaborados em condições de permitir que aquelas duas repartições possam trabalhar simultaneamente para ganhar tempo.

Por isso, pedimos aos nossos brilhantes colaboradores que na elaboração de seus trabalhos observem as seguintes, com o que muito nos facilitarão:

- a) Remeter seus trabalhos dactilografados e com as folhas de papel escritas de um só lado.
- b) As figuras, desenhos, esboços ou fotografias ilustrativos do texto, devem ser amarrados a êle e poderem facilmente ser destacadas para permitir o trabalho das duas oficinas referidas, independentemente uma da outra.
- c) Sempre que possível os desenhos devem ser feitos a nanquim e em papel vegetal o que muito facilitará o serviço de «clicherie». As legendas devem estar referidas ao título e autor do artigo para maior facilidade de identificação pelos paginadores.
- d) O título do trabalho deve ser destacado em letras maiúsculas, seguido do texto e nome do autor. No caso de tradução, deve ser indicado o autor e a fonte de onde foi extraído.
- e) Deve ser observada rigorosamente a ortografia oficial.
- f) Rogamos, também, que os nossos colaboradores se esforcem para serem mais sintéticos na exposição de seus trabalhos, porque concordarão para economizar espaço que poderá ser aproveitado com u'a maior variedade de assuntos.
- g) Todos os trabalhos, além do cabeçalho, devem ser assinados e trazerem o endereço do autor para facilitar as comunicações que lhes devemos, inclusive telefone se residirem nesta Capital.
- h) **Rever os originais.** Grande parte dos erros tipográficos vem dos originais.

Com a observância dessas normas a Redação conta poder repartir a tarefa da revisão e elaboração das provas nas oficinas impressoras, com o que ganharemos tempo. Cientes da boa acolhida e atenção do nosso pedido, antecipamos nossos agradecimentos e transmitimos a todos nossa gratidão pelo esforço de cooperação já realizado em bem do prestígio e aperfeiçoamento da nossa querida Revista.

Um Pouco de Política Monetária

MOEDAS E PREÇOS

Col. J. B. MAGALHÃES

(Da 1.ª Classe da Res. do Ex.)

VERA DICERE ET CUM CAUSA

De todos os ramos da economia política, sem dúvida, nenhum sobrepuja em importância a política monetária. E' o seu elemento central, regula e mede a importância da economia nacional, do mesmo passo que traduz a sabedoria política dos que governam. Dos outros, cujo valimento vem já bem expresso na velha fórmula, **primum vivere deinde philosophare**, nenhum homem culto moderno pode escusar-se, sem certa desaire, de ter noções suficientes, noções que bastem para bem compreender os dissídios dos povos, todos fundamentalmente amarrados a motivos económicos. Pela política monetária, menos desculpável seria o desinteresse, ou a ignorância, que mostrasse, porque ela se reflete sempre em todos os atos da vida moderna, das nações e dos indivíduos. Mesmo aquêles que abstrahem do nosso mundo, e vivem envoltos nos universos imaginários das filosofias ou dos misticismos, não escapam ao seu domínio. De fato, como registra J. Pires do Rio, em «**A Moeda Brasileira**», «em todos os momentos que se passam, em todos os lugares que existem, cada um dos homens tem uma dependência monetária, é credor ou devedor».

«Qualquer variação do poder aquisitivo da moeda, por mínima que seja, através de todo o organismo social, atinge cada um dos indivíduos que, todos, sem excessão, têm um contrato monetário, têm de pagar ou de receber». São fatos. Mas convém não esquecer que esta peregrina constatação se expande e completa pela que

formulou o estadista francês R. Schuman, ao dizer que é pela política monetária que um governo exerce sua principal ação sobre a vida nacional.

Resulta, então, que numa democracia mesmo à maneira russa, com seu partido único, na qual o pensamento é dirigido e o estado tudo policia, todos os grupos sociais são interessados na política monetária adotada pelo seu governo e se não devem descuidar de opinar a respeito. E entre elles nenhum mais que as **classes armadas**.

A isto as obrigam, não só os interesses da vida doméstica dos que as constituem, mas, muito fortemente, os resultantes de seus deveres cívicos. De resto, além das características da guerra moderna, que tornam o êxito dependente mais das atividades nacionais que das forças militares mobilizadas; da cultura geral que esta exige dos militares para poderem conscientemente preparar a mobilização nacional e dirigir a luta armada; deve considerar-se serem elas a garantia da ordem do sistema político do país, sobre a qual influi fortemente a política monetária. Pode esta ordem ser profundamente perturbada quando a política monetária se faça insensatamente ou com demasiada incompetência, mais profundamente mesmo do que pelas influências causadas por correntes de opinião formadas sob inspirações demagógicas de qualquer natureza.

A consciência destas realidades, no entanto, não penetrou bastante ainda os diversos grupos sociais, nem mesmo as classes armadas, a cujos ele-

mentos, notadamente os jovens, nas ingressados, nos dirigimos, fato que inspira e justifica o que vamos dizer.

A política monetária resume-se toda na correlação existente entre a **moeda e o custo da vida**, cujo índice médio resulta dos preços, em dado momento, porque se obtêm as utilidades e a prestação de serviços, de que se carece. A sabedoria com que ela é feita, reflete-se no poder **adquisitivo do dinheiro**, cujo real significado convém sempre ter bem presente ao espírito. Recordemo-lo, em rapidíssimos traços.

O **dinheiro** é uma criação dos progressos da civilização. Surgiu espontaneamente das relações de comércio entre os homens preocupados em satisfazer necessidades materiais da vida. Foi modificando sua expressão através dos tempos à proporção que tais relações se aperfeiçoaram e ampliaram. Adquiriu, assim, foros de **valor convencional universal** aceito em troca de todos os outros valores, valores de coisas a comprar ou a vender.

Vê-se bem, então, que ele não é riqueza por si mesmo e só vale como tal pela possibilidade de ser trocado por utilidades e serviços, de que se há mistério. Varia o seu valor, o **valor de sua unidade** logicamente com a relação que se estabeleça entre a quantidade de moeda existente e a das utilidades e serviços disponíveis. Considerando-se, porém, que estas disponibilidades são influenciadas por causas diversas, inconstantes e nem sempre determináveis, segue-se que, **admitido um valor padrão para a unidade de moeda**, a sua quantidade total para satisfazer as necessidades da vida econômica deve ser variável. Equivale dizer, a quantidade total de dinheiro existente, dos meios de pagamento, o **meio circulante**, deve aumentar ou diminuir conforme a existência de utilidades e serviços que constituem a riqueza nacional e a necessidade das respectivas trocas a se efetuarem. Deve ser **flexível**.

Foi o que, no dizer de Louis Baudin, Marshall exprimiu comparando a moeda, o meio circulante, ao óleo de uva

máquina; é preciso tê-lo em quantidade conveniente, nem de mais nem de menos, para que se mantenham em boas condições os movimentos do mecanismo econômico, as relações comerciais entre os homens.

Logo posto, consideremos que o valor, ou o preço, ou custo, das utilidades e serviços, se traduz pela quantidade de unidades de moeda que é preciso dar para obtê-los, variando necessariamente com o valor atribuído a essa unidade. Se o valor desta fosse próprio, estável ou imutável, o preço das coisas dependeria somente do que fosse preciso dispendir para lhes dar existência, da sua abundância e qualidade. O fato é, porém, que o **valor prático da unidade de moeda** e necessariamente relativo à quantidade total que dela exista em comparação com a das utilidades e serviços comerciáveis e ao poder que tem de compra. O valor real da moeda, do dinheiro, não está em si mesmo, é sempre relativo ao que se pode adquirir com ela, ou ele. Um nababo no deserto é tão ou mais miserável que o selvagem que o habita, pois aí o dinheiro pode ser totalmente inútil para prover às necessidades de sua vida.

Em suma, vê-se por tudo isto quanto o problema da **determinação dos preços** torna-se um fenômeno bastante complexo. Nessa determinação influem, num momento considerado para efetuar operações comerciais, a abundância e a qualidade das coisas postas em comércio; o custo de sua produção; o interesse que os compradores mostram por elas; e o valor relativo da unidade de moeda. Não é só, porém. No tumulto da vida social entram em jogo fatores psicológicos, individuais e coletivos, tais como sejam a moda e as perspectivas sobre o futuro, que influem no valor relativo dos objetos de comércio, isto é, sobre os preços. A moda faz com que umas coisas passem a ser mais procuradas, enquanto outras, antes em voga, ficam desprezadas; as perspectivas do futuro, podem excitar a acumular reservas, para vendê-las mais tarde com maior lucro, ou a passar adiante, quanto antes, o que se

tem para evitar prejuízos que se temem.

A variação dos preços — do nível médio, ou índice, do custo da vida — consequente da abundância ou escassez da moeda, do seu poder aquisitivo, do valor relativo de sua unidade, é, sem dúvida, a que mais facilmente se pode apreciar.

Irving Fisher traduziu-a numa expressão algébrica, donde ressalta bem o que acabamos de referir. Para ele as coisas se passam como indica a fórmula:

$$MV = TP \text{ ou } P = \frac{MV}{T} \quad (*)$$

na qual M representa a quantidade de dinheiro e V a velocidade de circulação; T o volume das transações e P o nível médio dos preços.

Mas, se esta fórmula mostra que o nível médio de preços varia na ordem direta da quantidade de dinheiro existente, ou da sua velocidade de circulação, e na ordem inversa da quantidade de negócios, não diz tudo. Nada, de fato, explica. Faz apenas uma constatação.

É um fato. Seria erro supor que as variações dos preços fossem proporcionais à quantidade de moeda, como decorre da fórmula de Fisher, pois que vimos haver na determinação dos mesmos, influências outras entre as quais as de ordem psicológica, que atuam sobre a velocidade de circulação do dinheiro, têm considerável importância. Nem mesmo a atuação às vezes feita pelos governos para reagir sobre os preços de determinadas coisas, produzem os efeitos por eles visados imediatamente e, não raro, desencadeiam outros efeitos completamente inesperados, tal é a complexidade dos fenômenos econômicos. As elevações do **custo da vida**, consequentes da desvalorização da unidade da moeda, por excesso do meio circulante* (dinheiro ou crédito), de meios de pagamento, ou quebra do valor do **padrão monetário**, via de regra, processam-se em escala de progressão geométrica, por influência dos fatores psicológicos.

dependência dos elementos que influem no valor das utilidades e serviços, mostra quanto é difícil fazer uma política monetária, que se não preste a abusos de indivíduos mal intencionados, ou inescrupulosos, ou a erros de incompetentes, piores sempre de graves consequências. A maior garantia contra tudo isto é a moralidade dos que dirigem tal política.

Em sua **Théorie des Phénomènes Monétaires**, generalizando as leis, de Van't Hoff, relativa à temperatura num sistema equilíbrio de corpos; de **Le Chatelier** concernente às pressões num sistema de corpos em recinto fechado; e de **Lens**, correspondente à variação do fluxo magnético; Jacques Rueff estabeleceu:

«Quando varia um dos fatores de equilíbrio de um sistema, produz-se neste uma modificação que, se realizada por si mesma, acarretaria para o fator referido uma reação de sentido inverso à considerada.»

Exemplifiquemos, no sistema econômico. O curso mercantil de uma utilidade qualquer se traduz por um preço correspondente à relação existente entre a procura, a oferta e o valor da moeda. Rompe-se, em dado momento, esta situação de equilíbrio, porque um desses fatores variou. O preço da utilidade em apreciação aumentou, por exemplo, em virtude de u'a maior procura excedente sobre as possibilidades da oferta. Essa alta de preço provoca uma restrição na própria procura, para que o equilíbrio do sistema se restabeleça.

Podemos agora expressar a relação entre a **moeda** e o **custo da vida**, como faz Louis Baudin, dizendo influir aquela sobre este de modo:

— **direto**, porque ao maior ou menor volume do meio circulante, para uma dada existência de utilidades e serviços, correspondem preços mais ou menos elevados;

— **indireto**, porque a variação dos preços depende ainda de outros fatores, entre os quais avultam as rea-

(*) Na fórmula de Fisher o primeiro membro da equação é $MV \times V$ sendo MV correspondente à quantidade de dinheiro existente e MV' a da moeda escritural ou crédito, que permite efetuar volume de negócios maior que a correspondente ao de moeda concreta existente.

A complexidade dos fenômenos que o **custo da vida** reflete, dada a inter-

ções de ordem psicológica que provocam escassez ou abundância relativa do dinheiro em circulação.

A escassez de dinheiro dificulta as transações e provoca uma depressão nos preços, a fim de que se possa manter o nível dos negócios.

O excesso de dinheiro rompe também o equilíbrio do curso do comércio, mas, em sentido inverso e com mais desastrosas consequências.

E' a inflação...

Os efeitos do excesso de dinheiro são manifestados por elevação dos preços. A alta, ou melhor a tendência para a alta do custo da vida, denuncia a existência de uma situação inflacionária no meio circulante.

A princípio, quando o volume do meio circulante excede as necessidades do mercado, a alta de preços, que se produz, excita a procura e os negócios se estimulam, porque se abrem com isto, perspectivas de maiores lucros, e a produção de utilidades tende a aumentar. Da excitação dada aos negócios, porém, dentro em pouco resulta **alta de dinheiro** para satisfazer as necessidades do aumento de transações assim criadas e surgem reclamações dos nelas interessados, para que se amplie o meio circulante. Depois, se estas forem atendidas, os preços mais se elevam, e a velocidade da circulação do dinheiro cresce, denunciando um estado febril nos negócios. Estes proliferam, firmando-se uma tendência constante e crescente, para maior alta, na esperança de maiores lucros, a reclamar sempre, insaciavelmente, maior volume de dinheiro em circulação. A facilidade e maior rapidez com que então se conseguem lucros por jogo ou especulações, faz desaparecer o interesse pela produção, e esta decai. A vida cresce de custo incessantemente, de custo e de dificuldades.

Os que vivem de lucros, **com suas especulações**, enriquecem continuamente, mas, os que vivem de rendas fixas vão empobrecendo, enquanto que os que vivem de salários e vencimentos reclamam o seu **reajustamento**, ao índice do nível do custo de vida. Por fim todos perdem, há falência geral.

Os primeiros tudo fazem, mesmo indignidades, para que os seus lucros não diminuam. Os últimos, à custa de greves ou ameaças de revolta, conseguem afinal, mais ou menos, ser atendidos. Mas, os rendeiros de poucos haveres ingressam na pobreza ou na miséria.

Louis Baudin, resume, mais ou menos, assim o drama de uma **política monetária inflacionista**.

— **encarecimento da vida** e ruptura do equilíbrio social, com os seguintes efeitos: confisco real do patrimônio dos que vivem de rendas fixas, salários e vencimentos, inclusive os membros das classes armadas, garantia da ordem e sob cuja proteção operam os especuladores, em benefício destes que vivem de lucros;

— **redução do valor real das dívidas**, expressas por um valor nominal, em favor dos devedores, que as contrairam quando a unidade de moeda valia X e as vão pagar, à mesma quantia nominal, quando ela vale X—n;

— **surtos de avariação**, de oportunistas, e de todos os fermentos de imoralidade, modificando a fundo, e para pior, o equilíbrio da vida social.

O fenômeno do inflacionismo monetário merece um estudo especial.

O que fica exposto mostra bem quanto a política monetária interessa a todos e sobre todos, às classes armadas, cujas reações não se podem, evidentemente, limitar, sem desdouro, a reclamar reajustamento de vencimentos, como simples assalariados. Interessa-lhes mais que às outras, não só pelos reflexos que tem sobre sua vida doméstica, mas, por causa ainda da eficiência das instituições que elas integram, sempre dependentes de orçamentos, — por onde se traduz a riqueza nacional — e cujas possibilidades dependem dos preços das utilidades e serviços. Mais interessa, sobretudo, indissociavelmente aos seus órgãos do Comando por cujo intermédio se ligam as atividades delas ao conjunto das que traduzem a vida nacional. Devem saber reagir para que se não dê a falência total da nação e isto, por certo, em tempo útil.

Moeda e Crédito (*)

A situação monetária está tomando caráter sério. Mais uma vez entramos numa fase de emissões. Quando as grandes emissões feitas no fim do ano passado alarmaram o público, as autoridades monetárias declararam que a expansão do meio circulante seria apenas temporária e ficaria extinta por uma redução do volume monetário no ano de 1949. O último relatório do Banco do Brasil diz a esse respeito expressamente:

«A devolução das quantias requisitadas (pela Carteira de Redescontos ao Ministério da Fazenda) deverá ser processada, paulatinamente, na proporção do resgate dos títulos ao resconto.»

Eletivamente foram eliminados no primeiro trimestre deste ano 470 milhões, ou seja mais de um terço de 1.350 milhões anteriormente emitidos. Mas já no mês de abril parou a devolução, e no mês seguinte se reiniciaram as emissões. Em maio a quantidade de papel-moeda aumentou de 100 milhões, em junho foram emitidos mais de 320 milhões, e, de acordo com os balancetes da Carteira de Redescontos, no mês corrente já 160 milhões. Em suma, no decorrer de onze semanas, o meio circulante sofreu um acréscimo de quase 600 milhões de cruzeiros, e seu total ultrapassa o recorde de 21.696 milhões verificado em fim do ano passado.

Diz-se, é naturalmente mais uma vez que as novas emissões estão perfeitamente justificadas do ponto de vista econômico, pois repousam sobre títulos comerciais de alta liquidez e serão retiradas da circulação logo que as condições econômicas o permitirem. Mas o aumento dos preços não respeita tais promessas. Continua, enquanto em outros países os preços baixam. A situação competitiva do

Brasil no mercado externo torna-se, conseqüentemente, cada vez mais difícil.

Faltam para as novas emissões mesmo os argumentos que davam às efetuadas em novembro e dezembro do ano passado uma sombra de justificação. No fim do ano o comércio precisa sempre de meios de pagamento suplementares. No período atual do ano não se pode referir tal necessidade.

Sem dúvida, o principal consumidor de novas emissões fica sendo o próprio emissor do papel-moeda: o Tesouro Nacional. Seu débito ao Banco do Brasil, nas contas relativas à execução do orçamento de 1949, elevou-se, no fim do primeiro semestre, a 2.156 milhões de cruzeiros, contra 515 milhões na mesma época do ano passado. Ainda que se verificasse no balancete do Banco do Brasil, em 30 de junho último, uma diminuição do débito, de 116 milhões, em relação ao mês anterior, é claro que adiantamentos dessa dimensão não podem ser efetuados sem apelo à emissão. Ou o Banco do Brasil seria forçado a reduzir rigorosamente os empréstimos à economia particular.

Entretanto, o Banco do Brasil faz atualmente uma política de crédito mais liberal. No mês de junho os empréstimos rurais aumentaram de 222 milhões, os empréstimos industriais de 108 milhões, os de financiamento de 21 milhões e outros empréstimos em conta corrente de 185 milhões. Apenas os créditos sobre títulos descontados sofreram diminuição de 19 milhões.

Como sempre acontece, a expansão dos empréstimos fez subir também os depósitos, embora esse movimento fosse muito menos acentuado. Os depósitos sem limite do público, a mais

importante categoria dos depósitos à vista, aumentaram de 200 milhões, os sem juros de 63 milhões e os depósitos limitados de 22 milhões, mas os depósitos a prazo acusam um ligeiro recuo. Além disso, as disponibilidades do Banco do Brasil sofreram sensível entrave pela redução de 255 milhões nos depósitos dos outros bancos. Esta última diminuição parece, porém, apenas temporária, condicionada pelas necessidades dos bancos particulares no fim do semestre. O aumento de 9 milhões dos depósitos compulsórios mantidos na Superintendência da Moeda e do Crédito faz prever que os depósitos dos bancos particulares vão crescendo.

Não queremos censurar a política de crédito mais amplo iniciada pelo Banco do Brasil. Parece-nos mesmo necessário, diante da tendência regressiva da conjuntura econômica, proporcionar à produção agrícola e industrial mais capital de movimento, por meio de empréstimos. Mas a forma técnica da expansão de crédito

precisa de uma reforma. Fala-se, desde algum tempo, da «devida elasticidade do meio circulante». Entretanto, as experiências deste ano mostram novamente que tal elasticidade não existe, ou existe somente em proporções pouco interessantes para a política da moeda e do crédito.

E' essa precisamente uma das grandes diferenças entre o papel-moeda e a moeda escritural — os depósitos utilizáveis para pagamentos por cheque. Esta última forma de moeda é altamente elástica e permite, se as condições o exigirem, compressão da quantidade. O meio circulante, pelo contrário, é forma rígida. Uma vez aumentado, perpetua-se o volume, conduzindo a efeitos inflacionistas. Sua velocidade de circulação, maior que a da moeda escritural, repercute no mesmo sentido. Uma expansão de crédito, efetuada mediante aumento do meio circulante, é, por conseguinte, processo duplamente perigoso.

(*) Transcrito do "Correio da Manhã" de 23-7-49)

“PENSOTTI”

MARCA REGISTRADA

«MAQUINISMOS»

Para panificações, confeitarias, fábricas de biscoitos e de macarrão utensílios em geral.

«FORNO S»

Termo-Elétricos contínuos para panificações e fábricas de biscoitos. Ferragens avulsas para forno francês.

Comércio e Indústria de Máquinas “Pensotti” Ltda.

(Instaladores da moderna padaria da Escola de Instrução Especializada, e de outras em varias unidades do Exército)

«INSTALAÇÕES» — Comerciais e industriais, de força elétrica, motores e transmissões.

End. tel. «PENSOTTI»

TELEFONES: 22-8130, Loja — 42-8329, Escritório
RUA RIACHUELO, 44 RIO DE JANEIRO

Achegas para a História da Disciplina Militar

Cel. J. B. MAGALHÃES
(Da 1ª Classe da Reserva)

I

INTRODUÇÃO

No arcabouço estrutural das forças armadas prevalecem dois motivos:

- um, é o equipamento que a indústria lhes fornece para guerrear;
- outro, decorre da organização social de cada época.

Ambos são consequência do estado de desenvolvimento do espírito humano, especialmente quanto aos conhecimentos da matemática e das ciências físicas. Tudo fica, porém, amarrado ao problema da **energia** disponível para o trabalho do homem, que é o principal elemento condicionador das formas da civilização.

A arquitetura das forças armadas completa-se, aperfeiçoa-se e particulariza-se, pelo concurso de várias condições, entre as quais as resultantes da geografia dos países que os povos habitam, dos recursos para viver e mover-se que a indústria fornece aos exércitos, e do **tradicionalismo** formado por sua evolução histórica, de que advêm certas peculiaridades, distinguindo-os uns dos outros em cada época.

Vemos, com o correr dos tempos, modificar-se a estrutura dos exércitos, conforme se modifica a das sociedades, da qual são eles instrumento político. Tudo é, porém, dependência direta da **energia disponível** pelo homem, para produzir o de que carece.

Inicialmente, forneciam-lhe esta a

força propulsora do vento, a gravidade, a elasticidade de certos materiais, o poder das ações do choque, a força centrífuga dos corpos lançados em movimento giratório, e a força física do próprio homem, mais ou menos hábil. Utilizava-se também a força de tração dos animais, mas, esta, por serem eles atrelados pelo pescoço, de modo que os sufocava, era de pouco rendimento. A **energia principal** que utilizavam as indústrias primitivas, era fornecida pelo escravo.

Isto durou sem modificações sensíveis até o século X da era cristã. Então, um novo sistema de atrelagem dos animais pelo peito, que permitiu aproveitar toda a capacidade de tração que lhes é própria, tornou dispensável o escravo para a satisfação das necessidades da produção e principalmente do transporte. Desenvolveu-se com isto o comércio entre os grupos humanos habitantes de lugares distantes, e, por ser esta uma energia mais barata que a da escravidão, aceleraram-se os progressos da civilização. (1)

Depois, surgiu a **energia**, resultante da deflagração de gases pela queima da pólvora, principalmente utilizável pelos exércitos no combate para lançar projéteis pesados a maiores distâncias, induzindo a modificações progressivas no armamento, pela criação das armas de fogo.

No século XVIII, Frederico proclamava a preponderância destas para o resultado das batalhas. No século XIX, e mais ainda no atual, aparecem novas espécies de **energia** dando surto à mecanização da vida da sociedade e criando a um tempo a **revolução e a civilização industrial**. A máquina a vapor, os motores de combustão interna e os dinamos elétricos, vieram quase dispensar o homem de fazer quaisquer esforços físicos, exceto o de pensar, e, em alguns casos, até este. O elemento que serviu de base e permitiu todo esse desenvolvimento foi a utilização industrial do carvão pedra (2), cuja influência nas transformações da civilização permitiu a Carlyle, iluminado pelas luzes do século XIX, compreender com justeza **nada valer o homem sem dispôr de instrumentos para multiplicar sua capacidade de ação, e tudo poder com eles**. (3)

O homem, porém, pode, mais ou menos, conforme a habilidade que tem para o emprego dos instrumentos de que dispõe.

E, conhecendo em certo momento da História tal condição, foi levado a criar a **organização**, com a finalidade de facilitar o emprego combinado dos seus instrumentos de ação, permitindo tirar das propriedades características de cada um, o melhor rendimento para o alcance de seus objetivos.

Mas, o **problema da organização** que surge assim, comporta do ponto de vista da guerra dois aspectos principais:

— um, relativo ao material e que consiste na formação de grupamentos de elementos com características homogêneas; na harmonização a estabelecer entre estes para que todos mais facilmente sirvam para conquista dos objetivos almejados;

— outro, concernente ao homem que utiliza os instrumentos assim arranjados, e que se resume na boa repartição das suas tarefas e responsabilidades no quadro da **organização**.

No sistema militar, deve esta ser capaz de funcionar até que se reduza ao extremo o poder das suas diversas unidades componentes, quando então

será necessário **reorganizar**. E' mister também que facilite a formação de certas combinações de forças para determinados fins de interesse passageiro. Daí resulta que uma outra condição, a que tem de satisfazer, é ser **flexível**.

Ora, tudo isto requer dos homens que animam o material e fazem valer a organização, condições **moraes, físicas e culturais**, capazes de permitirem tirar todo o proveito de uma e outra, condições que em seu conjunto, se traduzem por uma palavra — **disciplina**.

O complexo flexível da organização, consistindo em mera repartição de funções e de responsabilidades, é claro que a existência da **disciplina** depende, sobretudo, da capacidade de ação dos chefes dos seus diversos elementos constitutivos, e isto, tanto mais quanto mais amplas são as suas esferas de ação. E' o que os velhos chineses exprimiram ao dizer que mais vale um general capaz com um exército de mediocre valor, que um bom exército comandado por um general mediocre. Nem outro é o significado da expressiva sentença de Napoleão ao dizer que **não havia mais regimentos e, sim, maus coronéis**.

O maior ou menor grau de perfeição da organização mede-se naturalmente pelo modo por que ela satisfaz às duas características assinaladas, facilitar a combinação de esforços e ser flexível. Mas, o seu valor efetivo depende sobretudo da disciplina que lhe dá vida, derivada esta essencialmente da atuação dos chefes visando desenvolver a capacidade de ação dos elementos que lhes são subordinados, a qual só alcança grau satisfatório quando estes tenham voluntariamente aceito e se interessem empenhadamente pelo cumprimento dos deveres que lhes correspondem. Resultado este que só é atingido, se os chefes inspiram plena confiança aos que de si dependem.

Ainda mais, para o valor da disciplina dos exércitos, é necessário que do conjunto dos seus procedimentos nada transpareça que possa indicar não formarem eles um **corpo sólido**.

(2) J. Pires do Rio — O Combustível na Economia Universal — 3.^a Ed. José Olímpio — Rio — 1944

(3) La Guerre Mécanique (trad.) Berger Levrault — Paris — 1948.

mente homogêneo, condição esta trazida pelos métodos de ação que adotam e a capacidade profissional, que revelam. Quando parece que eles mesmos não satisfazem todas as imposições da **disciplina**, em sua mais ampla expressão, a tropa faz-se uma força vacilante. Não é apta para a guerra e facilmente se perturba na paz, correndo o risco de se decompor, por ser sensível às influências deletérias do meio em que vive.

Recordadas estas noções, tratemos de um caso vivido, que nos parece poder ser proveitoso para os que se dedicam aos estudos históricos.

Houve uma fase da vida militar brasileira, logo no início da nossa carreira, que nos fez compreender e sentir a fundo, a importância e o significado da disciplina. Foi a época em que se tratou de acelerar o processo de modernização de nossas instituições militares, já iniciado, quanto ao Exército, pelo Grande Ministro Mallet e vivamente impulsionada, depois, sob a inspiração do Barão do Rio Branco, com a frequência de oficiais nossos ao Exército Alemão. Pensou-se, então, em contratar instrutores para o nosso Exército, escolhidos num dos que se consideravam naquela época modelares: o Francês e o Alemão. Uns tendiam para este, outros para aquele.

Era isto uma necessidade visível a olho nu. Já Estados como S. Paulo e Minas, tinham instrutores militares estrangeiros nas suas polícias, franceses e suíços, transformando-as em verdadeiras forças de guerra, pretendendo aparentemente, opô-las ao Exército Nacional, o que mostra quanta mediocridade cívica tinha a nossa política, dessa época.

Entretanto, adveio a guerra de 1914 e, com a vitória dos Aliados, em 1918, não havia mais que hesitar entre franceses e alemães. Vieram os franceses. Mas, dadas as antecedentes influências alemãs que inspiravam já o nosso movimento reformista, surgiram alguns atritos mentais no quadro dos nossos oficiais, precisamente entre os que mais se esforçavam pelos nossos progressos, e também al-

gumas complicações na vida prática do Exército.

Houve, porém, coisa pior.

As atividades dos instrutores franceses, se foram extremamente proveitosas do ponto de vista do **ensino profissional**, tiveram ajeitos reflexos gravíssimos do ponto de vista da **disciplina**. Não era deles a culpa, mas, dos que exerciam o alto comando e decidiram limitar o seu campo de influência na vida do Exército. Dois erros, em nosso modo de ver, então se cometeram. O primeiro, foi que a Missão Francesa, em vez de ser entrosada no mecanismo mesmo do Exército, foi colocada de modo a só exercer uma ação marginal. Outro, foi que sua ação de órgão instrutor se exerceu preferentemente sobre os postos mais baixos dos nossos quadros, e muito pouco sobre os que tinham responsabilidades de comando nas esferas mais elevadas do sistema de nossa organização.

Abalou-se, destarte, profundamente, a disciplina, pois o prestígio hierárquico, que assenta fundamentalmente no saber dos chefes, notadamente quanto à capacidade profissional, ficou terrivelmente prejudicado.

Acontece ainda que ocorreram nessa época graves **perturbações políticas**, bem caracterizadas pela célebre **questão das cartas falsas** atribuídas ao presidente de Minas, condata à Presidência da República e hoje deputado federal. A **incompreensão das classes armadas**, como refere Calogeras, por parte dos políticos de nosso país, lançou-as então em plena agitação e foi causa de quarteladas e rebeldias que vieram culminar nos acontecimentos de 1930, quando a **disciplina submergiu de todo**, com o surto do famoso **espírito revolucionário** e do **lealismo**, tornados os títulos mais valiosos para a ascensão na escala hierárquica e o exercício de certas funções.

Deram-se, então, diversos fenômenos perturbadores da nossa vida militar, conseqüentes dos critérios e métodos políticos predominantes, tais como os **despistamentos**, critério este bem ajustado à marcha da política administrativa do país, e o **confusionismo**, que se não deve confundir com

o **confucionismo**, que melhor fôra houvesse prevalecido. Mas, vamos sendo lá do campo de nossas intenções...

Interessa-nos aqui somente recordar fatos do começo-dê-se período de perturbações, em 1921, que nos dizem respeito, e que ocorreram quando eramos simples tenente de cavalaria.

Tínhamos os entusiasmos da juventude um pouco árdega dos cavalariianos. Apesar da pouca idade e do baixo posto, sentindo a falência dos que deviam saber nos comandar e dirigir, ingressamos ardorosamente no movimento reformista, empenhando-nos nele vivamente. Fomos, talvez, um pouco além das chinelas...

Seja como for, o fato é que dos inevitáveis choques de **ordem psicológica** que então se deram, e das tendências mentais que então formavam correntes diversas no Exército, fomos vítima. Sofremos enorme injustiça, caracterizada por punições sucessivas, que nos foram impostas, punições inteiramente descabidas, filhas da prepotência dos poderosos. Tudo fruto do falso conceito da disciplina que então reinava no Exército.

Para que o leitor possa bem apreciar o valor desses fatos, basta dizer-lhe o que segue. Foi-nos dado um castigo disciplinar, não prescrito no respectivo regulamento e nós, em cumprimento da **obrigação que isto impunha aos oficiais em tal situação**,

de recorrer para a autoridade superior, no caso o Ministro da Guerra, pedimos sua intervenção. Infligiu-nos, em consequência disto, novo e muito forte castigo, por havermos feito uma **queixa sem motivo que a justificasse?**

E' claro que essa prepotência da autoridade, só podia produzir em nós um efeito de revolta e jamais de submissão.

Não havendo, porém, nenhum remédio legal de que pudessemos lançar mão, para reagir contra a injustiça, pois das penas disciplinares não conhecia o mecanismo judiciário militar, resolvemos o problema moral por nossa própria conta. Fizemos publicamente uma doutrinação sobre a **teoria e a prática da disciplina** e denunciamos o caso ao Presidente da República, em documento confidencial.

São dessa oportunidade, os dois artigos que em seguida vamos reproduzir sem nenhuma alteração, exceto quanto à ortografia, publicados em 1921, em «O Jornal», quando este começou a figurar no jornalismo carioca e no qual fazíamos uma colaboração semanal.

Afigura-se que têm estes fatos e os ditos artigos, de algum modo, certo valor **histórico**, relativo ao recente passado de cerca de três décadas, para os que se empenham no estudo dos aspectos disciplinares do Exército de então.

II

DISCIPLINA E OPRESSÃO

"J'entendis l'un d'eux répondre à une femme, qui sans doute avait exprimé son inquiétude: "Vous en faites pas, c'est Pétain qui commande".

JEAN PIRREFFU

Quando do seio de uma tropa pode surgir a voz anônima de um soldado a dizer: **«c'est Pétain qui commande»**, a vitória do general está assegurada porque nessa tropa existe uma sólida disciplina, aquela que é imposta pela confiança absoluta no valor do chefe, aquela que emana da aceitação táctica da superioridade real.

O aspecto exterior de uma obediência assegurada a poder de castigos e de opressão não disciplina a nin-

guém, porque o homem pensa e sente mesmo a seu pesar.

A violência, o castigo, cuja razão o castigado e os outros repelem, agrava consideravelmente o mal porque se torna em opressão.

E a opressão desenvolve, quando muito, a astúcia, nunca forma o caráter bom e reto, nunca disciplina.

Não há disciplina contra a razão. A existência da disciplina impõe a

aceitação da regra, a convicção da necessidade de aceitar o estabelecido.

Para que uma tropa se possa acolmar de disciplina é indispensável que todos os raciocínios compreendam os deveres gerais, a norma de conduta que a todos cabe no exercício dos seus misteres particulares; que o sentimento esteja educado pelo respeito mútuo.

Ora, isso só se pode obter quando as ações correm no sentido da razão e se tornam compreendidas por todos, quer em sua oportunidade, quer em sua necessidade, quer em sua justiça.

Pode-se conseguir um silêncio exterior, podem-se conseguir gestos e atitudes maquinals, aparentando aos superficiais a superficialidade de uma disciplina à outrance.

Mas, nas crises em que a existência de uma disciplina, que não seja preciso vigiar, é indispensável ao sucesso, à tropa ou ao meio social sujeito, mas não educado, disciplinado, há de revelar-se tal qual é. Então, é a *débacle*, a anarquia do desalôgo, a loucura da liberdade e até das represálias.

Tanto maior haja sido a opressão da razão, dos caracteres ou dos sentimentos, tanto maior será a reconquista da liberdade e, decerto, com todos os perigos das eclosões súbitas.

Não há hoje no mundo quem tenha o direito de ignorar estas coisas. A história universal e mesmo os casos mínimos das próprias cidades, demonstram a exuberância que, a cada período despótico, sucede um extravasamento das necessidades liberais; a cada opressor sucede um libertador.

E a opressão torna-se tanto mais violenta, mais nociva, contraprodutiva, quanto mais fora ou contra a razão se estabelece.

Mais espalhada é a idéia de liberdade, mais sentido o sentimento da existência humana, mais científica é a organização da sociedade? Menos, em consequência, violentas devem ser as repressões.

A necessidade de repressão, que a coordenação social impõe, é aceita e admitida por todos como necessária, para que o equilíbrio se mantenha uma vez que há naturezas diferentes

em tudo. Não estão os homens todos no mesmo nível, portanto, os avisos que lhes devem ser dados das infrações que hajam feito nos deveres aceites da conduta, têm que ser capazes de os fazerem compreender a falta cometida.

O ideal é despertar o interesse de todos na ação geral; para isso, porém, é necessária, naqueles que governam de fato as sociedades, uma ausência completa de maus pensamentos, isto é, de pensamentos individuais, egoísticos.

Desde que homens se reúnem para cooperar seja em que for, surge uma disciplina espontaneamente, disciplina que traduz a coordenação, a cooperação de esforços. O organismo se abala, o equilíbrio se perturba, o sucesso fica comprometido desde que esta coordenação não seja tácitamente aceita.

A violência, isto é, o abuso, por qualquer um, das atitudes que lhe são próprias, nada adianta ao fim que se almeja.

Em regra, a opressão torna impossível todo acôrdo e prejudica mais a quem a exerce do que a quem a sofre, porque o violento não age de posse plena de seu equilíbrio cerebral; e a prova é que as violências se sucedem quase que infalivelmente, cada vez mais longe da razão, do que deve ser.

Para que oprimir?

Qual é o fim, o objetivo que se procura quando se exerce uma opressão?

Em geral a opressão demanda um acôrdo que não foi aceito por outro. Esse acôrdo jamais será aceito enquanto a opressão existir, porque o homem só pode espontaneamente agir quando o seu cérebro o comanda, e o cérebro é dominado pelas necessidades *préssantes* que o sentimento lhe impõe.

Um cérebro dominado pelo rancor, pelo desejo de vingança, pelo sentimento da represália, coisas que se sucedem inevitavelmente a toda violência, coisas que constituem a contraviolência inevitável, um cérebro assim comanda mal o seu domínio.

E' impossível amarrar todos os homens a um cêpo e aquele que se

quiser impôr pela força, terá de fazê-lo.

A disciplina é uma necessidade como os meios de assegurá-la também o são.

A disciplina, porém, que não for compreendida ou que contrariar a razão, a disciplina imposta pela força com desprezo da persuasão, a disciplina do «eu quero», do «magister dix», já não mais pode hoje produzir, hoje que cada cabeça é uma sentença.

Para incutir a disciplina, é preciso convencer da existência do erro. Aceita-se a palavra inapelável e indiscutível de quem manda, mas só quando

os mandos habituaram a ser obedecidos e não contrariam a razão.

O contrário, é um silêncio deprimente, mas indisciplina, porque nos recôncavos do pensamento, planos, ódios ou fraquezas se remoem.

A idade atual da humanidade, era de franca evolução do sentimento social, onde a conquista política é governada, dirigida, pela conquista científica: tudo que não for real não se poderá manter.

Querer opor-se às necessidades reais, não quer dizer aceitá-las ou agir contra elas é esforço baldado sempre.

E «*pur se muove*»...

And SO ON.

III

DISCIPLINA E INJUSTIÇA

"Ette disciplinē ne veut pas dire encore se faire, s'abstenir ou ne faire que ce que l'on croit pouvoir entreprendre sans se compromettre, l'art d'éviter les responsabilités mais bien agir dans le sens des ordres reçus, et pour cela trouver dans son esprit par la recherche, par la réflexion, la possibilité de réaliser ces ordres."

FOCH

Um dos aspectos da formação dos exércitos que mais evoluíram é, sem dúvida, o que realiza a existência da disciplina. E a fórmula que traduz a disciplina, evoluiu tal como se modificaram as necessidades, de acordo com os elementos em jogo e com as relações naturais existentes entre os mesmos elementos.

Ontem, a disciplina, ferrada na cega obediência, era lei natural e devia existir, por interesse do sucesso, de acordo com os elementos formadores de então. Era o mercenariado, eram os recursos restritos em número e em qualidade mesmo, e era ainda a fraquíssima cultura em voga. E era preciso que fôsse assim, porque o estado da civilização impunha quase a necessidade do despotismo.

Ontem, como hoje, o grande cimento da coesão militar que afirmava a vitória, era o «laço moral» que religa uns aos outros os espaldos do mando.

Mas, hoje, já não basta obedecer, porque é necessária a obediência ativa, isto é, inteligente, raciocinada.

Só pode haver, portanto, disciplina nos exércitos, se este raciocínio não

conduzir inelutavelmente à nulidade do chefe.

Ontem, eram os exércitos propriedade dos chefes, por assim dizer; mas hoje, desde a revolução de 89, eles são a própria nação em armas.

Acima dos caprichos arbitrários dos mandantes, foram postos os destinos das nacionalidades, cujos objetivos, cada vez mais republicanos, ressaltam nítidos do espírito das leis. Já não há soldados de reis e sim cidadãos organizados em exércitos.

Ser disciplinado é, portanto, compreender bem e nitidamente, em primeiro lugar, os seus deveres para com a nação; depois, os que daí possam decorrer.

Numa República é indispensável que, quanto mais alta seja a fileira hierárquica, mais nítido e puro resalte o espírito republicano dos cidadãos que a ocupam. É falso, é fora da lei o encapado, o que não tem esse espírito ou procura timidamente encobri-lo.

Se os chefes estão na altura de chefiar, se podem ser, por sua moral, por sua cultura, por seu caráter, os

beças da força nacional, isto é, se estão compenetrados de seus deveres, comprovados por abnegações e não por ambições, tem que ser completa, perfeita, total a disciplina de um exército.

Não mais é possível haver sucesso nas ações guerreiras sem a idéia de concurso, mas da cooperação das inteligências e das vontades, espontaneamente e sempre sob os auspícios de emoções benévolas do coração.

Para imprimir, porém, um tal feitio à tropa que se comanda é, antes de tudo, necessário infundir respeito que emane todo da superioridade de atos. O chefe que põe, em qualquer ação, paixão pessoal vulgar, e que, em nome de um princípio falsificado visivelmente desce à injustiça, é um falido...

Ontem, a subserviência, a obediência forçada, a humilhação, a bajulação mesmo, podiam ser aproveitadas entre os materiais da guerra, porque o indivíduo desaparecia na formação, no ordenamento das batalhas.

Mas, à proporção que a indústria, evoluindo, faz crescer o homem em dignidade, não mais se coaduna a guerra com esses aspectos que aproximam o homem dos animais.

Cada vez mais a civilização impõe às sociedades a existência humana, e, desde a declaração dos direitos do homem, começaram a ser incompatíveis os despotismos. A opressão, portanto, qualquer que seja a forma de que se revista, é funesta para a sociedade, porque conduz à revolta e porque quebra a disciplina verdadeira.

Pode muito bem ser que um exército alemanizado, onde impere o tabele, a violência, a brutalidade, a subserviência, apresente um exterior tristemente silencioso. Mas, nesse exército, os homens brutalizados não são disciplinados, senão escravizados.

Aí, onde o chefe nasceu da perfídia ou do caráter ignominioso do bajulador, não está cimentada a vitória pela força moral, porque não existe força moral onde reside a covardia moral.

A disciplina, nos exércitos modernos, impõe desde logo uma condição: a superioridade real de quem comanda, superioridade de inteligência, su-

perioridade de caráter. E essa superioridade tem que emanar dos próprios atos, porque só destrutará eficácia real quando for reconhecida pelos que devem obedecer.

Não há recurso a compressões legais ou extra-legais que forcem à disciplina real. Sua única razão de existência, seu único valor reside em fazer-se sentir, em fazer-se espontaneamente reconhecer.

Hoje, quando os resultados da ciência não constituem já monopólio de nenhuma casta, é preciso levar sempre em conta, nas ações, a capacidade alheia de criticar e que a crítica surge espontaneamente, porque *«rien n'échappe aux subalternes, par la raison que tout défaut, toute erreur du chef retombe sur eux, en effets sensibles.»* (Gavel).

Os homens da hierarquia militar são ridículos, quando só têm de superioridade sobre os outros a fatalidade de suas posições. *«Les galons sont comme les reliques: quand on les porte, il faut se garder de certaines illusions vaniteuses.»*

E aqueles que abusam desses galões para extravasar bilis recônditas, revelam-se tão medíocres d'alma, que fariam dó se não fossem perniciosos à coletividade.

E' lastimável o exército que nem sempre encontra em seus chefes sintomas gratos a esse respeito.

Alguns há, entre nós, — felizmente temos belas exceções — cuja inferioridade pessoal é escandalosamente ainda tão grande que de tudo se esquecem (nobreza d'alma, pudor das posições, etc.) para, aproveitando um momento, mesmo inoportuno, se revelarem assim fracos a seus próprios comandados.

E tal é a cegueira que lhes causa, às vezes, o ódio que trazem n'alma, que a inteligência se lhes turva e descem até a baixezas inconfessáveis. Assim, sua força diminui cada vez mais.

Que confiança pode merecer um chefe que tudo sacrifica a seus ódios pessoais, mesmo quando tenha de ser juiz numa causa apelada por quem conheça ser alvo de suas indisposições?

Esse homem infeliz deve muito sofrer, porque o ódio dos medíocres lhe corrói a alma. E quando este ódio, estravasando, com sacrifício da própria compostura e em benefício do brocardo que manda, para conhecer o vilão, pôr-lhe nas mãos o bastão, dá para fazê-lo agir visivelmente descoberto, então, má fortuna é sua vida.

Não será nunca disciplinado o exército que possua chefes tais, porque a existência da disciplina exige a justiça, a confiança nas leis, o que a eles é inacessível.

Exigir disciplina, respeito aos superiores, quando de fato não existem superioridades e quando a indisciplina jorra do desprezo da lei e da razão, faria rir, se não revoltasse; revolta que se opera pela opressão, e latente permanecerá até.

Felizmente, resta-nos a esperança

de que breve o tempo operará a eliminação desses elementos, ajudado pelas novas influências.

Então, não mais será comum no Exército a injustiça que gera a indisciplina, e veremos raiar nova aurora.

Mas novas esperanças não de surgir, sendo indispensável, porém, para que se realizem depressa, instruir os chefes, educar os chefes.

Agora, que a manobra de quadros acabou de vencer realmente muitas resistências e cujos resultados acentuam positivamente um novo marco em nosso progredir, é lisonjeiro criar novas esperanças.

Essas, porém, só se tornarão em realidades efetivas se houver sinceridade nas palavras dos discursos, mais sinceridade que mesmo correção gramatical.

And SO ON

Note o leitor que o pseudônimo destes artigos não encobria a pessoa do autor. Ele informara pessoalmente o chefe mais interessado a tal respeito.

IV

EPILOGO

O epílogo da questão de que se trata, deu-se em 1940, se não nos falta a memória, de uma forma estranha. Eramos já, então, Coronel e havíamos exercido funções de comando, instrutor de Escolas, inclusive a de Estado-Maior, das quais algumas consideradas de relevo nos regulamentos por que elas se regiam; e outras não destituídas de importância, em cujo desempenho supomos não ter sido mal sucedidos. Nenhum mais castigo disciplinar nos fora imposto, exceto um sumamente elogioso...

Quando major, ingressáramos na Ordem do Mérito Militar, na oportunidade mesma de sua criação.

Não possuíamos, porém, nenhuma das medalhas de bronze, prata ou ouro, chamadas de **bons serviços**, com que se premiam os que servem durante decênios sucessivos, sem haver sido punidos disciplinar ou criminalmente. O chefe sob cujas ordens então servíamos como Coronel, deu-nos

a entender que o fato de nunca havermos providenciado, como era a fórmula regulamentar, para que nos fosse concedido esse prêmio de bons serviços, continha algo de menos correto. Sentimos, então, o dever de atendê-lo e, a contra gosto, confessamos, demos os passos necessários para a sua obtenção. Tudo ia depender da decisão do **Supremo Tribunal Militar**.

Este, apesar da ilegalidade e injustiça flagrante das punições que sofríamos, como tenente, e apesar de tudo quanto ocorreu depois em nossa carreira militar, cujos assentamentos, mesmo como tenente, não registravam só procedimentos de mera rotina, resolveu **considerar unanimemente que não fazíamos jus à medalha dos bons serviços**. Confessamos que esta decisão melhor satisfazia ao nosso gosto, que receber mais uma condecoração, o que constitui talvez uma deficiência nossa. Todavia é curioso notar-se

ao tomá-la o Supremo Tribunal, era condição necessária para passar na Ordem do Mérito, a que pertencíamos, ter o militar leito à referida medalha de bons serviços.

Entanto, a decisão do Tribunal não estava bem ajustada à letra das instruções que regem o assunto, e isto que constitui exatamente o fato mais estranhável destas ocorrências, o nosso modo de compreender, certamente errôneo. Com efeito, o órgão supremo de nossa justiça militar, de harmonia com as referidas instruções, não julga o direito que assiste ao oficial, ou praça, de receber ou não o prêmio dos seus bons serviços, mas somente funções tipicamente burocráticas, que aceitou e exerce, e que nada possuem de jurídicas e que por isto incompatíveis com a finalidade de sua existência legal, fundamentada em prescrições da própria Constituição da República, desde que funções por demais insignificantes, para um órgão de tão grande nacionalidade.

importância, no mecanismo disciplinar das forças armadas federais.

Tais fatos, e outros que não foram demasiadamente longo mencionar, parecem mostrar que o nosso sistema disciplinar, compreendido em toda a plenitude de sua transcendente significação, carecia, ainda em 1940, de profunda remodelação, cuja necessidade, dado o pouco tempo decorrido, talvez ainda se faça sentir.

Em se tratando de assunto de tal magnitude, parece-nos ser mister não olvidar jamais que é pelo valor da sua disciplina, que se mede a força ou a fraqueza de um exército. De fato, dela depende a capacidade que tem de utilizar os recursos nacionais em caso de guerra, tanto quanto a eficácia da respectiva preparação para enfrentar tal eventualidade.

Nenhuma falha deve nela existir por onde se possam infiltrar elementos de ruína moral das forças armadas, porque daí pode resultar até a falência



ALBINO CASTRO - Comércio e Indústria S. A.

CASA FUNDADA EM 1882

Alfaiataria militar, confecções, couros, bandeiras, fornecimentos e artigos militares

IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO — TECIDOS EM GERAL

RUA TEÓFILO OTONI, 36 e 40

End. Telefônico «ALBINOSA»

TELS. { Repartições 43-6408

CÓDIGOS: RIBEIRO

{ Escritório 43-9308

MASCOTE

{ Alfaiataria 23-2709

Caixa Postal, 224

RIO DE JANEIRO

Conceito de Fronteira

Major CESAR NEVES

Ex-Instrutor da E.A.C.; do C.I.T.

R/4.ª R.M. e da E.I.E.

Firmado entre os aglomerados humanos, desde a mais remota Antiguidade, como um símbolo de posse de um determinado território por uma tribu, clan ou povo, ainda se encontra em evolução, não tendo sido estabelecido, até o presente momento o seu conceito definitivo.

Tendo por objetivo atender a fins políticos, econômicos, sociais, sofre através dos tempos as influências das idéias dos diversos estágios por que tem passado a civilização humana.

Situada em todo o orbe está sujeita a aplicações mais diversas, em seus aspectos: físico, político, econômico, racial, linguístico, etc.

Marco de conquistas, representa em terras distantes das metrópoles a expansão dos Impérios, demarcando as lindes coloniais.

Tantas e tão distintas são as significações das fronteiras que melhor será considerá-las como a expressão da atividade política, social e econômica ou melhor da vida de um povo ou nacionalidade. Antagônicas em sua maneira de interpretar as questões geográficas, porque as animam interesses opostos, militam no campo da Geografia Política duas Escolas:

— a alemã ou dos deterministas, fundada por Ratzel e a francesa também conhecida como dos possibilistas, cujo criador foi Vallaux.

Mas não só se agita essa milenar questão no domínio da geografia; também suscita polémicas nas áreas do Direito Internacional e da diplomacia.

O estabelecimento das lindes entre dois Estados implica em reconheci-

mento recíproco dos direitos de cada soberania limitrofe, até a linha convencionalizada e aceita de comum acôrdo por meio de Tratados de limites, os quais são submetidos à sanção dos poderes governamentais de cada uma das Nações contratantes para a sua devida execução.

Questões das mais difíceis repousam no traçado de tais linhas, mormente quando entre os países vizinhos habita o ódio nas partes fronteiras consequente das desentendimentos havidos entre esses grupos marginais.

Conforme a sua situação no tempo ou no espaço as fronteiras apresentam aspectos diversos:

Na Antiguidade e mesmo ainda na época contemporânea, entre certas nações de cultura pouco desenvolvida as fronteiras são vagas e imprecisas, com vastas orlas desertas ou pouco exploradas; esses Estados desconhecem os seus verdadeiros limites.

A fronteira nestes casos é uma larga faixa de terra — uma fronteira zona.

A fronteira zona é, portanto, um espaço impreciso, incerto.

Quando porém um dos Estados apresenta uma hierarquia política e militar, defrontando-se com sociedades atrasadas, mal organizadas e semi-nômades, diz Vallaux — que com tais sociedades não sendo possível estabelecer relações sólidas de guerra ou de paz: as fronteiras permanecem num estado de insegurança que não é nem guerra, nem paz.

Resulta então a fronteira faixa que geralmente é constituída por fortificações.

Tais foram as fronteiras do Império Romano e de Carlos Magno e a famosa Grande Muralla da China.

Com o advento da Idade Média e o poder dos senhores feudais, barões que se acastelavam ou construíam fortalezas em pontos-chaves, aproveitando os obstáculos naturais, tais como rios, pântanos, constituindo núcleos de resistência em posições estratégicas para reforçar o valor da defesa — retrata bem uma época com a sua faixa de defesa especial contra os bárbaros — com a sua marca medieval.

Na Renascença, ante um desenvolvimento considerável da população européia e novas concepções de ordem política e social não mais foi possível a existência dos espaços despovoados para a segurança fronteiriça — urgia um melhor aproveitamento das terras.

Era a expansão natural dos povos em busca dos meios de subsistência, era a luta pela vida e houve um caminhar incessante em direção a essas ermas paragens onde se levantaram povoados, aldeias, dando nova expressão política e social aos Estados de então.

Estreitados em seus domínios, com a perda de suas prerrogativas feudais, pelo fortalecimento do poder central, caíram as torres e as ameias das fortalezas, desamparadas do seu valor político e militar, quedando-se como lendárias manifestações de um passado sombrio de sofrimento, das classes desafortunadas às mãos dos tiranetes medievais.

Melhor caldeadas as raças depois de uma estabilidade ao fim das migrações na Renascença, apresentam as coletividades humanas traços característicos próprios tais como costumes, idioma e idéias afins.

A política das casas reinantes, consolidando o poder real por meio de consórcios e alianças, reunia sob uma mesma coroa terras e povos esparsos, estabelecendo uma real soberania com delimitações bem definidas com

as demais monarquias — dando nascimento à fronteira linear e contínua — característica da Idade Contemporânea.

Com a queda do poder real tomaram essas lindes o significado de fronteiras nacionais, que atestam o exercício da soberania de um povo sobre determinada porção da terra.

A materialização no terreno das linhas determinadas nos Tratados de Limites nem sempre é satisfatória por meio dos acidentes naturais: maior parte das vezes devido a carência dos mesmos, imprecisão para marcar rações geográficas, ou desconhecimento da região a ser delimitada.

Dal a criação de outros tipos de fronteiras que derimam as questões e solucionem os impasses entre os Estados acordes.

O tipo comum de fronteiras esculpidas desde os mais remotos tempos tem sido o de fronteiras naturais constituídas por obstáculos, acidentes geográficos, que impeçam a comunicação entre as coletividades humanas.

Como elemento disjuntor de malvaia eram considerados os mares, montanhas, desertos, rios, lagos, os pântanos intransponíveis e as matas densas de penetração difícil.

Hoje não mais são consideradas obstáculos intransponíveis, uma vez que é possível passar sobre qualquer um desses acidentes geográficos.

Outro tipo de fronteira é a fronteira artificial — baseada em linhas imaginárias traçadas sobre mapas, curvas e balizadas no terreno, pranchados-se padrões e marcos internacionais, cercas, que assinalam a correspondência com as longitudes e latitudes das linhas geográficas estipuladas nos Tratados ou Convenções de Limites.

Jacques Ancel, com uma lógica admirável, positiva em breve e incisiva asserção que: «não há problemas de fronteiras. Elas não são sendo problemas de Nações.»

A Tomada de Monte Castello

(Conferência pronunciada no dia 21. II. 1949, no Circulo Militar de S. Maria, pelo Cap. Newton C. de Andrade Mello).

PROLEGOMENOS

Certo que terá ocorrido aos distinguissimos ouvintes a pergunta que a mim mesmo me dirigi: por que se terá lembrado de meu nome a Associação dos Ex-Combatentes, para cometer-me tão superior encargo, qual seja o de exprimir o significado da data de hoje? Não lhe terá passado despercebida a pouquidão de meus méritos, nem se lhe avultou credencial outra que a condição de velho companheiro das jornadas dos Apeninos, embora não tiliado, por motivos ocasionais, ao grêmio representativo local. Aceitando a honrosa delegação, não descurei do conselho de Apelles ao artesão humilde, nem me furttei à análise introspectiva recomendada pela divisa de Sócrates, colhida ao frontespício do templo de Delos; antes moveu-me a insistência do convite, que as fascinações da vaidade. Relevai-me, pois, a singeleza da expressão, o acanhamento das imagens, o desalinhavo das idéias.

CULTO DOS HERÓIS

Remonta às mais longínquas e atrasadas civilizações o culto das individualidades superiores. Criando, na fase teológica de sua cultura incipiente, as figuras deíficas que lhe deviam presidir os destinos, o homem teceu-lhes em torno as mais belas e imaginosas lendas, emprestando-lhes excelsos atributos físicos, intelectuais e morais, com que sobrepajassem ou dirigissem as próprias forças da natureza, usufruissem o privilégio da onisciência e ubiquidade, e se man-

tivessem à margem das debilidades humanas. Moldou-os, pois, a sua imagem e semelhança, divinizando-os, porém, isto é, sublimando qualidades que em si mesmo gostaria de ver estereotipadas, assim refletindo sua ânsia incontida de aperfeiçoamento. Num estágio superior de cultura, entrelaçou destinos divinos e humanos, criando e glorificando os heróis — entidades igualmente revestidas dos traços mitológicos, como produtos heterólogos de deuses e simples mortais, e capazes de remover montanhas, sobrelevar os mais temíveis monstros, distribuir equanimemente a justiça e amparar os fracos. E vemo-los merecer templos e sacrifícios, homenagens e incensos, quais legítimos deuses. A natural tendência para o monoteísmo, de um lado, e as novas concepções científicas, de outro, se suprimiram aos povos a ingenuidade mitológica, não lhes derogaram o ideal de aperfeiçoamento. E as entidades lendárias cederam lugar, no culto religioso, cívico ou privado, aos santos, aos sábios, aos gênios e aos heróis humanos. O homem, eterno insatisfeito, ora se abeira do caudal inesgotável e preñhe de ensinamentos dos livros, à busca de inspiração e exemplo; ora se prostra diante das imagens de seus deuses e de seus santos, a implorar-lhes que o melhorem cada vez mais; ora se emociona em face da obra do cinzel do gênio, que de tal sorte perpetuou outro gênio, um herói ou um mártir; ora se exalta na contemplação da tela em que mãos privilegiadas tiveram o condão de imortalizar as empresas de outrem. E recorre a Homero, para co-

nhecer dos feitos incomparáveis de Ulisses e de Aquiles; a Virgílio, para admirar a energia e a tenacidade de Enéias; a Tasso, para modelar-se na fé redentora dos cruzados libertadores do Santo Sepulcro; a Camões, para orgulhar-se do valor incontestado do povo que levou no bojo de suas caravelas o livro e a cruz a tribos ignotas e hostis; a Miguel Ângelo, para melhor sentir, na linguagem a um tempo fria e penetrante do mármore, a autoridade espiritual de Moisés, ou a expressão afilíssima da Virgem Maria, a contemplar irremediavelmente o Filho morto; a Rafael, para transportar-se, no êxtase religioso, ao próprio cenário do drama do Gólgota, face ao realismo da «Transfiguração». Embora tenha, não raro, pejo de confessá-lo, quanto mais conhece a Sancho Pança, mais admira a Don Quixote, exaltando-lhe o cavalheirismo generoso e o olvido de si mesmo. Estima a Bayard, o cavaleiro «sans peur et sans reproche», como se tivera compartilhado de seu arrôjo nas pelejas e de seu zelo intransigente pela honra de fidalgo.

Tal é, outrossim, a finalidade com que nos congregamos neste cenáculo: reverenciar a memória de heróis. Celebrando uma efeméride patriótica, um feito das armas decoroso, porque travado a proí das liberdades humanas e da civilização. A tomada de Monte Castello reveste significado muito singular no quadro das operações da Força Expedicionária Brasileira, cuja no panorama geral de nossa própria História Militar. Se não reflete o insuperável teor nacionalista das batalhas dos Guararapes, nem resumbra os épicos lampejos de Tuiuti, Itororó, Avaí e Lomas Valentinas, nem faz jus à palma sangrenta do combate de Montese, assume feições particularíssimas, quais sejam, entre outras, a de ser o reconto em que mais demoradamente se baldaram investimentos brasileiros (evidentemente o quadrilátero de Humaitá, por suas condições especiais, foge ao presente paralelo), e a de assinalar o início da derrocada nazista na Itália. Topográfica e militarmente, Monte Castello é a iteração de Cassino. Os ataques frontais se esboroaram neste,

tanto quanto naquele; a manobra julgou irrefragavelmente a ambos.

Cabe justificar. Antes, porém, gize-mos a moldura digna de enfiar o quadro valioso da operação de Monte Castello. Analisemos, sob o prisma da oportunidade em que foi feito, o conteúdo significativo da declaração de guerra do Brasil às potências do Eixo.

SIGNIFICADO DE NOSSA DECLARAÇÃO DE GUERRA

Adolf Hitler, que no domínio prático nem sequer sugere a figura talentosa de estadista do prussiano Bismarck, nada criou no terreno da filosofia pangermanista. Reivindicando espaços e mercados, desfraldando o estandarte da supremacia racial e empolgando a juventude alemã em torno de místicas nacionalistas, não faz senão revivescer antigos princípios hegemônicos, cujas origens vamos encontrar ora em Hegel, «o metafísico da guerra e do imperialismo» e moderno pregador do Estado hipertrófico em detrimento do livre arbítrio individual; ora em Johann Gottlieb Fichte, autor dos incandescentes «Discursos à Nação Alemã» e forjador do mito nacionalista e racial. Talvez se deva incriminar ao próprio Schiller de, num poema datado de 1801, haver esboçado o motivo fundametal da «predestinação alemã» (1), da mesma sorte que se pode taxar a Richard Wagner de ser um imenso propagandista musical do pangermanismo. Em tudo recolhendo cabedais para suas iminentes inclinações nacionalistas, o povo germânico de turpou, a seu serviço, a estranha concepção de Nietzsche, ditada pelo profeta Zaratustra, tanto quanto o fardo com relação às predições de Oswald Spengler, na «Decadência do Ocidente».

No dealbar deste século, complicadas especulações metafísicas, ou conclusões mal delineadas, ou decalques poéticos deram lugar a postulados concretos e objetivos, com chamada ciência **Geopolítica**, prenunciada pelo alemão Frederico Ratzke

(1) Apud Jean-Edouard Spéil — «O Pangermanismo Alemão».

malizada pelo inglês Mackinder e nacionalizada por outro alemão, Karl Haushofer. Toda essa filosofia materialista adubava admiravelmente a egolomania prussiana, cujo arauto imário, von Clausewitz, estatuiu em seus escritos (que viriam a ser livros de cabeceira das elites militares da Rússia): «A guerra é mera continuação política, executada por outros meios».

Como se não bastasse tão convincente resenha histórica (sem computarmos o argumento transcendente do conflito de 1914), os termos cretinamente explícitos do «Mein Kampf» deriam ter constituído razão bastante para que se não aceitasse a anexação da Áustria, em março de 1938, Neville Chamberlain não partilhasse do banquete traiçoeiro de Munich, ao qual se planeou o desmembramento da Tchecoslováquia, efetivado no mesmo mês de 1939. Tais atitudes eram confirmação das promessas contidas no livro do **Fuehrer ao povo eleito**, livro cujo capítulo XIV parece ter sido ditado pelo aludido Gen. Haushofer (2), digno seguidor de quem inculcava as «leis dos espaços crescentes». Lê-se em tal capítulo:

«Em contraposição, nós os nacionais-socialistas devemos nos manter firmes nos nossos propósitos quanto à política externa, isto é, os de assegurar ao povo alemão o solo que lhe compete no mundo. E essa ação é a única que justifica, perante Deus e a posteridade alemã, um tributo de sangue.»

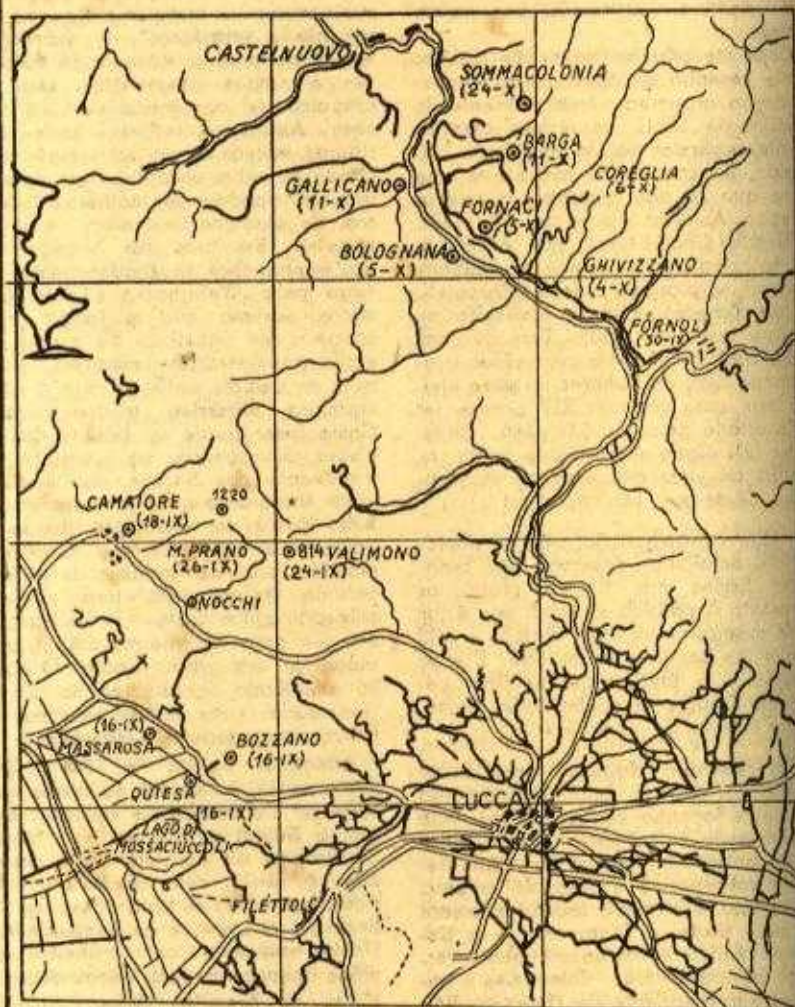
Em setembro daquele ano, Hitler lançou os marcos definitivos de sua arrojada façanha conquistadora, cuja repercussão a paranóia que o inflava antevia milenária, que tanto deveria sobrepor-se o primado ariano. A Polónia é atacada impiedosamente e, mais tarde, a Dinamarca e a Noruega rendem-se ao envolvimento vertical da arma aérea. Sucede-se o colapso surpreendente da Holanda, Bélgica e França. As águias nazistas, de par com os condores fascistas, vão distendendo cada vez mais o voo magnífico, em conquistas espetaculares. Malgrado a batalha da Grã-Bretanha, volve-se a poderosa máqui-

na bélica de encontro ao ignorado colosso moscovita. Quase toda a Europa se submete à violência da pressão alemã. Já von Rommel, «a raposa do deserto», espalhava suas hostes blindadas pelos areais africanos, sob o sonho acalentador de unir Berlim a Bagdad, um continente ao outro, sem interregno de espécie alguma. Os submarinos — arma suprema do Almirantado germânico — varrem os mares do mundo, afundando belonaves e navios desarmados, sem escrúpulos de nacionalidades ou missões. Aqui, nas próprias lindes marítimas, nossas águas se haviam manchado do rubro inconfundível do sangue; do sangue de mulheres indefesas, de crianças inocentes, de velhos imbeles. Em face dos novos métodos e engenhos inusitados postos em voga pela Wehrmacht e pela Luftwaffe, parecia que mudança grave ocorreria nos princípios da guerra, até então considerados imutáveis. Poderiam os demais povos resistir à avassaladora **blitzkrieg** tri-dimensional? Como fazer frente ao ímpeto das divisões coraçoadas, ao mergulho estrondoso dos Stukas, aos bombardeios incessantes dos Messerschmitts? Sim. Havia um meio. Um tímido gigante, que até então se mantivera retraído, sob os influxos de errônea política isolacionista, lóra vilmente golpeado pelas costas. Pearl Harbour era um grito de guerra; um grito de vingança; um grito de ódio. O colosso americano aprestou-se no afã de transmutar suas usinas pacíficas em desconhecidas forjas de Vulcano.

Atingimos agosto de 1942. Onde ecoa, então, o estridor do tacão nazifascista? Do continente europeu, apenas a Suíça, a Turquia e a Suécia livraram-se da opressão, sem contarmos, é óbvio, com os Estados ibéricos; contendia-se pela posse de Stalingrado, a Leste, e de Leningrado, a Oeste, enquanto os artilheiros alemães apontavam suas peças sobre as torres do Kremlin. Atingia o auge a batalha de El-Alamein, cuja decisão poderia rasgar às coortes prussianas o caminho do Egito e do Mar

(2) "Geopolítica do Brasil", do Brig. I. A. Rodrigues.

Primeiras Vitorias da F.E.B.



Vermelho. Estadeava-se, pois, como nunca, a arrogância totalitária.

Em tal emergência — quando o mundo inteiro temia por seu futuro, impensado pelos tanques prussianos, de um lado, pelas baionetas italianas, de outro, e pelo fanatismo suicida dos nipônicos — é que o Brasil aceitou a luva que desdenhosamente os campeões de Marte lhe atiraram no campo da honra. A juventude pátria não julgou bastante chorar os irmãos vitimados em nossas águas costeiras, visto que mais de quinze navios tinham sido torpedeados pelos corsários exististas; instou por vingá-los de armas na mão, por devolver honrosamente os agravos lançados contra o pavilhão auri-verde.

Em 1943 deu-se início à organização da força brasileira que iria levar seu esforço real à consecução da vitória, ombro a ombro com os combatentes das potências aliadas.

Tem-se acreditado que a participação do Brasil no teatro de operações de além-mar haja obedecido mais a injunções de feitiço puramente político, antes que estritamente bélico. Lamentável engano. A 1.ª D. I. E. foi o elemento precursor do Corpo de Exército Expedicionário que se organizaria no sentido de exprimir a real ajuda militar do Brasil à causa aliada. E não exageramos se afirmarmos que, nas circunstâncias em que se encontrava o V Exército americano na Itália, mal saído da dispendiosa batalha de Roma e detido na arremetida para o Norte, a chegada de nossa Divisão ao teatro de operações constituiu verdadeira transusão de sangue.

Não será demais aludir à referênci-a que se tem feito ao teatro de operações italiano. Secundário, dizem. Com efeito. Quer no terreno tático, quer no estratégico, subsiste sempre o conceito de frente ou esforço principal, frente ou esforço secundário. Mas não se altera, em face disto, o parâmetro com que se medem as dores dos feridos, se alinham as cruzes dos mortos, se repartem as ataduras para membros decepados.

São palavras do Gen. George Marshall, então chefe do Estado Maior

americano, com relação àquele teatro:

«A campanha foi lenta e amarga. As tropas aliadas não gozaram da agradável superioridade como na Europa ocidental, onde as condições geográficas aconselharam o esforço principal. No entanto, a campanha italiana contribuiu fortemente para o sucesso na frente ocidental, retendo forças germânicas de que Hitler tanto necessitava para reforçar seus exércitos entravecidos, tanto no Oriente, como no Ocidente. As tropas que participaram da campanha italiana devem sentir grande satisfação na derrota do eixo adverso, tanto quanto as grandes forças que atacaram o coração da Alemanha por Oeste e tomaram contato com os Exércitos Vermelhos.»

(Citado pelo Cap. G. Menezes Côrtes).

Testemunho de qual deva ser nosso orgulho por havermos colaborado de armas na mão para a vitória aliada, é a seguinte declaração do Gen. Willis Crittenberg, Cmt. do IV Corpo, sob cujas ordens serviram os combatentes brasileiros:

«Os feitos da Força Expedicionária Brasileira durante a campanha do IV Corpo, terão lugar proeminente quando for escrita a história da segunda guerra mundial.»

ATAQUES MALGRADOS

Mas, para concluir, retornemos ao assunto primacial desta conferência, o ataque a Monte Castello. Cerca de quatro meses eram volvidos, desde que o escalão precursor da F. E. B. aportara às terras da Europa. Após a fase imprescindível de rigoroso treinamento, sob direção dos chefes americanos, entrara em linha aos 15 de setembro de 1944, ao norte de Pisa. Tiveram início, então, as avançadas espetaculares no rumo setentrional, coarctando irrevogavelmente o inimigo e penetrando audaciosamente a famosa e decantada «Linha Gótica». Era como se o próprio Deus

dos exércitos vanguardeasse as forças brasileiras, cobrindo de pânico os guerreiros nazistas. Quiesa, Bozzano, Massarasa, Camaione, Monte Prano, Monte Valimono, Fornaci, Bologna, na, Gallicano, Barga — foram laureis ovantes com que em breves semanas se galardoara o pavilhão do Brasil, quais outrora as arremetidas fulgurantes da Dezembroada, nas planícies paraguaias. Credenciada, destarte, a tropa da F. E. B. para operações de maior envergadura, o alto comando americano houve por bem atribuir-lhe uma frente extremamente árdua e de capital importância, qual fosse a de Bolonha, objetivo primordial das forças aliadas, inglesas inclusive. E assim se processou ampla rodada do conjunto brasileiro, do vale do Serchio para o do Reno. Já então se empenhavam na luta os elementos restantes da Divisão Expedicionária, chegados à península sob o nome de Segundo Escalão de embarque.

Era decisão do comandante do V Exército americano, Gen. Mark Clark, retomar a ofensiva na direção de Bolonha, em dezembro, antes dos rigores hibernais. Para isto, seria mister a execução de medidas preliminares, a fim de não só permitir melhor ajustagem das tropas ao terreno, mas também desafogar a movimentadíssima estrada 84, uma das duas grandes penetrantes do rumo Sul-Norte. Instalado em magnífico anfiteatro — tal a figura com que se pode comparar a privilegiada situação em que se dispunham os alemães em relação às forças do V Exército — o inimigo sobrerondava a seu talante aquela rodovia, não perdendo um só dos movimentos de tropas e veículos. Urgia, pois, como decisão de primeira instância, solver tão magnífica equação.

Assim é que foi determinado o ataque preliminar de importante degrau desse anfiteatro, constituído pelos Montes Belvedere e Castello, elevado este de 977 metros e aquele de 1.140. Coube à 45 Task Force americana realizar e dirigir a empreitada, com a valiosa colaboração de um batalhão brasileiro (o III/6º R. I.) e outros elementos menores, de Engenharia e Cavalaria.

Eis-nos às vésperas do ataque, 23 de novembro. Os participantes nacionais, que se encontravam em outras posições, tiveram que se deslocar para a nova região, em lastimáveis condições de conforto físico, longe de serem admissíveis em semelhante contingência. Não exageramos demasiado se compararmos as condições topográficas de Monte Castello e seus arredores com as de desequilíbrio verificadas entre as vertentes finais do planalto gaúcho, que observamos aqui da cidade, e as cochilhas em que esta própria se assenta, e preliudiam a «depressão central». Bem podeis inferir a expressão militar e moral de semelhante conjunto orográfico, mormente para o elemento atacante. Sem embargo, de entusiasmo não careceu o combatente brasileiro. As 6 horas da manhã, partiu-se ao ataque. Vigilante, quicquid alertado por qualquer meio, o inimigo celeremente desencadeou com extraordinária precisão maleáveis e co-ordenadíssimas barragens de fogo sobre os assaltantes. E, se a extrema directta do Batalhão, melhor aqinhoadá na partilha do terreno, lograva alguma vantagem, a Companhia que atacava as encostas meridionais da elevação não rompeu as sucessivas cortinas de aço e fogo que os artilheiros e metralhadores alemães lhe opuseram denodadamente.

Escoaram-se as horas. Ao cair da tarde, escassas centenas de metros tinham sido vencidas, continuando virgens de botas estranhas as encostas de Monte Castello. Falhara a primeira tentativa. Por outro lado, o Batalhão americano que recebera a missão de investir o flanco direito da elevação, também não colhera melhores frutos. A única palma valiosa, embora não decisiva, fora a posse do Monte Belvedere, onde elementos americanos conseguiram instalar-se.

Nesse estado de espírito é que as forças brasileiras viram abater-se sobre si a mortalha escura e deprimente da noite. Aconchegadas as mochilas, irritantes do frio já apreciável do outono, amargavam a primeira derrota de vulto. Eis que chega ao P. C. do Batalhão brasileiro, à uma hora da madrugada, estranha

mensagem do general americano: outra ordem de ataque, a efetuar-se às 8 da manhã! E começaram os deslocamentos para as linhas de partida, os entendimentos entre a Infantaria e a Artilharia, os detalhes de execução do novo arremesso, que prometia ser mais árduo, dada a majoração da frente de ataque.

A hora aprazada, lançaram-se os brasileiros pela segunda vez contra o inimigo. Idênticas peripécias decorreram, a mesma renitente defesa, iguais barragens de fogo, baixas aumentadas, sofrimentos renovados, mortes acrescidas, esperanças desfolhadas, enquanto lá em cima da elevação o inimigo se mantinha sobranceiro, certo de sua inexpugnabilidade.

Dois investimentos malogrados, com perdas sensíveis, deram azo a que se passasse a estimar o Monte Castello como objetivo relevante, cujo apresamento, se militarmente necessário, tornava-se lúcido ponto de honra para as forças brasileiras.

Subsistindo a idéia americana de apressar-se da frente Belvedere-Castello, coube à 1.^a D. I. E. o encargo de novo ataque ao antigo adversário. Reunindo apressadamente os meios necessários à operação, aspirando à frente de combate tropas que a desconheciam, o Gen. Mascarenhas montou a ofensiva para o dia 29 do mesmo mês de novembro, engajando não mais um Batalhão e sim dois, além de outro em reserva, tanques americanos, três Grupos de Artilharia e eventual reforço das bôcas de fogo do IV Corpo. Com o mais vívido entusiasmo e destemor, a gente brasileira investiu o objetivo. Decorridas as primeiras horas vespertinas, e travados renhidos entreveros encostas acima, como que se antevia o bom êxito. Entretanto, baldados foram os lances homéricos, os esforços ingentes, renúncias frustradas, mutilações irreparáveis. Tangenciaram a duas centenas os claros abertos em nossas fileiras. (3)

Sobrelevando, ainda, a direttriz de retomar a ofensiva geral antes do inverno, e destacando-se o maciço Belvedere-Gorgolesco-Castello como ponto chave, o comando americano insis-

tiu em que a F. E. B. dirimisse o impasse estabelecido. E novamente se encetaram os aprestos para o quarto assalto ao bastião tenaz e sanguinolento. Avizinhava-se a largos passos: o inverno, os aguaceiros eram consuetudinários, o chão tornava-se lamacento e escorregadio. Mas cumpria atacar. E, sob a chuva fina e irritante da manhã de 12 de dezembro, o II e o III Batalhões do Regimento Sampaio, ao qual fôra cometida a empresa, tendo como reservas fortes elementos do 11.^o R. I., lançaram-se denodadamente contra a elevação. As mesmas oscilações sucederam; recuos seguindo de perto aos avanços; barragens impiedosas anulando arremessos dignificantes; compatriotas estertorando na própria entrada das casamatas alemãs — eis o passivo de mais um insucesso acabrunhante. Que mais se faria mister para a comprovação de que o baluarte se manteria impávido aos ataques frontais? Caro nos custaram as investidas; muitos de nossos bravos permaneceram insepultos nas posições inimigas, que a vileza nazista desprezava os mais comozinhos gestos de piedade e respeito pelos mortos.

A DEFENSIVA ATIVA

Entre esse e o quinto e derradeiro ataque impor-se-ia longo interregno, ditado pelas condições climáticas. Com os rigores da estação invernal, avultaram os sofrimentos da tropa. Lá em cima, no anfiteatro sobe-rano, o inimigo, sobre ser afeto às ofensas do clima, alojava-se em abrigos confortáveis (qual se constataria mais tarde), não raro convenientemente aquecidos. Cá em baixo, ao revés, os filhos dos trópicos mal se amoldavam aos *fox-holes* solertemente expandidos no silêncio da noite, tiritantes quase sempre, algumas vezes mal percebendo fugir-lhes gradualmente o tato ou o enregelamento dos pés, no prenúncio da gangrena.

(3) Cumpre assinalar que, justamente na noite de 28/29, um venturoso contra-ataque alemão despojara os americanos de suas conquistas no Monte Belvedere, restituindo-se assim ao inimigo o comando sobre gozo flanco esquerdo.

Durante mais de dois meses, imenso e nível estendal tudo cingiu, gelando tudo, dificultando os transportes, os movimentos das patrulhas nos reconhecimentos inadiáveis, o reabastecimento da tropa. Ambos explorando as vantagens da defensiva-ativa, os litigantes trocavam golpes de mão audaciosos, bombardeios frenéticos de Artilharia e morteiros, sortidas à plena luz do dia. Em nosso setor, as baixas eram crescentes, nessas dispendiosas operações de usura.

A VITÓRIA

Afinal, anteviram-se os primeiros degelos. Transmutava-se o cenário em que se desenrolaria o ato final do grande drama, o qual receberia o batismo de «ofensiva da primavera». O interlúdio teria lugar nesse mesmo local onde tanto se ventera o sangue brasileiro.

Não se devera a simples exigência de caráter moral a circunstância de se encetarem as operações definitivas no teatro peninsular com a tomada do maciço Belvedere Gorgolesco-Castello. A tessitura da extraordinária concepção manobreira do comando do V Exército abrangera, semelhante região, com de alta valia. Pelo Monte Belvedere se lograria acesso ao grandioso espinhaço e divisor de águas do Panaro e do Reno, caminho natural para o importante centro de Bolonha, o que vale dizer, para as riquíssimas planícies padanas.

Dessarte é que cumpriu à F. E. B. provar forças, pela quinta vez, com o velho inimigo. Não iria insistir na desvaliosa técnica frontal das outras vezes. A manobra seria combinada com a da valente 10.^a Divisão de Montanha, à qual fora outorgada a missão de apresar-se do Monte Belvedere. E tal se fez. Iniciado o ataque americano às derradeiras horas de 19 de fevereiro, a 20 estavam expugnados Belvedere, Gorgolesco e Mazzancana, que flanqueavam o Monte Castello. Desarticulados, assim, grande parte dos apoios laterais de nosso objetivo, com o concurso precioso dos bombardeiros da F. A. B., os atacantes brasileiros largaram da linha de partida, às primeiras horas da manhã de

21. Compunham-se do Regimento Sampaio, com dois Batalhões em primeiro escalão, da II/11.^a R. I. (que não só cobriria o flanco direito desse Regimento mas também agiria em operações diversórias), sob o apoio de três Grupos de 105 mm., um de 155, duas Companhias de obuses de Infantaria e mais 18 bocas de fogo da Artilharia americana. Ademais, o 11.^a R. I. (menos o II Batalhão) e o Esquadrão de Reconhecimento se achavam em situação de reservas diversionárias. A despeito das flutuações na investida da Divisão de Montanha, que mais e mais se esbatia contra as resistências nazistas, o alto comando brasileiro não cerceou a vivacidade de sua tropa. Enquanto um Batalhão enveredava pelo flanco do Oeste, e outro pelo do Sul, o II/11.^a realizava progressos menores, porém decisivos, em nossa extrema direita, urgindo o inimigo.

Lutando com o desespero da fera acuada, aquele não deu tréguas aos ofensores. Contra-atacando aos montanheses, em nosso flanco esquerdo, surpreendeu com redobrado vigor o nosso Batalhão que realizava a soldadura entre aqueles e os elementos nacionais. Sem embargo, nada susteve nossos homens. Dispostos a não postergar para o dia seguinte o prazer da vitória, desdobraram-se em energia e entusiasmo, em bravura e sangue-frio, em ímpeto e combatividade. Por fim, cerca das 17 horas, o pendão auri-verde drapejava ufano nas cimas do morro, para gáudio de nosso Exército e orgulho da raça. Dessa raça ainda não bem caldeada, mas cuja miscigenação tende para um desfecho de expressão moral mais significativo que o antropológico. Assim dizendo, queremos render nossa modesta homenagem aos elementos associativos que vem sendo parte nessa fusão esplêndida, os mesmos que inscreveram nos anais de nossa história página tão brilhante como a vitória de Monte Castello: o louro descendente dos colonos, mormente dos primeiros lusos que vieram na esteira das naus cabralinas; o índio retrógrado e indomável, tão brutalmente despojado dos bens que o destino lhe adjudicara; o preto sentimental e

apaixonado, que tão poderosamente contribuiu na formação do traço bondoso que é apanágio da gente brasileira.

EPILOGO

Chegamos assim ao termo de nossa despretenciosa palestra. Cremos haver enaltecido devidamente os heróis que enriqueceram os fastos brasileiros com a honrosa efeméride de 21 de fevereiro. Aos que tombaram, devoção eterna a sua memória; aos que se invalidaram em bem da sobrevivência da Pátria, nossa reverência e nosso reconhecimento.

Nós, que pelejamos e escapamos nderes, bradamos nossa profissão de é anti-bélica. Odiamos fervorosamen-

te a guerra; não queremos mais sangue, porque nos punge a só lembrança das lágrimas de nossas mães, esposas e filhas, no adeus angustioso da partida para o front; a visão dos bombardeios impiedosos ceifando a vida de inocentes; a saudade do amigo que esterorou a nosso lado, na crise derradeira; a presença do companheiro mutilado, embora lhe cinja a frente a corôa de louros. Que os antagonismos econômicos e sociais entre os povos se resolvam no terreno exclusivo das idéias; que não se institua nenhum primado discutível ou de aceitação duvidosa, nem pela solércia diplomática, nem pela violência das armas; que os homens descubram a fórmula ecumênica e sal-

ATAQUE A MONTE CASTELLO MACIÇO BELVEDERE GORGOLESCO-CASTELLO



vadora que dirima seus conflitos milenários — eis nossos anseios.

Em tal ordem de idéias é que espocamos o apêlo que um de nós, no regresso à Pátria, expressou em comovido soneto, que transcrevemos, encerrando nossa palestra:

«PRECE»

«Por êstes dias cheios de amargura,
Pelas noites de espanto e de terror,
Pelo cansaço, pela atroz tortura
Nos hospitais, pelo último esterior.

De um companheiro, pela sepultura
Que lá ficou na neve, pela dor
De nossas mães, pela existência obs.

[cura

De nossas noivas, sem o nosso amor.

Pelo momento que precede a luta,
Pela incerteza, pela vida bruta,
Por tudo o que contrange o coração.

Pelos anos perdidos sem remédio,
Pelas angústias, pelo eterno tédio...
Ô Deus, que isto não tenha sido em vão!»



AOS CAMARADAS DE

INFANTARIA, CAVALARIA, ENGENHARIA E SERVIÇOS!

«A Defesa Nacional» acaba de ser criticada por ter publicado nas suas últimas edições grande número de artigos do interesse da ARTILHARIA.

Afirmou-se nessa crítica que a nossa Revista está se transformando num órgão especializado em assuntos daquela Arma.

No entanto, ela publica o que lhe mandam seus colaboradores e não se pode negar que os Artilheiros estão levando vantagem...



OFICINA MECANICA BRASILEIRA

Fabricante do Reparo para Metralhadora «Madsen» 1935

MARIO FABRI

Encarrega-se de serviços de mecânica em geral

Serviços de Tornos — Serviço de Freza — Serviços de Plana

Soldas elétricas e a Oxigênio — Serralheiro — Estamparia

Fabricação própria de fogareiro de um queimador a gasolina, tipo militar

Fabricante da palha de aço «Cruz de Malta»

ORÇAMENTOS GRATIS

RUA TENENTE ABEL CUNHA, 149-A-B E C

O Recrutamento de Oficiais de Estado Maior

Ten-Cel. AROLD RAMOS DE CASTRO
Ex-Instr.-Chefe da Cavalaria da E.E.M.
Cmt. 17 RC

Durante quase quatro anos tive a felicidade profissional de permanecer na EEM, inicialmente como instrutor-adjunto e, posteriormente, como Chefe do Curso de Cavalaria. Digo, feliz oportunidade, pelo fato de me terem sido proporcionados elementos concretos e observações interessantes, que confirmaram de forma indubitável, os meus pontos de vista acerca do processo de recrutamento de oficiais de E.M.

Assim, por um dever de lealdade para comigo mesmo e motivado pelo desejo exclusivo de cooperar com os altos órgãos militares encarregados daquele magno problema, desejo apresentar, em uma série de pequenos artigos, alguns aspectos intimamente ligados ao preparo INICIAL dos futuros oficiais de E.M.

Preliminarmente, porém, é mister que firmemos idéias sobre a forma pela qual se reveste o ensino ministrado na EEM. Ali, formam-se oficiais dotados de uma instrução profissional verdadeiramente eclética; isto é, oficiais capazes de desempenhar todas as funções possíveis em um EM e mais do que isso, de DECIDIR, como CHEFES de altos escalões militares.

Como consequência, não deve ser um oficial recrutado e preparado para tão pesados e múltiplos encargos pelo fato exclusivo de possuir inteligência, capacidade de trabalho, personalidade e cultura militar e geral; não, positivamente não. Necessita, além daqueles predicados, principalmente, de grande experiência e seguro conheci-

mento da TROPA, que será o seu instrumento permanente de trabalho.

O futuro oficial de EM precisa assim, antes mesmo de ingressar na EEM, ter o indispensável conhecimento da TROPA, em seus variados e dilatados aspectos; impõe-se que tenha nela permanecido por algum tempo, pois só assim poderá bem compreendê-la e bem acioná-la, quando tal se fizer mister.

Por outro lado, como um oficial de E.M. deve geralmente encarar a TROPA como uma associação das diferentes ARMAS, justo se torna, que antes de ingressar na E.E.M. tenha tido a oportunidade de viver o ambiente próprio de cada uma delas.

No decurso da minha permanência na E.E.M., não poucas vezes me foi dado constatar que certos insucessos de alunos, deficiências, falta de objetividade e inoportunidade de emprego de determinadas ARMAS, no curso de exercícios táticos, era uma decorrência imediata e direta do desconhecimento PRÁTICO das suas características e das suas propriedades particulares.

O PREPARO PRÁTICO dos futuros oficiais de E.M. é pois merecedor de uma especial atenção por parte dos órgãos militares competentes, pois dêle decorre, logicamente, uma maior eficiência do quadro de oficiais de estado-maior e o seu fortalecimento moral, junto aos camaradas que labutam nos corpos de tropa.

Há anos passados, o candidato à E.E.M. fazia, preliminarmente, um

estágio nas diferentes unidades escolares, cujo objetivo era: o conhecimento dos meios materiais orgânicos das diferentes ARMAS; assistência a exercícios técnicos e táticos peculiares às mesmas; enfim, a obtenção de todos os conhecimentos capazes de assegurar ao futuro oficial de E.M. um bom resultado, no decurso das tarefas escolares. Chegava-se, então, naquela época, a exigir um estágio na Escola de Aviação Militar, onde o candidato executava missões de reconhecimento aéreo e até mesmo, funcionava como metralhador de um aparelho de caça.

Hoje, quando o Exército se encontra dotado de uma complexa gama de materiais, quando uma série de fatores concorrem para o seu fortalecimento mas por outro lado para a delicadeza de emprêgo dos seus elementos componentes, se impõe a adoção daquele sistema de preparo PRÁTICO dos futuros oficiais de E.M. Como elemento integrante de uma

turma de oficiais que fez um prolongado e vantajoso estágio em diferentes unidades das ARMAS e na AVIAÇÃO, sinto-me perfeitamente à vontade para pugnar pelo retorno daquela forma de recrutamento de oficiais para a EEM.

Lembremo-nos de que um bom oficial de E.M., particularmente, no caso brasileiro, necessita possuir conhecimentos tão aprimorados quanto possível e de ordem PRÁTICA, de todas as ARMAS componentes do EXÉRCITO.

Façamos pois retornar, sem demora, o período prévio de estágio nas unidades escolares e especializadas e não tardaremos a constatar os benéficos resultados decorrentes.

Em outra oportunidade trataremos das condições relativas ao ingresso na EEM, e, como sempre, nos alicerçaremos na observação que nos foi dado realizar, durante a nossa permanência naquele estabelecimento de ensino.



QUE É INFLAÇÃO MONETÁRIA?

Diz Louis Baudin, no «Manuel d'Economie Politiques» — 1.º Vol. — 1947: «A inflação não é um simples aumento do volume monetário, nem depende da espécie de moeda.

É lógico que a quantidade de dinheiro aumente com o volume dos negócios, o que corresponde ao conceito de elasticidade do meio circulante. Ha inflação, porém, se o crescimento da quantidade de moeda é maior que o das transações, para cuja execução ela serve de intermediário.

Dá-se isto com qualquer espécie de moeda: metais preciosos, papel, escritural, como foram os casos respectivamente da Europa no século XVI, da França 1914-1918 (e é o do Brasil atual, acrescentamos nós) e o dos Estados Unidos em 1922-1928.» — J. B. M.

Reembolsavel de Intendência no Exército "RIEX"

ALFAIATARIA CIVIL

Seção sob medida para Tailleurs de senhoras.

Aceita também côrtes, somente a feitto aos seguintes preços:

Costume de linho	Cr\$ 395,00
Costume de casemira	Cr\$ 500,00 e Cr\$ 550,00
Tailleurs para senhora	Cr\$ 750,00

Para facilidade dos interessados, atendemos nos locais de serviço e a domicilio.

RUA DR. GARNIER n. 390 — 3.º andar

- 3 — Acredita que seja necessária uma **formação** especial (quadros particularmente) para melhor execução das operações de busca de informes?
- 4 — Acredita que oficiais e quadros subalternos de outra arma sejam capazes, no comando de uma unidade de Cavalaria, embora mecanizada, de obter, sem treinamento especial, mas com conhecimento dos detalhes de execução, os mesmos resultados que uma equipe semelhante de cavalaria?
- 5 — Acredita na necessidade de manter o espírito das armas, pela formação moral, pela instrução, pela especialização das missões?
- 6 — Põe alguma dúvida sobre a necessidade de uma tropa especial para efetuar os trabalhos de busca e segurança, muito à frente das grandes unidades, de qualquer natureza?
- 7 — Como vê a extinção da cavalaria hipomóvel nos EE. UU.?
- 8 — Quais os reflexos que vê para a nossa cavalaria, nesse fato?
- 9 — A ação da cavalaria russa pode influir na organização, em estudo no nosso Exército, particularmente, com relação à nossa cavalaria?
Concluído que a cavalaria mista — hipo e motomecanizada — é necessária entre nós:
- 10 — Vê modificações a introduzir na organização, e no armamento da cavalaria, a fim de manter suas características em relação às possibilidades das outras armas?
- 11 — Particularizando, por exemplo, com referência à mobilidade da nossa D. C.?
- 12 — Com referência à potência de nossos R. C. Hipo?
- 13 — E a defesa contra carros, como encará-la sem lerir as qualidades do movimento rápido e flexível e sem expor as unidades à fraqueza diante de ataques inimigos?
- 14 — Acha que estamos acertados nas características das ações da cavalaria admitida nos nossos estudos, ou que, diante dos ensinamentos da última guerra, particularmente no teatro russo-alemão, há necessidade de algumas modificações?
- 15 — Caso afirmativo — quais?
- 16 — Acha que há necessidade de consultar as nossas possibilidades na indústria, na pecuária, etc., presentes ou futuras, para orientar a organização de nossas unidades de cavalaria particularmente, e, em consequência, traçar diretrizes para seu possível emprego em operações? — ou nossas diretrizes devem ser traçadas sobre possibilidades futuras discutíveis ou sobre possíveis auxílios externos, tudo dependendo de múltiplas circunstâncias?
- 17 — Acha que temos um problema de cavalo de guerra ou tudo está feito neste sentido?
- 18 — Acha que nossas reservas dêste elemento são inesgotáveis?
- 19 — No sentido de completar o quesito anterior — acha que a D. R. é a única responsável por este problema? Pensa que ela tenha recebido orientação de algum órgão superior ou acha que há necessidade dessa orientação e, em consequência, verificação dos resultados?
- 20 — Acha que se está utilizando, economicamente, as aptidões naturais dos habitantes de determinadas regiões do país, para a arma de cavalaria?

Formação de Soldados de 1.^a Classe

Estágio de Instrução

Compressão de Despesas

1.^o Sgt. LUIZ M. MOREIRA
do Q. G/5^o R. M.

I — INTROÍTO

Acompanhamos com vivo interesse, depois da passagem do Período Ditatorial, ao Regime Democrático do Brasil, dentre as inúmeras providências já tomadas pelo atual Governo, a que diz respeito à Compressão de Despesas, dada a sua importância para a obtenção do equilíbrio financeiro do país, seriamente comprometido pela inflação que se observa em vários setores, nestes últimos anos.

Assim, sem outra intenção que não a de colaborar, apresentamos este trabalho, abordando assuntos atinentes ao Ministério da Guerra.

II — FORMAÇÃO DE GRADUADOS — SITUAÇÃO DOS CORPOS

Se bem que hoje em dia, tendo em vista a nova modalidade da Lei do Serviço Militar, que procura melhor selecionar os homens para a Tropa, e o progresso que se tem sentido no terreno da alfabetização do homem, são por demais conhecidas as dificuldades com que se debatem ainda os Corpos de Tropa para a seleção intelectual dos elementos necessários à formação de Cabos, quer de Filaire quer Especialista, em virtude da instrução dos homens distribuídos às Unidades não corresponder, totalmente, às necessidades.

Para nós, dentre as várias causas que podem ser apontadas, destacamos, pela sua evidente predominância, as que se seguem:

1 — Encaminhamento dos candidatos sujeitos à prestação do Serviço Militar a outros setores, quando possuidores do Curso Secundário, primeiro, segundo ou terceiro ano do Ciclo Científico ou Clássico, ou que neles estejam matriculados.

2 — Cidadãos na idade de servir ao Exército que, em tempo útil, conseguem ser declarados reservistas pelos Tiros de Guerra.

3 — Adiamiento de incorporação às fileiras, dos civis matriculados nas diferentes Escolas do Exército, Marinha e Aeronáutica.

4 — Facilidade de adiamiento de convocação, dos que possuem Certificado de Pré-Militar, quando não são licenciados depois do sexto mês de instrução na Caserna.

5 — Encaminhamento de cidadãos selecionados intelectualmente aos Contingentes de Praças dos Quartéis Gerais, dos Estabelecimentos e Repartições Militares.

6 — Fornecimento aos Corpos da Aeronáutica, de contingente físico e intelectualmente selecionado, e ainda, em particular, com conhecimentos de especialidades e possuidores de ofícios compatíveis com as funções a serem desempenhadas naqueles Corpos.

7 — Adiamiento da prestação do Serviço Militar, dos que se acham matriculados em Instituições de formação de sacerdotes.

8 — A esquivia de conscritos ao Curso de Candidatos a Cabo, muitas

vezes declarando-se rudimentarmente alfabetizados, visto como, uma vez Cabos, serão retidos mais tempo nas fileiras que os soldados simples, os quais têm sempre prioridade no licenciamento, de acôrdo com a legislação em vigor e mormente agora, que se convoca toda uma classe, as exclusões se processam antes mesmo de concluído o tempo mínimo do Serviço Militar, a fim de se poder alojar o novo Contingente.

9 — A «Mobilidade Social» — considerada descendente pelos interessados — de regular número de conscritos que, embora se declare alfabetizado, e que corresponde plenamente às exigências, recusa a matrícula no atual C.C.C., com receio de sua permanência nas fileiras por tempo superior ao do soldado simples.

10 — O fato de se convocarem, presentemente, para o Serviço Ativo, jovens de 17 e 18 anos, impúberes ou no período de transição, que, embora vivazes, não possuem a verdadeira noção de responsabilidade, aceitando a disciplina com restrições e adaptando-se com dificuldade ao novo «MODUS VIVENDI».

As concessões oferecidas pela Lei do Serviço Militar aos cidadãos obrigados à incorporação às fileiras, segundo situações que passamos em revista, não poderiam mesmo deixar de existir, uma vez que elas visam, na generalidade dos casos, beneficiar o próprio Exército.

Todavia, forçoso é confessar que esses favores muito contribuem para o estado precário dos Corpos de Tropa no tocante à formação de seus graduados, isto porque, à luz da rápida exposição feita, tendo-se em vista as estatísticas fornecidas pelas Escolas Regimentais, e dos diferentes Cursos, quer da Tropa quer da Região, que grande ainda é o número de analfabetos e semi-analfabetos recebidos pelos Corpos de Tropa.

Acresce ainda, a falta de meios com que lutam as Unidades, aliada também, ao fato de que o reduzido número de Candidatos ao Curso de Cabos de Fileira, é geralmente dividido com o de Cabos e Soldados Especialistas, além do que devem fornecer para os Cursos Regionais.

Dado aos esforços dos Quadros, que procuram vencer as dificuldades, as Unidades conseguem, entretanto, formar alguns Cabos, embora parte, nem sempre com conhecimentos satisfatórios como é natural, em face dos reflexos oriundos do que podemos apontar, cedo, porém, se vêm os Corpos privados do seu concurso e geralmente dos melhores, em face de suas transferências para os Escalões Superiores, ou por motivo de matrícula em Cursos fora da Tropa.

Permanecem, então, nos Corpos, Cabos bisonhos para o exercício de suas funções, com a agravante de perceberem vencimentos que podemos dizer elevados para os trabalhos que prestam ao Exército!

Verifica-se, por outro lado, quando os cabos já estão habilitados a transmitir os ensinamentos, pela prática adquirida no decorrer dos meses, que são licenciados por conclusão de tempo, sem se poderem usufruir, assim, as vantagens dessa nova situação, o que seria, sem dúvida, lavável para os Corpos.

Desarte, como reflexo, teremos também, grandes dificuldades para selecionar bons elementos para o Curso de Sargento e, como o Exército vive e se prepara na ordem direta da capacidade de seus quadros, MEDIDAS AJUSTADAS SE IMPOEM PARA SANNAREM OU PELO MENOS ATENUAREM O ASPECTO REAL QUE PROCURAMOS DESCREVER!

III — SUGESTÕES

Somos de parecer, pois, que se poderia mudar, quanto mais não fosse, em caráter experimental, os aspectos da questão, com positivas vantagens para o Exército e para os Cores da Fazenda Nacional.

Para isto:

a) declarar SOLDADOS DE 1ª CLASSE, os aprovados nos Cursos de Candidatos a Cabo, que neste caso passariam a ser denominados Curso de Candidatos a Soldados de 1ª Classe (fileira, especialistas ou artífice) — C.C. Sold. 1ª Classe;

b) constituir a promoção à graduação de Cabo um prêmio, prêmio esse que só seria concedido aos Can-

CALENDÁRIO

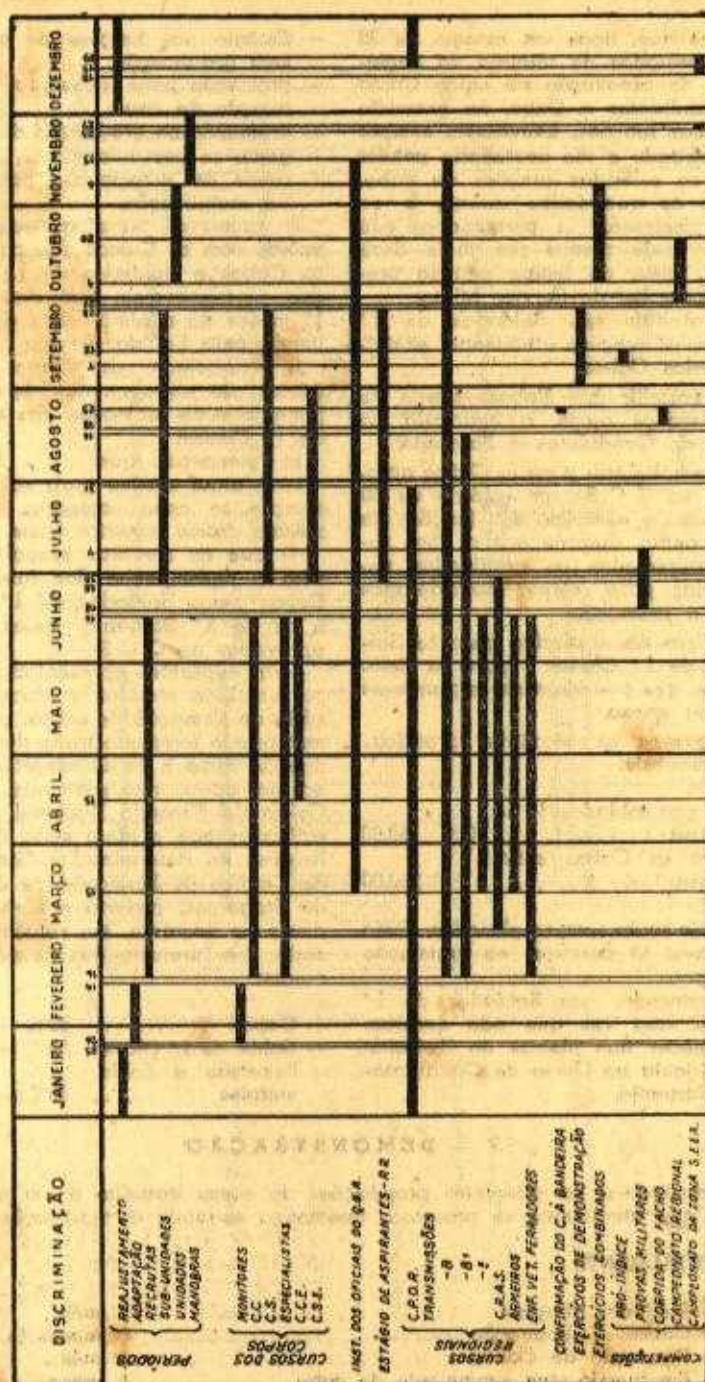


Fig. 1

didatos que, após um estágio de 30 dias, contados do término da declaração de aprovação no então Curso de Candidatos a Cabo, no exercício das suas funções, **houvessem sempre demonstrado o tão necessário pender para as referidas funções de cabo, aliado às qualidades morais e se comprometessem a permanecer nas fileiras pelo menos por mais doze meses, além do tempo mínimo previsto pela Lei do Serviço Militar;**

c) atribuir aos Soldados de 1.ª Classe, as funções atualmente exercidas pelos Cabos;

d) permitir aos Cabos, depois de considerados aptos, a matrícula no Curso de Candidatos a Sargento;

e) estabelecer para os Cabos aprovados no C.C.S., um estágio de 60 dias, com o exercício das funções de 3.º Sargento, durante o qual lhes seriam apreciadas as qualidades necessárias para serem considerados aptos a promoção;

f) fixar um distintivo para os Soldados de 1.ª Classe e para os Estagiários, que poderiam ser segundo os modelos anexo.

g) prever as seguintes gratificações mensais:

— para os soldados de 1.ª Classe	Cr\$ 150,00
— para os Cabos estagiários	250,00

as quais serão sempre glosadas, como nos casos já previstos na legislação em vigor;

h) conceder aos Soldados de 1.ª Classe, uma vez que não desejam permanecer nas fileiras do Exército:

- matrícula no Curso de Candidatos a Sargento;

— Estágio nas funções de sargento, sem gratificação;

— promoção para a reserva, na graduação de cabo;

— promoção na graduação de 3.º Sargento ao possuidor do C.C.S., nos casos de convocação por motivo de mobilização;

i) promover para a reserva de acordo com os Cursos que possuírem, os Cabos e Soldados de 1.ª Classe, que permanecerem nas fileiras, por 12 meses no mínimo, além do tempo fixado pela Lei do Serviço Militar;

j) estabelecer os direitos hierárquicos, de engajamento, de reengajamento e de promoção dos soldados de 1.ª Classe;

k) atendendo que:

— o atual efetivo para cabos nem sempre se acha completo, havendo mesmo ordem superior neste sentido;

— que as medidas propostas prevêm o desempenho das funções de Cabos pelos Soldados de 1.ª Classe e as de 3.º Sargento, pelos Cabos aprovados no C.C.S.;

— as sugestões apresentadas visam por um lado atender à situação precária de formação de cabos, por outro melhorar a formação tanto dessa graduação como a da de sargento e ainda, por outro, uma economia para os Cores da Fazenda Nacional, embora saibamos que o ideal seria dotar as Regiões ou determinadas Guarnições de Centros de Formação de Cabos e de Sargentos, poderia o efetivo obedecer ao seguinte, em relação ao fixado, sem prejuízo das necessidades atuais:

— Cabos	30%	— 6.536
— Solds. de 1.ª Classe	20%	— 4.361
— Reversão a Sold. simples	50%	— 10.897

IV — DEMONSTRAÇÃO

Reduzindo-se as diferentes proposições do nosso trabalho a um paralelo com o que atualmente se processa, teremos a seguinte demonstração:

1 — ATUALMENTE

— Soldados simples	1 mês
— Cabos — Formação	4 meses (5 meses)
— Promoção de Cabos	5º mês
— Em função com vencimento de cabo	7 meses

CALENDRÁRIO

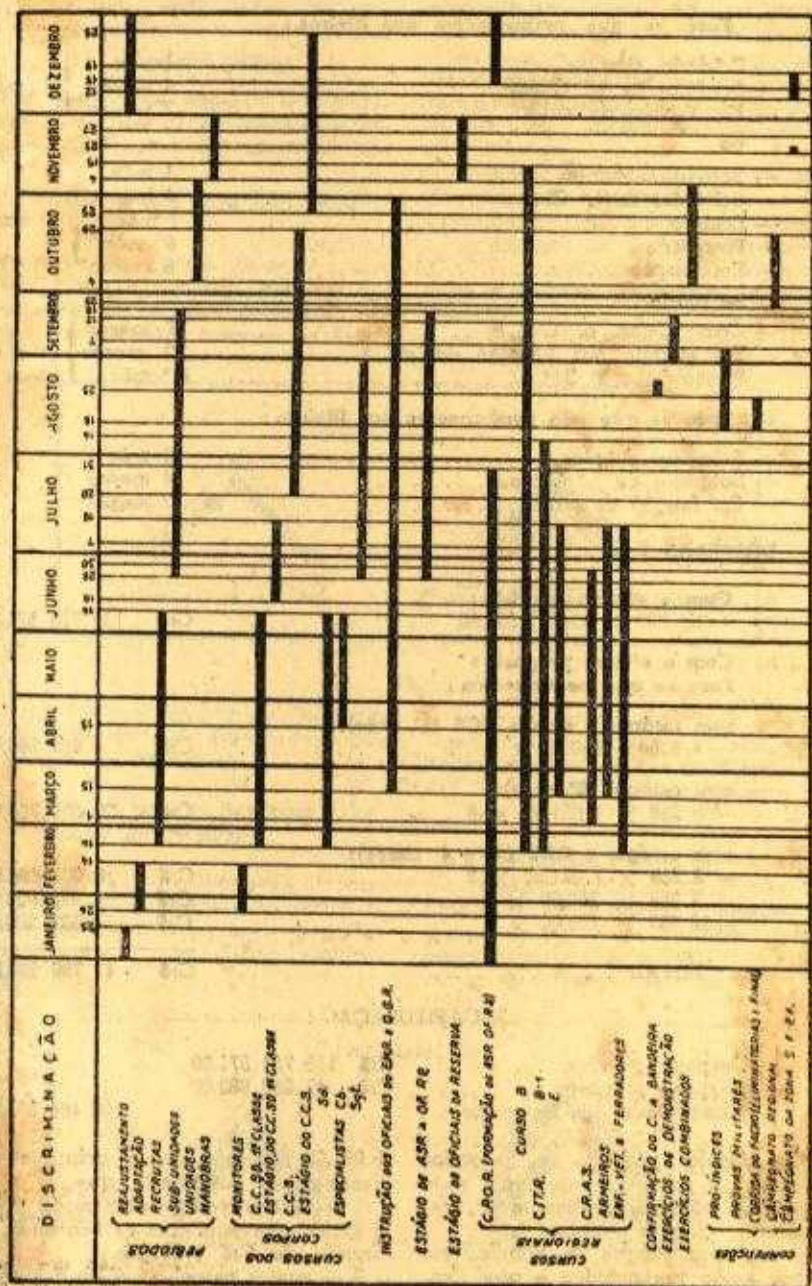


Fig. 2

2 — PROPOSTO

a) Para os que permanecem nas fileiras:

— Soldado simples	1 mês	} 1º caso
— Soldado de 1.ª Classe	4 meses	
— Em função de cabo	7 meses	

ou

— Soldados simples	1 mês	} 2º caso
— Soldados de 1.ª Classe	4 meses	
— Estágio	1 mês	
— Promoção	6º mês	
— Em função	6 meses	

ou ainda

— Como Cabo, no C.C.S.	3 meses	} 3º e 4º casos
— Em estágio nas funções de Sgt	2 meses	
— Promoção a 3º Sgt.	11º mês	

b) Para os que não permanecem nas fileiras:

— Soldados simples	1 mês
— Soldados de 1.ª Classe	4 meses
— Em função de cabo	7 meses

3 — DESPESAS

a) Com o efetivo previsto:

— 21.793 × Cr\$ 1.021,00	Cr\$ 155.754.571,00
--------------------------------	---------------------

b) Com o efetivo proposto:

Para os que permanecem:

— sem estágio e sem o CCS (1º caso):

— 4.630 × 150,00 × 7	Cr\$ 4.861.500,00
----------------------------	-------------------

— com estágio (2º caso):

— 3.268 × 1.021,00 × 6	Cr\$ 20.019.768,00
------------------------------	--------------------

— com estágio e CCS (3º e 4º casos):

— 3.268 × 1.021,00 × 3	Cr\$ 10.909.884,00
------------------------------	--------------------

— 3.268 × 250,00 × 2	Cr\$ 4.970.628,00
----------------------------	-------------------

— 10.897 × 100,00 × 6	Cr\$ 6.528.200,00
-----------------------------	-------------------

TOTAL

Cr\$ 47.289.980,00

RECAPITULAÇÃO:

— Despesa prevista	Cr\$ 155.754.571,00	
— Despesa proposta	Cr\$ 47.289.980,00	
— Compressão das Despesas		108.464.591,00

Os cálculos poderão ser julgados absurdos à primeira impressão, visto serem os números realmente surpreendentes, todavia sabemos que:

— se nem sempre os efetivos em cabos estão preenchidos e que também nem sempre os cabos estão percebendo os vencimentos de Cr\$...

1.021,00 mensais, por se acharem em destino, por outro lado, que:

1 — existe verba sancionada para o efetivo previsto, com os vencimentos fixados de Cr\$ 1.021,00;

2 — muitos percebem além dos vencimentos, gratificações de especialidades;

3 — o valor da etapa tomado foi o de CURITIBA, quando em outras localidades o seu valor é mais elevado.

V — CONCLUSÕES

Verifica-se pelo exposto, que podemos ter na fase de preparação e formação do homem, os seguintes pontos:

a) Para os que continuam nas fileiras:

- formação do soldado de 1.ª classe no 5.º mês de instrução, apto ao desempenho das funções de cabo;
- exercício das funções de Cabo

pelos soldados de 1.ª classe, com apenas o dispêndio de uma gratificação, em vez de, com os vencimentos atuais;

- estágio de 30 dias do Soldado de 1.ª classe nas funções de cabo, a fim de ser julgado apto ou não para a promoção, dentro do Período de Sub-unidade;

- matrícula no C.C.S. ao 7.º mês de instrução, compreendendo o Período de Sub-unidade e o de Unidade;

- estágio do Cabo aprovado no C.C.S. nas funções de 3.º Sargento, com a despesa de apenas uma gratificação;

- eventual promoção do cabo ao

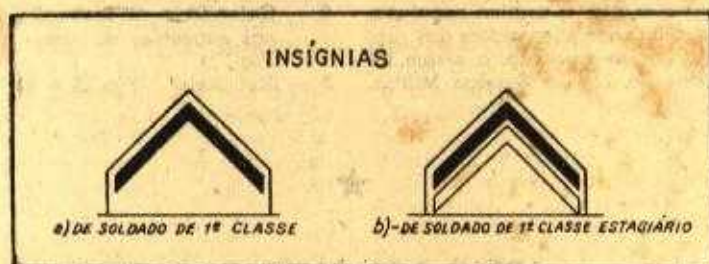


Fig. 3

11.º mês de instrução, depois de uma observação de suas qualidades após o Período de Manobras.

b) Para os que se destinam à formação da Reserva:

- formação do soldado de 1.ª classe ao 5.º mês e o exercício das funções atualmente atribuídas aos Cabos, durante 7 meses, com gratificação;

- matrícula no C.C.S. e findo o mesmo, se em condições, o seu aproveitamento nas funções de 3.º Sargento e a critério do Cmt. da Unidade.

Considerando-se finalmente, que:

- podem os Cmts. de Corpos, de ante-mão, saber com que número de Cabos contam para conduzir os homens do novo Contingente, bem como com o de Soldados de 1.ª Classe;

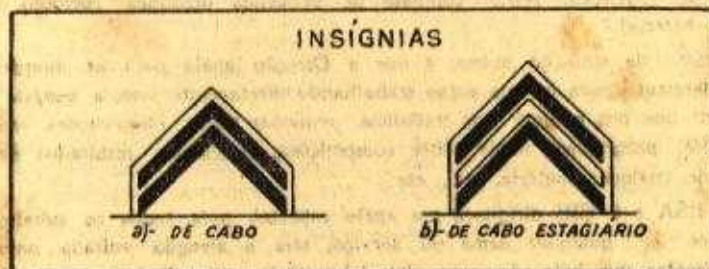


Fig. 4

— a execução das medidas citadas não trará em absoluto qualquer prejuízo para o Exército ativo ou sua Reserva;

— torna-se verdadeiramente fácil a entrosagem dos diferentes ramos de instrução e as adaptações decorrentes da decalagem do C. C. S. e da adoção dos estágios, sobressaindo-se a parte relativa ao aperfeiçoamento e formação dos graduados, ao par da economia considerável de verbas;

— as sugestões apresentadas, implicando na modificação do R.P.I.Q.T., vêm ao encontro de seus objetivos, uma vez que se encontra na fase de experimentação, e que vem sofrendo as alterações que a prática sanciona;

— as alterações decorrentes das propostas do nosso trabalho, a serem introduzidas na Lei do Serviço Militar,

também vêm ao encontro de seu espírito, uma vez que não está totalmente em vigor, aguardando corrigendas determinadas pela prática, como vem acontecendo.

JULGAMOS que o nosso trabalho poderá servir de ponto inicial para melhores estudos, quiçá colocado em vigor, mesmo a título experimental.

Teremos, então, o prêmio da nossa colaboração.

VI — ANEXOS

- 1 — Calendário de Instrução de acordo com os atuais Regulamentos. (Fig. 1)
- 2 — Calendário de Instrução, calcado nas sugestões do nosso trabalho. (Fig. 2)
- 3 — Distintivos. (Fig. 3 e 4)



APELO AOS CAPITAES E TENENTES

Inúmeros têm sido as cartas e sugestões verbais que temos recebido sobre a qualidade da matéria que publicamos. Entre elas, quase generalizada, aparece a idéia da matéria que interesse aos subalternos e sargentos. Realmente notamos nos trabalhos que recebemos a ausência quase completa de matéria objetiva para os escalões de baixo. Confessamos que é uma falha a corrigir, pois, entre nossos assinantes 50% são oficiais subalternos e sargentos.

Há 8 ou 10 anos atrás isto não acontecia, havia abundante matéria para os quadros subalternos.

Perguntam-nos, agora, por que esse retraimento?

Por que não mais se escreve sobre organização da instrução, sobre processos de execução, sobre combate de pequenas unidades (pelotão, grupo, secção, bateria)?

Dentro da situação acima, é que a Direção apela para os companheiros, particularmente para os que estão trabalhando diretamente com a matéria prima, a fim de que nos enviem seus trabalhos, pequenas notas, observações, exercícios realizados, programas, notas sobre competições, concursos, resultados de exercícios de qualquer matéria, etc., etc.

A ESA e a EIE dirigimos um apelo especial, pois, todos os subalternos e sargentos, de qualquer arma ou serviço, têm a atenção voltada para estas duas Escolas que hoje são como dois laboratórios empenhados em experimentar processos novos.

Os Militares Reformados

ROBERTO DE BARROS

Há, nos meios militares, a errônea doutrina de que os oficiais reformados já não pertencem às suas respectivas classes.

Há também as mentalidades atacadadas de um complexo de superioridade que induz os seus portadores a olhar do alto os velhos camaradas afastados do serviço.

Para os primeiros, os reformados nada têm a ver com a evolução do panorama militar. Para os segundos, os reformados passam, assim que deixam o serviço ativo, a figurar numa galeria de múmias.

Estes períodos resultam da observação de fatos, da audência de queixas, da leitura de documentos.

A mim não interessa o nome de pessoas que, no passado ou no presente, estejam ligados ao duplo assunto acima mencionado. O que somente me ocorre é o plano elevado das idéias, o aspecto honesto da doutrina.

Afirmar que os reformados nenhum interesse efetivo ou afetivo possam ter por suas classes, assegurar que eles a elas não mais pertencem, que foram amputados das Forças Armadas e, assim, restituídos à vida civil, é uma doutrina que se aprofunda em ilogismo e que se eleva em ilegalidade. A situação jurídica dos oficiais reformados, pelas leis atualmente em vigor, é claramente definida pelo Estatuto das Militares e pela Constituição Federal.

No artigo quinto do Estatuto declara-se que «No decorrer da sua carreira o militar pode encontrar-se na

ativa, na reserva ou na situação de reformados».

Por este dispositivo vê-se que, ao gênero militar, correspondem as espécies enumeradas no artigo da lei.

No artigo quarto desse mesmo Estatuto define-se que «E' militar de carreira o componente das Forças Armadas com vitaliciedade assegurada ou presumida».

Em nenhuma das leis militares vigentes existe um só dispositivo que afirme ser o oficial reformado restituído à vida civil, o que equivaleria à anulação da sua patente.

Pelo contrário, no artigo cento e oitenta e dois da Constituição Federal assegura-se: «As patentes, com as vantagens, regalias e prerrogativas a elas inerentes, são garantidas em toda a plenitude, assim aos oficiais da ativa e da reserva, como aos reformados».

É esse artigo é reforçado pelo seu primeiro parágrafo, onde fica estabelecido que «Os títulos, postos e uniformes militares são privativos do militar da ativa ou da reserva e do reformado».

A única diferença pois que existe, juridicamente, entre um militar da ativa e um militar reformado é que este — dá-lo o Estatuto das Militares — fica desobrigado apenas do serviço militar de rotina e passa a ser pensionista militar do Estado.

Desobrigado do serviço militar de rotina, ele continua militar de carreira e esta só termina com a vida. Tão militares foram até o momento da sua morte que os orçamentos das For-

NOTA DA REDAÇÃO — A situação dos reformados, problema de alto interesse para o pessoal das Forças Armadas — todo o militar da ativa vem a ser um reformado em estado potencial — projeta-se já fora do âmbito das corporações militares para ver-se estudado e compreendido no meio civil. Prova-nos essa afirmativa, o artigo publicado no "Correio da Manhã" de 29-VII-1949, a qual, data venia, transcrevemos.

ças Armadas lhes prodigalizam um quantitativo para os respectivos funerais. Tão militares foram até o derradeiro alento que suas famílias afeitem o que as leis vigentes chamam **herança militar**.

Tão militares são que o artigo treze do Estatuto dos Militares, na letra a, há dias invocado pelo presidente da República, ao passar à disponibilidade ilustres professores da Escola Naval, assim se exprime: «a disciplina e o respeito hierárquico devem ser mantidos em todas as circunstâncias da vida entre os militares da ativa ou da inatividade».

A desobriga do serviço ativo libera-os apenas das restrições dos regulamentos militares e eles continuam cidadãos como já eram antes das respectivas reformas. A vida civil é o grande todo de que uma das partes é a vida militar. Os militares da ativa, eles próprios, não respiram numa atmosfera exclusivamente militar. O Código Civil e o Penal os atingem numa infinidade de atos da sua vida. Quando os seus direitos militares ou civis são postergados, ampara-os o Poder Judiciário, organiza, ção eminentemente civil.

Quando sentem limitações na sua liberdade individual, elas provêm de uma legislação militar passada pelo crivo do legislador civil, o qual, representando da vontade civil da nação, dá ao país a lei das leis, a Constituição Federal.

Se é ilegal dizer-se que os reformados das Forças Armadas não pertencem às respectivas classes (Terra, Ar e Mar), é ilógico afirmar-se que eles nenhum interesse efetivo ou afetivo possam ter por suas corporações.

O Club Militar, sociedade civil de existência legal, no seu Estatuto, artigo primeiro, alínea três, exige dos sócios, quer sejam da ativa ou da reserva, quer sejam reformados, pois que todos têm os mesmos direitos, «interessa-se pelas questões que tiram ou possam ferir a honra nacional e a militar».

Dir-se-á que essa manifestação, relativamente às Forças Armadas, é unilateral, poderá pesar, ou não, nas deliberações da família militar.

Mas o Estatuto dos Militares, essa espécie de Bushido nacional, lei que atinge a todos os militares da ativa, da reserva ou reformados, no artigo vinte e cinco, letra d, diz, aos membros da grande família ao serviço das armas, que cumpre «zelar pela honra e reputação de sua classe (o grilo é meu), observando procedimento irrepreensível, na vida pública e na particular, e cumprindo, com exatidão, seus deveres para com a sociedade».

Os que têm, por imposição legal, de «zelar pela honra e reputação de sua classe» estão, **ipso facto**, interessados efetiva e afetivamente na conservação do patrimônio moral das corporações às quais pertencem e das quais só podem se desligar por morte ou por anulação judicial das suas patentes.

Oficinas de carreira com vitaliciedade assegurada, com a plenitude e gozo das coisas inerentes às suas patentes, os reformados das Forças Armadas, ao passarem da vida pública para a **vida particular** (o que é diferente da vida civil onde não existem patentes), eles ainda sentem, efetiva e afetivamente, a solidariedade das organizações instituídas somente para militares.

As organizações hospitalares e as policlínicas do Exército, da Aeronáutica e da Marinha, os serviços de subsistência, a esplêndida Assistência Médica e Social da Armada, são ligações humanitárias e sentimentais que se estendem aos oficiais da Inatividade e fazem com que estes não se sintam membros despresados da grande família militar.

Esse intercâmbio de relações cria, entre os reformados, o interesse efetivo pelas coisas de sua classe, pelo patrimônio material e moral das corporações a que pertencem e às quais estão ligados pelo artigo treze, letra a, do Estatuto dos Militares.

A Vitória da Vontade - Impressões de um Paraquedista

Cap. NEWTON L. LEMOS

Quando um ilustre diretor desta revista pediu-nos um artigo sobre nossa especialidade no Exército — o **paraquedismo**, pensamos inicialmente em localizá-lo sob seu aspecto técnico, descrevendo, por exemplo, como se faz a seleção física e moral do futuro paraquedista militar, ou como se processa o duro treinamento físico e técnico do homem, até o seu primeiro salto, ou ainda explicando os cuidados exigidos pela dobração do paraquedas. Receamos no entanto tornarmo-nos enfadonhos, abordando um assunto que, a não ser a um curioso apenas interessaria aos próprios especialistas. Como ainda está muito longe o dia de se encontrar um paraquedista em cada leitor de «A Samaritana», abandonamos a idéia inicial.

Lembramo-nos posteriormente que, não raras vezes, têm-nos perguntado qual a sensação experimentada durante os nossos primeiros saltos de paraquedas, concluindo daí ser este um assunto interessante e que despertará a curiosidade de todos, mesmo a daqueles que nunca pensaram em se atirar no espaço ainda que de um bonde parado. De um certo modo esta pergunta provoca-nos a vontade para uma resposta cabotina, e necessitamos ser suficientemente fortes para resistir à tentação diante da santa ignorância alheia. Procuraremos ser, entretanto, sinceros e prometemos não exagerar em um milímetro a verdade.

Antes da descrição, precisamos fazer certas considerações à margem. Todos nós sabemos que a natureza humana, quando normal, tem sentimentos idênticos em situações semelhantes e aos que assim não acontece, é porque logem à regra geral, constituindo exceções, por temperamentos anômalos. É fácil portanto compreender-se que, a não ser pela ocorrência de uma razão patológica, ninguém sente frio quando faz calor, nem fica triste quando ganha o gran-

de prêmio da loteria. A variação se dá apenas na intensidade e na reação ou exteriorização dos estados emocionais. Portanto, leitor amigo, o que vamos descrever é o que você também pouco mais ou menos, sentiria se amanhã subisse num avião, para saltar de paraquedas.

Bem, vamos embarcar logo no avião. O ranco cada vez mais forte da nossa C-47 indica-nos que, dentro em pouco, estaremos ganhando altura. Finalmente ela que se desprega do solo, e, pela porta aberta ou pelas pequenas janelas, vamos apreciando a redução das dimensões dos detalhes do terreno — é o avião que sobe. De um lado e d'outro em seu interior estamos sentados e articulados de acordo com a ordem de passagem pela porta. A colocação dos nossos paraquedas (levamos dois, sendo um de reserva), ajustados ao corpo ou, melhor, apertados ao corpo por meio das correias de equipamento, quase não nos permite respirar, ao mesmo tempo que não nos deixa sentar comodamente. Se há quem pense que esta falta de conforto seja por nós considerada inconveniente, está redondamente enganado. Quanto mais apertado o equipamento maior é a nossa sensação de segurança, parecendo assim que estamos agarrados por alguma coisa que não nos deixará cair. Tecnicamente é também aconselhado ajustar o mais possível o equipamento ao corpo, a fim de evitar traumatismo, por ocasião do choque da abertura do paraquedas. Acresce ainda que o mal-estar que nos causa, aumenta nossa ansiedade pelo salto a fim de que fiquemos livres o mais depressa possível de todo aquele incômodo correame.

Nossa colocação **frente a frente** permite-nos estudar as fisionomias. Poucos falam, o mutismo é quase geral.

(Transcrito da revista «A Samaritana» de Dezembro de 1948).

porém todos pensam e o pensamento é um só — o salto em poucos momentos mais. O cigarro, este companheiro de todas as horas, também participa da nossa inquietude: como se pudesse sofrer a nossa emoção. Alguns há que não conseguem desviar o olhar da porta, numa antevisão da saída. Outros ficam atentos aos movimentos do «mestre de salto», que, na porta, faz suas observações, para a hora do «já». A cada momento parece-nos ouvir o comando inicial que no entanto não chega. Sim, porque os minutos lá em cima se sucedem com a vagarosidade do movimento de um relógio que atrasa, se nos permitem o absurdo da comparação. Enquanto parece estacionar o tempo, o cérebro acelera o seu trabalho e vamos preparando nossa vitória sobre o instinto; este instinto de conservação que, como um verdadeiro «amigo da onça» vai nos dizendo baixinho ao ouvido: — Não sejas bobo, não saltes. Porque motivo vais arriscar tua preciosa carcassa? Sabes a que altura estás? E a velocidade do avião, já pensaste nisso?

Temos então que apelar para o brio, a fim de vencer este traçoeiro inimigo da honra e do dever. Esta luta íntima, todos nós a sentimos porque é inato no indivíduo o instinto de conservação que manda recuar diante de tudo que possa lesar sua integridade física, como se por acaso valesse mesmo a pena poupar estas miseráveis carcassas. A maior beleza do salto reside justamente na vitória da vontade raciocinada sobre o instinto, o que só acontece àqueles de qualidades morais impolutas, cujo sentimento do dever está muito acima de sua própria integridade física e que sabem perfeitamente o que querem da vida. Da vitória desta luta interior ressalta o mérito do paraquedista que, embora não tendo a velocidade de se julgar um super-homem, adquire, no entanto, a consciência do seu próprio valor, ideal digno de ser alcançado na vida.

E' chegado finalmente o momento e aos primeiros comandos do «mestre de salto», todos se levantam como uma máquina que se pusesse de repente a funcionar. As fisionomias se

transformam e, como num passe de mágica, da indecisão, surge a resolução. Um só pensamento paira — abandonar o avião o mais rápido que for possível. Este pensamento é demonstrado pela sofreguidão nervosa com que um empurra o outro quando em coluna esperamos a voz do «já» que em breve será dada.

Quando o «mestre de salto» nos pergunta se estamos felizes por saltarmos, a resposta vem pronta e resoluta e sai da garganta num desabafo oportuno e por muito tempo fica ressoando em nossos ouvidos aquele «Sim», que nem sempre é muito sincero, mas nos faz um bem extraordinário.

O esperado «já» chega por fim. Um a um vamos abandonando o avião com a rapidez relativa de um ciclone e como que a fugir do próprio salto. Nada mais nos fará parar naquela ocasião; estamos como que anestesiados contra tudo. Em nossos primeiros saltos, às vezes, até mesmo nem vemos a porta do avião e esquecemos algumas recomendações técnicas que só com a prática e maior experiência nos é dado aplicá-las. Se acontece o «mestre de salto» nos mimosear «delicadamente» com o pé na trazeira, juramos que nada sentimos.

Vamos «acordar» com o choque da abertura do paraquedas dois a três segundos depois da saída do avião. A sensação de alívio que então experimentamos compensa todo o esforço moral dispendido. De nossa boca, então, sem querermos, uma exclamação não muito delicada, mas a podemos dizer sem o perigo da propriedade do ambiente, pois ninguém nos poderá ouvir. Do barulho ensurdecedor do avião vemos-nos pentinamente no silêncio maravilhoso do espaço, onde não há buzinas, automóvel nem apitos de trem. Sentimo-nos como que donos da terra, dando-nos uma vontade imensa de cantar, de cantar a beleza da natureza e a felicidade de viver. Agora nós há um céu verde de seda e nos agasalha e nos protege — o nosso companheiro inseparável na queda — o paraquedas.

Manobras da Escola de Estado Maior



○ 3.º Ano da Escola de Estado Maior, no decorrer do mês de junho último, realizou na região de CAMPINAS, Estado de SÃO PAULO, manobras de quadros em ações ofensivas.

Graças à gentileza de um Oficial aluno, podemos oferecer a nossos leitores alguns aspectos do desenrolar das referidas manobras, que se coroaram de completo êxito e foram assistidas pelos Excelentíssimos Se-

O Diretor do Exercício, Coronel Hugo Panasco Alvim, no observatório do «Mocro Torto», localizando, entusiasticamente, determinado ensinamento,



Grupo de alunos redigindo, à vista do terreno, uma decisão de Comandante do Corpo de Exército



nhores Generais ALVARO FIUZA DE CASTRO, Chefe do E. M. E., OCTAVIO DA SILVA PARANHOS, Sub-Chefe do E. M. E., HENRIQUE DUFFLES TEIXEIRA LOTT, Comandante da 2.ª R. M., JOSÉ DAUT FABRÍCIO, Comandante da E. E. M., MORRIS JUNIOR, do Exército dos Estados Unidos.



Estudo de uma situação de conduta de combate.



Os «Artilheiros» decidindo «arrazar as Cotas 700» com um bombardeio maciço e poderoso...

ERROS GRAFICOS

«A luta contra o erro tipográfico tem algo de homérico. Durante a revisão os erros se escondem, fazem-se positivamente invisíveis. Mas, assim que o livro sai, tornam-se visibilíssimos, verdadeiros sacis vermelhos a nos botar a língua em tôdas as páginas. Trata-se de um mistério que a ciência ainda não conseguiu decifrar...»

MONTEIRO LOBATO.

Noticias Militares

SUIÇA — SUAS FORÇAS ARMADAS

Pequeno em extensão territorial, encravado entre potências mundiais, porém, grande em seu progresso material e espiritual, o pequeno país de Guilherme Tell já em duas grandes guerras consecutivas conseguiu manter sua neutralidade, colocando-se à margem do conflito, oasis feliz em meio de destruições, misérias e dor. Consideram muitos que tal feito foi obtido graças à sua diplomacia e à necessidade da manutenção de um local em que pudessem se expandir, à larga, os interesses subalternos dos senhores da guerra, por meio de poderosas rédes de espionagem. Mas, o fato é que, se tais interesses existiam, também não menos certo é que o Exército suíço, apesar de pequeno, pela sua excelente organização e treinamento, consegue se fazer respeitar, mantendo-se durante a última Grande Guerra, em rigorosa prontidão, capaz de, a qualquer momento, ser chamado a defender a Pátria. Aliás, em vista da elevada cultura do povo, em que cada cidadão é um soldado, permanentemente os suíços se encontram em condições de atender ao chamado às armas, honrando as gloriosas tradições de seus antepassados, os disputados **soldados suíços**. Assim, não podemos estranhar as palavras pronunciadas pelo Chefe do Estado Maior Suíço, por ocasião do centenário do Estado Federativo: **Ainda os exércitos mais poderosos não intentaram nunca atacar àqueles que eles consideravam como o «ouriço suíço».**

Achamos útil lançarmos nesta Secção algumas informações sobre como se prepara o soldado suíço moderno. Segundo A. Rehder, são duas as fases pelas quais ele tem de passar antes de ser considerado apto a defender o país. A primeira tem início aos 15 anos, nas escolas cantonais e, enquanto tiram o segundo curso do

currículo escolar. A esses rapazes são entregues autênticos fuzis que devem ser devolvidos no final do curso nas mesmas e excelentes condições em que lhes foram entregues; uma simples mancha de ferrugem na alma da arma dá lugar a severas penas e a ter, o seu detentor, de pagar outro novo, cujo preço era de setenta francos suíços ha alguns anos. Nesta instrução, põe-se o maior empenho em fazer dos futuros soldados excelentes atiradores de fuzil. **«Isto é compreensível, diz Rehder, pois na montanha sempre ha tempo suficiente para apontar com comodidade um a um, nos inimigos que forem encontrados escalando os montes.»** Como prova, podemos recordar que costumam esses atiradores, durante a fase final do treinamento, colocar a trezentos metros de distância a silhueta de um soldado que surge e se esconde de cinco em cinco segundos, sendo que raramente erram o alvo.

Mais tarde, no quartel, e poucos dias antes de ter início a segunda fase, recebem um fuzil como presente do governo a todo cidadão que cumpre o dever militar, fuzil esse que deve ser conservado durante toda a vida, bem como o restante do equipamento e algumas centenas de cartuchos entregues em caso de mobilização. O que perde ou estraga seu fuzil é submetido a processo militar.

Com elementos assim preparados, o Exército Suíço pode formar u'a massa de oitocentos mil soldados enquadrados sob uma férrea, porém consciente disciplina, dotados de armamento moderníssimo e que espera fazer com que o inimigo sofra mais de um milhão de baixas antes de ocupar o território suíço. Ainda se podem refugiar nas montanhas mais de duzentos mil homens, organizados em guerrilhas, que poderão resistir, sem auxílio, durante vários anos, pois

contam com mantimentos e munições suficientes, escondidos em lugares inacessíveis e com poderosas fortificações.

Sobre essas secretas fortificações niquas, o **Memorial del Ejército** do Chile publicou um informe jornalístico assinado por **Dean Jennings**, em que esse jornalista afirma que em uma viagem de ônibus pelos Alpes, viu uma enorme porta de aço em uma rocha íngreme, tão escarpada que seria impossível alguém escalá-la, porta essa que estivera camuflada mas que a chuva, a neve e o vento haviam feito aparecer. Acharão curioso aquele sítio para uma porta, o motorista interpelado lhe afirmou que a mesma não era mais segredo, pois tinham reaberto a estrada ao tráfego, e que ali havia uma verdadeira cidade, uma cidade inteira dentro da rocha. Ao ser perguntado quem ali vivia, recebeu como resposta que eram soldados, já em número reduzido, mas que durante a guerra havia muitos, sendo que ele mesmo, motorista, estivera em uma dessas fortificações com mais quinhentos outros, às vezes não vendo a luz do sol durante semanas, pois a prontidão era rigorosa, em virtude de ser esperado um ataque nazista a qualquer momento.

Provavelmente em número posterior teremos o prazer de transmitir aos leitores a íntegra da referida informação que, pela sua extensão, não cabe neste pequeno resumo do noticiário militar mundial, mas que, pela sua importância, merece ser levada ao conhecimento de todos nós que temos obrigação de nos mantermos prontos para a defesa do solo pátrio.

OPERAÇÃO "TIMBERLINE"

Nos Estados Unidos continua o treinamento das tropas e as provas de equipamentos com a finalidade de estudar a adaptação de umas e outros à luta sob as mais extremas condições atmosféricas, e em terrenos os mais variados. Já fizemos referências nesta seção, em números anteriores, a diversas operações levadas a efeito com essa finalidade, em terrenos árticos e na Alasca. Hoje transmitimos

a notícia da realização de mais um desses exercícios, que recebeu o nome de "Timberline", realizado em uma zona do Colorado, com tropas da 2.ª Divisão de Infantaria, e supondo a atuação de tropas com mau tempo e em terreno acidentado.

RETORNO DA COURAÇA

Já dizem alguns que provavelmente voltaremos dentro de alguns anos a usar armas antiquíssimas usadas pelos nossos antepassados. E o próprio Einstein, sendo perguntado quais as armas que seriam usadas na próxima Terceira Guerra Mundial, declarou ignorar, podendo, no entanto, revelar que na guerra seguinte, as armas usadas serão o arco e a flecha. Agora revelam as notícias oriundas dos Estados Unidos, que em uma guerra futura os soldados americanos provavelmente, usarão couraças, não as pesadíssimas couraças antigas, de metal, porém, modernas couraças de matéria plástica, leves e invulneráveis até aos projéteis 45, segundo experiências já realizadas.

OPINIÃO ALEMÃ SOBRE O MILITAR RUSSO

Do diário de operações de um capitão comandante de uma companhia do Exército Alemão, transcrevemos o seguinte trecho:

11.7-91 — As posições dos russos estão magistralmente construídas.

Quanto à camuflagem e dissimulação, temos de aprender muito com eles. O soldado alemão é muito homem de cidade. Só lança mão do pá ou da enxada fazendo um esforço de vontade e quando é inteiramente indispensável. O soldado vermelho sem a pá não é concebido. No intervalo de minutos desaparecem na terra como toupeiras. A tendência a esconder a têm tão entranhada na massa do sangue, que começam a cavar ainda quando no decorrer do combate de movimento, têm uma pequena parada. Desta maneira economizam muito sangue. Na guerra moderna, com sua enorme potência de fogo, a sapa se converteu em arma, e por certo não é das menos importantes.

Noticiário & Legislação

Atos oficiais do Ministério da Guerra, publicados no «Diário Oficial», no período de 20 de maio a 20 de junho de 1949

MODIFICAÇÃO NO E. CONT.

(*) DECRETO N° 26 613 — de 28 de abril de 1949

Modifica o texto do artigo 222, n° 3, do Regulamento de Continências, Honras e Sinais de Respeito das Forças Armadas, que trata do compromisso dos recrutas.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, decreta:

Art 1° O artigo 222, n° 3, do Regulamento de Continências, Honras e Sinais de Respeito das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto n° 8.736, de 10 de fevereiro de 1942, que trata do compromisso dos recrutas, passa a ter a seguinte redação:

«Incorporando-me ao Exército Brasileiro (ou à Marinha Brasileira, à Força Aérea Brasileira), — prometo cumprir rigorosamente — as ordens das autoridades — a que estiver subordinado, — respeitar os superiores hierárquicos, — tratar com afeição os irmãos de armas — e com bondade os subordinados — e dedicar-me inteiramente ao serviço da Pátria, — cuja honra, — integridade — e instituições — defenderei — com sacrifício da própria vida.»

Art. 2° O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de abril de 1949;

128° da Independência e 61° da República.

Eurico G. Dutra
Sílvio de Noronha
Newton Cavalcanti
Armando Trompowsky

D.O. de 25-V-1949.

INSTRUÇÕES PARA FUNCIONAMENTO DA E. I. E.

Por portaria n° 81, datada de 17 de maio de 1949 o Ministro de Estado dos Negócios da Guerra resolveu aprovar as «Instruções Provisórias para o Funcionamento da Escola de Instrução Especializada».

As referidas Instruções se acham publicadas às páginas 7947 a 7951 do D.O. n° 122, de 28 de maio de 1949.

ESTENDE BENEFÍCIOS DE LEI A DENTISTAS

LEI N° 719 — de 27 de maio de 1949

Inclui no Quadro de Dentistas, em extinção, de acordo com a Lei n° 11, de 28 de dezembro de 1946, dentistas extranumerários mensialistas do Ministério da Guerra, oficiais e sargentos de armas ou serviços, diplomados em odontologia e oficiais dentistas da reserva convocados.

O Vice-Presidente da República, em exercício no cargo de Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono, a seguinte Lei:

(*) Nota do S. Pb. — Reproduz-se por ter sido com incorreções em 30-IV-1949.

Art. 1º São extensivos os benefícios da Lei nº 11, de 28 de dezembro de 1946:

a) a todos os atuais oficiais dentistas da reserva, dentistas extranumerários-mensalistas do Ministério da Guerra, que serviram no Exército como convocados ou não, como profissionais ou não, por mais de um ano, no período de 22 de agosto de 1942 a 15 de agosto de 1945;

b) às praças de pré que, por mais de um ano prestaram serviço como dentista, convocados ou não, no período de 22 de agosto de 1942 a 15 de agosto de 1945;

c) aos oficiais dentistas subalternos da reserva, ex-sargentos, escriturários do Ministério da Guerra, que tenham prestado serviços dentários por mais de cinco anos no Exército, cooperado nos trabalhos da Junta de Saúde, para a seleção dos convocados da F.E.B., e que, por seus esforços, foram distinguidos com a medalha de guerra.

Art. 2º Os tenentes dentistas, extranumerários-mensalistas, os sargentos e demais praças beneficiadas pela presente Lei, são incluídos no Quadro de Dentistas, em extinção, do Exército, com o posto de 2º tenente, logo após o último 2º tenente nomeado pela Lei número 11, de 28 de dezembro de 1946 e de acordo com a precedência que estabelecer o tempo de serviço de cada um prestado no Exército.

Art. 3º Para os benefícios da presente Lei são exigidos:

- a) idade máxima de 43 anos;
- b) conceito favorável do seu comandante ou chefe;
- c) aptidão física comprovada em inspeção de saúde.

Parágrafo único — São dispensados da idade da letra «a» deste artigo os cirurgiões-dentistas que hajam prestado serviço por mais de cinco anos, os quais continuarão em serviço até o limite estabelecido em lei para os seus postos.

Art. 4º São extensivos aos oficiais dentistas subalternos da reserva, convocados, que, no período de 22 de agosto de 1942 a 15 de agosto de 1945 tenham servido por mais de seis me-

ses, os benefícios da Lei nº 11, de 28 de dezembro de 1946, independente da letra «a», do artigo 3º, da presente Lei.

Art. 5º Os sub-tenentes e sargentos do Exército, de armas ou serviços não abrangidos por esta Lei, e que, diplomados em Odontologia por escola oficial ou reconhecida, desejarem os benefícios da Lei nº 11, de 28 de dezembro de 1946, serão submetidos a provas de seleção e incluídos no Quadro de Dentistas, em extinção, do Exército, uma vez preenchidas as seguintes condições:

a) cumprimento das exigências constantes do artigo 3º desta Lei;

b) contar, pelo menos, cinco anos de serviços prestados no Exército, inclusive o tempo que compreende o período de 22 de agosto de 1942 a 15 de agosto de 1945;

c) aprovação em concurso de seleção, que será homologado pelo Ministro da Guerra e efetuado na Escola de Saúde do Exército, de acordo com programa que esta estabelecer.

§ 1º A inclusão no Quadro de Dentistas, em extinção, do Exército, dos candidatos que tenham satisfeito todas as condições constantes deste artigo, só será feita após o aproveitamento dos demais interessados contemplados na presente Lei, e conforme o critério da classificação em concurso de seleção a que forem sujeitos.

§ 2º Os interessados deverão requerer ao Ministro da Guerra, dentro de sessenta dias, a datar da vigência desta Lei.

Art. 6º A presente Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Rio de Janeiro, 27 de maio de 1949; 123ª da Independência e 61ª da República.

Nereu Ramos

Canrobert P. da Costa

D. O. de 2-VI-1949

ADIÇÃO DE OFICIAIS E PRAÇAS AO R. E. CAV.

Enquanto perdurar a falta de oficiais de que se ressen-te o 1/4º R.C. Mec., em organização, determino que os oficiais e praças dessa unidade fi-

quem adições para efeito de percepção de vencimentos e vantagens ao Regimento Escola de Cavalaria.

Aviso nº 386 de 31-V-49 — D.O. de 3-VI-49

ELEVA O EFETIVO DE 1.ª TENS. DO Q. A. O.

LEI Nº 722 — de 31 de maio de 1949

Eleva o efetivo de Primeiros Tenentes do Quadro Auxiliar de Oficiais do Exército.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' elevado de 210 para 217 o efetivo de Primeiros Tenentes do Quadro Auxiliar de Oficiais do Exército, para serviços arregimentados da Arma de Infantaria.

§ 1.º As vagas resultantes desse aumento caberão aos 7 (sete) Primeiros Tenentes da Reserva de 2.ª Classe da 2.ª Linha, que serviram como convocados nas condições estabelecidas pelo artigo 1.º do Decreto-lei nº 159, de 3 de novembro de 1945, foram julgados aptos na seleção realizada pela Comissão de Promoções do Quadro Auxiliar de Oficiais e não

puderam ser aproveitados por falta de vagas na Arma de Infantaria.

§ 2.º O aumento de que trata esta Lei não elevará a percentagem de 27,8, fixada no artigo 32, nº 4, do Decreto-lei nº 8.760, de 21 de janeiro de 1946, modificado pelo de nº 9.249, de 10 de maio do mesmo ano.

Art. 2.º A presente Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 31 de maio de 1949; 128.º da Independência e 61.º da República.

Eurico G. Dutra

Canrobert P. da Costa

D.O. de 3-VI-1949

QUADRO DE DEPRECIACÃO DE MATERIAL

Em solução à proposta do Departamento Geral de Administração sobre a alienação de material usado recolhido aos Estabelecimentos de Material de Intendência e Depósito de Recuperação de Material de Intendência do Rio resolve o seguinte:

a) aprovar o quadro de depreciação de material classificado em segunda, terceira e quarta classes abaixo:

DISCRIMINAÇÃO	DEPRECIACÃO			OBSERVAÇÕES
	2.ª Classe	3.ª Classe	4.ª Classe	
Fardamento	50%	85%	95%	As percentagens de depreciação incidirão sobre o preço do material novo, real ou arbitrada.
Equipamento	50%	70%	90%	
Arreamento	50%	70%	90%	
Material de estacionamento	50%	70%	90%	
Material de alojamento	50%	70%	90%	

b) autorizar a cessão aos militares do Exército, do material classificado em 2.ª, 3.ª e 4.ª classes ao preço fixado no quadro acima, mediante pagamento à vista;

c) autorizar a venda na forma das

instruções para aquisição, alienação e recuperação do material, baixadas com a portaria nº 155, de 23.9.1948, do material usado existente em depósito, sem aplicação no Exército. Os preços fixados no quadro de depre-

ção servirão como preços básicos para as concorrências destinadas a cada dêsse material.

Aviso nº 391 de 2-VI-49 — D.O. de 4-VI-49

AUTONOMIA ADMINISTRATIVA

O Quartel General da 4.^a D.C. passa a ter autonomia administrativa, de acordo com o disposto no art. 25 do Regulamento de Administração do Exército, aprovado por Decreto nº 51, de 9 de novembro de 1938.

Aviso nº 392 de 2-VI-49 — D.O. de 4-VI-49

MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE (Transferência de subordinação)

De acordo com a proposta da Diretoria de Recrutamento e parecer do Estado-Maior do Exército, declaramos:

a) O município de Campina Grande passa a pertencer à 4.^a Delegacia de Recrutamento da 23.^a Circunscrição de Recrutamento.

b) Transferência da cidade de Ibiapopolis para a de Campina Grande e da 4.^a Delegacia de Recrutamento da 23.^a Circunscrição de Recrutamento.

Aviso nº 395 de 3-VI-49 — D.O. de 6-VI-49

VENCIMENTOS DE SOLDADOS CLARINS E CORN-TAMBORES

Os soldados clarins e corneteiros-tambores, enquanto não empregados, receberão vencimentos consignados no art. 11 da Lei nº 488, de 15-I-48, para soldados clarins da 3.^a classe.

Aviso nº 398 de 7-VI-49 — D.O. de 9-VI-49

OFICIAIS COM CURSO DE E. M. (Solução de consulta)

1. O Comandante da 9.^a Região Militar, em ofício nº 143 A/Res., de 9-IV-49, faz uma consulta a respeito da movimentação, estágios e substituições dos oficiais com curso de Estado-Maior nos Quartéis Gerais.

2. Em solução, aprovando o parecer do Estado-Maior do Exército, de-

claro que, enquanto não for aprovado o novo regulamento para os Quartéis Gerais, devem ser adotadas as seguintes normas:

a) os oficiais do Quadro de Estado-Maior da Ativa devem ser classificados ou transferidos para Quartéis Gerais, Repartições ou Estabelecimentos, competindo aos respectivos Comandantes, Chefes ou Diretores designar-lhes as funções correspondentes, na forma regulamentar, inclusive os estagiários;

b) apenas os Chefes de Estado-Maior Regional serão nomeados por decreto mediante proposta do Chefe do Estado-Maior do Exército, ouvidos os Comandantes de Regiões Militares interessados;

c) as substituições a que concorrem oficiais do Quadro de Estado-Maior da Ativa sejam feitas, sempre que possível, dentro do critério estabelecido pelo art. 20 do R-173, o qual, por sua vez, está em harmonia com o artigo 420 do Regulamento Interno e dos Serviços Gerais;

d) embora estagiando nos Estados-Maiores Regionais poderão os oficiais estagiários realizar trabalhos relativos às tarefas atribuídas ao Escalão Territorial, a critério do Comandante da Região.

Aviso nº 410 de 7-VI-49 — D.O. de 9-VI-49

VAGAS NA E. E. M.

Conforme proposta do Estado-Maior do Exército, é fixado em 50 (cinquenta) o número de vagas para matrícula na Escola de Estado-Maior em 1950.

Aviso nº 408 de 7-VI-49 — D.O. de 9-VI-49

PREENCHIMENTO DE VAGA DE OFICIAL DO Q. E. M. A. POR OUTRO DO Q. S. G.

No processo originado pelo ofício nº 265.A, de 4 de junho de 1948, do Comando da 3.^a D.I., sobre preenchimento de vaga de Assistente da A. D-3, privativa de oficial do Q. E. M. A. pelo oficial Adjunto Suplementar do Q. S. G., em face do que prescreve o Aviso nº 1.440, de 20 de novembro de 1948:

«Aprova o parecer emitido pelo E. M. E., sendo mantida a doutrina fixada pela letra b do Aviso nº 1.440, de 20 de novembro de 1948, devendo a substituição nela referida ser considerada nas condições do parágrafo único do art. 422 do R. I. S. G.»

Despacho de 7-6-49 - D.O. de 9-6-49

REVOGAÇÃO DE AVISO

Atendendo às considerações apresentadas pelo Estado-Maior do Exército, e de acordo com seu parecer conclusivo, a respeito da matrícula de praças do Exército na Escola Técnica de Aviação, de São Paulo, resolve revogar o Aviso nº 791, de 21-7-47, que aprovou as instruções reguladoras para essa matrícula.

Aviso nº 401 de 8-VI-49 - D.O. de 11-VI-49

ALTERA DISPOSIÇÕES DE DECRETO SOBRE A E. A. O.

LEI Nº 739 — de 14 de junho de 1949
Dá nova redação ao parágrafo 1.º do artigo 5.º do Decreto-lei nº 7.888, de 21 de agosto de 1945:

O Presidente da República:
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O parágrafo 1.º do artigo 5.º do Decreto-lei nº 7.888, de 21 de agosto de 1945, passa a ter a seguinte redação:

«Art. 5.º

§ 1.º A Escola de Aperfeiçoamen-

to de Oficiais, destinada, de preferência, a primeiros tenentes antigos e capitães, e, eventualmente, a oficiais superiores, abrangerá os cursos das Armas e dos serviços de Saúde e de Intendência, devendo funcionar segundo as normas que forem baixadas pelo Ministro da Guerra.

Serão também previstos estágios de revisão para oficiais da ativa e da reserva, com o fim de atualizar os seus conhecimentos militares.»

Art. 2.º A presente Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de junho de 1949, 128.º da Independência e 61.º da República.

Eurico G. Dutra.

Canrobert P. da Costa.

D.O. de 18-VI-49

RECOMENDAÇÃO SOBRE LIGAÇÕES COM REPARTIÇÕES OFICIAIS ESTRANGEIRAS

Recomendo aos diferentes Órgãos deste Ministério que não deverão ser estabelecidas ligações diretas com Repartições oficiais estrangeiras ou funcionários a elas vinculados. Os entendimentos que se fizerem necessários à marcha do serviço deverão se processar sempre entre os titulares da Guerra e das Relações Exteriores.

Aviso nº 417 de 15-VI-49 - D.O. de 18-VI-49

ERROS GRAFICOS

«A luta contra o erro tipográfico tem algo de homérico. Durante a revisão os erros se escondem, fazem-se positivamente invisíveis. Mas, assim que o livro sai, tornam-se visibilíssimos, verdadeiros sacis vermelhos a nos botar a língua em tôdas as páginas. Trata-se de um mistério que a ciência ainda não conseguiu decifrar...»

MONTEIRO LOBATO.

«A guerra moderna é totalitária, abrangendo na sua unidade todos os aspectos da vida nacional.» — Marechal da R.A.F. ARTHUR TEDDER.

COLABORAM NESTE NUMERO :

Cel. J. B. MAGALHAES
Ten-Cel. AROLD RAMOS DE CASTRO
Ten-Cel. HEITOR BORGES FORTES
Ten-Cel. JOAO DE DEUS NORONHA MENNA BARRETO
Ten-Cel. JOSE HORACIO DA CUNHA GARCIA
Ten-Cel. NEWTON FRANKLIN DO NASCIMENTO
Major ALVARO CARDOSO
Major CESAR NEVES
Major JOSE CAMPOS DE ARAGAO
Cap. Med. Dr. MARIO MOLLER MEIRELLES
Cap. MURILLO GOMES FERREIRA
Cap. NEWTON C. DE ANDRADE MELLO
Cap. NEWTON L. LEMOS
Cap. OBINO LACERDA ALVARES
Cap. OSWALDO SA REGO
Cap. PROPICIO ALVES
Cap. RAUL LOPES MUNHOZ
Cap. SYLVIO OCTAVIO DO ESPIRITO SANTO
Cap. VIRGILIO FERNANDES TAVORA
1º Ten. WALDYR JANSEN DE MELLO
2º Ten. HENRIQUE LUIZ STEPHAN
2º Ten. JOSE ARNALDO TEIXEIRA BOLLINA
1º Sgt. LUIZ M. MOREIRA
ROBERTO DE BARROS



É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos publicados nesta Revista, desde que seja citada a fonte.

Cr\$ 10,00